

Myrian Barbosa da Silva

VOGAIS PRETÔNICAS NO BRASIL

uma proposta de descrição
a partir da fala de Salvador



VOGAIS PRETÔNICAS NO BRASIL

Uma proposta de descrição a partir da fala
de Salvador

CONSELHO EDITORIAL

André Costa e Silva

Cecilia Consolo

Dijon de Moraes

Jarbas Vargas Nascimento

Luis Barbosa Cortez

Marco Aurélio Cremasco

Rogério Lerner

Blucher Open Access

MYRIAN BARBOSA DA SILVA

VOGAIS PRETÔNICAS NO BRASIL

Uma proposta de descrição a partir da
fala de Salvador

2021

Vogais pretônicas no Brasil. Uma proposta de descrição a partir da fala de Salvador

© 2021 Myrian Barbosa da Silva
Editora Edgard Blücher Ltda.

Publisher Edgard Blücher

Editor Eduardo Blücher

Coordenação editorial Jonatas Eliakim

Produção editorial Kedma Marques

Diagramação Taís do Lago

Revisão de texto Josane Moreira de Oliveira

Capa Laércio Flenic

Imagem da capa iStockphoto

Produção de imagens: Josane Moreira de Oliveira

Blucher

Rua Pedroso Alvarenga, 1245, 4º andar
04531-934 – São Paulo – SP – Brasil
Tel 55 11 3078-5366
contato@blucher.com.br
www.blucher.com.br

Segundo Novo Acordo Ortográfico, conforme 5. ed.
do Vocabulário Ortográfico da Língua Portuguesa,
Academia Brasileira de Letras, março de 2009.

É proibida a reprodução total ou parcial por quaisquer
meios, sem autorização escrita da Editora.

Todos os direitos reservados pela Editora
Edgard Blücher Ltda.

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
Angélica Ilacqua CRB-8/7057

Silva, Myrian Barbosa da
Vogais pretônicas no Brasil : uma proposta de
descrição a partir da fala de Salvador / Myrian Barbosa
da Silva. – São Paulo : Blucher, 2021.
293 p.

Bibliografia

ISBN 978-65-5550-067-7 (impresso)

ISBN 978-65-5550-066-0 (eletrônico)

1. Linguística - Língua portuguesa 2. Língua
portuguesa - Vogais médias pretônicas - Salvador (BA)
3. Fonética - Língua portuguesa I. Título

21-0511

CDD 410

Índices para catálogo sistemático:

1. Linguística

A Bernardo, meu filho, e a Francisco, meu companheiro,
que deram à minha vida um significado maior,

e a meus pais, Seu Vió e Dona Betinha (*in memoriam*),
que me deram asas.

AGRADECIMENTOS

Tal qual Inês, estava eu posta em sossego, quando *Jacyra Mota*, minha diletta colega e amiga, insistiu, cheia de argumentos, que eu publicasse este livro, até então em forma de tese, encerrada numa estante. Comecei a me animar. *Francisco Ferreira de Lima*, meu marido, aplaudiu a ideia. *Bernardo Silva de Lima*, meu filho, entusiasmou-se com o projeto e “botou pilha”, como gostam de dizer os jovens da sua geração.

Havia uma dificuldade: feita na década de 1980, a tese tinha sido datilografada e reproduzida em mimeógrafo. Graças ao trabalho excelente de *Lucineide Santana Correia*, ele ganhou a forma moderna de documento digitalizado com todos os recursos que isso implica, inclusive a disponibilidade do uso dos símbolos fonéticos do alfabeto internacional (IPA), que substituíram, num extenso exemplário, os símbolos antes adaptados à velha máquina de escrever.

Chegou a hora, pois, de rever o texto e dar a forma adequada à publicação. Isso foi feito por *Josane Moreira de Oliveira*, que, além de boa pesquisadora, é mestre na arte de escolher a melhor forma de apresentação de uma obra e de nos salvar das complicadas e minuciosas regras da ABNT.

A todos eles minha profunda gratidão.

Myrian Barbosa da Silva

APRESENTAÇÃO

Ao lado da amizade que me liga à autora há vários anos, o prazer de apresentar *Vogais pretônicas no Brasil. Uma proposta de descrição a partir da fala de Salvador*, de Myrian Barbosa da Silva, justifica-se pelo aporte que traz para o conhecimento das vogais médias pretônicas no português brasileiro e como amostra de uma metodologia de análise que se acredita bastante útil para embasar outras pesquisas voltadas para esse tema.

O *corpus* analisado, extraído do Projeto de Estudo da Norma Linguística Urbana Culta (Projeto NURC), é também um ponto a destacar pelo fato de esse projeto representar a primeira pesquisa de grande extensão, realizada no Brasil, desenvolvida, simultaneamente, nas cinco capitais mais antigas e mais populosas (pelo menos, com um milhão de habitantes), na década de 1970, sob a liderança de Nelson Rossi — projeto relacionado ao *Proyecto de Estudio de la Norma Lingüística Urbana Culta*, proposto por Juan Lope Blanch (Universidad Nacional Autónoma de México) para as capitais de língua espanhola, em 1963.

A diferença de timbre entre as vogais médias pretônicas, como se sabe, é importante fator na diferenciação entre as áreas brasileiras, verificando-se a

predominância de vogais abertas, nas áreas mais ao Norte, e de vogais fechadas, nas que ficam mais ao Sul, fato para o qual chamara atenção Nascentes, já em 1953, após haver realizado, em suas palavras: “o meu ardente desejo de percorrer todo o Brasil, do Oiapoc ao Xuí (sic), de Recife a Cuiabá” (NASCENTES, 1953, p. 24), na proposta de divisão do “falar brasileiro” em dois grupos. Segundo o autor, “o que caracteriza estes dois grupos é a cadência e a existência de pretônicas abertas em vocábulos que não sejam diminutivos nem advérbios (sic) em mente (NASCENTES, 1953, p. 25).

Entende-se, assim, o interesse que o fato tem despertado entre os pesquisadores, documentando-se artigos e referências em obras variadas, teses e dissertações que dele se ocupam, como testemunha, por exemplo, a relação que aqui se apresenta, no Apêndice 2.

Em *VOGAIS PRETÔNICAS NO BRASIL*, Myrian Silva retoma dados de sua tese intitulada *As pretônicas no falar baiano: a variedade culta de Salvador* (UFRJ, 1989), que utilizou como *corpus* dados de falantes soteropolitanos que integram o *corpus* do Projeto NURC/Salvador.

A obra se desenvolve em cinco capítulos, a que se acrescentam dois apêndices.

No primeiro capítulo – “Do que trata este livro”, a autora apresenta a obra, a sua motivação, o *corpus* utilizado e a fundamentação teórica.

Em “A variedade de Salvador” encontram-se a metodologia e a descrição dos dados, com apresentação de Regras que buscam explicar a variação encontrada no *corpus*.

O capítulo seguinte, “Uma regra variável de timbre”, destina-se à análise da variação documentada em Salvador entre vogal média baixa, média alta e alta, como em *pess[ɔ]al pess[o]al e pess[u]al* ou *p[ɛ]rmitir, p[e]rmitir e p[i]rmitir*. Considerando que essa seria uma regra binária em outros dialetos e a baixa frequência com que ocorre em Salvador, a autora aventa a possibilidade de tratar-se de uma regra estilisticamente motivada.

O quarto capítulo, “O percurso das pretônicas”, trata das vogais pretônicas na história do português do Brasil, trazendo o testemunho de vários autores, desde Fernão de Oliveira, no século XVI. Com relação ao período entre 1990 e 2018, a autora utiliza os dados levantados por Chaves (2013), na tese intitulada *Panorama dos estudos das vogais pretônicas no português do Brasil: meta-análise das pesquisas desenvolvidas de 1980 a 2012*, e o Banco de Teses da CAPES, apresentando, ao final, um mapa do Brasil, em que dispõe a distribuição numérica de teses e dissertações sobre o tema.

No capítulo “Finalizando...” apresentam-se os dois conjuntos de regras – um de comportamento categórico e outro de comportamento variável – necessários para a descrição da amostra de Salvador, admitindo-se que esses processos sejam, em parte, comuns aos que se encontram em dialetos do Norte e de outras áreas do Nordeste.

A autora observa que a RVT (*Regra variável de timbre*), além do condicionamento linguístico, tem motivação social, funcionando como traço de prestígio, sobretudo no grupo de falantes de faixa etária 2, independentemente do sexo, e no de homens de faixa 3, principalmente no caso de indivíduos que representam a primeira geração universitária da família. Acrescenta, também, algumas reflexões sobre as regras propostas, em função da releitura feita no presente, decorridos vários anos da primeira versão da obra.

Destacam-se, ainda, dois APÊNDICES: o primeiro (A) com a versão final das regras propostas, e o segundo (B) com a relação de teses e dissertações sobre o tema, realizadas entre 1979 e 2018, distribuídas pelas regiões brasileiras.

Ao concluir esta apresentação, volto às palavras da autora, no trecho do último capítulo, que transcrevo a seguir:

Entender a variação dessas vogais como resultado de duas regras – uma que coloca a variação entre médias, abertas e fechadas, no âmbito regional e outra que vê a elevação das médias como um fenômeno geral no português brasileiro, independentemente de fronteiras regionais – significa, na minha visão, simplificar o quadro descritivo da língua nacional. Esse entendimento, me parece, é que se candidata a ser, neste trabalho, o meu pequeno tijolo nessa construção.

Observo, então, que vários tijolos foram levantados nessa construção, não só quanto à simplificação “do quadro descritivo da língua nacional” no que se refere à variação vocálica mas também com relação à análise meticulosamente construída e revelada passo a passo, que, certamente, auxiliará os pesquisadores que buscam entender essa variação presente no português do Brasil.

Jacyra Andrade Mota

SUMÁRIO

LISTA DE TABELAS	17
LISTA DE QUADROS	19
LISTA DE FIGURAS.....	21
LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS	23
SINAIS DE TRANSCRIÇÃO FONÉTICA	25
OUTRAS CONVENÇÕES	27
1. DO QUE TRATA ESTE LIVRO.....	29
2. A VARIEDADE DE SALVADOR.....	41
2.1 AS PRETÔNICAS NO CONTEXTO C __(\$)C.....	42
2.1.1 AS REGRAS EM QUESTÃO.....	42
2.1.1.1 O CONTEXTO VOCÁLICO.....	47
2.1.1.2 A HIPÓTESE DA REGRA VARIÁVEL.....	64
2.1.1.2.1 NO CONTEXTO ORAL.....	66
2.1.1.2.2 NO CONTEXTO NASAL.....	79
2.1.2 AS REGRAS CATEGÓRICAS DE TIMBRE (RCT).....	83
2.1.3 A REGRA VARIÁVEL DE ELEVÇÃO (RVE)	96
2.1.3.1 AS VARIÁVEIS LINGÜÍSTICAS.....	97
2.1.3.1.1 OS CONTEXTOS VOCÁLICOS.....	97
2.1.3.1.1.1 A ALTURA DA VOGAL CONTEXTUAL.....	98
2.1.3.1.1.2 A ZONA DE ARTICULAÇÃO DA VOGAL CONTEXTUAL	102
2.1.3.1.2 OS CONTEXTOS CONSONÂNTICOS.....	108
2.1.3.1.2.1 A CONSOANTE PRECEDENTE.....	109

2.1.3.1.2.2 A CONSOANTE SUBSEQUENTE.....	117
2.1.3.1.3 A ATONICIDADE DA VARIÁVEL DEPENDENTE.....	127
2.1.3.2 AS VARIÁVEIS SOCIOLINGUÍSTICAS.....	133
2.1.4 INTERFERÊNCIAS MORFOLÓGICAS.....	135
2.1.4.1 OS SUFIXOS.....	136
2.1.4.1.1 SUFIXOS PORTADORES DE VOGAL ACENTUADA ALTA.....	139
2.1.4.1.2 SUFIXOS PORTADORES DE VOGAL ACENTUADA MÉDIA.....	143
2.1.4.1.3 SUFIXOS PORTADORES DE VOGAL ACENTUADA BAIXA OU NASAL.....	145
2.1.4.1.4 SUFIXOS FORMADORES DE VERBOS.....	147
2.1.4.2 OS PREFIXOS.....	152
2.1.4.3 OS RADICAIS PREFIXADOS.....	161
2.2 PRETÔNICAS EM OUTROS CONTEXTOS SILÁBICOS.....	162
2.2.1 EM POSIÇÃO INICIAL ABSOLUTA (#___C).....	163
2.2.1.1 PRETÔNICAS NÃO-RECUADAS.....	163
2.2.1.1.1 ANTES DE /S/ IMPLOSIVO.....	163
2.2.1.1.2 ANTES DE OUTRAS CONSOANTES.....	165
2.2.1.2 PRETÔNICAS RECUADAS.....	174
2.2.2 PRETÔNICAS NOS CONTEXTOS ___V E V___.....	176
2.2.2.1 HIATOS.....	177
2.2.2.1.1 A PRIMEIRA VOGAL DA SEQUÊNCIA.....	177
2.2.2.1.2 A SEGUNDA VOGAL DA SEQUÊNCIA.....	184
2.2.2.2 DITONGOS.....	189
3. UMA REGRA VARIÁVEL DE TIMBRE.....	199
3.1 VARIÁVEIS LINGUÍSTICAS <i>STRICTO SENSU</i>	204
3.2 VARIÁVEIS SOCIOLINGUÍSTICAS.....	218
4. O PERCURSO DAS PRETÔNICAS.....	227
4.1 VOGAIS PRETÔNICAS NA HISTÓRIA DA LÍNGUA.....	227

4.1.1 A ELEVAÇÃO.....	228
4.1.2 O TIMBRE.....	231
4.1.2.1 EM POSIÇÃO INICIAL.....	234
4.1.2.2 EM POSIÇÃO NÃO-INICIAL.....	237
4.2 AS PRETÔNICAS NOS DIALETOS BRASILEIROS.....	244
FINALIZANDO.....	257
REFERÊNCIAS.....	265
APÊNDICE A – VERSÃO FINAL DAS REGRAS.....	273
APÊNDICE B – TESES E DISSERTAÇÕES SOBRE O TEMA.....	277

LISTA DE TABELAS

Tabela 1: Pretônicas antes de vogal tônica contígua	49
Tabela 2: Pretônicas antes de vogal átona contígua	50
Tabela 1': Pretônicas antes de vogal tônica contígua.....	51
Tabela 2': Pretônicas antes de vogal átona contígua (probabilidade)	52
Tabela 3: Pretônicas antes de vogal tônica não-contígua	55
Tabela 3': Pretônicas antes de vogal tônica não-contígua (probabilidade).....	55
Tabela 1'': Pretônicas antes de vogal tônica contígua (percentagem).....	58
Tabela 2'': Pretônicas antes de vogal átona contígua (percentagem).....	59
Tabela 3'': Pretônicas antes de vogal tônica não-contígua (percentagem).....	59
Tabela 4: Pretônicas em contextos orais e nasais (percentagem).....	65
Tabela 5: Pretônicas em contexto de vogal oral e nasal contígua, acentuada ou não.....	66
Tabela 5': Pretônicas em contexto de vogal oral (percentagem).....	67
Tabela 5'': Pretônicas em contextos orais pertinentes.....	71
Tabela 6: Amostra de Ribeirópolis (SE): não-escolarizados, não-urbanos	73
Tabela 7: Amostra da Bahia (APFB): não-escolarizados, não-urbanos	74
Tabela 8: Pretônicas em contexto de vogal nasal	80
Tabela 9: RVE: altura da vogal da sílaba subsequente	98
Tabela 10: RVE: efeito da vogal oral contextual recuada e não-recuada.....	102
Tabela 11: RVE: efeito da vogal contextual nasal recuada e não-recuada.....	104
Tabela 12: RVE: efeito da consoante precedente.....	109
Tabela 12': RVE: efeito da consoante precedente sobre vogais em contexto vocálico desfavorecedor	113
Tabela 13: RVE: efeito da consoante subsequente.....	118
Tabela 13': RVE: efeito da consoante subsequente sobre vogais em contexto vocálico desfavorecedor	123
Tabela 14: RVE: atonicidade da pretônica	129
Tabela 14': RVE: atonicidade da pretônica em contexto vocálico desfavorecedor.....	131
Tabela 15: RVE: variáveis sociais.....	133
Tabela 16: /E/ em posição inicial absoluta, seguida de fronteira silábica (#___\$C).....	166

Tabela 16': /E/ no contexto #__C, excluídos os casos em que C = /z/	169
Tabela 17: /O/ em posição inicial absoluta (#__C)	174
Tabela 18: Primeira vogal do hiato	178
Tabela 18': Primeira vogal do hiato em contexto acentuado e não-acentuado	179
Tabela 19: Segunda vogal do hiato	186
Tabela 20: Distribuição das realizações do ditongo EI	191
Tabela 21: Distribuição das pretônicas resultantes da simplificação dos ditongos OU e EI	194
Tabela 22: As variantes [o] e [e] nos contextos da RCT-3	205
Tabela 23: As variantes [o] e [e] não morfológicamente motivadas nos contextos da RCT-3	207
Tabela 24: RVT: atonicidade das pretônicas	212
Tabela 24': Atonicidade das pretônicas na totalidade da amostra	213
Tabela 24'': Contribuição dos grupos de atonicidade no total da amostra	213
Tabela 25: Contribuição das variáveis sociais à RVT	219
Tabela 26: RVT nos grupos de sexo	221
Tabela 27: RVT nas três faixas etárias	223

LISTA DE QUADROS

Quadro 1: Frequências reduzidas em contexto tônico contíguo	62
Quadro 2: Frequências reduzidas em contexto átono contíguo	62
Quadro 3: Frequências reduzidas em contexto tônico não-contíguo	63
Quadro 4: Totais de aplicação da RVE em BA e RS	96
Quadro 5: Ocorrências dos ditongos.....	190
Quadro 6: Julgamento dos vocábulos atingidos pela RVT	214
Quadro 7: Itens considerados de estilo não-popular.....	216
Quadro 8: Distribuição dos informantes na amostra estudada	224
Quadro 9: Lista comparativa.....	241

LISTA DE FIGURAS

Figura 1: Diagrama de Jones	107
Figura 2: Distribuição das teses e dissertações sobre as pretônicas no Brasil.....	255

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

adv	advérbio
alt	alto
ant	anterior
ALiB	Atlas linguístico do Brasil
APFB	Atlas prévio dos falares baianos
arr	arredondado
bx	baixo
con	contínuo
cons	consonântico
cor	coronal
EALMG	Esboço de um atlas linguístico de Minas Gerais
GG	Gramática gerativa
inf	informante
lat	lateral
nas	nasal
oc	número de ocorrências
POA	Porto Alegre
RCE	Regra categórica de elevação
RCT	Regra categórica de timbre
rec	recuado
RVE	Regra variável de elevação
RVocl	Regra de vocalização de /l/
RVT	Regra variável de timbre
sic	assim mesmo
sil	silábico

soa	soante
son	sonoro
SSA	Salvador
RIB	Ribeirópolis
Vb	Verbo

SINAIS DE TRANSCRIÇÃO FONÉTICA

a	vogal baixa recuada não-arredondada
ə	vogal média recuada não-arredondada
i	vogal alta não-recuada
u	vogal alta recuada
ɛ	vogal baixa não-recuada
ɔ	vogal baixa arredondada
e	vogal média não-recuada
o	vogal média arredondada
y	semivogal não-recuada
w	semivogal recuada
p	oclusiva labial não-sonora
b	oclusiva labial sonora
t	oclusiva alveolar não-sonora
d	oclusiva alveolar sonora
k	oclusiva alveolar não-sonora
g	oclusiva alveolar sonora
f	fricativa labial não-sonora
v	fricativa labial sonora
s	fricativa alveolar não-sonora
z	fricativa alveolar sonora
ʃ	fricativa palatal não-sonora
ʒ	fricativa palatal sonora
l	lateral alveolar
ʎ	lateral palatal
m	nasal labial

n	nasal alveolar
ɲ	nasal palatal
ʀ ¹	vibrante uvular
r	vibrante simples
ˈ	sílaba seguinte acentuada
~	sinal de nasalidade
˜	vogal nasal

¹ No presente trabalho, uso esse símbolo sob o rótulo de *uvular* para cobrir as várias realizações posteriores do dialeto, que vão da região velar até a região glotal.

OUTRAS CONVENÇÕES

#	pausa, limite de palavra
\$	limite de sílaba
*	forma não documentada no <i>corpus</i>
::	varia com
+	limite de morfema
C	carta dialetológica
C	consoante
F	frequência
F ₁	faixa etária 1 (25 a 35 anos)
F ₂	faixa etária 2 (36 a 55 anos)
F ₃	faixa etária 3 (56 anos ou mais)
H ₁	homem de faixa etária 1 (25 a 35 anos)
H ₂	homem de faixa etária 2 (36 a 55 anos)
H ₃	homem de faixa etária 3 (56 anos ou mais)
M ₁	mulher de faixa etária 1 (25 a 35 anos)
M ₂	mulher de faixa etária 2 (36 a 55 anos)
M ₃	mulher de faixa etária 3 (56 anos ou mais)
NU-1	primeira geração universitária da família
NU-2	não-primeira geração universitária da família
P	probabilidade
V	vogal
Y	semivogal
X	qualquer sequência fônica

DO QUE TRATA ESTE LIVRO

Um dia, quando estava na fase inicial da pesquisa que deu origem a este livro, uma amiga advogada foi me visitar no Rio de Janeiro e viu um pequeno fichário de madeira cheio de gavetinhas, que servia de mesinha de canto ao lado de almofadões em um típico apartamento de estudante na década de 1980. Curiosa, perguntou-me o que tinha em tanta gavetinha. Expliquei que eram fichas com a transcrição fonética das vogais que eu estava estudando para a minha Tese de Doutorado. Espantada com a especificidade do estudo, ela arregalou os olhos e me questionou: “Cinco vogais dão para escrever uma tese?!”. Rindo, eu respondi: “Cinco vogais não! São quatro!”.

São, pois, essas quatro vogais médias, /o/, /ɔ/, /e/ e /ɛ/, objeto da minha Tese de Doutorado, *As pretônicas no falar baiano: a variedade culta de Salvador*, defendida em 1989 na Universidade Federal do Rio de Janeiro, que trago a público agora depois de trinta anos!

Esse trabalho ficou restrito ao conhecimento de alguns poucos que tiveram acesso a ele, ou pela consulta à Biblioteca da UFRJ ou ao Banco de Teses da CAPES, instituição que presta um relevante trabalho aos pesquisadores brasileiros. Dificultava a sua divulgação por meios eletrônicos a sua impressão no velho mimeógrafo. Incentivada por Jacyra Mota, pioneira na pesquisa das vogais

pretônicas brasileiras e ainda estudiosa delas, resolvi voltar a rever esse trabalho para disponibilizá-lo em forma de livro. Esse projeto não previu modificar o seu conteúdo, mas corrigir algumas imprecisões e erros da edição anterior. Isso foi feito, exceto na seção 4.2, onde registrei os títulos que vieram a lume nesse lapso de cerca de 30 anos em que estive afastada do tema.

Por que estudar as vogais pretônicas no português americano?

As vogais pretônicas² constituem, ao lado da entoação, uma das principais marcas dos dialetos brasileiros e, por que não dizer, entre a variedade brasileira e a portuguesa pelo menos desde o fim do século XVIII, quando, no português europeu (PE), as vogais átonas sofreram uma grande mutação que resultou na centralização e elevação de [e] pretônico e na elevação do [o] para [u] na mesma posição.

A língua portuguesa, na variedade brasileira, de fato apresenta uma alternância fonética que caracteriza o falar de cada região. Trata-se da tripla possibilidade de realização na fala das vogais orais /O/ e /E/³ quando precedem a sílaba acentuada da palavra. Podem-se ouvir, por exemplo, *c[u]légio*, *c[o]légio*, *c[ɔ]légio*, *r[i]vista*, *r[e]vista* ou *r[ɛ]vista*⁴.

Essa diferença de altura das vogais pré-acentuadas se constitui numa forte marca regional, mas não caracteriza o sujeito socialmente, como parece ser o caso da variação entre os traços [recuado] e [não-recuado], antiga na língua, e

² Procurou-se, dentro do possível, adotar a nomenclatura da linguística moderna, admitindo-se, porém, termos já consagrados. É o caso, por exemplo, dos termos *tônica* e *pretônica*, que muitas vezes ocorrerão neste texto alternando com *acentuada* e *pré-acentuada*, apesar da imprecisão do termo *tônico* para referir-se ao acento de intensidade, caracterizador da língua portuguesa.

³ Usam-se neste trabalho símbolos maiúsculos para indicar segmentos fônicos cujos traços não estão inteiramente especificados na base.

⁴ Optou-se por só transcrever foneticamente toda a palavra quando absolutamente necessário à compreensão do texto. Assim o vocábulo onde ocorre a pretônica é transcrito ortograficamente, restringindo-se a transcrição fonética apenas à vogal em tela. Entre os exemplos, já citados nesta introdução, aparece o vocábulo *colégio*, que é escrito *c[u]légio*, *c[o]légio* e *c[ɔ]légio*, devendo o leitor entender a informação de que sua primeira vogal se realiza foneticamente ora como [u], ora como [o], ora como [ɔ]. De acordo com a conveniência, indicou-se a nasalidade da vogal da sílaba vizinha com til (*m[ɛ]n[ĩ]no*, *d[ɛ]n[õ]mina*). Convencionou-se ainda informar, depois de cada dado, separando-se por vírgulas, o número de vezes em que ele ocorre dentro da amostra (ex.: *c[u]légio*, 4; *c[o]légio*, 2; *c[ɔ]légio*, 6), assinalando com um asterisco a realização possível, mas não documentada no *corpus* (**c[ɔ]legiado*). Para simplificar a transcrição, foram registrados os nomes no masculino singular, eliminando distinções não pertinentes ao interesse da pesquisa, mas fazendo-se exceção aos casos em que essa resolução modificaria o contexto vocálico da pretônica, como nos adjetivos terminados em *-oso* (*n[ɛ]rv[o]so*, *n[ɛ]rv[ɔ]sa*, *n[ɛ]rv[ɔ]sos*) e nos plurais dos nomes em *-ão* (*f[u]gão*, *f[u]gões*). Por essa mesma razão, foram respeitadas as formas em que ocorreram os verbos.

que se encontra em exemplos como **pr[ɔ]guntar* :: **p[ɛ]rguntar*, **tr[ɔ]vuada* :: **tr[ɛ]vuada*, **p[u]rc[ɛ]lana* :: **p[u]rç[u]lana*, que revelam a classe social do locutor além de sua origem rural. O presente trabalho se restringe ao primeiro caso, isto é, ao estudo da variação entre vogais alta, média e baixa da série recuada ([u] :: [o] :: [ɔ]) e da série não-recuada ([i] :: [e] :: [ɛ]) na classe média de Salvador, na Bahia.

Antenor Nascentes, no primeiro quartel do século passado, exatamente em 1922 (data de publicação da primeira edição de *O linguajar carioca*), chamou atenção para a importância da variação entre vogais abertas (baixas) e fechadas (médias), quando estabeleceu essa isoglossa como limite dialetal do *falar brasileiro* e dividiu o território nacional em subfalares do Norte e subfalares do Sul. Segundo o autor, “o que caracteriza estes dois grupos é a cadência e a existência de pretônicas abertas em vocábulos que não sejam diminutivos nem advérbios em *-mente*” (NASCENTES, 1953 [1922], p. 25).

Apesar disso, o *subfalar baiano*, que compreendia Bahia e Sergipe e parte de Minas, de acordo com essa classificação, estaria incluído entre os *subfalares do Sul*. Neste trabalho apresenta-se um estudo quantitativo desse traço no dialeto urbano culto da cidade de Salvador-Bahia.

Utilizando uma amostra de oito horas de fala, com 12 informantes⁵ graduados por escola superior, nascidos na Cidade do Salvador⁶, descreve-se a realização de /E/ e /O/, estabelecendo as regras que determinam a sua altura. Entram em discussão as variantes documentadas em sílaba inicial aberta ([i]xiste :: [e]xiste) ou fechada ([i]sgoto :: [e]sgoto), em sílabas internas fechadas (*prop[u]rção* :: *prop[o]rção* :: *prop[ɔ]rção*) ou abertas (*s[i]m[i]lhantes* :: *s[e]m[e]lhantes* :: *s[ẽ]m[ɛ]lhantes*). Por último são examinadas também as vogais pré-acentuadas que constituem ditongos (*el[ey]ção* :: *el[ɛy]ção*) e hiatos (*r[i]almente* :: *r[e]almente* :: *r[ɛ]almente*).

Não é propósito deste trabalho discutir questões teóricas. Procura-se tão somente descrever esse conjunto de dados, levantar hipóteses explicativas para o funcionamento sincrônico das regras no dialeto, ampliando, assim, o conhecimento que se tem da língua portuguesa. Além disso, buscaram-se também in-

⁵ Participam dessa amostra 12 homens e 12 mulheres divididos em três faixas etárias: F₁, que alcança locutores de 25 a 35 anos; F₂, formada por indivíduos de 36 a 55 anos, e, finalmente, F₃, que congrega os maiores de 55 anos, distribuídos igualmente. Todos os informantes tinham o curso universitário completo, restrição já imposta pelo Projeto NURC.

⁶ Exigiu-se também que fossem filhos de indivíduos nascidos na Bahia, seja capital ou interior, a fim de se evitar a interferência de outro dialeto no seu vernáculo.

formações na história da língua, consultando velhos gramáticos e ortógrafos, arriscando explicar a origem dessa diferença dialetal.

Seguindo essa trilha e a das minhas próprias observações como falante nativa do “subfalar baiano”, busquei dividir a matéria, considerando o padrão silábico onde se situam as pré-acentuadas. Assim procedi porque se anteviam diferenças marcantes no comportamento dessas vogais de acordo com o contexto silábico. Notava-se, por exemplo, que a vogal /E/ nesse *corpus* se elevava quase categoricamente quando, em posição inicial absoluta, era seguida por um /S/ pós-vocálico (cf. 2.2.1: [i]scola, [i]spécie), confirmando o que ocorre em outros dialetos, mas que, diante de outras consoantes, ela se harmonizava com a altura da vogal seguinte (cf. 2.2.1.1.2: [ɛ]l[ɛ]mento; [e]leitor; [i]xistia). Observava-se também, continuando com o mesmo exemplo, que, no padrão CVC, não havia nenhum contexto em que /E/ se elevasse categoricamente. Por outro lado, o manuseio dos dados fazia notar que /O/, na posição inicial absoluta, raramente se elevava (cf. 2.2.1.2). Portanto a reunião desses dados produziria o efeito de aumentar demais o índice de elevação de /E/, porque incluiria numerosas ocorrências de [is], e de diminuir demais o índice de elevação de /O/, porque incluiria dados em que a elevação raramente ocorria. A única desvantagem desse recorte da amostra era não se poder quantificar os dados segundo o modelo escolhido⁷, quando estivessem em jogo as pretônicas em posição inicial absoluta, as pretônicas em hiato e os ditongos, cujas ocorrências eram muito reduzidas.

Para eliminar tal desvantagem, bastaria ampliar essa parte da amostra, solução pela qual não optei por entender que a pesquisa é como um novelo, cujo fio pode ser puxado sempre mais, e que deve ser cortado em algum ponto mais ou menos arbitrário, para que o trabalho seja concluído. Preferi, aqui, pois, deixar por conta do tempo de gravação fixado inicialmente para a realização desta pesquisa o estabelecimento do número de dados nos diversos padrões silábicos.

Por essas razões, foram discutidas, em primeiro lugar, as vogais precedidas de consoante, isto é, nos padrões CV e CVC, cujos dados, mais numerosos, foram submetidos aos programas computacionais que forneceram a percentagem e a probabilidade de aplicação da regra estudada (cf. seção 2.1).

⁷ Essa pesquisa utilizou dois programas para os estudos apresentados nos capítulos 2 e 3, em que o número de dados permitiu a sua utilização: o SWAMINC, criado por Naro em 1977, que calcula as porcentagens da ocorrência do fenômeno na presença de cada fator e prepara os dados para serem submetidos ao segundo programa, o VARBRUL-2, responsável pelos cálculos probabilísticos, ou seja, por fornecer a probabilidade de a regra estudada se aplicar diante de um certo contexto. No Capítulo 3 recorreu-se à percentagem pela razão inversa.

Na segunda parte do Capítulo 2, as pretônicas foram examinadas no padrão VC, V\$V (antes de vogal, em hiato) e V\̇ ou \̇V (antes e depois de semivogal, num ditongo), considerando-se apenas os percentuais de aplicação das regras em um contexto determinado.

O Capítulo 3 não tinha sido previsto no plano inicial do trabalho. Ele foi necessário para descrever a realização de vogais médias [o] e [e], que escaparam às descrições mencionadas nos parágrafos anteriores. Nesse ponto discutiu-se o que se denominou provisoriamente *Regra variável de timbre*.

Segue a análise dos dados o Capítulo 4, em que se busca reunir o maior número de informações possível sobre a trajetória das pretônicas no tempo e no espaço geográfico, especialmente no brasileiro. Essa especulação foi feita, inicialmente, com base numa bibliografia que inclui tanto estudos modernos quanto gramáticas e ortografias antigas, sobre a origem das variantes em questão. Em seguida, considerando a divisão de Nascentes (1953 [1922]), busquei reunir informações sobre os falares brasileiros com base em trabalhos da primeira metade do século XX e entre os contemporâneos. Na presente edição, essa parte foi atualizada com a relação das pesquisas acadêmicas produzidas no lapso de tempo entre a defesa da minha tese de Doutorado (1989) e o ano de 2018.

O princípio básico que orientou a investigação foi o de que a variação é uma condição natural das línguas, portanto a descrição pressupõe não só o conhecimento interno de sua estrutura invariante mas também do funcionamento de sua estrutura variante.

O conceito de língua como um sistema organizado começou, no início do século XX, com Saussure⁸, que distinguia a *linguística da língua* – a *linguística propriamente dita* – e a *linguística da fala*. No recorte que prioriza, a tarefa do linguista consiste na explicitação desse corpo organizado, a língua, quer na perspectiva sincrônica, quer na diacrônica, reconhecendo os fenômenos de variação apenas quando decorrentes das diversidades geográfica e temporal. Essa visão da língua não se contrapunha, assim, à doutrina linguística, anterior, fundada principalmente no interesse histórico de estudar a mudança linguística, para o que muito contribuiu a Dialectologia, que encontrava na variação de formas dialetais (entenda-se, aqui, dialetos geográficos) um meio para a reconstituição histórica.

⁸ Em 1916 surge o texto inaugural da linguística moderna, o *Curso de linguística geral*, compilação feita, poucos anos depois de sua morte, por dois de seus alunos (Charles Bally e Albert Sechehaye), das notas de aulas do mestre e dos apontamentos de alunos presentes aos cursos que ele dera.

A dicotomia saussureana *langue x parole* atravessou o século XX, tanto quanto a separação que se estabeleceu entre *sincronia e diacronia*, e está na base da doutrina estruturalista. A doutrina de Saussure teve, porém, alguns opositores, como o filósofo Benedetto Croce, na Itália, e os chamados idealistas alemães, como Karl Vossler, Eugene Lerch e Leo Spitzer. Jespersen, outro de seus opositores, desprezou a dicotomia *língua x fala*, preocupado com a relação entre o indivíduo e a utilização coletiva da linguagem. Mais modernamente, Coseriu (1979) retomou a discussão sobre esse par dicotômico para propor a sua substituição pelos conceitos de *sistema, norma e fala*, melhor dizendo, por *sistema, norma coletiva, norma individual e fala*, considerando que o termo *língua*, muito geral, se presta a diversas interpretações. Pondo-se ao lado daqueles que consideram a fala “a única realidade investigável da linguagem”, Coseriu (1979, p. 71) estabelece uma escala de abstrações em cujo extremo mais concreto estaria a *fala* (descrita como atos de criação inéditos) e no mais abstrato, o *sistema* (sistema funcional de oposições). Entre *língua e fala* estariam as *normas: individual* (conjunto de formas linguísticas habituais do indivíduo) e *coletiva* (modelo segundo o qual todos os membros de um mesmo grupo linguístico realizam as possibilidades oferecidas pelo sistema), Já que, para o autor, os atos linguísticos, embora inéditos, são atos de “re-criação” e não “invenções ex-novo e totalmente arbitrárias do falante, mas se estruturam sob modelos precedentes, que os novos atos contém e, ao mesmo tempo, superam” (COSERIU, 1979, p. 72), parece justo inferir-se que o saber linguístico do indivíduo não corresponde apenas ao *sistema*, mas à *norma* do seu grupo social e à sua própria (que não são estáticas).

Essa concepção coincide em parte com as noções da *competência* linguística do falante ou do seu *desempenho*. A teoria gerativa padrão – que data dos meados do século passado –, à qual pertencem esses conceitos, distingue como parte do saber linguístico, da competência, portanto, o dicionário de itens lexicais e o sistema de regras interiorizadas pelo falante, que lhe permitem produzir e compreender um número infinito de frases inéditas, desfazer ambiguidades e julgar a propriedade e adequação (gramaticalidade) dos enunciados. E essas regras, que podem ser obrigatórias e opcionais, fazem parte da sua gramática e deverão ser o objeto de investigação do linguista. Assim as variações a que todas as línguas estão sujeitas são fenômenos do desempenho, não previsíveis pelas regras da gramática. Ficou assim afastada do interesse dos gerativistas a variação linguística.

Nesse sentido, a teoria padrão, pelo menos nisso, se aproxima do estruturalismo, que a precede. O interesse dos estruturalistas se limitava à descrição das

regras do sistema, bastando-lhes rotular os fenômenos variáveis como *variação livre*. Nenhuma dessas correntes linguísticas, portanto, reconheceu o caráter *sistemático* da variação, que constitui o objeto da Sociolinguística.

Como chamam à atenção Cedergren e Sankoff (1974), alguns linguistas – e entre eles, até certo ponto, Labov – tentaram explicar a variação através da existência de muitas gramáticas dentro de um contínuo, ou de descrições estruturais com regras cada vez mais pormenorizadas no intuito de, se não anular o número de ambientes onde ocorre variação, pelo menos torná-lo reduzido ao extremo. Ao contrário deles, esses autores argumentaram que a variação é fenômeno inerente às línguas e que, cada vez mais, as pesquisas revelam “[...] que as possibilidades representadas pelas regras opcionais abstratas são distribuídas de um modo bem padronizado em um dado falante e em uma determinada comunidade linguística” (CEDERGREIN; SANKOFF, 1974, p. 333)⁹.

Tendo em vista a regularidade dentro da variação, concluem:

Embora o desempenho possa ser considerado somente um reflexo aproximado da competência [...], é difícil escapar da conclusão de que aqueles aspectos do desempenho que são inteiramente sistemáticos no indivíduo e dentro da comunidade de falantes sejam reflexo da competência linguística. (CEDERGREIN; SANKOFF, 1974, p. 333-334)¹⁰

Essa nova abordagem da língua amplia, por isso, a concepção de competência do falante, considerando parte do saber linguístico também as regras que operam essa sistematicidade. Desse ponto de vista, a nova maneira de encarar a gramática do falante, longe de constituir um contraponto à teoria gerativa, parece uma ampliação de um de seus pressupostos¹¹. As regras variáveis postuladas nesse modelo substituem as regras facultativas da GG¹², especificando a ten-

⁹ Do original: “[...] that the possibilities represented by abstract optional rules are distributed in a reproducible and well patterned way in a given speaker and in a given speech community” (tradução minha).

¹⁰ Do original: “Although performance may be considered only an approximate reflection of competence [...], it is difficult to escape the conclusion that those aspects of performance that are found to be thoroughly systematic in an individual and throughout a community are reflections of linguistic competence” (tradução minha).

¹¹ Cf. Cedergren e Sankoff (1974, p. 333): “Essa competência é moldada nos termos gerativos convencionais, exceto que às regras optativas são atribuídas probabilidades de aplicação[...]”. Do original: “This competence is modeled in conventional generative terms, except that optional rules are assigned application probabilities[...]” (tradução minha).

¹² Cf. Labov (1978, p. 45): “Desse ponto de vista, pode-se dizer que uma regra variável nada mais é que uma regra facultativa prevista em um quadro probabilístico [...]”. Do original: “De ce point de vue, on peut dire qu’une règle variable n’est autre qu’une règle facultative envisagée

dência de aplicação da regra de acordo com restrições linguísticas e/ou sociais. Assim a Sociolinguística busca aprofundar o conhecimento que se tem sobre o que o falante “sabe”, para que seu comportamento linguístico se aproxime do comportamento dos outros membros do seu grupo (social, regional, etário etc.). Enfim, essa disciplina considera como princípio fundamental o da *variação inerente*, ou seja, o de que a variação faz parte do sistema.

Sobre essa questão ensina Labov (1982 [1969]):

A condição normal da comunidade de fala é a heterogeneidade: podemos esperar encontrar uma ampla gama de variantes, estilos, dialetos e línguas faladas por seus membros. Além disso, essa heterogeneidade é uma parte integrante da economia linguística da comunidade, necessária para satisfazer à demanda linguística da vida diária¹³. (LABOV, 1982 [1969], p. 17)

Decorrem desse entendimento da gramática do falante os três tipos de regras usadas no presente trabalho, propostas por Labov (1977, 1978)¹⁴ para descrever o fenômeno linguístico: as regras categóricas, as regras semicategóricas e as regras variáveis.

As regras categóricas têm a mesma configuração que lhes deu a gramática gerativa, ou seja, $X \rightarrow Y / A_B$, pela qual se entende que, dado o contexto A_B , X obrigatoriamente se torna Y . Já a formalização da regra variável difere da primeira pela inclusão de colchetes angulares em torno do elemento à direita da seta, que representam a sua natureza variável, com o sentido matemático de mais ($>$) e de menos ($<$). Desse modo $X \rightarrow <Y> / A_B$ é a formulação correta de uma regra variável¹⁵. As regras semicategóricas se distinguem das categóricas porque as violações das segundas produzem perturbação na comunicação, e se distinguem das regras variáveis pela raridade dessas violações. Mas todos os três tipos de regras são passíveis de violações por parte dos locutores na situação real de fala. O que as distingue são, tão somente, a frequência e o tipo de violação.

dans un cadre probabiliste [...]” (tradução minha).

¹³ Do original: “The normal condition of the speech community is a heterogeneous one: we can expect to find a wide range of variants, styles, dialects, and languages used by members. Moreover, this heterogeneity is an integral part of linguistic economy of the community, necessary to satisfy the linguistic demands of every-day life” (tradução minha).

¹⁴ As edições originais são, respectivamente, de 1972 (LABOV, W. The internal evolution of linguistic rules. In: STOCKWELL, R.; MACAULAY, R. (Eds.). *Historical linguistics and generative theory*. Bloomington: Indiana University Press, 1972, p. 101-171) e de 1969 (LABOV, W. Contraction, deletion and inherent variability of English copula. *Language*, 45, p. 715-762, 1969).

¹⁵ Para maiores detalhes sobre esse ponto, cf. Labov (1978).

A formulação do *princípio da variação inerente* traz consequências não só para a abordagem sincrônica da língua como também para a diacrônica. Como a Dialetoлогия no passado, a Sociolinguística impulsionou os estudos sobre a mudança linguística. O relacionamento da Dialetoлогия com os estudos históricos baseava-se no fato de a mudança linguística não observar o mesmo ritmo em todas as regiões. Isso fica claro no seguinte trecho de Câmara Jr. (1979), que resumiu bem a questão:

A geografia linguística é, ademais, importante como uma nova abordagem ao estudo histórico comparativo. Em vez de ter que recorrer aos textos antigos de fases passadas extintas, *o investigador apenas focaliza os aspectos vivos, contemporâneos, da língua apreendendo as formas linguísticas no intercâmbio oral*. Obtém uma corrente evolucionária pela comparação das muitas variantes de cada forma, *cuja distribuição no espaço pode ser traduzida numa distribuição através de tempo de acordo com regras metodológicas*. (CÂMARA JR., 1979, p. 102) (grifos meus)

Guardadas as devidas proporções, e considerada a variação não mais no eixo espacial mas no eixo social, a Sociolinguística moderna continua, de certo modo, a proposta da Geografia Linguística, que, com os instrumentos da época, vislumbrou apenas a ponta do *iceberg*. Do mesmo modo que a variação geográfica, a variação sociolinguística reflete a mudança, porque esta não atinge ao mesmo tempo todas as classes sociais, todas as faixas geracionais, enfim todos os grupos construídos na sociedade. Resta, pois, aos linguistas recolher as formas que representam, num tempo determinado, os diferentes estágios da mudança e traçar-lhes a cronologia.

Isso trouxe de volta questões antigas, propostas pelos neogramáticos, sobre o modo como a mudança se processa: se gradual ou abruptamente, se atinge ou não todos os vocábulos do léxico. Qualquer que seja a conclusão de cada linguista sobre a questão de como mudam as línguas, a correlação estabelecida entre a variação observada sincronicamente nas comunidades linguísticas e os processos de desenvolvimento linguístico importou um avanço considerável da linguística histórica.

A ampliação do modelo de gramática do falante, discutida na seção anterior, impõe, portanto, ao linguista uma nova tarefa: descrever o comportamento linguístico variável, mas sistemático, do falante, o que tem reflexos fundamentais na metodologia empregada para acercar-se do objeto de estudo. O primeiro desses reflexos é o abandono da intuição como base para abordar o funcionamento da gramática da comunidade, o que vale dizer, a renúncia da utilização do idioleto

do autor. Essa prática do modelo gerativista mereceu de Labov (1978) a crítica que se lê a seguir:

Ora, por úteis que elas pudessem ser ao teórico que formula suas hipóteses, está claro que as intuições pessoais representam bem o único tipo de dados que não poderia servir de provas, pois ninguém pode estimar precisamente a que ponto elas estão sob influência do desejo universal e compreensivo de demonstrar que se tem razão¹⁶. (LABOV, 1978, p. 80)

O estudo ora apresentado se beneficiou desses avanços e do progresso que o Estruturalismo, primeiro, e, depois, a Teoria Gerativa imprimiram ao campo da Fonologia, progresso ampliado agora pela Sociolinguística, ao estender o conceito de regra de gramática a regras variáveis. É assim que esta pesquisa deve muito aos estudiosos do passado, filólogos, gramáticos e linguistas, sem o trabalho dos quais essa geração teria de começar do nada. Como disse Labov (1981a, p. 305): “*Insights* se acumulam gradualmente e somente para aqueles que podem ler seus predecessores com compreensão”¹⁷.

Com a Sociolinguística, a “intuição” do linguista foi substituída pelo trabalho de campo, aperfeiçoando as técnicas de coleta de dados que foram a prática dos estruturalistas e mais, dos dialetólogos. A Sociolinguística deslocou o foco das observações do eixo horizontal – o geográfico – para o eixo vertical dos dialetos sociais. Contando agora com modernos e eficientes aparelhos para a gravação de trechos da fala, pode hoje obter um número representativo de dados de diversas situações de interação linguística e analisar um número considerável deles, com a ajuda de programas computacionais.

Na nova metodologia, o processo de recolha da amostra é visto como condição essencial para conclusões satisfatórias. Alerta Labov (1978, p. 8) que para se obterem conclusões satisfatórias o cuidado deve começar na recolha da amostra: “o fato de se registrar nunca é, bem entendido, sem efeito”¹⁸. Ao recolher os dados, o linguista é paradoxalmente um falante que participa da conversa e o observador interessado em obter certo tipo de informação. Consciente disso, ele terá de se precaver contra essa situação, que pode interferir nessa recolha,

¹⁶ Do original: “Or, pour utiles qu’elles puissent être au théoricien qui formule ses hypothèses, il est clair que les intuitions personnelles représentent bien le seul type de données qui *ne sauraient* servir de preuves, car nul ne peut estimer précisément à quel point elles sont sous l’influence du désir universel, et compréhensible, de démontrer qu’on a raison” (tradução minha).

¹⁷ Do original: “*Insights* accumulate gradually, and only for those who can read the work of their predecessors with understanding” (tradução minha).

¹⁸ Do original: “Le fait d’enregistrer n’est, bien entendu, jamais sans effet” (tradução minha).

produzindo efeitos indesejáveis. A amostra utilizada nesta investigação não foi recolhida com o propósito de recolher um dado específico. Ela faz parte de um grande projeto que visava a estabelecer a norma de falantes cultos de grandes cidades brasileiras (Projeto NURC)¹⁹.

A segunda consequência metodológica do estudo das regras variáveis é o tratamento quantitativo dos dados, uma vez que se passou a lidar com fenômenos que ora ocorrem, ora não. A princípio foram realizados estudos de frequência da regra, calculando-se sua percentagem de aplicação na presença de um determinado fator. Mas a regra variável é governada por um conjunto de fatores, cujo efeito não é possível de ser isolado com o cálculo de porcentagem, já que em cada ocorrência do fenômeno estudado há sempre a concorrência de vários fatores, aumentando as chances de aplicação ou as diminuindo. Depois de variadas tentativas de quantificação dos dados, Rousseau e Sankoff (1978) conseguiram obter resultados mais satisfatórios que as tentativas antecessoras²⁰ com o *modelo logístico*, que formou a base para o programa computacional VRBRUL 2, utilizado no tratamento da maior parte dos dados deste trabalho. Esse *software* fornece os resultados em probabilidades de a regra estudada se aplicar na presença de um determinado fator.

Finalmente, o título deste livro tornou-se mais amplo que o da tese que lhe deu origem. Embora o centro da pesquisa continue sendo a descrição de uma amostra do subfalar baiano, a pretensão dele se modificou. Muitas informações sobre outras variedades do português brasileiro surgiram nos últimos anos. Espero que ele seja considerado dentro desse cenário como uma contribuição para formar um quadro completo das pretônicas no Brasil e colocar mais luz sobre a origem dessa diversidade, honrando o legado dos dialetólogos brasileiros que se debruçaram sobre o tema, especialmente Antenor Nascentes, que nos legou a primeira divisão dos dialetos nacionais.

¹⁹ O estudo das pretônicas na variedade culta de Salvador conta com uma amostra principal e duas secundárias, que foram constituídas para responder a questões levantadas ao longo desta investigação. A amostra principal é formada de um segmento do *corpus* do Projeto da Norma Urbana Culta de Salvador (NURC-SSA), cuja constituição atende às exigências da pesquisa sociolinguística. Uma das amostras secundárias foi tomada de empréstimo ao *Atlas prévio dos falares baianos* (ROSSI, 1965), cuja *Introdução* fornece dados transcritos foneticamente. A segunda resultou de um levantamento do exemplário do trabalho de Mota (1979) sobre uma localidade sergipana, Ribeirópolis. As razões que me levaram a lançar mão dessas duas amostras complementares e o tratamento que a elas foi dado estão consignados na seção 2.1.1.2.

²⁰ Para a descrição desses modelos cf. Naro (1980).

A VARIEDADE DE SALVADOR

O alvo desta pesquisa são as vogais médias recuadas e não-recuadas em sílaba antes de acento principal do vocábulo, que foram documentadas na amostra de Salvador a partir da década de 1970.

Como anunciei na introdução deste trabalho, as vogais pré-acentuadas se realizam ora como altas ([u] em *prop[u]rção*, [i] em *n[i]c[i]ssita*), ora como médias ([o] em *pr[o]p[o]rção*, [e] em *n[e]c[e]ssita*), ora como baixas ([ɔ] em *pr[ɔ]p[ɔ]rção*, [ɛ] em *n[ɛ]c[ɛ]ssita*). Essas múltiplas realizações não são aleatórias, mas sistemáticas, obedecem a regras, que fazem parte do conhecimento linguístico do falante de Salvador.

Para examinar a amostra, separei os dados conforme o padrão da sílaba, que intuía desde o início interferir na altura da vogal. Por isso distingui as pretônicas:

- entre duas consoantes – C__(\$)C –, como em *r[ɔ]sada*, *c[o]steira*;
- em posição inicial absoluta, ou seja, depois de uma pausa virtual – #__(C) –, como em *[e]leitor*, *[i]scolha*;
- antes ou depois de um segmento vocálico, ou seja, constituindo um hiato, como em *r[ɛ]alizar*, ou constituindo um ditongo, como em *p[ow]pança*.

2.1 AS PRETÔNICAS NO CONTEXTO C ____ (\$)C

Na primeira etapa da análise foi estudado o comportamento das vogais quando estão entre duas ou mais consoantes, uma das quais, naturalmente aquela que a segue, pode ou não fazer parte da mesma sílaba (no primeiro caso, o [s] em *p[e]scou* e no segundo, o [g] em *p[e]sgou*). Comecei desse contexto por ser ele o mais frequente, sendo, portanto, o que podia fornecer informações mais seguras. Os outros contextos foram examinados logo a seguir.

2.1.1 As regras em questão

A alternância entre as vogais pretônicas dentro do mesmo item lexical, como a que se verifica nos exemplos apresentados acima, conduziu à hipótese de que a realização das pré-acentuadas nesse dialeto fosse governada por uma regra variável, como a concebe Labov (1977), cujos contextos estariam por se estabelecer.

O contato com os dados, o conhecimento assistemático da norma de Salvador, as informações sobre o comportamento das pretônicas em outras variedades da língua fornecidas pelos trabalhos dos que me precediam e que são reportados em 4.2 faziam-me supor que um dos contextos pertinentes, talvez o mais pertinente, fosse o de vogais das sílabas seguintes. Suspeitava da existência de uma regra de harmonização vocálica que não só copiaria na vogal pré-acentuada o traço [alt] da vogal contextual, como ocorre em outras variedades, mas também o faria em relação ao traço [bx]. Atestam a variação mencionada estes exemplos, retirados do *corpus* estabelecido na cidade de Salvador, na Bahia.

[u] :: [o] :: [ɔ]	<i>pr[u]fessor, 1 :: pr[o]fessor, 15 :: pr[ɔ]fessor, 2</i>
[i] :: [e] :: [ɛ]	<i>esp[i]cial, 5 :: esp[e]cial, 5 :: esp[ɛ]cial, 5</i>
[u] :: [ɔ]	<i>m[u]vimento, 2 :: m[ɔ]vimento, 3</i>
[u] :: [o]	<i>comp[u]sitores, 1 :: comp[o]sitores, 4</i>
[o] :: [ɔ]	<i>f[o]rmidável, 1 :: f[ɔ]rmidável, 1</i>
[u] :: [o]	<i>m[u]derna, 7 :: m[o]derna, 1</i>
[i] :: [e]	<i>d[i]v[ɪ]ria, 1 :: d[e]v[e]ria, 2</i>
[i] :: [ɛ]	<i>m[i]lhor, 14 :: m[ɛ]lhor, 3</i>
[ɛ] :: [e]	<i>int[ɛ]r[ɛ]ssante, 5 :: int[e]r[e]ssante, 5</i>

Além disso, suspeitava que o contexto dessa regra variável não fosse necessariamente a vogal da sílaba tônica, como já haviam assinalado alguns (cf. SILVA, 1974, p. 43-48 e BISOL, 1981, p. 65), mas a vogal de qualquer sílaba à direita da pretônica. Admitia, porém, que a maior ou menor intensidade da sílaba subsequente pudesse contribuir para maior ou menor aplicação da regra.

Orientou ainda o início da pesquisa a expectativa de que tivessem alguma influência sobre a regra variável de harmonização vocálica as consoantes das margens silábicas; alguns fatores de ordem morfológica, como a presença do limite de morfema entre a vogal condicionada e a vogal condicionadora e mais: a natureza dessa barreira. Finalmente admitia-se a existência de uma possível relação entre a aplicação da regra e a idade, o sexo e a procedência social do falante.

Define-se, pois, como hipótese inicial deste trabalho a existência de uma variável dependente: a regra variável que transformaria /O/ e /E/, respectivamente, em [u], [o] ou [ɔ] e [i], [e] ou [ɛ]. Para investigá-la, levei em conta algumas variáveis independentes, buscando, através dos recursos fornecidos pelos programas computacionais SWAMINC e VARBRUL-2, já mencionados, identificar a força de cada fator na aplicação da regra. Descartadas algumas variáveis independentes que se mostraram logo irrelevantes, foram consideradas as seguintes:

- 1) ponto de articulação da variável dependente
 - recuado (*m/O/vimentado*)
 - não-recuado (*entr/E/vista*)
- 2) distanciamento da variável dependente em relação à sílaba tônica
 - em sílaba contígua à tônica (*p/E/ríodo*)
 - em sílaba não contígua (*s/O/rtiado*)
- 3) ponto de articulação da consoante precedente
 - labial (*disp/O/siçãõ*)
 - dento-alveolar lateral (*l/E/giãõ*)
 - dento-alveolar não-lateral (*int/E/ligente, s/O/cial*)
 - palatal (*ch/E/gar*)

- velar (*c/O/rrida*)
- úvulo-faríngea (*r/O/busta*)

4) ponto de articulação da consoante seguinte

- labial (*apr/O/veitamento*)
- dento-alveolar lateral (*int/E/ligente*)
- dento-alveolar não-lateral (*ass/O/ciado*)
- palatal (*br/O/chura*)
- velar (*m/E/cânico*)
- úvulo-faríngea (*p/E/rmitir*)

5) altura da vogal acentuada

- alta (*d/E/nom[i]nam, s/O/l[u]ço*)
- média (*p/E/rmanec[e]r, m/O/t[o]r*)
- baixa 1 (*c/O/l[ε]gio, c/O/l[ɔ]quio*)
- baixa 2 (baixa recuada não-arredondada) (*j/O/rn[a]l*)

6) altura da vogal inacentuada da sílaba subsequente

- alta (*pr/O/v[i]dência, p/O/l[u]ição*)
- média (*r/E/c[o]rrer, pr/O/t[e]ger*)
- baixa 1 (*n/E/c[ε]ssário, c/O/l[ɔ]cação*)
- baixa 2 (baixa recuada não-arredondada) (*ap/E/l[a]ção, c/O/l[a]ção*)

7) nasalidade da vogal acentuada

- nasal (*p/E/rg[ũ]ta*)
- não-nasal (*pr/O/c[u]ra*)

8) nasalidade da vogal inacentuada da sílaba subsequente

- nasal (*pr/O/f[ũ]damente*)

- não-nasal (*s/E/g[u]rada*)

9) caráter átono da vogal da variável dependente, distribuindo-se os dados em cinco grupos

- de átonas permanentes, que nunca se realizam dentro da família como vogal acentuada (*n[u]tícia*)
- de átonas casuais, que também se realizam na família como uma vogal acentuada baixa (*c[o]rtei / corta*)
- de átonas casuais que se realizam na família também como uma vogal acentuada média (*n[ε]rvosa / nervo*)
- de átonas casuais que tenham dentro da família uma realização acentuada mista, ora como baixa, ora como média (*g[ε]lado / g[ε]lo / g[e]lo*)
- de átonas casuais que tenham dentro da família uma realização acentuada mista entre alta e média e/ou baixa (*d[u]rmir / d[u]rmo / d[ɔ]rme; p[u]ssível, p[u]de / p[o]de / p[ɔ]de*)

10) faixa etária do locutor

- de 25 a 35 anos (F_1)
- de 36 a 55 anos (F_2)
- de 56 anos em diante (F_3)

11) sexo do informante

- masculino
- feminino

12) procedência social do informante, considerando a geração universitária a que ele pertence dentro da família, admitindo-se a possibilidade de se observar interferência de traços socialmente determinados

- se constitui a primeira geração de universitários na família (NU-1)
- se constitui pelo menos a segunda geração (NU-2)

Tendo em vista a metodologia adotada, foram retirados da primeira fase da análise, isto é, não foram submetidos ao programa VARBRUL-2, os seguintes dados, cuja presença poderia, por razões diversas, comprometer as conclusões:

a) Itens lexicais cuja vogal pré-acentuada mantém-se inalterada em mais de 20 ocorrências na amostra. Esse procedimento foi adotado por se entender que esse número de emissões invariantes pode ser indício de uma mudança da vogal básica do item. Por isso, não constam da amostra:

<i>p[ɛ]ssoa</i> , 133	<i>r[ɛ]lógio</i> , 32
<i>v[o]cê</i> , 90	<i>n[ɔ]rmalmente</i> , 29
<i>g[ɛ]ral</i> , 58	<i>impr[ɛ]ssão</i> , 27
<i>pr[ɔ]blema</i> , 42	<i>s[i]gundo</i> , 23
<i>g[ɛ]ralmente</i> , 39	<i>coop[ɛ]rativa</i> , 22

Segundo o mesmo critério, foram afastadas todas as 38 formas do verbo *poder*, cuja pretônica sempre se realizou como alta (*p[u]der*), em oposição à do nome, duas vezes realizada como média (*p[o]der*). Considerou-se no mesmo caso *j[ɔ]rnais*, 67, variando uma única vez com *j[u]rnais*, em sílaba muito breve, de difícil audição. Foram retirados ainda *acr[i]dito*, 35 e *acr[ɛ]dito*, 1, *p[u]rque*, 147 e *p[o]rque*, 8, itens que, apesar de não se constituírem invariantes, pendem, numa frequência excessivamente alta, para uma das realizações, o que eventualmente poderia produzir certa distorção nos resultados.

b) Foram excluídas as pretônicas de palavras derivadas com sufixo de grau (*-inho*, *-zinho*, *-ão*, *-ona*) ou com o sufixo *-mente*, que, na primitiva, eram inacentuadas finais (*pap[u]zinho*, *nom[i]zinho*, *constant[i]mente*) ou acentuadas (*p[ɛ]razinha*, *v[ɛ]lhinhas*, *pr[ɛ]tão*, *gr[ɔ]ssonas*), que conservam a altura da primitiva, como já tinham observado Mota (1979, p. 43) e Bisol (1981, p. 142) para outros dialetos. Nessas circunstâncias, tais vogais só se alteraram quando esses sufixos já perderam a noção de grau e adquiriram um novo referente (*far[ɔ]l+ete* > *far[o]lete* ‘peça de iluminação de veículos’, *f[o]go+ão* > *f[u]gão* ‘peça de cozinha’, casos mantidos na amostra sem divisão morfemática (cf. 3.4.1).

c) Foi adiado o tratamento das vogais dos prefixos (*int[ɛ]rmunicipal*) e dos radicais prefixados (*eletr[u]doméstico*) para a seção 2.4.2 e 2.4.3, por terem elas, mesmo quando inacentuadas, comportamento distinto das vogais que compõem o radical.

d) Foram eliminadas as pretônicas do radical *dez-* (numeral) e da sequência inicial *des-*, se seguida de consoante. Nesse caso, exceto quando intervêm outros fatores, elas se realizam sempre como [i] (*d[i]zesseis*, *d[i]stinam*), certamente por analogia formal à vogal do sufixo homônimo *des-* (*d[i]sdobrar*) (cf. 2.4.2).

e) Finalmente, decidiu-se também afastar da amostra os nomes próprios (*Sal[ɛ]sianos*) e as siglas (ex. INOCOP, pronunciada [ĩnɔ'kɔpi]), por sua natureza diversa da dos outros itens que compõem o *corpus*.

2.1.1.1 O contexto vocálico

Por se desconfiar que esse contexto tivesse papel preponderante no jogo de altura das pretônicas, iniciou-se a análise dos dados pelos grupos de fatores relacionados com a altura da vogal contextual. Era, porém, necessário, antes de tudo, definir que vogal servia de contexto à variável dependente. A vogal da acentuada já havia sido apontada como contexto para a elevação de pretônicas por autores renomados, como, por exemplo, Silveira (1921, p. 24), que afirma: “[...] o exame de um bom número de vocábulos me leva a crer que o timbre da vogal tônica influi muitas vezes nos das vogais antetônicas”.

Também Câmara Jr. (1970, p. 34), referindo-se a um aspecto da questão no dialeto carioca, a ela se refere: “[...] as oposições [...] entre /o/ e /u/ de um lado, e, do outro lado, entre /e/ e /i/ ficam prejudicadas pela tendência a harmonizar a altura da vogal pretônica com a vogal tônica quando esta é alta” (grifo meu).

Outros chegaram a crer que a tonicidade da vogal contextual fosse traço indispensável à aplicação da regra, como disse Lemle (1974, p. 16): “A elevação da vogal é condicionada pela presença da vogal alta (/i, u/) na sílaba tônica. Que o ambiente condicionante restringe-se a /i, u/ acentuados é evidenciado por palavras como *brevidade*, *proposital* [...] com [e, o] e nunca [i, u] antes do [i] não acentuado” (grifo meu).

Os dados, porém, indicavam que a vogal inacentuada da sílaba à direita da variável dependente também participava do jogo das pretônicas, como já tinha sido levantado por Silva (1981, p. 43-48), que brevemente se referiu à questão no

dialeto de Salvador, e por Bisol (1981, p. 65), que o demonstrou usando dados do dialeto gaúcho.

Para avaliar o efeito dessas vogais — tônicas e átonas — sobre a variável dependente e assim determinar o contexto vocálico da regra, comparem-se as probabilidades de ocorrência de pretônicas nos três graus de abertura, considerando ora o contexto da vogal acentuada contígua (Tabela 1), ora o da vogal inacentuada contígua (Tabela 2), ora o contexto da vogal acentuada não-contígua (Tabela 3).

As tabelas 1 e 2, dispostas a seguir, apresentam os resultados de seis listagens referentes às variantes recuadas [u], [o] e [ɔ] e às não-recuadas [i], [e] e [ɛ]. Isso significa a apresentação da probabilidade de ocorrência de cada variante e a porcentagem dela em variados contextos, seguida do número de dados sobre o qual esses cálculos foram feitos²¹.

²¹ Por exemplo, no contexto de vogais altas contíguas (___ [u], [i]), [o] ocorre 40 vezes de um total de 186 possibilidades, o que representa 21,5% dos dados nesse contexto (cf. Tabela 1).

Tabela 1: Pretônicas antes de vogal tônica contígua (Ex.: c/O/légio, r/E/vista)

	Recuada /O/						Não-recuada /E/					
	[u]		[o]		[ɔ]		[i]		[e]		[ɛ]	
	P	F	P	F	P	F	P	F	P	F	P	F
— [u], [i]	0,96	68,4% 121/177	0,61	21,5% 40/186	0,10	14,8% 25/169	0,93	62,6% 224/358	0,53	14,2% 51/360	0,12	23,6% 85/360
— [o], [e]	0,33	25,6% 20/78	0,97	75,3% 67/89	0,01	2,3% 2/85	0,22	7,5% 16/213	0,99	92,9% 196/213	0,00	0,5% 1/213
— [ɔ], [ɛ]	0,44	20,7% 17/82	0,30	3,5% 3/86	0,76	77,6% 66/85	0,56	18,5% 22/119	-	-	0,83	81,5% 97/119
— [a]	0,01	1,2% 2/165	0,47	1,1% 2/185	0,98	97,8% 181/185	-	-	0,13	1,7% 4/230	0,98	98,3% 226/230
— [ũ], [ĩ]	0,92	72,7% 24/33	0,61	9,1% 3/33	0,11	18,2% 6/33	0,78	31,8% 21/66	0,24	3% 2/67	0,48	65,7% 44/67
— [õ], [ẽ]	0,01	13,1% 5/36	0,56	12,2% 5/41	0,93	77,5% 31/40	0,52	15,3% 22/144	0,15	3,3% 5/151	0,80	82,1% 124/151
— [ã]	0,47	22,1% 15/68	0,31	5,6% 5/89	0,80	77,5% 69/89	0,05	0,9% 1/113	0,29	5,3% 6/114	0,93	93,9% 107/114

Fonte: Elaborada pela autora.

Tabela 2: Pretônicas antes de vogal átona contígua (Ex.: pr/O/fessor, int/E/ressante)

	Recuada /O/						Não-recuada /E/					
	[u]		[o]		[ɔ]		[i]		[e]		[ɛ]	
	P	F	P	F	P	F	P	F	P	F	P	F
— [u], [i]	085	32,5% 68/209	0,53	15,5% 32/207	0,34	52,1% 109/209	0,93	30,2% 108/358	0,60	16,9% 65/384	0,15	55% 214/389
— [o], [e]	0,45	12% 6/50	0,96	81,1% 43/53	0,03	7,5% 4/53	0,09	1,5% 1/67	0,99	95,5% 64/67	0,00	3% 2/67
— [ɔ], [ɛ]	0,37	20% 13/65	0,14	3% 2/66	0,87	77,9% 53/68	0,09	1% 1/97	0,07	1% 1/98	0,96	98% 96/98
— [a]	-	-	-	-	-	-	-	-	0,25	3,5% 5/144	0,87	96,5% 139/144
— [ũ], [ĩ]	0,29	7,1% 2/28	0,18	3,6% 1/28	0,89	89,3% 25/28	0,88	15% 6/40	0,39	9,3% 4/43	0,33	75% 33/44
— [õ], [ẽ]	-	-	-	-	-	-	-	-	0,14	2,3% 2/87	0,95	97,7% 85/87
— [ã]	-	-	-	-	-	-	-	-	0,39	11,1% 1/9	0,65	88,9% 8/9

Fonte: Elaborada pela autora.

Esses resultados foram obtidos considerando, de um lado, o número de ocorrências da variante em questão e, do outro, a soma das ocorrências de todas as variantes com o mesmo ponto de articulação. Isso foi necessário para conciliar o agrupamento ternário dos dados deste trabalho com a exigência de dados binários feita pelo VARBRUL-2 (cf. 1.2.1). Assim, por exemplo, os resultados que se referem à variante [u] são encontrados considerando o número de ocorrências de [u], de um lado, e do outro, a soma de ocorrências de todas as variantes [+rec], [u], [o] e [ɔ]. As probabilidades e os percentuais das outras variantes foram obtidos considerando o mesmo agrupamento binário, isto é, o número de ocorrências da variante em questão, [o] ou [ɔ], sobre o total das ocorrências das variantes agrupadas conforme o traço [+recuado], ou [-recuado] no caso de se tratar da série [i], [e] e [ɛ].

Tomem-se, inicialmente, para análise, os dados de probabilidade dessas variantes antes de vogal tônica contígua (Tabela 1') e antes de vogal átona contígua (Tabela 2')

Tabela 1': Pretônicas antes de vogal tônica contígua (probabilidade) (Ex.: *c/O/légio, r/E/vista*)

	Recuada /O/			Não-recuada /E/		
	[u]	[o]	[ɔ]	[i]	[e]	[ɛ]
___ [u], [i]	0,96%	0,61	0,01	0,93*	0,53	0,12
___ [o], [e]	0,33	0,97%	0,01**	0,22	0,99*	0,00**
___ [ɔ], [ɛ]	0,44	0,30**	0,76*	0,56	-**	0,83*
___ [a]	0,01*	0,47	0,98*	-**	0,13	0,98*
___ [ũ], [ĩ]	0,92	0,61	0,11	0,78*	0,24	0,48
___ [õ], [ẽ]	0,01	0,56	0,93*	0,52	0,15	0,80*
___ [ã]	0,47	0,31	0,80*	0,05	0,29	0,93*

Fonte: Elaborada pela autora.

Tabela 2': Pretônicas antes de vogal átona contígua (probabilidade)
(Ex.: *pr/O/fessor, int/E/ressante*)

	Recuada /O/			Não-recuada /E/		
	[u]	[o]	[ɔ]	[i]	[e]	[ɛ]
___ [u], [i]	0,85*	0,53	0,34	0,93*	0,60	0,15
___ [o], [e]	0,45	0,96*	0,03**	0,09	0,99*	0,00**
___ [ɔ], [ɛ]	0,37	0,14**	0,87*	0,09	0,07**	0,96*
___ [a]	- **	-	-0**	- **	0,25	0,87*
___ [ũ], [ĩ]	0,29	0,18	0,89	0,88*	0,39	0,33
___ [õ], [ẽ]	-	-	-*	-	0,14	0,95*
___ [ã]	-	-	-*	-	0,39	0,65

Fonte: Elaborada pela autora.

Observe-se, inicialmente, uma extrema semelhança na distribuição dos índices de probabilidade mais altos (cf. números seguidos de um asterisco). A realização como alta, [u] ou [i], se apresenta como muito provável na vizinhança de vogais altas orais em ambas as situações, seja tônica ou átona a vogal da sílaba contígua:

Realizam-se:	[u]	e	[i] / ___ [u], [i]
Tabela 1'	P = 0,96	e	P = 0,93
Tabela 2'	P = 0,85	e	P = 0,93

Muito prováveis também são as realizações como média, [o] e [e], junto a segmentos orais da mesma altura:

Realizam-se:	[o]	e	[e] / ___ [o], [e]
Tabela 1'	P = 0,97	e	P = 0,99
Tabela 2'	P = 0,96	e	P = 0,99

Finalmente, no contexto de [ɔ] e [ɛ], são as vogais baixas as mais prováveis em ambas as tabelas:

Realizam-se:	[ɔ]	e	[ɛ] / ___ [ɔ], [ɛ]
Tabela 1'	P = 0,76	e	P = 0,83
Tabela 2'	P = 0,87	e	P = 0,96

Em todos esses contextos, a semelhança nos resultados probabilísticos parece-nos dizer que o acento não é o traço determinante da altura da pretônica.

Esse paralelismo se quebra apenas em um contexto: o das vogais altas nasais, e só para a pretônica recuada. Nesse caso, a elevação só ocorre se a vogal que a segue for acentuada, do que falarei mais tarde:

Realizam-se:	[u]	e	[i] / ___ [ũ], [ĩ]
Tabela 1'	P = 0,92		P = 0,78
Tabela 2'	P = 0,29		P = 0,88

Na Tabela 2, a ausência de índices de probabilidade (marcada nas tabelas por um pequeno travessão) para os contextos ___ [a], ___ [õ], ___ [ê], ___ [ã] também poderia sugerir uma diferença entre as duas tabelas. Ao contrário, se olharmos a coluna da frequência, verificaremos o exceder da tendência exposta na Tabela 1, uma vez que representa a realização categórica, isto é, a realização com a mesma vogal (no caso, baixa), em **todos** os dados naqueles contextos: todas as 92 pretônicas recuadas documentadas no contexto ___ [a], todas as 13 pretônicas recuadas no contexto de ___ [ɔ] ou [ɛ] e todas as quatro pretônicas no contexto de ___ [ã] realizam-se como [ɔ] (cf. Tabela 2).

Paralelismo semelhante pode ser observado na distribuição dos índices de probabilidade mais baixos (cf. nas tabelas os números seguidos de dois asteriscos).

Revelaram-se pouco prováveis ou improváveis:

as realizações:	[ɔ]	e	[ɛ] / ___ [o], [e]
Tabela 1	0,01	e	-
Tabela 2	0,03	e	-
as realizações:	[o]	e	[e] / ___ [ɔ], [ɛ]
Tabela 1'	0,30	e	-
Tabela 2'	0,14	e	0,07

Observação: nenhuma das 119 ocorrências se realiza como [e] antes de [ɔ] e [ɛ] na Tabela 1.

as realizações:	[u]	e	[i] / ___ [a]
Tabela 1'	0,01	e	-
Tabela 2'	-	e	-

Outra semelhança se verifica entre as duas tabelas: na Tabela 1 nenhuma das 230 ocorrências da variável independente /E/ nesse contexto se realiza como [i]; na Tabela 2, nesse contexto, não se realiza como [u] nem como [i], respectivamente, nenhuma das 92 ocorrências de /O/ e nenhuma das 144 ocorrências de /E/.

Desse primeiro contato com os números pode-se retirar uma conclusão: a de que, no dialeto estudado, *a altura da pretônica é determinada não só pela vogal acentuada mas também pela inacentuada, na condição de estarem ambas na sílaba subsequente.*

É necessário verificar, porém, se a vogal tônica tem sobre a pretônica o mesmo efeito, quando dela está separada por uma ou mais sílabas. Deve-se buscar, por exemplo, se é o [u] acentuado que faz elevar-se a vogal da primeira sílaba de *c[u]bertura*; e, se é, por que não o faz o [i] em *rotativa*. Ou ainda deve-se questionar por que se elevam as pretônicas em *aut[u]ridade* e *m[u]tuação*, cujas tônicas não são vogais altas.

Não há, evidentemente, uma resposta única para essas indagações. Entretanto deve-se admitir que, se a vogal da sílaba acentuada não contígua tiver sobre a pretônica algum efeito, esse efeito deverá assemelhar-se ao que tem a vogal da sílaba acentuada contígua e, naturalmente, ao efeito que tem a vogal da sílaba inacentuada contígua, tal como se apresentam nas tabelas 1 e 2, respectivamente.

Confrontem-se, para isso, as tabelas aludidas acima com a Tabela 3. A primeira coisa que se observa é que apenas os índices de probabilidade referentes às pretônicas não-recuadas são calculados, uma vez que o programa VARBRUL-2 não fornece os das recuadas, reconhecendo esse grupo de fatores como não pertinente, isto é, não relevante para os cálculos de probabilidade de ocorrência do fenômeno.

Tabela 3: Pretônicas antes de vogal tônica não-contígua (Ex.: *s/O/lução, int/E/ressante*)

	Recuada /O/						Não-recuada /E/					
	[u]		[o]		[ɔ]		[i]		[e]		[ɛ]	
	P	F	P	F	P	F	P	F	P	F	P	F
___ X [u], [i]	-	15,9% 7/44	-	43,2% 19/44	-	40,9% 18/44	0,75	31,4% 20/70	0,74	36,3% 33/91	0,15	39,1% 36/92
___ X [o], [e]	-	25,4% 14/55	-	53,4% 31/58	-	22,4% 13/58	0,24	7,5% 6/80	0,24	23,3% 30/129	0,82	72,5% 95/131
___ X [ɔ], [ɛ]	-	18,2% 2/11	-	18,2% 2/11	-	63,3% 7/11	-	- 0/13	0,53	15,4% 2/13	0,92	84,6% 11/13
___ X [a]	-	27,7% 39/141	-	10% 14/140	-	62,4% 88/141	0,24	20,3% 47/231	0,57	10,6% 32/301	0,53	73,8% 223/302
___ X [ũ], [ĩ]	-	40% 2/5	-	20% 1/5	-	40% 2/5	0,89	25% 4/16	0,15	5% 1/20	0,24	72,7% 16/22
___ X [ô], [ê]	-	35,9% 14/39	-	8,1% 3/37	-	56,4% 22/39	0,35	25,1% 27/104	0,73	17,4% 27/155	0,37	65% 102/157
___ X [ã]	-	19,3% 11/57	-	13,6% 8/59	-	68,3% 41/60	0,43	16,4% 10/61	0,61	14% 17/121	0,35	77,7% 19/121

Fonte: Elaborada pela autora.

Para facilitar o confronto entre as tabelas, tomem-se, neste primeiro momento, apenas os dados relativos à probabilidade, que são reproduzidos abaixo na Tabela 3':

Tabela 3': Pretônicas antes de vogal tônica não-contígua (probabilidade) (Ex.: *int[e]ressante*)

	Não-recuada /E/		
	[i]	[e]	[ɛ]
___ X [u], [i]	0,75*	0,74*	0,15
___ X [o], [e]	0,24	0,24	0,82*
___ X [ɔ], [ɛ]	-	0,53	0,92*
___ X [a]	0,24	0,57	0,53
___ X [ũ], [ĩ]	0,89	0,15	0,24
___ X [ô], [ê]	0,35	0,73	0,37
___ X [ã]	0,43	0,61	0,35

Fonte: Elaborada pela autora.

Confrontem-se, nas tabelas 1 e 2, os resultados das não-recuadas, para as quais o programa não se recusou a estabelecer as probabilidades.

Para começar, comparem-se os índices de probabilidade da variante [ɛ]: ela tem probabilidade zero no contexto de vogal média ([e], [o]), quando está contígua à pretônica em questão (tabelas 1' e 2') e, surpreendentemente, na Tabela 3', apresenta alta probabilidade de ocorrer ($P = 0,82$) em uma sílaba distante.

Inversamente, a variante [e], que se mostra altamente provável, de ocorrência quase categórica nas tabelas 1' e 2' (em ambas, $P = 0,99$), na Tabela 3', quando está numa sílaba distante, revela-se altamente desfavorecida pelo contexto de vogal da mesma altura ($P = 0,24$). Se fossem aceitos como verdadeiros esses resultados da Tabela 3', no mínimo se deveria renunciar a qualquer interpretação de regra de harmonização vocálica, ao contrário do que se poderia concluir a partir dos dados expostos nas tabelas 1' e 2'.

A incoerência desses resultados só aumenta à medida que avançamos na sua análise. A variante média, [e], no contexto de tônicas não-contíguas (cf. Tabela 3'), mostra-se, por outro lado, favorecida pelas vogais altas ($P = 0,74$). Quando, porém, essas vogais estão próximas, ou seja, na sílaba subsequente, a probabilidade se aproxima de 0,5 (Tabela 1', $P = 0,53$ e Tabela 2', $P = 0,60$), o ponto da neutralidade, pois. Ninguém discordaria, por certo, que seria muito estranho que um contexto favorecedor se desfizesse com a proximidade.

A única coincidência entre as três tabelas, em outras palavras, entre as tabelas que calculam a probabilidade dessas variantes em contextos contíguos e em contextos não-contíguos, reside nas probabilidades de [i] antes de vogais altas nasais e não-nasais. Em todas elas esses contextos se mostram altamente favoráveis:

	— [i], [u]	— [ĩ], [ũ]
Tabela 1 (contextoônico contíguo.)	0,93	0,78
Tabela 2 (contextoônico contíguo.)	0,93	0,88
Tabela 3 (contextoônico não-contíguo)	0,75	0,89

Acredito, porém, que essa coincidência possa se explicar antes por interferência de outros fatores que por influência da vogal acentuada não-contígua. De fato, examinando os dados, verifica-se, por exemplo, que todas as 20 ocorrências da variante alta [i] no contexto de vogal acentuada não-contígua tem também uma vogal alta na sílaba átona imediatamente seguinte (*m[i]x[i]rica*, *d[i]v[i]ria*, *p[i]riquitã*, *d[i]signativo* etc.). A primeira hipótese considerada foi a de que, por incidirem sobre tão poucas ocorrências da variante, os resultados fornecidos

pelo programa VARBRUL-2 não expressassem a avaliação correta do efeito das variáveis independentes.

Entretanto parece mais viável a interpretação de Bisol (1981, p. 65-66), segundo a qual a probabilidade de elevação de /E/ na Tabela 3 refletiria uma influência positiva da vogal alta da sílaba acentuada não-contígua, que atuaria como fator coadjuvante, reforçando a ação da vogal alta subsequente não-acentuada. Ela observou esse efeito sobre as pretônicas sul-rio-grandenses. Verificou que uma vogal pretônica tem mais probabilidade de se elevar quando a pretônica subsequente e a tônica são altas (*medicina, corrupio*) do que quando só a pretônica subsequente é alta (*mendigar, procissão*). Ainda assim reconheceu que a vogal alta não-contígua não tinha, sozinha, o poder de tornar alta a pretônica (*m[e]lancia, c[o]leguismo*)²².

A pesquisa no dialeto de Salvador, porém, não autoriza a mesma conclusão. Primeiro, porque o efeito favorecedor da tônica não-contígua só foi observado para a variante dependente não-recuada, /E/, uma vez que esse grupo de fatores foi considerado sem relevância para a elevação de /O/, como se disse anteriormente. Segundo, porque, mesmo para a variante [i], a probabilidade não é maior quando há no contexto uma vogal pretônica alta seguida de uma tônica alta (cf. Tabela 3, P = 0,75, em que todos os dados tinham essa configuração) do que quando a o contexto é contíguo (tabelas 1 e 2, P = 0,93), negando, pois, o papel coadjuvante que se poderia ver no contexto da vogal alta não-contígua.

Essa não é, porém, uma conclusão definitiva. Esse ponto não se encontra suficientemente esclarecido e merece novos estudos com dados mais numerosos. Mas não há dúvida sobre uma questão: a vogal da sílaba acentuada não-contígua, sozinha, não favorece a elevação da pretônica, qualquer que seja o dialeto em foco, o baiano ou o sul-rio-grandense.

Além disso, não se modifica essa conclusão quando se examina a distribuição dos dados, levando em conta a porcentagem de aplicação da regra nos diversos contextos: antes de vogal tônica contígua, antes de vogal átona contígua e antes de vogal tônica não-contígua (cf. tabelas 1, 2 e 3, apresentadas anteriormente).

Para facilitar esse exame, destacamos nas tabelas 1'', 2'' e 3'' os dados de frequência já expostos nas tabelas 1, 2 e 3.

Da contabilidade de cada variante foram retirados os dados que, diante de um determinado fator, não apresentam variação. Na Tabela 1'', por exemplo,

²² Os exemplos desse parágrafo são de Bisol (1981).

foram eliminados dos cálculos da variável dependente /O/ todos os dados em que a pretônica em estudo era precedida da consoante uvular ($r[\text{ɔ}]leta$, $r[\text{ɔ}]busto$, $r[\text{ɔ}]teiro$), porque em nenhum deles a pretônica se elevou. Atenua-se, com isso, na avaliação da importância dos contextos em exame (no caso, os contextos vocálicos), a interferência de outros fatores. Por essa razão, em alguns contextos, mas não em outros, varia o total sobre o qual se calcula a porcentagem de cada variável dependente. Veja-se, a título de ilustração, ainda na Tabela 1'', que no contexto de ___ [u], [i] a variante [u] apresenta-se na proporção de 121/177, a variante [o] na proporção de 40/186, e a variante [ɔ] na proporção de 25/169; mas no contexto de ___ [ũ], [ĩ] os cálculos foram feitos considerando sempre o mesmo total: [u], 24/33; [o], 3/33; [ɔ], 6/33.

Comparem-se, então, as tabelas 1'', 2'' e 3'':

Tabela 1'': Pretônicas antes de vogal tônica contígua (porcentagem)

	Recuada /O/			Não-recuada /E/		
	[u]	[o]	[ɔ]	[i]	[e]	[ɛ]
___ [u], [i]	121/177* 68,4%	40/186 21,5%	25/169 14,8%	224/358* 62,6%	51/360 14,2%	85/360 23,6%
___ [o], [e]	20/78 25,6%	67/89* 75,3%	2/85 2,3%	16/213 7,5%	196/213* 92%	1/213 0,5%
___ [ɔ], [ɛ]	17/82 20,7%	3/86 3,5%	66/85* 77,6%	22/119 18,5%	0/119 -	97/119* 81,5%
___ [a]	2/165 1,2%	2/185 1,1%	181/185* 97,8%	0/230 -	4/230 1,7%	226/230* 98,3%
___ [ũ], [ĩ]	24/33* 72,7%	3/33 9,1%	6/33 18,2%	21/66 31,8%	2/67 3%	44/67* 65,7%
___ [õ], [ê]	5,36 13,1%	5/41 12,2%	31/40* 77,5%	22/144 15,3%	5/151 3,3%	124/151* 82,1%
___ [ã]	15/68 22,1%	5/89 5,6%	69/89* 77,5%	1/113 0,9%	6/114 5,3%	107/114* 93,9%

Fonte: Elaborada pela autora.

Tabela 2'': Pretônicas antes de vogal átona contígua (percentagem)

	Recuada /O/			Não-recuada /E/		
	[u]	[o]	[ɔ]	[i]	[e]	[ɛ]
___ [u], [i]	68/209 32,5%	32/207 15,5%	109/209* 52,1%	108/358 30,2%	65/384 16,9%	214/389* 55%
___ [o], [e]	6/50 12%	43/53* 81,1%	4/53 7,5%	1/67 1,5%	64/67* 95,5%	2/67 3%
___ [ɔ], [ɛ]	13/65 20%	2/66 3%	53/68* 77,9%	1/97 1%	1/98 1%	96/98* 98%
___ [a]	0/92 -	0/92 -	92/92* -	0/144 -	5/144 3,5%	139/144* 96,5%
___ [ũ], [ĩ]	2/28 7,1%	1/28 3,6%	25/28* 89,3%	6/40 15,5%	4/43 9,3%	33/44* 75%
___ [õ], [ê]	0/13 -	0/13 -	13/13 -	0/87 -	2/87 2,3%	85/87* 97,7%
___ [ã]	0/4 -	0/4 -	4/4* -	0/9 -	1/9 11,1%	8/9 88,9%

Fonte: Elaborada pela autora.

Tabela 3'': Pretônicas antes de vogal tônica não-contígua (percentagem)

	Recuada /O/			Não-recuada /E/		
	[u]	[o]	[ɔ]	[i]	[e]	[ɛ]
___ X [u], [i]	7/44 15,9%	19/44* 43,2%	18/44 40,9%	20/70 31,4%	33/91 36,3%	36/92* 39,1%
___ X [o], [e]	14/55 25,4%	31,58* 53,4%	13/58 22,4%	6/80 7,5%	30/129 23,3%	95/131* 72,5%
___ X [ɔ], [ɛ]	2/11 18,2%	2/11 18,2%	7/11* 63,6%	0/13 -	2/13 15,4%	11/13* 84,6%
___ X [a]	39/141 27,7%	14/140 10%	88/141 62,4%	47/231 20,3%	32/301 10,6%	223/302* 73,8%
___ X [ũ], [ĩ]	2/5* 40%	1/5 20%	2/5* 40%	4/16 25%	1/20 5%	16/22* 72,7%
___ X [õ], [ê]	14/39 35,9%	3/37 8,1%	22/39 56,4%	27/104 25,1%	27/155 17,4%	102/157* 65%
___ X [ã]	11/57 19,3%	8/59 13,6%	41/60* 68,3%	10/61 16,4%	17/121 14%	94/121* 77,7%

Fonte: Elaborada pela autora.

Como já se previa, o estudo estatístico, com base na percentagem de ocorrências apresentada nessas tabelas, não revela tão nitidamente o fator favorecedor de cada variante, quanto o fazem os resultados representados pelas probabilidades destacadas nas tabelas 1', 2' e 3'. É que o cálculo do percentual de dados num determinado contexto não avalia a influência **isolada** de cada fator sobre a ocorrência ou não-ocorrência de cada variante, como o faz o cálculo de probabilidade (realizado através do programa VARBRUL-2, pelo menos quando há dados suficientes). Portanto não se pôde evitar que o cruzamento de fatores favoráveis e desfavoráveis mascarasse, até certo ponto, os resultados apresentados nas tabelas 1'', 2'' e 3''.

Apesar disso, aparentemente pouca coisa muda na distribuição das pretônicas, conforme se considere o contexto vocálico contíguo ou o distante. As percentagens mais elevadas se concentram nas realizações baixas ([ɔ], [ɛ]) em quase todos os contextos nas três tabelas: ___ [ɔ], ___ [ɛ]; ___ [a]; ___ [õ], ___ [ẽ]; ___ [ã]. Mas nos outros contextos há diferenças que merecem considerações mais demoradas.

Antes de vogais altas não há uniformidade em relação às variantes mais frequentes. Na Tabela 1'', isto é, no contexto de vogal alta tônica contígua, as variantes mais frequentes são também altas ([u]: 68,4%; [i]: 62,6%). Na Tabela 2'', ou seja, no contexto de vogal alta átona contígua, as variantes mais frequentes são as baixas ([ɔ]: 52,1%; [ɛ]: 55%). Mas na Tabela 3'', quando se considera uma suposta influência da vogal tônica não-contígua, as vogais mais frequentes não têm o mesmo traço de altura: entre as recuadas, é a média ([o]: 43,2%), e entre as não-recuadas, é a baixa ([ɛ]: 39,1%). Uma vez que não se observa nenhuma semelhança entre as frequências das três tabelas, somente a simetria no comportamento das vogais recuadas e não-recuadas atestada nas tabelas 1'' e 2'' pode ser um indício, ainda que fraco, da exigência da contiguidade da vogal contextual para a determinação da altura das pretônicas, como se verificou no estudo das probabilidades, feito anteriormente.

No contexto de vogal média, contudo, essa exigência se torna mais clara. Observe-se que a harmonização vocálica, vista nas probabilidades das tabelas 1' e 2' no contexto de vogais médias subsequentes, só se confirma consistentemente nas tabelas 1'' e 2''.

Realizam-se:	[o]	e	[e]	/__ [o], [e]
Tabela 1''	75,3%	e	92%	
Tabela 2''	81,1%	e	95,5%	
Tabela 3''	53,4%	e	23,3%	

Ainda que na Tabela 3'' tenham sido registrados 31 casos de [o] no contexto de vogal média não-contígua, correspondendo à maior parte dos dados (53,4%) nesse contexto, esse fenômeno não se estende às realizações das não-recuadas, pois [e] só se presentifica em 23,3% dos casos. Além do mais, mesmo entre as recuadas, o aparente paralelismo da Tabela 3'' com as tabelas 1'' e 2'' se desfaz, quando se compara a baixa percentagem de [o] nas duas primeiras tabelas (quando a vogal contextual está contígua) com a que se registra na Tabela 3'':

Realiza-se:	[o]	/__ [o], [e]
Tabela 1''	2,3%	
Tabela 2''	7,5%	
Tabela 3''	22,4%	

Esses 53,4% de [o] no contexto de vogais médias, assim como os 72,5% de [ε] no **mesmo** contexto, que aparecem na Tabela 3'', por si só denunciam a inconsistência desses resultados e se explicam pela interferência de outros fatores presentes. Dessas 31 realizações de [o] em aparente harmonia com a vogal da mesma altura em sílaba acentuada não-contígua, por exemplo, apenas cinco não têm essas mesmas vogais na sílaba inacentuada subsequente. Todas as 26 outras são do tipo *c[o]l[o]cou*, *pr[o]f[e]ssor*, *pr[o]t[e]ger*, em que isso acontece.

Essa coincidência de fatores na pauta das não-recuadas também ocorre. Das 30 realizações de [e] no contexto em causa, 27 também têm vogais médias na sílaba inacentuada imediatamente seguinte (*f[e]v[e]reiro*, *r[e]s[o]lver*, *d[e]s[e]jou* etc.). A diferença entre os resultados das duas séries, recuada e não-recuada, está na proporcionalidade desses dados, que entre as não-recuadas corresponde a menos de 23,3% do total (27/129). As 95 ocorrências de [ε] nesse contexto, por outro lado, se devem à vogal da sílaba átona subsequente, que favorece a realização aberta (Ex.: [a] em *v[ε]rdadeiro*, [ê] em *d[ε]pender*).

De tudo isso pode-se concluir que a inconsistência dos dados na Tabela 3'', acima aludida, tanto quanto a coincidência parcial com aqueles apresentados nas tabelas 1'' e 2'' decorrem da incidência, ou não, de vogais favorecedoras

de determinadas realizações na sílaba intermediária vizinha, ou de outro fator favorecedor presente.

A comparação das ocorrências de número muito reduzido (considerando assim aquelas inferiores a seis) nas três tabelas fornece mais um argumento contra a hipótese de se considerar como contexto regulador da altura da pretônica a vogal da sílaba acentuada não-contígua. Elas indicam os contextos mais desfavoráveis a cada realização, que coincidem quando a vogal contextual é a tônica subsequente (Quadro 1) ou a átona subsequente (Quadro 2), mas se distinguem no Quadro 3, que expõe os supostos contextos desfavoráveis se a vogal contextual estivesse na sílaba tônica não contígua. Nesses quadros estão marcados com xis os contextos de frequência reduzida coincidentes e com asterisco os particulares a cada um deles. Fica evidente a maior coincidência de contextos desfavorecedores entre o Quadro 1 e o Quadro 2, em que é considerada a contiguidade da vogal:

Quadro 1: Frequências reduzidas em contextoônico contíguo

	[u]	[o]	[ɔ]	[i]	[e]	[ɛ]
__ [u], [i]						
__ [o], [e]			X			X
__ [ɔ], [ɛ]		X			X	
__ [a]	X	X		X	X	
__ [ũ], [ĩ]		X			X	
__ [õ], [ẽ]	X	X			X	
__ [ã]		X		X		

Fonte: Elaborado pela autora.

Quadro 2: Frequências reduzidas em contexto átono contíguo

	[u]	[o]	[ɔ]	[i]	[e]	[ɛ]
__ [u], [i]						
__ [o], [e]			X	*		X
__ [ɔ], [ɛ]		X		X	X	
__ [a]	X	X		X	X	
__ [ũ], [ĩ]	X	X			X	
__ [õ], [ẽ]	X	X		*	X	
__ [ã]	*	X		X	*	

Fonte: Elaborado pela autora.

Quadro 3: Frequências reduzidas em contexto tônico não-contíguo

	[u]	[o]	[ɔ]	[i]	[e]	[ɛ]
__ [u], [i]						
__ [o], [e]						
__ [ɔ], [ɛ]	*	X		X	X	
__ [a]						
__ [ũ], [ĩ]	X	X	*	*	X	
__ [õ], [ẽ]		X				
__ [ã]						

Fonte: Elaborado pela autora.

Como já se disse anteriormente, se fosse a vogal acentuada o contexto assimilador da pretônica, seria de se esperar uma distribuição semelhante dos dados, estivesse ela contígua ou não à vogal assimilada, e, conseqüentemente, uma maior coincidência entre o Quadro 1 e o Quadro 3. Deveria também se constatar uma distribuição desigual entre o Quadro 1 e o Quadro 2. Como se pode observar, isso absolutamente não ocorre nos dados expostos. Muito pelo contrário, mais se assemelham os dados nos quadros 1 e 2, ou seja, a distribuição das vogais em contexto de vogal acentuada e não-acentuada contíguas.

Considerando esse fato e levando em conta também os argumentos antes levantados, parece justo concluir que é o contexto vocálico subsequente, acentuado ou não, o responsável, ou pelo menos um dos responsáveis, pela altura da vogal pretônica.

Neste momento é oportuno voltar a comparar as tabelas 1 e 2 com o fim de verificar se são mais elevados os índices de probabilidade referentes às variantes estudadas na presença de vogais acentuadas do que das inacentuadas, em outras palavras, se a intensidade da vogal contígua exerce sobre a pretônica um papel favorecedor.

Realmente, observam-se nas citadas tabelas algumas diferenças, mas os índices mais elevados nem sempre correspondem a variáveis em contexto de vogal acentuada. Veja-se, por exemplo: a variante [ɛ] antes de vogais da mesma altura tem probabilidade alta de ocorrer; menos, porém, se a vogal contextual for acentuada (cf. Tabela 1, P = 0,83); mais, se ela for inacentuada (cf. Tabela 2, P = 0,96).

Essas diferenças, além de assistemáticas, não são muito grandes. A maior que se registra em favor da vogal acentuada é de 0,11, atribuída à variante [u] no contexto de vogais igualmente altas (cf. Tabela 1, P = 0,96 e Tabela 2, P = 0,85).

A variante alta não-recuada, [i], mereceu, no entanto, idêntico índice em ambas as tabelas (cf. Tabela 1 e Tabela 2, P = 0,93).

A única diferença significativa entre os contextos acentuado e não-acentuado é a que se verifica no contexto de vogais altas nasais entre as variantes recuadas: quando as vogais contextuais são também acentuadas, a variante mais provável é [u] (cf. Tabela 1, P = 0,92); quando elas são inacentuadas, a variante mais provável é [ɔ] (cf. Tabela 2, P = 0,89). Sendo esse, porém, um fato isolado, já que o mesmo não ocorre com [i], e sendo essas probabilidades calculadas sobre um número pouco elevado de dados, pelo menos no *corpus* estudado, a intensidade da sílaba vizinha não parece ter papel relevante nas regras que determinam a altura da pretônica.

Tendo em vista que nesses estudos preliminares não foi possível reunir evidências para admitir que o traço de intensidade exerça qualquer influência na altura das pretônicas, os dados das tabelas 1 e 2 foram reunidos, eliminando-se tal distinção. Isso garantiu uma concentração maior de dados em cada célula, tornando possível um melhor exame da hipótese da existência de uma regra variável para determinar a altura das pretônicas /O/ e /E/.

2.1.1.2 A hipótese da regra variável

Como foi dito antes, parti da suposição de que variassem [i], [e], [ɛ], de um lado, e [u], [o], [ɔ], de outro, em todos os contextos vocálicos, e que alguns deles favorecessem mais umas dessas realizações do que outras.

Não mais distinguindo os contextos átonos e tônicos, a primeira visão dos totais de ocorrências das variantes revelou imediatamente a maior concentração de dados entre as variantes abertas (baixas), tanto recuadas quanto não-recuadas, o que imprime ao dialeto a coloração solar de que falam os não-usuários e admitem os usuários. Esses resultados foram considerados distinguindo-se os contextos nasais e não-nasais na Tabela 4:

Tabela 4: Pretônicas em contextos orais e nasais (percentagem)

	Recuada /O/			Não-recuada /E/		
	[u]	[o]	[ɔ]	[i]	[e]	[ɛ]
Contexto não-nasal	247/969 25,5%	190/969 19,6%	532/969 54,9%	374/1620 23,1%	386/1620 23,8%	860/1620 53,1%
Contexto nasal	46/208 22,1%	14/208 6,7%	148/208 71,1%	51/474 10,8%	20/472 4,2%	401/472 84,9%
Total	293/1177 24,9%	204/1177 17,3%	680/1177 57,8%	425/2092 20,3%	406/2092 19,4%	1261/2092 60,3%

Fonte: Elaborada pela autora.

Fica logo muito claro que as variantes baixas são mais favorecidas pelo contexto nasal do que pelo não-nasal²³. No contexto oral o índice dessas vogais fica em torno dos 54%, mas no contexto nasal esse índice cresce: 71,1% e 84,9%, respectivamente, para as recuadas e para as não-recuadas. Quanto às vogais [-bx], essa relação se inverte: o contexto nasal inibe menos as ocorrências de [o] (6,7%) do que as de [e] (4,2%) e desfavorece um pouco mais a variante [i] (10,8%).

Apesar de os percentuais das variantes [+alt], [u] e [i], serem, no contexto nasal, mais elevados que os das variantes [-alt -bx], mantém-se um ponto comum entre elas: o contexto nasal inibe sempre mais as [-rec] do que as [+rec]. Observa-se que no contexto de vogal nasal ocorre:

	[+rec]		[-rec]
[u]	22,1%	[i]	10,8%
[o]	6,7%	[e]	4,2%

Ao contrário, o efeito favorecedor do traço [+nas] sobre a variante baixa parece ser mais evidente quando a vogal é [-rec], como se observa em:

	[+rec]		[-rec]
[ɔ]	71,1%	[ɛ]	84,9%

O mesmo efeito, embora bem mais atenuado, se observa no contexto de vogais orais. O índice de elevação em contexto não-nasal é levemente mais alto para a variante recuada ([u]: 25,5%) do que para a variante não-recuada ([i]: 23,1%). Do mesmo modo, a variante baixa recuada tem percentagem leve-

²³ Ver comentário sobre o condicionamento das baixas pelas nasais em 2.1.2.

mente mais alta ([ɔ]: 54,9%) do que a não-recuada ([ɛ]: 53,1%). Complementarmente, a percentagem da variante não-baixa recuada [o] (19,6%) é levemente menor do que a da não-recuada [e] (23,8%).

Em síntese, esses dados parecem indicar que a nasalidade da vogal contextual favorece as variantes baixas e atua no sentido contrário em relação às [-bx], especialmente sobre [e]. As diferenças de efeito relacionadas à zona de articulação da vogal contextual, observadas acima, merecerão uma discussão especial, mais adiante, em 2.1.3.1.1.2

2.1.1.2.1 No contexto oral

Tomem-se agora para exame apenas os dados de pretônicas no contexto de vogais orais, considerando como contexto, como já ficou estabelecido na conclusão de 2.1.1, a vogal da sílaba subsequente, quer seja ela tônica ou átona. Esses dados estão expostos na Tabela 5, a seguir:

Tabela 5: Pretônicas em contexto de vogal oral e nasal contígua, acentuada ou não

	Recuada /O/						Não-recuada /E/					
	[u]		[o]		[ɔ]		[i]		[e]		[ɛ]	
	P	F	P	F	P	F	P	F	P	F	P	F
__ [u], [i]	0,88	47,8% 189/395	0,62	18,2% 72/395	0,19	33,9% 134/395	0,91	44,8% 334/745	0,67	15,5% 116/749	0,18	39,9% 299/749
__ [o], [e]	0,47	18,2% 26/143	0,98	77,6% 111/143	0,02	4,2% 6/143	0,29	6,1% 17/280	0,99	92,9% 260/280	0,00	1,1% 3/280
__ [ɔ], [ɛ]	0,44	19,5% 30/154	0,34	3,2% 5/154	0,71	77,3% 119/154	0,61	10,6% 23/216	0,04	0,5% 1/217	0,76	88,9% 193/217
__ [a]	0,06	0,7% 2/277	0,05	0,7% 2/277	0,97	98,6% 273/277	-	- 0/374	0,22	2,4% 9/374	0,95	97,6% 365/374
__ [ũ], [ĩ]	0,78	42,6% 26/61	0,49	6,6% 4/61	0,36	50,8% 31/61	0,83	25,7% 28/109	0,43	5,4% 6/111	0,39	69,4% 77/111
__ [õ], [ẽ]	0,34	9,7% 5/54	0,50	9,3% 5/54	0,74	81,5% 44/54	0,42	9,5% 22/231	0,24	2,9% 7/238	0,82	87,8% 209,238
__ [ã]	0,64	16,1% 15/93	0,34	5,4% 5/93	0,59	78,5% 73/93	0,04	0,8% 1/122	0,44	5,7% 7/123	0,91	93,5% 115/123

Fonte: Elaborada pela autora.

Como nesta seção se argumentará em função das percentagens, destaco na Tabela 5', abaixo, a proporção de realizações em cada contexto oral, seguido do cálculo percentual correspondente.

Tabela 5': Pretônicas em contexto de vogal oral (percentagem)

	Recuada /O/			Não-recuada /E/		
	[u]	[o]	[ɔ]	[i]	[e]	[ɛ]
— [u], [i]	189/395 47,8%*	72/395 18,2%	134/395 33,9%	334/745 44,8%*	116/749 15,5%	299/749 39,9%
— [o], [e]	26/143 18,2%	111/143 77,6%*	6/143 4,2%**	17/280 6,1%**	260/280 92,9%*	3/280 1,1%**
— [ɔ], [ɛ]	30/154 19,5%	5/154 3,2%**	119/154 77,3%*	23/216 10,6%	1/217 0,5%**	193/217 88,9%*
— [a]	2/277 0,7%**	2/277 0,7%**	273/277 98,6%*	0/374 - **	9/374 2,4%**	365/374 97,6%*
Total	247 25,5%	190 19,6%	532 54,9%	374 23,1%	386 23,8%	860 53,1%

Fonte: Elaborada pela autora.

É a distribuição dessas ocorrências, mais que a frequência de um tipo de realização, que interessa neste momento. Através dela pode-se antever que a altura da pretônica depende, de um modo geral, da altura do primeiro segmento vocálico²⁴ da sílaba seguinte (vejam-se na Tabela 5' os percentuais seguidos de um asterisco). Assim, observa-se que, mesmo não sendo por uma diferença muito grande, no contexto de vogal alta está a maior concentração de pretônicas altas ([u]: 47,8% e [i]: 44,8%).

A assimilação do traço de altura da vogal subsequente não só ocorre no contexto de altas. Nos demais contextos vocálicos flagra-se também a assimilação desse traço da vogal vizinha. Se a vogal seguinte tem o traço [-bx] a pretônica também terá o traço [-bx]. Por isso no contexto de [e], [o] preponderam as pretônicas [o] (77,6%) e [e] (92,9%). Enfim, no contexto de vogais com o traço [+bx], ou seja, [ɔ], [ɛ] e [a], são preferencialmente baixas as pretônicas: no contexto de [ɔ] e [ɛ] documentaram-se 77,3% de [ɔ] e 88,9% de [ɛ]; no contexto de [a] o percentual chega quase a 100% (98,6% de [ɔ] e 97,6% de [ɛ]).

Os percentuais de [ɔ] e [ɛ] no contexto de vogais altas (33,9% e 39,9%, respectivamente) são, aparentemente, a única contradição presente no quadro acima delineado, pois se aproximam do que se registrou para as variantes [u] e [i] nesse contexto. Mas isso se deve, provavelmente, à ação de outros fatores favorecedores da elevação a serem estudados adiante.

²⁴ Considerou-se, nos casos em que o contexto é formado por um ditongo crescente, a altura da semivogal, na hipótese de que a assimilação dos traços seja motivada por proximidade articulatória.

Olhando de outro lado, alguns desses contextos se mostram altamente inibidores em relação às outras variantes, conforme se pode observar pelos percentuais, marcados na última tabela com dois asteriscos. Se se arbitra o princípio de que ocorrências inferiores a 10 que representem até 5% dos dados podem ser atribuídas à flutuação estatística, e por isso não são pertinentes, torna-se impositivo concluir que os resultados expostos na Tabela 5 não revelam uma regra variável nos termos em que se supunha. Na verdade, a variação [u] :: [o] :: [ɔ] e [i] :: [e] :: [ɛ] só se estabelece mesmo antes de vogais altas, com um certo favorecimento de [u] e [i], que concorrem com [ɔ] e [ɛ], como se pode observar neste destaque da Tabela 5':

Destaque 1 da Tabela 5': Pretônicas antes de vogais altas

	Recuada /O/			Não-recuada /E/		
	[u]	[o]	[ɔ]	[i]	[e]	[ɛ]
— [u], [i]	189	72	134	334	116	299
	47,8%	18,2%	33,9%	44,8%*	15,5%	39,9%

Nos contextos restantes, a variação é, quando existe, binária, entre a pretônica alta e uma das variantes não-altas, que se excluem mutuamente. A ver: antes de vogais médias, a concentração de ocorrências é de vogais da mesma altura e, secundariamente, de altas, enquanto as baixas têm percentagem máxima de 4,2%. Registram-se apenas seis ocorrências de [ɔ] e três de [ɛ], das quais seis com variantes médias e todas vizinhas das consoantes /r/ ou /R/²⁵. Já as variantes baixas dominam os demais contextos. Confira-se a seguir o Destaque da Tabela 5':

²⁵ Observe-se que há uma tendência de não se elevarem as vogais pretônicas, pelo menos na presença de /R/, que pode ter, no dialeto em tela, uma realização laríngea ou velar – esta hoje muito rara, segundo os dados do ALiB (cf. Tabela 14 em 2.1.3.1.2.1 e Tabela 15 em 2.1.3.1.2.2).

Destaque 2 da Tabela 5': Pretônicas antes de vogais não-altas

	Recuada /O/			Não-recuada /E/		
	[u]	[o]	[ɔ]	[i]	[e]	[ɛ]
— [o], [e]	26	111	6	17	260	3
	18,2%	77,6%	4,2%	6,1%*	92,9%	1,1%
— [ɔ], [ɛ]	30	5	119	23	1	193
	19,5%	3,2%	77,3%	10,6%	0,5%	88,9%
— [a]	2	2	273	0	9	365
	0,7%	0,7%	98,6%	-	2,4%	97,6%

Vejam-se os dados de variação dentro do mesmo vocábulo:

[ɔ] no contexto de médias: seis ocorrências

carr[ɔ]ceria, 1 (:: *carr[o]ceria*, 1)

inc[ɔ]rporou, 1

pr[ɔ]f[e]ssor, 2 (:: *pr[o]f[e]ssor*, 15 :: *pr[u]f[e]ssor*, 1)²⁶

m[ɔ]t[ɔ]rneiro, 1 (:: *m[o]t[o]reiro* [sic], 3)

pr[ɔ]teja, 1

[ɛ] no contexto de médias: três ocorrências

r[ɛ]qu[e]rer, 1 (:: *r[e]qu[e]rer*, 1)

r[ɛ]c[e]ber, 1 (:: *r[e]c[e]ber*, 10)

p[ɛ]rdeu, 1 (:: *p[e]rder*, 2 :: *p[e]rderam*, 1)

Apesar de não se encontrarem muitos casos de variação de médias com [u] ou [i] no mesmo vocábulo, o fato de se registrarem nesse contexto apenas seis casos de [ɔ] e três de [ɛ], mas 26 de [u] e 17 de [i] me levou à conclusão de que no contexto de vogais médias de sílaba seguinte a variação que se estabelece entre as pretônicas de Salvador é entre altas e médias: [u] :: [o] e [i] :: [e].

Paralelamente, em contexto de [ɔ] e de [ɛ] da sílaba subsequente, predominam as vogais da mesma altura (77,3% entre as recuadas e 88,9% entre as

²⁶ Nos exemplos, evitamos, por economia, registrar variações julgadas sem interesse para a discussão. Resumimos, por exemplo, em *pr[o]fessor* as formas *pr[o]fessor*, *pr[o]fessores*, *pr[o]fessoras*.

não-recuadas), em variação com as altas (19,5% para as recuadas e 10,6% para as não-recuadas). As médias ocorrem em proporção baixa e, na maioria das vezes, com variantes baixas ou altas, mais frequentes:

g[o]v[ε]rnador, 1 (:: *g[u]v[ε]rnador*, 6)
m[o]d[ε]rado, 1
c[o]l[ε]gio, 2 (:: *c[ɔ]l[ε]gio*, 6 :: *c[u]l[ε]gio*, 4)
m[o]d[ε]rna, 1 (:: *m[u]d[ε]rna*, 7)
d[ε]t[ε]rminado, 1 (*d[ε]t[ε]rminado*, 24)

O fato de não haver dados de variantes altas nesse contexto deve-se a outros fatores que serão examinados oportunamente. Por isso, foi mantida a conjectura inicial de variação entre alta e baixa: [u] :: [ɔ] e [i] :: [ε].

Se a vogal da sílaba seguinte é [a], a vogal pretônica baixa é quase categórica: ([ɔ]: 98,6% e [ε]: 97,6%). Não há registro significativo de altas e médias no mesmo vocábulo nesse contexto. Ocorreram apenas:

[u]	<i>b[u]rracha</i> , 1 e <i>alm[u]çar</i> , 1	[o]	<i>b[o]rracha</i> , 1 <i>gar[o]tada</i> , 1
[ε]	<i>p[ε]scaria</i> , 1 <i>r[ε]ssarcimento</i> , 1 <i>r[ε]staurante</i> , 3 <i>cab[ε]çário</i> [sic], 2 :: <i>cab[ε]çalho</i> , 2 <i>el[ε]vado</i> , 1 :: <i>el[ε]vado</i> , 4 <i>interplan[ε]tária</i> , 1		

Também pode explicar o fechamento dessas pretônicas a interferência da pronúncia estrangeira em palavras emprestadas, mesmo que já adaptadas nos demais traços à estrutura fônica do português, como em [o] de *r[ε]st[o]rante*²⁷.

²⁷ Registrou-se também *r[ε]st[o]rante*, ao lado de *r[ε]st[aw]rante*, embora a pronúncia francesa recomendada seja [ε] e [o], respectivamente. Assim, pode-se interpretar o [ε] da sílaba inicial como influência dessa língua. Essa ocorrência, que no mais mantém a estrutura fônica do português, foi registrada de um informante masculino de mais de 55 anos, o que constitui um

Finalmente, há um grupo de palavras (*d[e]t[ε]rminado, g[o]v[ε]rnador, m[o]d[ε]rado, c[o]l[ε]gio, m[o]d[ε]rna, el[e]vado, p[e]scaria, r[e]ssarcimento, b[o]rracha* etc.) cuja pretônica média parece ser resultante da influência de outro dialeto do português, como se discutirá mais adiante.

Admitindo, portanto, como marginais casos como os acima mencionados e, conseqüentemente, como verdadeiras as variações estabelecidas, chega-se à Tabela 5”, que impõe uma limitação à regra variável.

Tabela 5”: Pretônicas em contextos orais pertinentes

	Recuada /O/			Não-recuada /E/		
	[u]	[o]	[ɔ]	[i]	[e]	[ɛ]
— [u], [i]	189 47,8%	72 18,2%	134 33,9%	334 44,8%	116 15,5%	299 39,9%
— [o], [e]	26 18,2%	111 77,6%	-	17 6,1%	260 92,9%	-
— [ɔ], [ɛ]	30 19,5%	-	119 77,3%	23 10,6%	-	193 88,9%
— [a]	-	-	273 98,6%	-	-	365 97,6%

Fonte: Elaborada pela autora.

A Tabela 5” enseja duas observações: primeiro, que a variação entre três termos só se estabelece no contexto de altas; segundo, que as vogais médias e baixas mantêm entre si uma relação de complementaridade que só se quebra no contexto de vogal alta, pois a vogal média ocorre só antes de média e a vogal baixa antes de vogais com o traço [+bx], ou seja, [ɔ], [ɛ] e [a].

Portanto a alternância [u] :: [o] :: [ɔ] e [i] :: [e] :: [ɛ], que se configura nessa amostra, parece duvidosa. Sustentam essa dúvida duas razões de natureza diversa, para não falar de uma terceira, subjetiva, que é a intuição da autora deste trabalho, falante nativa desse dialeto, filha e neta de falantes dessa variedade do português, a quem a maioria das pretônicas médias nesse contexto soa “estrangeira”.

dado externo favorável a essa interpretação dos fatos. A segunda realização – *r[e]st[aw]rante* – parece ser uma adaptação completa do vocábulo ao português via ortografia. Mesmo a vogal [e], inesperada antes de [a], parece se explicar pela influência de outros dialetos brasileiros, fenômeno aqui já registrado (cf. também Cap. 3). Apesar disso, preferiu-se excluí-la, como a outra emissão, dos cálculos que compõem este trabalho.

A primeira razão é o desequilíbrio dos dados. De fato, não parece natural que somente em um contexto a variação tenha formulação ternária, isto é, se realize entre três variantes. A segunda é a relação desse dialeto com outros da língua portuguesa em que as pretônicas são sempre médias e sobre as quais também atua uma regra de elevação. Nessas variedades, essa regra, naturalmente, se apresenta em termos binários.

Surge daí uma nova hipótese: as emissões médias, minoritárias no contexto de altas (cf. Tabela 5²⁸: 18,2% entre as recuadas e 15,5% entre as não-recuadas), se constituem em um dado novo no dialeto e particular ao grupo social estudado (de graduados por instituição universitária, que não se enquadram nem na classe dita baixa nem na alta). É possível que esses dados se expliquem por uma regra variável dependente da situação em que se realiza o discurso, talvez exclusiva a um grupo social muito exposto ao contato com outros dialetos e muito sensível aos traços de prestígio²⁸.

Em favor da hipótese da existência de uma regra variável sensível ao contexto em que se desenvolve a comunicação está o fato de os informantes sabermos não só que estavam sendo gravados – o que por si só pode ter-lhes fomentado o desejo de ter um desempenho que julgassem “melhor”, “mais bonito” – mas também que estavam participando de um projeto de pesquisa sobre o comportamento linguístico dos falantes ditos cultos de cinco cidades brasileiras. A importância de que se revestia o Projeto NURC e a sua publicidade, que às vezes facilitava o acesso aos informantes – geralmente pessoas com muitas ocupações e com pouco tempo para colaborar com pesquisas –, podem, de certo modo, ter promovido também a depreensão de variantes estilísticas, no modo de interação do *corpus* aqui analisado (diálogo entre informante e documentador).

Para testar a validade das hipóteses ora levantadas, seria necessário confrontar essa amostra com outras: uma do mesmo grupo social, obtida sem o conhecimento prévio dos falantes, para verificar se em outro registro, o familiar de preferência, se documentariam as vogais nesse contexto; a outra, representativa de grupo social não-escolarizado, menos atingido pelo contato com outras variedades²⁹ e pelo possível prestígio da variedade linguística emprestada.

²⁸ Silva (1980), estudando o dialeto de Manaus, e depois Maia (1986), o de Natal, observaram uma distribuição semelhante entre as vogais médias e baixas. Verificaram também, antes de altas, ocorrências com pretônicas altas, médias e baixas. O tratamento dado pelas autoras ao *corpus* de cada cidade, entretanto, não possibilitou verificar se tais emissões de [o] e [e] no contexto em questão se relacionavam a um dos grupos sociais estudados – o dos universitários – ou se são fato geral no dialeto da região.

²⁹ Reconheço que hoje é uma tarefa difícil encontrar esse grupo, dado o aumento de possibilidades

Como no projeto inicial deste trabalho não estava previsto estudo dessa natureza, não se dispunha de dados nem do primeiro tipo nem do outro. Para levar essa investigação um pouco mais adiante, lançou-se mão, então, de amostras auxiliares de falantes não-escolarizados, ainda que não urbanos, de áreas próximas, compreendidas dentro das fronteiras da Bahia e de uma localidade sergipana³⁰, considerando que essas localidades se encontram dentro dos limites propostos por Nascentes (1953 [1922], p. 77-78) para o dialeto baiano.

Ainda que o registro de dados dessas amostras tenha sido feito de modo diferente³¹ dos coletados para este trabalho, por servirem a outros objetivos, pareceu útil dar-lhes um tratamento quantitativo, observando a sua distribuição nos diversos contextos vocálicos, a exemplo do que foi feito até então para os dados de Salvador. Examinem-se as tabelas 6 e 7, a seguir:

Tabela 6: Amostra de Ribeirópolis (SE): não-escolarizados, não-urbanos

	Recuada /O/			Não-recuada /E/		
	[u]	[o]	[ɔ]	[i]	[e]	[ɛ]
— [u], [i]	58/74 78,4%	5/74 6,7%	11/74 14,9%	56/91 61,5%*	2/91 2,2%**	33/91 36,3%
— [o], [e]	26/75 34,7%	48/75 64,3%*	1/75 1,3%**	24/71 33,8%	43/71 60,6%*	4/71 5,6%**
— [ɔ], [ɛ]	11/17 64,7%	1/17 5,9%**	5/17 29,4%	2/19 10,5%	- **	17/19 89,5%*
— [a]	13/83 15,7%	- **	70/83 84,3%*	- **	3/70 4,3%**	67/70 95,7%*
Total	108/249 43,4%	54/249 21,7%	87/249 34,9%	82/251 32,7%	48/251 19,1%	121/251 48,2%

Fonte: Elaborada pela autora.

de comunicação com outros dialetos, propiciado pela tecnologia moderna.

³⁰ A primeira amostra foi tomada do *Atlas prévio dos falares baianos* (ROSSI, 1965); a segunda, do exemplário fornecido por Mota (1979).

³¹ Nessas amostras, recolhidas com metodologia diversa, emissões idênticas de uma palavra foram registradas apenas uma vez, a menos que colhidas em localidades diversas.

Tabela 7: Amostra da Bahia (APFB): não-escolarizados, não-urbanos

	Recuada /O/			Não-recuada /E/		
	[u]	[o]	[ɔ]	[i]	[e]	[ɛ]
— [u], [i]	94/124 75,8%*	3/124 2,4%**	27/124 21,8%	104/123 84,5%*	3/123 2,4%**	16/123 13%
— [o], [e]	100/162 61,7%*	56/162 34,6%	6/162 3,7%**	17/158 10,7%	133/158 84,2%*	8/158 5,1%**
— [ɔ], [ɛ]	17/229 7,4%	7/229 3%**	205/229 89,5%*	42/88 47,7%	1/88 1,1%**	45/88 51,1%*
— [a]	125/268 46,5%	4/268 1,5%**	139/268 51,9%*	-**	2/127 1,6%**	125/127 98,4%*
Total	336/783 42,9%	70/783 8,9%	377/783 48,1%	163/496 32,9%	139/496 28%	194/496 39,1%

Fonte: Elaborada pela autora.

O confronto na distribuição dos dados dos três *corpora* demonstra proximidade nos seus aspectos fundamentais. As diferenças entre as três amostras se localizam justamente no contexto de vogais altas, respondendo à questão levantada. Isso fica mais claro quando os dados são mais numerosos, portanto mais na Tabela 7, que totaliza 1.279 ocorrências, do que na Tabela 6, com apenas 500 ocorrências³².

De fato, comparando essas tabelas com a Tabela 5, referente ao *corpus* principal, e onde estão registradas 2.589 ocorrências, verifica-se que se mantém quase a mesma distribuição de percentuais mais altos e de percentuais mais baixos (os primeiros marcados por um asterisco, os segundos por dois), qualquer que seja a amostra em questão. Isso acontece principalmente no que se refere à ocorrência de médias e baixas. Nas tabelas 6 e 7 observa-se a complementaridade que se verificou na Tabela 5: ao percentual mais elevado de [o] e [e] (no contexto de vogais da mesma altura) corresponde o percentual mais baixo de [ɔ] e [ɛ]; ao percentual mais elevado de baixas (antes de [ɔ], [ɛ] e [a]) correspondem os percentuais mais baixos de médias.

³² Foram considerados os dados cuja vogal básica da sílaba pré-acentuada era [-alt], como em *c[u]stura*, ou, sendo [+alt], tenha sido documentada também como [-alt], como em *g[o]loso* e *g[u]loso* (dados do APFB).

Comparem-se:

___ [o], [e]

	[o]	[ɔ]	[e]	[ɛ]
Tabela 5	77,6%	4,2%	92,9%	1,1%
Tabela 6	64,9%	1,3%	60,6%	5,6%
Tabela 7	34,6%	3,7%	84,2%	5,1%

___ [ɔ], [ɛ]

	[o]	[ɔ]	[e]	[ɛ]
Tabela 5	3,2%	77,3%	0,5%	88,9%
Tabela 6	5,9%	29,4%	-	89,5%
Tabela 7	3%	89,5%	1,1%	51,1%

___ [a]

	[o]	[ɔ]	[e]	[ɛ]
Tabela 5	0,7%	98,6%	2,4%	97,6%
Tabela 6	-	84,3%	4,3%	95,7%
Tabela 7	1,5%	51,9%	1,6%	98,4%

Mantém-se também, nos três *corpora*, a predominância de vogais altas antes de vogais da mesma altura. Nos demais contextos, a distribuição dessas variantes nas três tabelas guarda muitas semelhanças, embora apresente algumas diferenças, como a que se encontra no *corpus* do APFB (Tabela 7): diante de vogais médias, registrou-se uma percentagem maior de [u] do que de [o], invertendo a tendência observada nas demais amostras:

Tabela 5	[u]: 18,2%	[o]: 77,6%
Tabela 6	[u]: 34,7%	[o]: 64,9%
Tabela 7	[u]: 61,7%	[o]: 34,5%

É possível, porém, que essa diferença no comportamento dos dados de baianos não-escolarizados e não-urbanos se justifique pela interveniência das consoantes das margens da sílaba, que um simples estudo de percentagens não é capaz de identificar, ou mesmo pela metodologia empregada para recolha e contabilização dos dados.

No rol das diferenças, está o índice geral de elevação da pretônica recuada e não-recuada, que se mantém quase estável no *corpus* principal, mas nos dois outros continua mais alto para as recuadas do que para as não-recuadas, como se pode verificar:

	Recuada [u]	Não-recuada [i]
Tabela 5	25,5%	23,1%
Tabela 6	43,4%	32,7%
Tabela 7	42,9%	32,9%

Uma coincidência – para ser cautelosa – é a proximidade entre as taxas de elevação nas amostras auxiliares, se distinguindo das da amostra principal, por serem mais altas. Considerando que [e] e [o] no contexto de altas ocorrem minimamente nos dados dos não alfabetizados, pode-se supor que no *corpus* de Salvador [o] e [e] tenham entrado em concorrência com da Regra de Elevação ou, em outras palavras, que a RVT tenha recuado no espaço urbano.

Essa distribuição entre as três amostra do subfalar baiano guarda semelhança com o que observou Bisol (1981, p. 81-82) no Rio Grande do Sul. Nessa região, a autora do referido trabalho documentou os seguintes índices no grupo dos metropolitanos:

	Recuada [u]	Não-recuada [i]
Metropolitanos cultos	22%	21%
Metropolitanos não-cultos	39%	28%

Todas essas “coincidências” parecem sugerir que: 1. a diferença na metodologia dessas pesquisas não impediu que emergissem do material recolhido as tendências gerais; 2. essas tendências são as mesmas, apesar da diferença sociocultural entre os informantes da amostra principal e das amostras auxiliares (urbano/graduado x rural/não-escolarizado).

Tais conclusões, salvo melhor juízo, dão validade, pois, ao confronto entre as três amostras para examinar a hipótese acima levantada, ou seja, para verificar se a variação entre [u] :: [o] :: [ɔ] e [i] :: [e] :: [ɛ] antes de vogal alta da sílaba subsequente é particular ao grupo de falantes que mantém mais contato com outros dialetos (urbanos cultos) ou se se estende aos falantes menos expostos a

esse contato (os rurais não-escolarizados). O número de ocorrências no contexto em questão, apresentado abaixo no destaque das tabelas 5, 6 e 7, permite essa avaliação:

Destaque das tabelas 5, 6 e 7 no contexto de vogal alta

	Recuada /O/			Não-recuada /E/		
	[u]	[o]	[ɔ]	[i]	[e]	[ɛ]
Tabela 5	189	72	143	334	116	299
	47,8%	18,2%	33,9%	44,8%	15,5%	39,9%
Tabela 6	58	5	11	56	2	33
	78,4%	6,7%	14,9%	61,5%	2,2%	36,3%
Tabela 7	94	3	27	104	3	16
	75,8%	2,4%	21,7%	84,5%	2,4%	13%

Notam-se, de partida, duas coisas:

1. primeiro, que os dados no contexto de altas se concentram majoritariamente nas variantes altas, em qualquer das amostras, mas numa percentagem bem maior nas recolhidas de falantes não-escolarizados (tabelas 6 e 7), mais de 60%, enquanto não chegam a 50% as realizações de altas no *corpus* dos urbanos cultos;

2. segundo, que as realizações baixas nesse mesmo contexto são mais frequentes do que as médias. A diferença entre as três amostras está, como se previa, nas realizações de [o] e [e], que têm, entre os graduados, uma ocorrência considerável ([o]: 18,2%, com 72 emissões; e [e]: 15,5%, com 116 emissões) e entre os não-escolarizados, não-urbanos, ocorrência mínima. Mesmo quando a percentagem ultrapassa os 5%, estabelecidos anteriormente como critério para considerá-los dados marginais, ela corresponde a menos de seis emissões (cf. Tabela 6: [o] – 6,7%, com cinco emissões)³³.

³³ Mota (1979, p. 135-137) registrou (Tabela 6): *r[o]dilha*, *r[o]limã* (a primeira com a variante *r[u]dilha*), para as quais, como explicação, levanta a hipótese de serem empréstimos de línguas estrangeiras com integração imperfeita no português; *n[o]vilho*, a que tanto se aplicaria a hipótese anterior como a de uma reanálise dos falantes, associando-o a *novo*; finalmente *br[o]chear*, *c[o]dorniz* ([koxdi'nis]), *m[e]ximento*, *n[e]g[u]cia*, para os quais não apresenta explicação. No APFB (Tabela 7) registraram-se *b[o]rquilho* (Carta 10), *p[o]rc[i]lana* (Carta 46), *tr[o]v[u]ada* e *tr[e]v[u]ada* (Carta 9), *r[e]ssuero* (Carta 99), *v[e]lide* (Carta 94).

Esses fatos levam a uma conclusão ao mesmo tempo em que colocam uma questão. A conclusão é a de que a hipótese examinada tem procedência, isto é, as alternâncias [u] :: [o] :: [ɔ] e [i] :: [e] :: [ɛ] no dialeto de Salvador não se explicam por uma única regra. Assim, considero que há fortes indícios de que a regra de elevação, como em todos os dialetos em que é conhecida, tem formulação **binária**, isto é, regula a variação entre duas variantes, vogal [+alt] e vogal [-alt] e de que as realizações médias, [o] e [e], no contexto de vogal alta são particulares aos falantes da amostra principal, os urbanos cultos.

A questão a ser elucidada se relaciona com a natureza da regra, que, nesse contexto de vogais altas, torna médias as pretônicas [-alt]. Como os dados confrontados são amostras recolhidas de falantes que mantêm entre si duas diferenças (escolarizado/não-escolarizado, urbano/não-urbano), não é possível atribuir com segurança a um desses fatores a realização média. Além disso, a distinção entre graus de formalidade na fala não pôde ser avaliada nesta pesquisa uma vez que, como já disse, não foi possível obter gravações sem o conhecimento prévio dos informantes.

De todo modo, porém, há uma constante exclusiva aos locutores do *corpus* de Salvador: o maior contato com dialeto(s) em que a pretônica é, nesse e em outros contextos³⁴, média. Pode-se assim dizer que o exame dos dados de falantes cultos de Salvador revelou uma provável interferência de dialeto(s) vizinho(s) sobre a altura das vogais pretônicas, que se verifica, pelo menos, num registro que não é o familiar.

No Capítulo 3 deste trabalho retomo essa questão mais demoradamente, avaliando, nos limites permitidos pelo *corpus*, as relações entre essas ocorrências e os contextos linguísticos e sociais. Desde já, porém, reconheço a existência de outra regra variável no dialeto de Salvador que torna médias as pretônicas em certos contextos. Essa regra, cujas natureza e amplitude ainda estão por ser definidas, será referida de agora em diante como *Regra variável de timbre* (RVT).

Tendo em vista a distribuição complementar entre as variantes médias ([o] e [e]) e as suas correspondentes baixas ([ɔ] e [ɛ]) observada no *corpus*; considerando a possibilidade de todas elas variarem com a alta da mesma zona de articulação em quase todos os contextos; considerando, finalmente, os argumentos expostos acima que atribuem à interferência de outros dialetos a existência de vogais médias em contexto de vogais altas; devo concluir que, no *corpus* estudado e possivelmente na variedade falada pela comunidade soteropolitana dita

³⁴ A interferência desse(s) dialeto(s) se dá também diante de outras vogais, embora em escala muito menor. A razão dessa preferência pelo contexto de [u] e [i] será discutida em 3.1.

culta, atuam prioritariamente as seguintes regras, além de outras, secundárias, que ditam as exceções:

- a. uma regra categórica que distribui o traço [bx] pelas pretônicas que têm os traços [-alt -nas]: a RCT. Receberá o traço [-bx] as que estiverem no contexto ___ [V -bx -alt -nas], isto é, antes de [o] e [e], e o traço [+bx] as que estiverem nos demais contextos orais, ou seja, antes de [a], [ɔ], [ɛ], [u] e [i];
- b. uma regra variável que muda o sinal do traço [-alt]³⁵ das pretônicas [-alt -nas] em todos os contextos orais (especialmente no de vogais altas): a RVE. Faz exceção, neste *corpus*, apenas o contexto antes de [a], diante do qual os dados de vogais altas são raríssimos³⁶ e exclusivos às vogais recuadas. Esses casos podem ser vistos como residuais, resultantes da ação de outros fatores, principalmente da consoante adjacente (cf. 2.3.1.2);
- c. uma regra variável que torna [-alt -bx] as pretônicas em certos contextos: a RVT.

Todas essas regras se aplicam sucessivamente da direita para a esquerda a partir da vogal acentuada.

2.1.1.2.2 No contexto nasal

Até então se tratou das pretônicas em contextos orais. Observe-se agora seu comportamento quando as vogais contextuais são nasais³⁷:

³⁵ Como a combinação de traços [+alt +bx] é uma impossibilidade universal, por uma regra de redundância, o traço [+alt], introduzido pela regra, implica o traço [-bx].

³⁶ Embora só duas formas tenham sido registradas no *corpus*, não seria difícil ao falante desse dialeto lembrar de outras como: t[u]mate, c[u]madre, p[u]mada, b[u]cado, b[u]rracha, onde atuam outros fatores favoráveis à elevação.

³⁷ Não se estabelece, para efeito deste estudo, diferença entre vogal nasal e vogal nasalizada, ou seja, entre aquelas que distinguem por esse traço formas da língua e aquelas que não as distinguem e estão sujeitas à variação conforme as normas dialetais. Procedeu-se assim porque não se observou nenhuma diferença na sua influência sobre as pretônicas. Tanto umas quanto outras tendem a tornar baixas as vogais [-alt]. Vejam-se, por exemplo, as nasais e as nasalizadas, respectivamente, em: s[i]guinte e tang[i]rina, pr[i]sunto e d[i]fumado, par[i]cendo e p[i]queno, supl[ɛ]mento e t[ɛ]rreno, expr[ɛ]ssões e arquit[ɛ]tônico, apr[ɛ]sentando e m[ɛ]cânico, d[u]mingo e c[u]rtina, apr[ɔ]fundar e c[ɔ]lunista, pr[ɔ]longado e sax[ɔ]fonista, n[ɔ]ção e pr[ɔ]grama etc.

Tabela 8: Pretônicas em contexto de vogal nasal

	Recuada /O/			Não-recuada /E/		
	[u]	[o]	[ɔ]	[i]	[e]	[ɛ]
___ [ũ], [ĩ]	42,6% 26/61	6,6% 4/61	50,8%* 31/61	25,7% 28/109	5,4% 6/111	69,4%* 77/111
___ [õ], [ẽ]	9,7% 5/54	9,3% 5/54	81,5%* 44/54	9,5% 22/231	2,9% 7/238	87,8% 209/238
___ [ã]	16,1% 15/93	5,4% 5/93	78,5%* 73/93	0,8% 1/122	5,7% 7/123	93,5%* 115/123
Total	22,1% 46	6,7% 14	71,1% 148	10,8% 51	4,7% 20	84,9% 401

Fonte: Elaborada pela autora.

Como já se viu anteriormente, o contexto de vogais nasais favorece claramente a vogal baixa (cf. comentário à Tabela 4). Se observada a distribuição dos dados, verifica-se que essa preferência se mantém em todos os contextos, embora se mostre atenuada se a vogal nasal da sílaba subsequente é alta. Nesse contexto a diferença entre as percentagens das variantes altas e baixas é menor que nos demais:

	[u]	[ɔ]	[i]	[ɛ]
___ [ũ], [ĩ]	42,6%	50,8%	25,7%	69,4%

Nos outros contextos, a menor percentagem registrada para as variantes baixas é 78,5%, sendo as variantes médias sempre minoritárias. Entre estas a maior percentagem é de 9,3%, correspondendo a apenas cinco dados da variante recuada [o] no contexto de [õ] e [ẽ].

Apesar dessas tendências da amostra, não é possível aplicar-lhes o critério fixado anteriormente, no estudo dos contextos orais, segundo o qual são desprezíveis as ocorrências abaixo de 10 que representam até 5% do total. É que, sendo mais baixo o número de dados, torna-se mais difícil manter-se a percentagem no limite estabelecido. Tomem-se como exemplo as quatro ocorrências de [o] no contexto de altas nasais, que representam 6,6% dos dados.

Entretanto, nesta tabela, fica muito claro que as variantes médias estão minimamente representadas. Elas não chegam a constituir 7% do total das pretôni-

cas em contexto nasal, quer sejam recuadas ([o]: 6,7%), quer sejam não-recuadas ([e]: 4,7%), diferentemente das altas, que ultrapassam a casa dos 10%. Além disso, observando cada caso, verifica-se que muitas das realizações de [o] e [e] têm, neste *corpus*, variantes com vogais baixas ou altas, às vezes até mais numerosas, como se vê a seguir:

___ [ũ], [ĩ]

[o]

op[o]rtuno, 1

pr[o]pina, 1 :: *pr[ɔ]pina*, 2

pr[o]fundamente, 1

t[o]c[ĩ]nho, 1³⁸

[e]

cons[e]quência, 1 :: *cons[ɛ]quência*, 4

cong[e]st[ĩ][õ]namento, 1 :: *cong[ɛ]st[ĩ][õ]namento*, 1

d[e]f[ĩ]nição, 1

d[e]finir, 1

pre[e]s[ũ]mo, 1 :: *pr[ɛ]s[ũ]mo*, 1

pr[e]v[ĩ]nido, 1

___ [õ], [ẽ]

[o]

gas[o]g[ẽ]nio, 1

m[o]mento, 1 :: *m[ɔ]mento*, 2

pr[o]p[õ]e, 2 :: *pr[ɔ]p[õ]e*, 1

prop[o]rç[ã]o, 1

[e]

d[e]n[õ]minam, 1 :: *d[ɛ]n[õ]minam*, 1

d[e]pende, 1 :: *d[ɛ]pende*, 1

dif[e]rente, 2 :: *dif[ɛ]rente*, 15

p[e]rcentual, 1 :: *p[ɛ]rcentual*, 1

s[e]ssenta, 1 :: *s[ɛ]ssenta*, 1

transf[e]rência, 1 :: *transf[ɛ]rência*, 3

___ [ã]

[o]

c[o]xão, 1³⁹

g[o]stando, 1

imp[o]rtante, 1 :: *imp[ɔ]rtante*, 19

pan[o]r[ã]ma, 1

prop[o]rção, 1 :: *prop[ɔ]rção*, 1

[e]

inter[e]ssante, 1 :: *inter[ɛ]ssante*, 5

m[e]cânico, 1 :: *m[ɛ]cânico*, 1

qu[e]stão, 1 :: *qu[ɛ]stão*, 2

r[e]tangular, 4 :: *r[ɛ]tangular*, 1

s[e]ção, 1 :: *s[ɛ]ção*, 2

s[e]rão, 1

subt[e]rrâneo, 1

³⁸ Nesse caso, pode-se admitir a interferência do ditongo (cf. 4.2.2).

³⁹ Admite-se, no caso de *c[o]xão*, que o locutor ainda estabeleça o vínculo semântico com o vocábulo primitivo *coxa*, mantendo a altura da vogal tônica (cf. 2.1.4.1).

A ocorrência minoritária das variantes médias no contexto nasal recoloca a hipótese de que esses dados sejam fruto da influência de outro(s) dialeto(s). Nesse contexto, as amostras auxiliares não fornecem argumentos muito fortes nessa direção, porque ambas apresentam um número muito reduzido de dados. Mesmo assim, dos 120 registros de pretônicas em contexto nasal da amostra sergipana de Ribeirópolis apenas uma é de média: [o] em [to¹rĩu] por *turino*, cujo entendimento como diminutivo de *touro*, na opinião de Mota (1979, p. 135-137), pode explicar a realização média de pretônica. Já no APFB encontram-se apenas cinco ocorrências de [o] e sete de [e] entre os 331 casos documentados nesse contexto⁴⁰. Além disso, tendo em vista que esses números estão representados apenas por cinco itens lexicais, todos com variantes baixas ou altas, quase sempre mais frequentes que as médias, não se pode considerá-los como contra-argumentos à hipótese levantada.

Levando em conta tudo o que foi dito, principalmente a baixa representatividade das variantes médias, tanto na amostra principal quanto nas amostras auxiliares, prefere-se admitir como provável que essas realizações sejam, também elas, um produto da *Regra variável de timbre*, que começa a invadir o dialeto rural.

Dentro desse quadro, pode-se dizer então que as pretônicas no dialeto estudado se tornam obrigatoriamente baixas se a vogal da sílaba seguinte é nasal e podem tornar-se altas por uma regra variável que atinge igualmente as que se encontram em contextos orais.

Em resumo, parecem atuar nessa variedade do português, considerando contextos orais e contextos nasais, duas regras principais:

- a. *uma regra regional*, categórica ou semicategórica⁴¹, a RCT, que determina o sinal do traço [bx] entre as pretônicas de traço [-alt], assimilando

⁴⁰ São eles para ___ [ã]: *m[o]jando*, 3 :: *m[ɔ]jando*, 9 (C. 130); *m[o]rango*, 1 :: *m[u]rango*, 8 (C. 39); *porc[e]l[ã]na*, 3 :: *porc[e]l[ã]na*, 28 (C. 46); *tr[e]zantontem*, 4 :: *tr[ɛ]zantontem*, 2 (C. 8). E para ___ [õ]: *c[o]x[õ]lhilo*, 1 :: *c[ɔ]x[õ]nil*, 1 (C. 149).

⁴¹ Não estou segura de que esta é a melhor categorização dessa regra. Labov (1977, p. 158) distingue as regras categóricas das semicategóricas pelo tipo de violações a que estão sujeitas. As violações feitas às primeiras “não se escutam como língua coerente”; as violações feitas à segunda são raras, mas são interpretáveis. De acordo com essa distinção, as regras de timbre se enquadrariam melhor na definição das regras semicategóricas, pois as violações (exceções) feitas a elas não “são raras, mas interpretáveis”. Entretanto as exceções a essa regra documentadas são, na verdade, a aplicação de regras concorrentes, às vezes de caráter dialetal. Para opô-la às regras variáveis, de comportamento neogramático, que farão parte desse conjunto de regras, optei por esse rótulo.

o traço [-bx] as que estiverem no contexto de vogal da mesma altura, isto é, antes de [o], [e], e recebendo o traço [+bx] as que estiverem nos demais contextos, ou seja, antes de [a], [ɔ], [ɛ], [u], [i] e [ã], [õ], [ẽ], [ũ], [ĩ];

- b. *uma regra supradialetal*, variável, a RVT, que eleva as pretônicas [-alt -nas], trocando o sinal do traço [-alt] em todos os contextos, orais e nasais, com exceção do contexto antes de [a].

As regras descritas em a) e b) serão doravante referidas como *Regra categórica de timbre* (RCT) e *Regra variável de elevação* (RVE), respectivamente.

Ao lado delas, ainda por estudar, supõe-se que exista uma outra regra variável, de caráter dialetal, talvez restrita a um dos registros de um grupo social ascendente. Essa regra, já mencionada aqui anteriormente como *Regra variável de timbre*, é a responsável pelas ocorrências minoritárias de pretônicas médias no contexto de vogal [+alt], [+bx] e [+nas].

Como explicarei adiante, essas regras se aplicam sucessivamente da direita para a esquerda a partir da vogal acentuada.

2.1.2 As regras categóricas de timbre (RCT)

Como se viu anteriormente, eliminando as realizações de vogais médias [o] e [e], que se supõe resultantes de interferência de outro(s) dialeto(s), e as realizações de vogais altas, que fazem parte de uma regra variável, depara-se com um conjunto de dados distribuídos complementarmente que favorece numericamente as vogais baixas ([ɔ] e [ɛ]). Enquanto as vogais [-alt -bx] ocorrem antes de vogais com os mesmos traços⁴² (c[o]rr[e]io, c[e]rv[e]ja) ou antes de consoante palatal em verbos e deverbais da primeira conjugação (ligeiramente mencionado em 2.1.1.1) (f[e]char, m[e]xer); as vogais [+bx] ocorrem antes de todas as outras vogais:

___ [+alt +/-nas]: esp[o]rtivo, m[ɔ]lusco, af[ɛ]tiva, cob[ɛ]rtura, c[ɔ]l[ũ]na, p[ɛ]dinte

___ [-alt -bx +nas]: c[ɔ]rrente, fr[ɛ]qu[ẽ]ncia

___ [+bx]: n[ɔ]vela, c[ɔ]l[ɔ]cação, ac[ɛ]ssório, ac[ɛ]l[ɛ]rar, ap[ɛ]lar

⁴² Cf. 2.1.1.2.

Funda-se na predominância de pretônicas realizadas como [ɔ] e [ɛ], conforme a descrição acima, a impressão de falantes de outros dialetos de que “as vogais no Nordeste são sempre abertas”. De fato, a restrição a essa regra se reduz ao contexto de vogal média, [o] ou [e], na sílaba subsequente ou de consoante palatal seguinte em verbos e deverbais da segunda conjugação, como se verá adiante.

Essa predominância é tanto mais evidente quando se verifica que, mesmo em contextos onde não se pode supor assimilação, as pretônicas /O/ e /E/ se realizam com [+bx]. Observe-se: quando /O/ e /E/ se realizam com [o] e [e] nos contextos acima descritos ou quando se realizam com [ɔ] e [ɛ] antes das vogais [ɔ], [ɛ], [a], pode-se falar de assimilação. Mas não se explica a ocorrência de vogais baixas antes de [u], [i] nem de [ũ], [ĩ], [õ], [ẽ] e [ã].

Para justificar a presença de vogais [+bx] no contexto de [-alt -bx +nas], isto é, antes de [õ] e [ẽ], – *c[ɔ]rrrente, fr[ɛ]quência* – se pode cogitar de uma explicação acústica⁴³. Como observou Rodrigues (1981, p. 329), ao descrever o processo morfológico de uma língua Jê, o Kaingang, “tanto a ampliação da caixa de ressonância oral quanto a adição de ressonância nasal contribuem, do ponto de vista acústico, para a maior compacidade das vogais”.

Isso quer dizer que [õ] e [ẽ] têm formantes mais compactos do que [o] e [e]⁴⁴ e, portanto, mais próximos de [ɛ] e [ɔ]. Assim se justificaria, por exemplo,

⁴³ A explicação de regras envolvendo vogais com base em propriedades articulatórias e acústicas é possível e admitida por Ladefoged (1971, p. 103): “Nosso sistema alega que, no que diz respeito às vogais, as línguas funcionam parcialmente em termos auditivos (o tom do primeiro formante e a distância entre os formantes são as principais características da qualidade da vogal) e parcialmente em termos fisiológicos (arredondamento, tensão e ponto de articulação também devem ser levados em consideração)”. Do original: “Our system claims that as far as vowels are concerned, languages work partially in auditory terms (the pitch of the first formant, and the distance between the formants being major features of vowel quality) and partially in physiological terms (rounding, tension, and articulatory place must also be taken into account)” (tradução minha).

⁴⁴ Essa afirmação parece achar apoio nas observações de Jakobson, Fant e Halle (1972, p. 39): “O espectro dos fonemas nasais mostra uma densidade de formante maior que a dos correspondentes fonemas orais. Segundo M. Joos, entre o primeiro e o segundo formantes da vogal, aparece nas vogais nasais um formante adicional com enfraquecimento concomitante na intensidade dos dois primeiros”. Do original: “The spectrum of the nasal phonemes shows a higher formant density than that of the corresponding oral phonemes. According to M. Joos between the first and the second vowel formants there appears in the nasal vowels an additional formant with concomitant weakening in the intensity of the former two” (tradução minha). Infere-se da afirmação supracitada que esse acréscimo no espectro das vogais nasais aproxima os formantes, tornando essas vogais mais compactas do que as suas correspondentes orais.

a vogal [+bx] do vocábulo *fr[ε]quência*: a vogal [ẽ], mais compacta, seria então o contexto assimilatório de [ε]. Da mesma forma se explicaria a vogal [+bx] de *c[ɔ]rrente*, por exemplo, pois a maior compactidade da vogal [õ] condicionaria [ɔ].

Bisol (1981, p. 89-91) também interpreta seus dados segundo propriedades acústicas. Com base nos estudos de Cagliari (1976), ela buscou explicar o fato de a pretônica nasal não-recuada, ou seja, [ẽ], ter probabilidade de elevação mais alta do que a sua contraparte recuada, [õ], pelo aumento de frequência dos formantes altos resultante da nasalização. As frequências elevadas aproximam o [ẽ] mais da zona do [i], enquanto tendem a afastar da vogal /O/, nasalizada, das proximidades da área do [u], tornando-a relativamente mais baixa e mais central.

A interpretação da referida autora quanto ao efeito da nasalização sobre as vogais médias, se transportada para estes dados, resultaria em conclusões diferentes das inspiradas pelo trabalho de Rodrigues (1981). A vogal [õ], tendo o segundo formante mais elevado, se aproximaria da vogal [ɔ] e, pela mesma razão, a vogal [ẽ] se aproximaria da vogal [i]. Assim, o efeito da nasalidade sobre essas vogais as coloca na zona próxima à das vogais que servem de contexto para a realização de vogais [+bx]: a vogal alta, no caso de [ẽ], e a baixa, no caso de [õ].

Ainda que essas tentativas de explicar, neste dialeto, o condicionamento de vogais [+bx] no contexto de vogal nasal resultem positivas, só se resolve uma parte da questão, pois ainda resta justificar a ocorrência dessas vogais baixas nos contextos de vogais [+alt].

A primeira hipótese para explicar o processo é a de que, partindo de uma única representação [-alt -bx] ([o] e [e]) – como parece preferir a maioria dos que já se debruçaram sobre o tema –, convivam no dialeto tendências opostas, a assimilação e a dissimilação. A assimilação, como já foi dito, explicaria a ocorrência de [ε] e [ɔ] no contexto de vogais com traço [+bx] (*n[ɔ]vela*, *c[ɔ]l[ɔ]cação*, *ac[ε]ssório*, *ac[ε]lera*, *enx[ɔ]val*, *bet[ε]rraba*) e de [e] e [o] no contexto de vogais com traços [-alt -bx] (*c[e]rveja*, *bib[e]lô*, *pr[o]fessor*, *c[o]l[o]cou*). A dissimilação explicaria a presença de [ɔ] e [ε] no contexto de vogais altas (*m[ɔ]rbidez*, *s[ɔ]lução*, *b[ε]liche*, *p[ε]ss[u]al*). Contudo a hipótese da dissimilação – chame-se assim –, que eu mesma adotei no passado (cf. SILVA, 1974, p. 43), não explica a ocorrência de vogais [+bx] antes de [+nas] (*fr[ε]quência*, *c[ɔ]rrente*). Além disso, não tem a seu favor nenhuma outra evidência e contrária, em apenas um contexto, a tendência dominante de assimilação. Por essas razões, tal tentativa de análise desses dados foi afastada.

A segunda hipótese considera que a vogal subjacente em sílaba pré-acentuada seja [+bx] no dialeto em estudo. As superficializações de pretônicas [-alt -bx]

se deveriam à aplicação de uma única regra de assimilação do traço [-bX] da vogal da sílaba seguinte. Desse modo, [ɔ], de *m[ɔ]rbidez*, *s[ɔ]lução*, *c[ɔ]rrente*, e [ɛ], de *b[ɛ]liche*, *p[ɛ]ss[u]al*, *fr[ɛ]quência*, por exemplo, refletiriam a vogal da estrutura subjacente e, por isso, estariam marcadas no léxico, mas [o] e [e] de *c[o]rreio* e *c[e]rveja* seriam o reflexo de aplicação de uma regra que mudaria, no contexto de vogal média, o [ɔ] e o [ɛ] subjacentes em [o] e [e], respectivamente.

Essa análise dos dados tem a vantagem de simplificar extremamente a descrição das pretônicas nesse dialeto. Considerando [+bX] a vogal subjacente, uma única regra daria conta da alternância no único contexto possível, o que não significa só um dado de economia, mas da captação da generalização de vogais [+bX] na variedade do português em exame.

Por outro lado, esse entendimento do fenômeno facilita a compreensão das diferenças dialetais no que tange a esse aspecto fonológico. Se aceita essa proposta de análise, seria possível dizer que poucas regras (em alguns casos, nenhuma) distinguiriam os dialetos brasileiros, pois a diferença básica se alocaria na estrutura subjacente. A distinção entre o dialeto do Rio Grande do Sul, descrito por Bisol (1981), por exemplo, e o presentemente estudado seria unicamente a vogal subjacente [-alt -bX] daquele dialeto, enquanto a distinção entre este e o do Rio de Janeiro, que possivelmente partilharia a mesma subjacente, seria, talvez, apenas uma regra⁴⁵.

Além disso, seria possível também descrever melhor as identidades. Pelos dados conhecidos, por exemplo, os dialetos de Salvador, Manaus (cf. SILVA, 1980) e Natal (cf. MAIA, 1986) poderiam ter a mesma vogal subjacente, mas uma ou outra regra diferente. A análise ora discutida, portanto, possibilitaria determinar melhor as relações entre as variedades geográficas, considerando as mais próximas e as mais distantes.

Diferenças na representação subjacente entre os dialetos são admitidas por alguns estudiosos do componente fonológico⁴⁶, mas essa posição ainda encontra muitos opositores dentro da teoria padrão, e fora dela. Veja-se o que diz Labov (1978, p. 84) sobre os dialetos do inglês: “Enfim, todos os nossos dados vêm

⁴⁵ Documentei, em pesquisa não publicada, no *corpus* do NURC-RJ, portanto de falantes cultos do Rio de Janeiro, vogais baixas em posição pretônica em pelo menos um contexto (antes de vogais homorgânicas). Essa documentação coincide com a observação de Silveira (1921, p. 21-25), segundo a qual se pronunciavam naquela cidade *m[ɔ]c[ɔ]tó* e *r[ɛ]m[ɛ]te* (exemplos do autor). Posteriormente, Callou e Leite (1986a, p. 159) observaram uma distribuição irregular dessas ocorrências, conforme o sexo do informante (homem, 5,06% e mulher, 0,94%), o que sugere novas hipóteses.

⁴⁶ Veja-se, por exemplo, Sherzer (1970) e Hausmann (1975).

apoiar a posição geral de Chomsky sobre os dialetos do inglês, a saber, que, provavelmente, eles diferem uns dos outros mais por suas representações superficiais que por suas estruturas subjacentes⁴⁷.

Mas não é só a objeção desses linguistas que pesa contra essa análise. Se ela representa uma economia para a descrição das pretônicas que nunca se realizam como acentuadas no paradigma derivacional, as que Bisol (1981) chamou de “átonas permanentes” ([ɛ] em *p[ɛ]ss[u]al*, [e] em *c[e]rveja*, por exemplo), não poderá ser aplicada aos dados de pretônicas “casuais”, segundo a mesma autora, as que podem ocorrer como acentuadas em outros radicais, como em *sab[o]roso/sab[ɔ]rosa* < *sab[o]r*, *far[o]lete* < *far[ɔ]l*, *atl[ɛ]tismo* < *atl[ɛ]ta*). Nesse caso, será necessário outro conjunto de regras, uma vez que as raízes desses vocábulos tanto poderão ter na estrutura subjacente uma vogal baixa (*far[ɔ]l+[e]te*) que se superficializa como média (*far[o]lete*) quanto poderão ter uma vogal média (*sab[o]r+[ɔ]sa*) que se superficializa como baixa (*sab[ɔ]rosa*).

Assim, por exemplo, a regra antes proposta, que troca o sinal do traço [+bx] da vogal subjacente no contexto de vogal [-alt -bx], será suficiente para derivar *far[o]lete* de *far[ɔ]l+[e]te*, mas será necessária uma outra que torne [+bx] a vogal média subjacente de *sab[o]r+[ɔ]sa*, considerando o contexto. Essa solução, portanto, não apresentaria vantagens sobre a hipótese inicial: uma base dialetal [+bx] e duas regras.

As análises seguintes buscam descrever economicamente os dados e evitar distinções dialetais em nível de estrutura subjacente.

A terceira hipótese de análise admite que a vogal pretônica subjacente seja [-bx] para todas as variedades do português, mas através de uma regra (R1) torne [+bx] todas as pretônicas do dialeto estudado nas sílabas inacentuadas. Evita-se, assim, o incômodo de admitir mais de uma estrutura subjacente numa mesma língua, além de conservar a vantagem de captar a generalização percebida pelos falantes nativos, como o faz a hipótese anterior. Desse modo se derivariam diretamente as átonas permanentes de *p[ɛ]ss[u]al*, *b[ɛ]liche*, *c[ɔ]rrente*, *c[ɔ]l[ĩ]na* etc.

Essa foi a solução adotada por Bisol (1981, p. 100-101) para descrever as átonas casuais, que, no dialeto gaúcho, de um modo geral, se superficializam como [-bx]⁴⁸. Para derivar uma pretônica casual ([-bx]) a partir de uma base do

⁴⁷ Do original: “Enfin, toutes nos données viennent à l’appui de la position générale de Chomsky sur les dialectes de l’anglais, à savoir que, probablement, ils diffèrent les uns des autres plus par leurs représentations superficielles que par leurs structures sous-jacentes” (tradução minha).

⁴⁸ Cf. Bisol (1981, p. 100): “Admitindo-se que o acento primário (1) é o índice da sílaba tônica e o acento secundário (2) o de subtônica, então a atonicidade propriamente dita, postos os acentos

radical primitivo especificada como [+bx], seria necessária uma regra que atuaria sob certas condições acentuais, isto é, sob a condição de receberem acento 3, ou seja, uma vogal que recebesse o acento 3 teria o traço [-bx]: por exemplo, de *an[ε]l > an[e]lado*, de *far[ɔ]l > far[o]lete*. Naturalmente as pretônicas permanentes nesse dialeto seriam derivadas diretamente da base [-bx].

Ao contrário do dialeto gaúcho, no dialeto de Salvador há outra complicação: mesmo entre as pretônicas permanentes não só se documentam vogais baixas (*f[ε]rmento*) mas também médias (*c[e]bola*). Por isso à regra geral (R1), que mudaria o sinal de todas as vogais subjacentes inacentuadas [-bx] para [+bx] no dialeto de Salvador, deveria suceder uma distinta (R2), que mudaria o sinal do referido traço de [+bx] para [-bx] quando no contexto subsequente estivesse uma vogal [-alt -bx], [o] ou [e], como em *bib[e]l[o]* e *c[e]rv[e]ja*.

Essa proposta tem sobre a anterior a vantagem de o mesmo conjunto de regras descrever as pretônicas permanentes e as casuais. Partindo da base [e] ou [o], as vogais abertas permanentes seriam geradas pela R1, que tornaria [+bx] todas as pretônicas do dialeto (*b[e]liche > b[ε]liche*) igualmente à vogal átona casual (*sab[o]r+[ɔ]sa > sab[ɔ]rosa*).

E pelas primeira e segunda regras seriam derivadas as pretônicas em *c[e]rveja* e *far[o]lete*. Mas se complicaria a história derivacional desse conjunto de palavras:

Estr. Subj.	<i>b[e]liche</i>	<i>sab[o]r+[ɔ]sa</i>	<i>c[e]rveja</i>	<i>far[o]l+[e]te</i>	<i>sab[o]r+[o]so</i>
Regra 1	<i>b[ε]liche</i>	<i>sab[ɔ]rosa</i>	<i>c[ε]rveja</i>	<i>far[ɔ]l+[e]te</i>	<i>sab[ɔ]r+[o]so</i>
Regra 2	-	-	<i>c[e]rveja</i>	<i>far[o]l+[e]te</i>	<i>sab[o]r+[o]so</i>

Como disse, essa análise tem a desvantagem de tornar mais complexa a derivação de certos vocábulos como *c[e]rveja*, *far[o]l+[e]te* e *sab[o]roso*, pois, já tendo na estrutura subjacente uma vogal *média*, deve torná-la baixa pela primeira regra para, em seguida, pela segunda regra, dar a sua forma superficial. Enfim, essa análise parece apenas um artifício formal para evitar um inconveniente teórico.

Padece do mesmo mal, ainda que afaste também o inconveniente de propor representações subjacentes distintas para variedades da mesma língua, a análise

como valores relativos, é caracterizável a partir do acento terciário (3). É a atonicidade terciária que provoca a redução do vocalismo átono, convertendo as vogais baixas [ε] [ɔ] [a] em [-bx], isto é, em [e] [o] [a] [...]”.

quatro, adotada por Silva (1980, p. 26-27) para as vogais do dialeto manauara, que, de acordo com os dados fornecidos pela autora, mantém grandes paralelos com o que ora se estuda.

Essa proposta, na verdade uma variante notacional da anterior, postula para as vogais pretônicas (infe-re-se que átonas permanentes) representações subjacentes não inteiramente especificadas na base, atribuindo-lhes, por uma regra ordenada, em primeiro lugar o traço [+bx], para em seguida torná-la [-bx] pela segunda regra, se a vogal subsequente é também [-alt -bx]. Argumenta Silva (1980) que:

Uma análise mais generalizante, no entanto, estabelece que nas entradas lexicais temos apenas os traços [-alto -baixo], expressando um arqui-segmento médio [...]. Esta segunda análise é mais adequada em dois pontos: em primeiro lugar, seria redundante repetir o traço de tensão nas entradas lexicais, onde o mesmo não é distintivo; em segundo lugar, se nós assim o fizéssemos estaríamos estabelecendo a diferença entre a fala de Manaus e a fala padrão não em termos de representação fonética, isto é, como um fenômeno de variação mais superficial – mas como um fenômeno de diferenciação subjacente. (SILVA, 1980, p. 26-27)

As mesmas regras servem, segundo a autora, para descrever as mudanças que se operam na vogal subjacente de palavras derivadas que, no radical primitivo, recebem o acento primário [átonas casuais, na terminologia de Bisol (1981)]. Por isso, pode-se deduzir, já que as regras propostas são ordenadas, que realizações como *sab[o]roso* sejam obtidas em três etapas derivacionais, consideradas pouco econômicas na hipótese anterior (*sab[o]r+[o]so > sab[ɔ]roso > sab[o]roso*).

A quinta hipótese para a descrição do processo inspira-se nas anteriores, mas supera suas desvantagens. Postula a hipótese de vogais pretônicas não inteiramente especificadas na base e representações subjacentes inteiramente especificadas no léxico para as pretônicas casuais (*sab[o]roso, sab[o]rosa, far[ɔ]lete, atl[ɛ]tismo* etc.), derivando as formas superficiais pelas mesmas regras que especificam, nas pretônicas permanentes, o sinal do traço [bx]. Diferentemente das duas propostas anteriores, as regras ordenam-se disjuntivamente: a primeira especifica como [-bx] as pretônicas seguidas imediatamente por vogais [-alt -bx]. Por essa regra obtém-se, ao mesmo tempo, *c[ɛ]rveja, bib[ɛ]lô, c[o]locou, pr[o]fessor*, todas átonas permanentes, e *col[o]cou, far[o]lete*, átonas casuais. A segunda regra especifica como, ou torna, [+bx] todas as pretônicas que não satisfazem às condições da descrição estrutural da primeira: *n[ɔ]vela, c[ɔ]loca, ac[ɛ]ssório, ac[ɛ]lera, enx[ɔ]val, bet[ɛ]rraba, b[ɛ]liche, p[ɛ]ss[u]al, m[ɔ]rbidez*,

s[ɔ]lução, fr[ɛ]quência, c[ɔ]rrente, átonas permanentes, e *sab[ɔ]rosa* e *n[ɛ]rvosa*, átonas casuais, que precedem vogal [+bx]. Derivam-se sem auxílio de regras *sab[o]r+oso* e *atl[ɛ]t+ismo*, que já têm, respectivamente, [o] e [ɛ] na representação subjacente.

A proposta cinco reúne, portanto, as vantagens das precedentes: permite a captação da principal característica do dialeto – a generalização da vogal [+bx] –, estabelece as distinções dialetais em termos de diferenças no conjunto de regras, e não na estrutura subjacente, corrigindo ainda, da análise anterior, a falta de economia.

Restam ainda por explicar algumas aparentes exceções à *Regra categórica de timbre*. Essas ocorrências foram temporariamente excluídas da análise, por constituírem um conjunto definido historicamente. São elas:

f[e]char, 2; *f[e]chado*, 14; *f[e]chamos*, 1; *f[e]chadinho*, 1; *f[e]chadura*, 1⁴⁹
des[e]jaria, 3; *des[e]jariamos*, 1
plan[e]jamento, 1
reman[e]jamento, 1
sem[e]lhante, 3⁵⁰

Observe-se que esses dados se restringem a pretônicas [–alt –rec] de verbos e deverbais da primeira conjugação, que têm no contexto consonântico subsequente uma consoante palatal. Trata-se, pois, de um grupo específico de vocábulos que não se submetem à *Regra categórica de timbre*, pois as pretônicas são comandadas por uma outra regra com motivação morfofonológica, que atribui o traço [–bx] à pretônica com o traço [–rec] e por isso deve ser ordenada antes das outras previamente fixadas.

A atribuição do traço [–bx] às pretônicas desse fragmento da amostra foi documentada também quando a consoante palatal precede a pretônica, embora sejam ocorrências de um único item lexical e permitam alternâncias com [ɛ], seguindo a regra de timbre antes mencionada, a RCT: antes de vogal [+bx] a vogal [–alt] é também [+bx]. Vejam-se os exemplos:

⁴⁹ Castro (1958, p. 105) registra as formas *f[e]char*, *f[e]chado*, no dialeto do Ceará.

⁵⁰ Somente uma vez não ocorreu [e]: em *s[i]m[i]lhante*.

ch[e]gar, 8 :: *ch[ε]gar*, 15
ch[e]gando, 1 :: *ch[ε]gando*, 1
ch[e]gado, 1 :: *ch[ε]gado*, 1
ch[e]gava, 1 :: *ch[ε]garei*, 1
ch[e]garem, 1 :: *ch[ε]garam*, 1

Admitindo que a documentação em um único radical e a alternância registrada sejam índices de que nesse contexto a regra esteja deixando de se aplicar, prefere-se, aqui, considerar apenas o contexto subsequente como ainda produtivo.

A interferência da consoante palatal sobre esse grupo do léxico também foi observada no passado, ainda que entre as vogais acentuadas.

Viana (1883, p. 57) fez referência a ela no contexto seguinte como exceção a uma regra de metafonia, que atinge não só as não-recuadas mas também as vogais [+rec]. Trata-se, no primeiro caso, da metafonia que produz a alternância entre pretônicas baixas e médias em pares como *g[ε]lo / g[e]lo*, verbo da primeira conjugação e o seu cognato, e que deixa de se realizar no contexto de consoante palatal, ou seja, antes de [ʃ], [ʒ], [ʎ] e [ɲ], sobre a vogal não-recuada, conservando-a média, como em *f[e]chos*, por exemplo.

Sem se referir ao contexto, Carmelo (1767) já aconselhava a “acentuar com acento circunflexo” – com o que sempre se marcou as vogais médias – as vogais acentuadas de dois verbos, cuja consoante imediatamente precedente fosse a palatal [ʃ]. Um desses verbos é o que aparece no *corpus* aqui estudado e de que se falou acima. Veja-se: “**Regra 3.** Os verbos *chegar* e *enxergar* têm sempre acento circunflexo na letra /E/ como *Ch[e]go*, *Enx[e]rgo*; *Ch[e]ga*, *Enx[e]rga*; *Ch[e]gas*, *Enx[e]rgas*; *Ch[e]gam*, *Enx[e]rgam*; *Ch[e]gues*, *Enx[e]rgues*; *Ch[e]guem*, *Enx[e]rguem*” (CARMELO, 1767, p. 100).

Parece justo, assim, supor que a regra atual resulte de uma ampliação da regra antiga às vogais pré-acentuadas de todo o paradigma.

Tendo em vista o que se acabou de expor e admitindo a hipótese de vogais pretônicas não inteiramente especificadas na base, conforme argumentação acima desenvolvida (proposta cinco), atuam, na variedade do português aqui estudado, três regras categóricas que atribuem o valor do traço [bx] das pretônicas entre duas consoantes (C__C). Duas dessas regras, as que atribuem o traço [–bx] não são ordenadas entre si, mas ambas se ordenam disjuntivamente em

relação a uma terceira, mais geral, que atribui à vogal [-alt] o traço [+bx]. Outra característica delas, como já se disse, é a iteratividade (cf. exemplos adiante, de 1 para 2, de 2 para 3, e assim sucessivamente).

As regras que comandam as vogais pretônicas no dialeto de Salvador e, muito provavelmente, as pretônicas brasileiras em geral são ordenadas e se aplicam da direita para a esquerda de modo iterativo, ou seja, sucessivamente. É pela aplicação desse conjunto de regras que os traços de altura das pretônicas médias, não inteiramente especificadas na base, são fixados. O processo de assimilação dos traços de altura da pretônica é deflagrado a partir da *Regra categórica de timbre*. Segue-se a *aplicação da Regra variável de elevação* e, finalmente, da *Regra variável de timbre*, como se verá depois.

Por exemplo, a primeira sílaba das palavras *modero*, *moderei*, *moderação* fazem parte da mesma raiz, mas as pretônicas se modificam conforme se alteram os contextos seguintes nos processos de flexão e derivação. Confirma-se: o /O/ pretônico se realiza ora como [ɔ], ora como [o] e o /E/ pretônico, como [ɛ] ou como [e]:

Exemplo 1: *m[ɔ]dero*

[mO²dɛ¹]ro [mɔ²dɛ¹]ro

onde o traço [+bx] da vogal¹ foi copiado na vogal², à esquerda, superficializando-se em [ɛ] pela RCT.

Exemplo 2: *m[o]d[e]rei*

[mO³dE²re¹y] [mO³de²re¹y] [mo³de²re¹y]

onde o traço [-bx] da vogal¹ é assimilado pela vogal² (/E/) tornando-a [e] e, em seguida, o traço da vogal² é assimilado pela vogal³, o /O/, gerando o [o], conforme a RCT.

Exemplo 3: *m[ɔ]d[ɛ]ração*

[mO⁴dE³ra²sãw¹] [mO⁴dɛ³ra²sãw¹] [mɔ⁴dɛ³ra²sãw¹]

onde primeiramente o traço [+bx] da vogal² é copiado pela vogal³ e depois transmitido à vogal⁴, também pela RCT.

Essas regras permitem explicar as duas realizações possíveis no dialeto da palavra *borboleta*: a coloquial, [bɔRbu¹leta], ou, num estilo de leitura formal, [boRbo¹leta].

Na realização [bo³Rbo²le¹ta], a assimilação ocorre em duas etapas: na primeira, pela RCT, a pretônica /O/ (vogal²) copia os traços [-bx] da V¹, isto é, define-se como [o]. Numa segunda etapa, é a vez de a vogal³, à esquerda da vogal², copiar o mesmo traço dela e tornar-se [o]:

1ª etapa	[bo ³ RbO ² le ¹ ta]	⇒	[bo ³ Rbo ² le ¹ ta]	RCT-2
2ª etapa	[bo ³ Rbo ² le ¹ ta]	⇒	[bo ³ Rbo ² le ¹ ta]	RCT-2

Essas duas etapas não são suficientes para explicar a emissão mais comum, [bɔRbu¹leta], em que interfere a *Regra variável de elevação*⁵¹. Partindo da mesma estrutura básica, a V² copia o traço [-bx] da V¹, definindo-se como [o], pela RCT.

1ª etapa	[bo ³ RbO ² le ¹ ta]	⇒	[bo ³ Rbo ² le ¹ ta]
----------	---	---	---

Mas, aplicando numa segunda etapa a RVE, esse [o]² se transforma em [u], favorecido pela presença da labial na margem esquerda⁵².

2ª etapa	[bo ³ Rbo ² le ¹ ta]	⇒	[bo ³ Rbu ² le ¹ ta]
----------	---	---	---

Tal operação destrói o contexto para que a RCT defina a pretônica como [o], mas cria o ambiente necessário (a vogal [u]) para gerar a vogal baixa [ɔ].

3ª etapa	[bo ³ Rbu ² le ¹ ta]	⇒	[bɔ ³ Rbu ² le ¹ ta]
----------	---	---	---

Da mesma forma se superficializam da direita para a esquerda, começando da vogal¹:

$$r[\varepsilon]^4 m[\varepsilon]^3 d[\varepsilon]^2 l[a]^1 r; \quad r[\varepsilon]^4 fl[\varepsilon]^3 r[\varepsilon]^2 c[i]^1 mento; \quad pr[\varepsilon]^2 v[a]^1 v[\varepsilon]^2 lm[\tilde{e}]^1 te$$

⁵¹ Essa regra será discutida e formalizada na seção seguinte. A formalização final de todas está reproduzida no Apêndice A.

⁵² Cf. tabelas 12 e 12', adiante.

Observe-se que a vogal¹ nem sempre é a vogal acentuada. Ela é a primeira vogal a emprestar o traço de altura à pretônica na palavra *remodelar*. Mas é a pretônica [i] em *reflorescimento* a que começa o processo iterativo. Já em *provavelmente* há duas vogais que realizam essa ação: [ẽ], que determina a abertura só da vogal²; e a outra é a vogal [a], que serve de contexto para [ɔ]. A vogal [a] já tem o traço de altura especificado.

As *Regras de timbre* podem ser formalizadas do modo seguinte:

Primeira Regra Categórica de Timbre (RCT-1)

$$V \rightarrow [-bx] / XC_1 \quad __ \quad \$ C$$

$\begin{array}{c} -ac \\ -alt \\ -rec \end{array}$	$\begin{array}{c} +alt \\ -rec \end{array}$	$Vb \text{ 1}^a \text{ conj.}$
--	---	--------------------------------

Condição: X não pode conter acento 1.

Onde se lê: uma vogal pretônica não-alta e não-recuada (portanto /E/) recebe o traço [-bx] – isto é, realiza-se como média ([e]) – quando a consoante da sílaba seguinte é uma palatal pertencente a um radical verbal da primeira conjugação.

Exemplos: *f[e]char, des[e]jar, plan[e]jamento.*

Segunda Regra Categórica de Timbre (RCT-2)

$$V \rightarrow [-bx] / XC_1 \quad __ \quad C_1V$$

$\begin{array}{c} -ac \\ -alt \\ \alpha rec \\ \alpha arr \end{array}$	$\begin{array}{c} -alt \\ -bx \\ -nas \end{array}$	53
--	--	------

Condição: X não pode conter acento 1.

⁵³ Lembro, aqui, que na convenção da Fonologia Gerativa usa-se o par de alfa, como fiz nessa regra, para associar os traços positivos ou os traços negativos. Assim αrec e αarr significam que o traço [+recuado] está associado ao traço [+arredondado], assim como estão associados o traço [-recuado] e [-arredondado], isto é, a regra não se aplica a um segmento [+recuado -arredondado], ou seja, a uma vogal média recuada não-arredondada [α].

Onde se lê: uma vogal pretônica não-alta, ou recuada e arredondada ou não-recuada e não-arredondada (portanto /O/ ou /E/, respectivamente), recebe o traço [-bx] – isto é realiza-se como média ([o] ou [e]) – quando se encontra entre duas consoantes e tem na sílaba subsequente uma vogal não-alta, não-baixa e não-nasal, ou seja, uma vogal média não-nasal ([o] ou [e]).

Exemplos: c[o]rreio, c[e]rveja.

Terceira Regra Categórica de Timbre (RCT-3)

$$V \rightarrow [+bx] / XC_1^2 _ C_1^2V$$

$$\begin{bmatrix} -ac \\ -alt \\ arec \\ arr \end{bmatrix}$$

Condição: X não pode conter acento 1.

Onde se lê: uma vogal pretônica não-alta, ou recuada e arredondada ou não-recuada e não-arredondada (portanto /O/ ou /E/, respectivamente), recebe o traço [+bx] – isto é, realiza-se como baixa ([ɔ] ou [ɛ]) – quando, encontrando-se entre duas consoantes, precede qualquer outra vogal, exceto as que formam contexto para as regras 1 e 2 (regra *elsewhere*⁵⁴).

Exemplos: esp[ɔ]rtivo, m[ɔ]lusco, n[ɔ]vela, c[ɔ]l[ɔ]cação, c[ɔ]rrente, af[ɛ]tiva, cob[ɛ]rtura, ac[ɛ]ssório, ac[ɛ]lera, ap[ɛ]lar, fr[ɛ]quência.

Recorde-se que a última regra se aplica disjuntivamente em relação às primeiras, isto é, do conjunto de vogais a que se aplica essa regra já foram excluídas aquelas a que se aplicaram as regras 1 e 2.

⁵⁴ Regra *elsewhere*, em tradução possível *regra nos demais casos*, é aquela que, se ordenando no último lugar numa sequência disjuntiva, é aplicada em todos os contextos onde não se aplicaram as demais.

2.1.3 A regra variável de elevação (RVE)

Observei na seção 2.1.1.2 que as pretônicas não-altas, como se apresentam na amostra estudada, podem elevar-se variavelmente. Em outras palavras, cada vogal pretônica média⁵⁵, recuada ou não-recuada, pode ter uma variante alta, [u] ou [i], que se realiza de preferência em determinados contextos. O índice de aplicação dessa regra variável é de quase 25% qualquer que seja a variável dependente, a recuada ou a não-recuada.

Aproxima-se, assim, o índice de elevação nesse *corpus* das taxas dos porto-alegrenses cultos, que fica em torno de 21%. Aliás, vale a pena comparar os índices de elevação das amostras baianas (principal e auxiliar – cf. 2.1.1) e das amostras⁵⁶ gaúchas, considerando os grupos dos metropolitanos cultos e não-cultos⁵⁷. Veja-se o Quadro 4, abaixo:

Quadro 4: Totais de aplicação da RVE em BA e RS

	Recuada [u]	Não-recuada [i]
SSA cultos	24,9%	20,3%
BA não-cultos (rural)	42,9%	32,9%
POA cultos	22%	21%
POA não-cultos	39%	28%

Fonte: Elaborado pela autora.

Ressalvadas as objeções que possam ser levantadas (cf. 2.1.1.2.1) contra a comparação imperfeita, de um lado, entre falantes urbanos cultos (da amostra de Salvador) e falantes não-urbanos e não-cultos (da amostra auxiliar – da zona rural da Bahia), e, de outro lado, entre esses e os falantes urbanos não-cultos (da amostra de Porto Alegre), é possível destacar o paralelismo entre as amostras baianas e gaúchas, que não se estabelece só entre os informantes cultos, como já se havia anunciado. Observe-se que também se aproximam os índices de eleva-

⁵⁵ O sinal do traço [bx] da variante [-alt] é estabelecido por uma regra categórica, de acordo com os argumentos apresentados anteriormente, na seção 2.1.2.

⁵⁶ Callou e Leite (1986a, p. 156) fornecem para a fala culta do Rio de Janeiro os seguintes índices: [o] 29,69% e [e] 28,70%. Para efeito de comparação com o *corpus* de Salvador, esses índices estão prejudicados porque não se restringem, como os de Porto Alegre, às pretônicas no padrão CV(C).

⁵⁷ Cf. Bisol (1981) à página 81 para os índices dos metropolitanos não-cultos e à página 124 para os dos metropolitanos cultos.

ção entre os não-cultos dos dois Estados, tanto de pretônicas recuadas (bairanos: 42,9% e gaúchos: 39%), quanto das não-recuadas (bairanos: 32,9% e gaúchos: 28%), mesmo sendo os bairanos falantes rurais e os gaúchos urbanos. Além disso, verifica-se que, em ambas as regiões, a regra de elevação se aplica mais nesse grupo social do que entre os cultos, o que parece demonstrar que a escolaridade é um fator desfavorecedor das elevações das pretônicas e que esse fator se sobrepõe ao geográfico. Esse fato, aliás, já foi observado por Houaiss (1958) e por Révah (1959), que apontaram a restauração erudita através da escrita como uma das reações contrárias à tendência popular de elevar as pretônicas. A questão da diversidade espacial e social não pode, porém, ser aprofundada no âmbito desta pesquisa por motivos já expostos em 2.1.1.2.

Será possível, entretanto, investigar a regra em outras direções, considerando principalmente os contextos linguísticos, conforme as hipóteses levantadas em 2.1.1 e examinadas a partir dos pressupostos labovianos. De início, considerem-se os contextos fonológicos.

2.1.3.1 As variáveis linguísticas

Ficou evidente nas seções anteriores que a altura da vogal da sílaba subsequente tem papel relevante na atuação da regra aqui estudada, mas certo número de variantes altas se realiza sob outras condições. Assim revelou-se necessário estudar não só o contexto vocálico seguinte mas também a influência das consoantes vizinhas sobre a vogal pretônica.

2.1.3.1.1 Os contextos vocálicos

A investigação sobre o contexto *vogal da sílaba seguinte* passou por uma fase que provou ser o traço [acento] da vogal contextual indiferente à aplicação das regras de altura da vogal pretônica desse dialeto, assim como dos dialetos gaúcho, manauara e carioca, como observaram Bisol (1981, p. 148), Silva (1980, p. 34) e Callou e Leite (1986a, p. 157), respectivamente. Cabia, então, investigar o papel da altura da vogal subsequente na variação documentada.

2.1.3.1.1.1 A altura da vogal contextual

Todos os trabalhos que conheço na linha da linguística quantitativa preferem analisar a elevação como uma variação ternária, entre pretônicas baixas, médias e altas. Considero que a variação que se estabelece no português brasileiro é binária e se faz entre vogal [-alt -b \bar{x}] e [+alt] pelas razões já discutidas em 2.1.1.2, das quais destaco: 1. a distribuição complementar que se flagra entre médias ([o] e [e]) e baixas ([ɔ] e [ɛ]); 2. o fato de a variação entre altas, médias e baixas, que só ocorrem efetivamente antes de vogal alta da sílaba subsequente, ter explicação; 3. o fato de nos demais contextos a variação ser binária, ou entre médias e altas ou entre baixas e altas.

Em consequência disso, para calcular as percentagens e probabilidades atribuídas a cada fator, reuni as ocorrências de vogais médias e baixas e confrontei com as ocorrências de altas. Desse modo o que se lerá nas tabelas desde agora são resultados com base em dados assim programados: [u] vs [o] + [ɔ] e [i] vs [e] + [ɛ]. Desse modo, observe-se, na tabela a seguir, o efeito da altura da vogal contextual sobre a variável dependente estudada, /O/ e /E/.

Tabela 9: RVE: altura da vogal da sílaba subsequente

	Recuada [u]			Não-recuada [i]		
	F	P		F	P	
___ [u], [i]	189/395	47,8%	0,88	334/745	44,8%	0,91
___ [o], [e]	26/143	18,2%	0,47	17/280	6,1%	0,29
___ [ɔ], [ɛ]	30/154	19,5%	0,44	23/216	10,6%	0,61
___ [a]	2/277	0,7%	0,06	0/374	-	-
___ [ũ], [ĩ]	26/61	42,6%	0,78	28/109	25,7%	0,83
___ [õ], [ẽ]	5/54	9,3%	0,34	22/231	9,5%	0,42
___ [ã]	15/93	16,1%	0,64	1/122	0,8%	0,41

Fonte: Elaborada pela autora.

Relacionados a cada contexto, apresentam-se, nesta ordem, o número de ocorrências das variantes altas ([u] e [i]), o número de vezes em que as variáveis dependentes (/O/ e /E/) estão representadas na amostra, a percentagem de aplicação da regra e, finalmente, a probabilidade de se aplicar. Por exemplo, nos contextos ___ [u], ___ [i], a variante [i] (*acont[i]cimento*, *p[i]rigo*) ocorreu 334 vezes entre as 745 ocorrências de /E/, i.e., entre 745 possibilidades de aplicação da regra, o que corresponde a 44,8% do total de ocorrências da variável depen-

dente /E/ naquele contexto. Finalmente, a partir desses dados, separando o efeito da coocorrência de qualquer outro fator que favoreça ou iniba a elevação dessa vogal, calcula-se que haja uma altíssima probabilidade de a pretônica não-recuada antes de [u] ou [i] se tornar [i], ou seja, a probabilidade de 0,91⁵⁸.

Essa grande probabilidade de ocorrer a variante alta no contexto de vogais altas também se observa entre as pretônicas recuadas (P = 0,88). É também alta a probabilidade de aplicação da regra ante vogais altas nasais, tanto para as pretônicas não-recuadas (P = 0,83) quanto para as recuadas (P = 0,78). Concluindo, as vogais altas são o contexto mais favorecedor da elevação das pretônicas. Trata-se, evidentemente, de um processo de assimilação regressiva da altura da vogal da sílaba subsequente, de uma regra de harmonização vocálica.

Com base nesses dados, pode-se dar, provisoriamente, à *Regra variável de elevação* (RVE) a seguinte formulação, igual para /O/ e para /E/, na qual os colchetes angulados indicam o caráter variável de alguns elementos:

Regra Variável de Elevação (RVE) – primeira versão

$$V \rightarrow \langle +alt \rangle / XC_1 _ C_1^2V$$

$$\left[\begin{array}{l} -ac \\ \alpha rec \\ \alpha arr \end{array} \right] \quad \langle +alt \rangle$$

Condição: X não pode conter acento 1.

⁵⁸ Como afirmei no final da Introdução, optei por tratar essa parte da amostra conforme os pressupostos teóricos da Sociolinguística quantitativa. O programa computacional que utilizei no tratamento dos dados opera com fenômenos de variação formulados em termos binários, isto é, de aplicação vs não-aplicação, fornecendo índices de probabilidade entre 0 e 1. Tais índices configuram nos extremos, portanto em 0 e 1, os comportamentos categóricos de não-ocorrência e ocorrência: 0 correspondendo à não atuação da regra na presença do fator em causa e 1 à sua atuação permanente. Em ambos os casos, portanto, não existe um fenômeno variável. O ponto médio entre 0 e 1, ou seja, 0,5 expressa a neutralidade do fator estudado sobre a variação, isto é, sobre o funcionamento da regra variável. Assim, um fator exercerá influência positiva sobre a atuação da regra tanto mais ele se aproxime de 1 e influência depressiva quanto mais ele se aproxime de 0.

Onde se lê: uma vogal pretônica, ou recuada e arredondada ou não-recuada e não-arredondada (portanto /O/ ou /E/, respectivamente), tem mais probabilidade de realizar-se como alta ([u] ou [i]) quando, entre duas consoantes, é seguida de uma vogal alta qualquer⁵⁹.

Exemplos: *br[u]chura, desc[u]bri, acont[i]cimento, p[i]cúlio.*

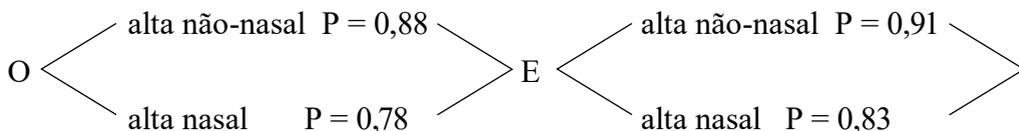
Esse processo sofre, entretanto, alguma resistência do traço [+ nasal] da vogal do contexto. Observe-se que a vogal alta nasal é menos favorecedora da elevação do que a sua correspondente oral. Antes de vogal alta oral (cf. Tabela 9), [u] tem probabilidade 0,88 de se realizar e [i], 0,91, mas, no contexto de alta nasal, as probabilidades descem, respectivamente, para 0,78 e 0,83. Como foi dito antes, é possível que isso se explique por características acústicas das vogais nasais (cf. 2.1.2).

Comparando os contextos oral e nasal, verifica-se, no último caso, uma elevação na frequência de [ɔ] e de [ɛ] e, conseqüentemente, uma resistência à elevação, como se comprova pela frequência de [u] e de [i] no destaque apresentado a seguir:

Destaque da Tabela 5

	Recuada [u]		Não-recuada [i]	
	[u]	[ɔ]	[i]	[ɛ]
___ [u], [i]	47,8%	33,9%	44,8%	39,9%
___ [ũ], [ĩ]	42,6%	50,8%	25,7%	69,4%

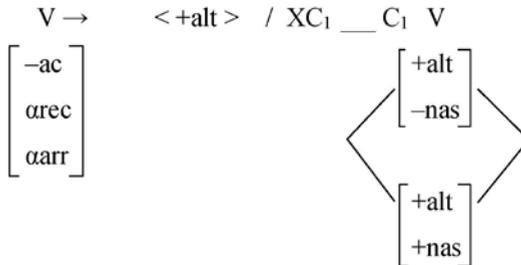
A primeira versão da RVE precisa, portanto, ser reformulada de modo a expressar essa precedência do contexto [-nasal] sobre o [+nasal], em ambas as variáveis, como se vê:



⁵⁹ Para não sobrecarregar o texto, não se fará daqui para a frente a leitura correspondente ao símbolo C_1^2 da regra, que indica a obrigatoriedade de uma consoante entre a pretônica e a vogal contextual e a possibilidade de serem duas.

Tem-se então a segunda versão da RVE, que é a mesma para ambas as variáveis dependentes, recuada e não-recuada:

Regra Variável de Elevação (RVE) – segunda versão



Condição: X não pode conter acento 1.

Onde se lê: uma vogal pretônica, ou recuada e arredondada ou não-recuada e não-arredondada (portanto /O/ ou /E/, respectivamente), tem mais probabilidade de realizar-se como alta ([u] ou [i]) quando, entre duas consoantes, é seguida, preferencialmente, de vogal alta não-nasal ([u] ou [i]) e, secundariamente, de vogal alta nasal ([ũ] ou [ĩ]).

Exemplos: *br[u]chura, desc[u]bri, c[u]rt[ĩ]na, c[u]st[ũ]mo, acont[i]cimento, p[i]cúlio, r[i]fir[ĩ]mos, pr[i]sunto.*

Os resultados expostos na Tabela 9 revelam ainda que as vogais contextuais não-altas ou são indiferentes (quase sempre) ou são mesmo inibidoras da RVE.

No contexto de [o] e [e] os índices não chegam a 0,5 (para a variante [u], P = 0,47; para a variante [i], P = 0,29). No contexto de [a]: para a variante [u], P = 0,06; para [i], P = 0).

Também antes de médias nasais as variantes [u] e [i] não exibem índices muito favoráveis à elevação das pretônicas, com uma exceção: antes de [ã], em que P = 0,64.

Além desse contexto, em mais um caso as probabilidades ficam um pouco acima de 0,50. São o da variante [i], no contexto das vogais [ɔ] e [ɛ] (P = 0,61), e o da variante [u] antes de [ã] (P = 0,64), fenômeno que parecia não ter explicação.

Essa pequena elevação acima do ponto médio não atinge no mesmo contexto ambas as variáveis, recuada /O/ e não-recuada /E/. Ao contrário, ora é referente

à elevação de /O/ (antes de [ã]: P = 0,64), ora à elevação de /E/ (antes de [ɔ] e [ɛ]: P = 0,61).

A falta de simetria desses resultados, aliada à pouca significância das probabilidades, que não se elevam muito acima de 0,5, não me autoriza a modificar a RVE, apenas a registrar a ocorrência para futuras investigações. Entretanto me fez voltar os olhos para a verificação do efeito de vogais homorgânicas e não-homorgânicas sobre a regra, na hipótese de que a diferença da zona de articulação das vogais contextuais baixas pudesse explicar os resultados distintos para as duas variáveis dependentes, o que se discutirá na seção seguinte.

2.1.3.1.1.2 A zona de articulação da vogal contextual

A especulação sobre um possível efeito diferenciador de contextos homorgânicos ou não-homorgânicos busca uma explicação, como foi dito acima, para a quebra do paralelismo, até então aparentemente perfeito, entre o comportamento das variáveis dependentes /E/ e /O/. O efeito das vogais orais recuadas e não-recuadas sobre cada uma delas pode ser apreciado na Tabela 10:

Tabela 10: RVE: efeito da vogal oral contextual recuada e não-recuada

	Recuada [u]			Não-recuada [i]		
	F	P		F	P	
___ [u]	23/89	25,8%	0,69	15/86	17,4%	0,74
___ [o]	0/39	-	-	1/71	1,4%	0,04
___ [ɔ]	0/50	-	-	16/86	18,6%	0,70
___ [a]	2/277	0,7%	0,04	0/374	-	-
___ [i]	166/306	54,2%	0,89	319/659	48,4%	0,90
___ [e]	26/104	25%	0,58	16/209	7,6%	0,33
___ [ɛ]	30/104	28,8%	0,48	7/130	5,4%	0,43

Fonte: Elaborada pela autora.

Os resultados dessa tabela não confirmam a hipótese formulada no final da seção anterior de que a homorganicidade entre as variáveis dependentes e as vogais contextuais explicasse a elevação de /E/ antes de [ɔ] e [ɛ]. Esperava-se que fosse [ɛ] o contexto favorável à elevação de /E/, entretanto os resultados mostraram o oposto: foi antes de [ɔ] que ocorreram esses [i]s.

Examinando os dados em busca de explicação para o comportamento singular da variável não-recuada antes de [ɔ], verifiquei que 15 das 16 ocorrên-

cias de [i] nesse contexto se concentravam em um único radical (*m[i]lhor*, 14 e *m[i]lhoria*, 1)⁶⁰. A contribuição excessiva (quase total) desse item me pareceu a melhor justificativa para a assimetria dos resultados.

Por outro lado, a regra de elevação de /O/ parece insensível à interferência da homorganicidade entre a variável dependente e as vogais contextuais: não há nenhum registro de [u] antes de [ɔ], e antes de [ɛ] a probabilidade de elevação fica próxima a 0,5.

Aliás, os resultados revelam que somente as vogais contextuais com o traço [+alt] são responsáveis pela elevação das pretônicas, quer sejam elas recuadas quer não-recuadas, o que vale dizer que as variantes [u] e [i], minoritárias, registradas no contexto de vogais não-altas se explicam pela influência de outros fatores (cf. seções seguintes).

Comparadas, entretanto, as probabilidades de aplicação da RVE no contexto de altas recuadas e altas não-recuadas induzem a se pensar na possibilidade de existência de um efeito da homorganicidade pelo menos para /E/: a diferença de ponto de articulação da vogal contextual corresponde a um aumento de probabilidade de elevação, ou seja, a probabilidade de ocorrer [i] é efetivamente mais alta diante do contexto homorgânico – de [i] (P = 0,90) – do que do não-homorgânico – de [u] (P = 0,74).

Comparem-se:

	[u]	[i]
___ [u]	P = 0,69	P = 0,74
___ [i]	P = 0,89	P = 0,90

Surge com essa distribuição dos dados uma observação nova. Ao contrário do que seria justo esperar, no contexto de vogal recuada é mais provável o [i] (P = 0,74) do que o [u] (P = 0,69). Resumindo: [i] é o contexto mais favorável qualquer que seja o ponto de articulação da variável dependente.

Em outras palavras, nesse dialeto, seriam mais prováveis as realizações altas de /E/ do que de /O/, por exemplo, em *p[u]lítico*, *n[u]tícia*, *p[i]rigo* e *f[i]liz*, cujo contexto é [i], do que em *pr[u]cura*, *pat[u]l[u]gia*, *p[i]cúlio* e *s[i]guro*, cujo contexto é [u].

⁶⁰ Supõe-se que a consoante palatal seguinte explique a elevação de /E/ nesse item (cf. 3.3.1.2.2).

Além disso, no contexto de ___ [u], *p[i]cúlio* e *s[i]guro* seriam um pouco mais prováveis do que *pr[u]cura* e *pat[u]l[u]gia*; e no contexto de ___ [i], *p[i]rigo* e *f[i]liz* ocorreriam mais facilmente do que *p[u]lítico* e *n[u]tícia*.

Os cálculos realizados considerando apenas o contexto de vogais nasais repetem em grande parte esses resultados, apesar de terem sido realizados sobre um número de dados relativamente baixo.

Examine-se a Tabela 11⁶¹, a seguir:

Tabela 11: RVE: efeito da vogal contextual nasal recuada e não-recuada

	Recuada [u]			Não-recuada [i]		
		F	P		F	P
___ [ũ]	0/27	-	-	4/21	19%	0,96
___ [õ]	4/14	28,6%	0,17	0/62	-	-
___ [ã]	15/45	33,3%	0,31	1/90	1,1%	0,00
___ [ĩ]	20/27	74,1%	0,91	24/51	47,1%	0,98
___ [ē]	0/21	-	-	22/151	14,6%	0,35

Fonte: Elaborada pela autora.

Na Tabela 9, antes de separar os dados de pretônicas pelo ponto de articulação, verificou-se o favorecimento da elevação de /O/ em contexto da vogal baixa recuada nasal, mas não da elevação de /E/, quebrando a simetria verificada até então entre as pretônicas recuadas e não-recuadas. Mas esse fato não se repetiu na Tabela 10, quando somente os contextos orais foram examinados, indicando a possível implicação da nasalidade nessas ocorrências. Confirma o destaque da Tabela 9 abaixo:

	Recuadas			Não-recuadas		
___ [ã]	15/93	16,1%	0,64	1/122	0,8%	0,41

Como se observou acima, as vogais nasais não-altas do contexto não favorecem a elevação de qualquer uma das variáveis dependentes. Esses resultados não confirmam também a influência favorável da vogal [ã] na elevação /O/, como faziam crer os resultados apresentados na Tabela 9 (cf. 2.1.3.1.1.1).

⁶¹ O confronto de dados entre as tabelas 9 e 11 revela uma diferença em certos contextos, produzida pela eliminação automática de alguns deles (74 [u] e 104 [i]). Essa eliminação acontece quando, diante de um fator coocorrente, a regra se aplica categoricamente.

São as vogais altas, portanto, que, no contexto nasal, favorecem a aplicação da RVE, confirmando o que se observou no contexto oral. Surpreendentemente, porém, no contexto de vogal nasal [+rec] (i.e., ___ [ũ]) a probabilidade de /O/ se tornar [u] desceu a zero⁶².

No contexto de vogais altas nasais só palidamente se nota a relação antes observada entre as probabilidades de elevação da pretônica e a vogal alta não-recuada. Realizam-se como:

	[u]	[i]
___ [ũ]	-	P = 0,96 (<i>pr[i]s[ũ]to</i>)
___ [ĩ]	P = 0,91 (<i>c[u]rt[ĩ]na</i>)	P = 0,98 (<i>s[i]gu[ĩ]te</i>)

Nesse contexto, o efeito de [ĩ] (a vogal não-recuada) sobre a elevação de /E/ (P = 0,98) é só um pouquinho maior do que o efeito de [ũ] (P = 0,96), mas é possível a conjectura de que ambos os contextos favorecem mais a elevação de /E/ do que de /O/, desde que antes de [ũ] não se registrou nenhuma ocorrência de [u]. Isso significa dizer, por exemplo, que *pr[i]s[ũ]to* e *s[i]gu[ĩ]te* são quase igualmente prováveis, porém que *c[u]rt[ĩ]na* é menos provável do que eles, naturalmente apenas no que se refere à interferência do contexto vocálico.

Se fossem considerados apenas os percentuais de elevação em cada contexto, o quadro seria ligeiramente diferente, porque estaria sendo incluída a interferência de outros fatores que coocorrem nesses dados. As vogais contextuais não-recuadas, [i] e [ĩ], favoreceriam mais a elevação da variável dependente [+rec], ou seja, /O/, do que da [-rec], /E/, como se demonstra a seguir, num recorte das tabelas 10 e 11:

	[u]	[i]
___ [i]	54,2%	48,4%
___ [ĩ]	74,1%	47,1%

⁶² Registrou-se [u] antes de [ũ] em apenas *cust[ũ]mo*, *cust[ũ]ma*, *cust[ũ]mamos* e *cust[ũ]me*. Entretanto esses dados não entraram na avaliação da relevância desse contexto, porque foi retirado automaticamente dos cálculos nessa listagem pela coocorrência com outro fator – a consoante velar precedente [k] – diante do qual a elevação se realizou categoricamente. Na ausência desse fator, a variante mais frequente antes de vogal alta nasal foi [ɔ]: *v[ɔ]lume*, *d[ɔ]cumento* etc. (cf. Tabela 8, na seção 2.1.1.2.2: 50,8%). Para a importância da consoante velar na *Regra variável de elevação*, cf. seção 2.3.1.2.1.

Com índices muito abaixo dos anteriores, as vogais contextuais recuadas, [u] e [ũ], também elevam mais (quando elevam) a variável dependente recuada:

	[u]	[i]
___ [u]	25,8%	17,4%
___ [ũ]	-	19%

Em síntese, qualquer que seja o estudo estatístico aplicado, em ambos os contextos (nasal e não-nasal), fica afastada a possibilidade de a homorganicidade entre variável dependente e vogal contextual ser vista como um fator relevante, uma vez que não se verifica aumento de probabilidade – nem de percentagem – quando há entre elas identidade de zona de articulação.

Por outro lado, os percentuais revelam que o contexto de vogal [+rec] é menos produtivo do que o de vogal [-rec].

Surtem então do exame desses dados as seguintes questões:

- por que a vogal contextual não-recuada, [i] ou [ĩ], favorece a elevação de ambas as variáveis dependentes, /O/ e /E/?
- por que a vogal recuada, [u] ou [ũ], é um contexto menos produtivo do que a não-recuada, isto é, produz percentuais de elevação e probabilidades mais baixos do que a vogal [-rec]?
- por que a vogal contextual recuada, [u] ou [ũ], favorece mais a elevação de /E/, ou, no caso de [ũ], só favorece a elevação dessa variável dependente?

A resposta à primeira questão poderia ser a mesma encontrada por Bisol (1981, p. 114), quando examinou o efeito diferenciado das vogais contextuais, [+rec] e [-rec], sobre as pretônicas da variedade sul-rio-grandense.

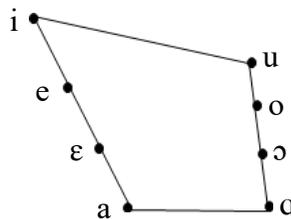
Ela verificou que a vogal contextual [i] favorecia a elevação de ambas as variáveis dependentes, recuadas e não-recuadas, isto é, a ocorrência de [u] e [i], tal como se observou na amostra aqui examinada. Mas, nos seus dados, a vogal contextual [u] só favorecia a vogal pretônica da mesma zona de articulação, no que difere a amostra de Salvador, em que, surpreendentemente, [u] na sílaba subsequente favorece mais a elevação de /E/ (P = 0,74) do que de /O/ (P = 0,69) e [ũ] só favorece a elevação de /E/ (P = 0,96). Para responder à questão (a), levantada

acima, pode-se utilizar, pois, o mesmo argumento articulatório usado por Bisol (1981):

[...] o que está em jogo é o traço de altura e não a harmonia de timbres. Então a atenção que sobre si chama, na maioria das vezes, a articulação alta de uma vogal seguinte faz com que a língua por economia de esforço articulatório vá de antemão se preparando para ela, alterando a prolação da média precedente. (BISOL, 1981, p. 113)

É válida, então, à parte dos resultados desta amostra, a explicação encontrada por Bisol (1981) no diagrama de Jones (1957), a seguir reproduzido:

Figura 1: Diagrama de Jones

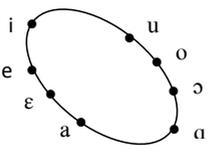


Fonte: Jones (1957, p. 36).

A figura acima – que representa a altura relativa da língua na produção das vogais cardinais, isto é, aquelas que têm “a posição da língua tão distante quanto possível do ponto neutro” (JONES, 1957, p. 37) – sugere que a vogal [i] seria o contexto mais natural para a elevação das pretônicas, já que é a mais alta das vogais⁶³. Isso explicaria tanto os percentuais quanto as probabilidades altas de elevação de ambas as variáveis dependentes, no contexto de vogal [-rec] (cf. Tabela 10).

A questão (b), proposta acima, também seria assim respondida. Os baixos percentuais de elevação de /O/ e de /E/ no contexto de vogal recuada (sempre abaixo de 30%), em comparação com os percentuais de elevação dessas mesmas variáveis no contexto de vogal não-recuada (nunca abaixo de 47%), se explicam pela posição de [u], relativamente mais baixa que a de [i] no diagrama.

⁶³ Um segundo diagrama (cf. adaptação reproduzida abaixo) que Jones (1957, p. 36) apresenta como mais preciso do ponto de vista científico, embora “inconveniente para o uso no ensino prático”, torna isso mais evidente:



Aliás, outro efeito não se deveria esperar da presença da vogal [+rec] sobre /E/ ou /O/, da sílaba precedente, especialmente quando a pretônica é uma vogal não-recuada, cuja realização alta exigiria a elevação dessa variável dependente acima do ponto de articulação da vogal contextual, isto é, acima de [u]. Contrariando essa expectativa, recordem-se os resultados das tabelas 10 e 11, que indicam maior probabilidade de elevar-se antes de [u] e [ũ] a pretônica não-recuada, [i], (___ [u]: P = 0,74 e ___ [ũ]: P = 0,96) do que a pretônica recuada, [u], (___ [u]: P = 0,69 e ___ [ũ]: P = 0).

É provável que estudos de fonética experimental possam fornecer a explicação que falta aqui. É possível, por exemplo, que a variante [i], no contexto de [+rec], seja relativamente menos alta do que aquela que se encontra no contexto de vogal [-rec]. Permanece, pois, sem resposta a questão (c), acima levantada, isto é, por que a vogal contextual [u] ou [ũ] favoreceria mais a elevação de /E/, podendo até inibir completamente a elevação de /O/ (no contexto de [ũ]).

Não se explicam, portanto, as probabilidades conferidas às variantes altas [u] e [i] no contexto de vogal [+rec]. Talvez a divisão dos dados segundo a zona de articulação tenha criado um número de células vazias muito grande, isto é, tenha repartido tanto o *corpus* que os cálculos de probabilidades se realizaram sobre um número de dados insuficientes para avaliar corretamente o peso isolado de cada fator. Isso fica, aliás, bastante visível na Tabela 10, na qual esse cálculo foi feito até na proporção de 4/14 (cf. o contexto ___ [õ]), isto é, sobre apenas 14 possibilidades de aplicação da regra.

A única conclusão possível parece ser, portanto, a de que a zona de articulação é um fator relevante para a aplicação da regra de elevação das pretônicas também nesse dialeto, mas a avaliação da sua importância depende do acréscimo de novos dados. Assim sendo, não se alterará, no âmbito deste trabalho, a formulação que foi dada, na seção anterior, à *Regra variável de elevação*, para incluir informação sobre a zona de articulação da vogal contextual.

2.1.3.1.2 Os contextos consonânticos

Como se viu anteriormente, a vogal da sílaba subsequente mostrou-se o contexto por excelência para a elevação de /E/ e /O/ pretônicos. Entretanto, como em qualquer regra variável, a elevação pode deixar de ocorrer na presença das vogais e pode se realizar em sua ausência, o que normalmente se deve a fatores coadjuvantes, inibidores ou favorecedores da regra.

Nesta seção do trabalho examino a possível atuação das consoantes vizinhas, ou seja, da consoante que precede e da consoante que sucede a vogal em estudo.

2.1.3.1.2.1 A consoante precedente

A influência desse segmento será verificada isolando-se o efeito das consoantes: labiais, alveolares, palatais, velares e uvulares. Dentre as alveolares, se distinguirá das demais a lateral, considerando que essa consoante é apontada na tradição portuguesa como responsável pela preservação, na pretônica, do traço de altura original [-alt], ainda que, na maioria das vezes, ela seja mencionada em outro contexto, isto é, depois da vogal. Sob o rótulo de *uvular* estão as variantes de /R/ (*roteiro*, *revista*), que, como já disse anteriormente, pelo menos no dialeto em pauta, podem variar entre uma emissão mais ou menos posterior à região da úvula⁶⁴.

São os seguintes os resultados obtidos:

Tabela 12: RVE: efeito da consoante precedente

	Recuada [u]			Não-recuada [i]		
	F	P		F	P	
lab ____	97/359	27%	0,54	128/486	26,3%	0,72
lat ____	9/57	15,8%	0,42	2/58	3,4%	0,12
alv ____	97/429	22,6%	0,33	240/840	28,6%	0,64
pal ____	3/42	7,14%	0,61	4/28	14,3%	0,52
vel ____	85/277	30,7%	0,76	23/45	51,1%	0,70
uvu ____	2/13	15,4%	0,32	28/246	11,4%	0,38

Fonte: Elaborada pela autora.

Da Tabela 12 pode ser lido o seguinte: a elevação de /O/ é claramente favorecida pelas consoantes *velares* que a precedem (P = 76, ex.: g[u]verno, c[u]stela); a elevação de /E/ é favorecida pelas consoantes *labiais* (P = 0,72, ex.: cab[i]ceira, trav[i]sseiro), pelas consoantes *alveolares não-laterais* (P = 0,64, ex.: prat[i]leira, s[i]mestre) e pelas consoantes *velares* que a precedem (P = 0,70, ex.: aqu[i]cido, esqu[i]ci).

⁶⁴ A variante mais frequente é a laríngea (cf. Nota 25).

Pode-se ainda inferir desses resultados que os segmentos consonânticos precedentes mais resistentes à elevação das pretônicas, tanto recuadas como não-recuadas, são as laterais ([u]: P = 0,42; [i]: P = 0,12) e as uvulares ([u]: P = 0,32; [i]: P = 0,38), como já observaram no passado vários estudiosos. No primeiro caso, o das laterais precedentes, só se registraram nove ocorrências de [u], quase todas em vocábulos com o mesmo radical (*astrol[u]gia*, 5; *patol[u]gia*, 1; *tecnol[u]gia*, 1; *fil[u]s[u]fia*, 2), e apenas duas ocorrências de [i], em *pal[i]tó* e *prestab[i]l[i]cida*.

Até certo ponto, esses resultados coincidem com a observação de Mota (1979, p. 126-128) sobre os dados de Ribeirópolis-SE, segundo a qual as consoantes de traço [+ant], as labiais e as alveolares, favoreceriam a elevação das pretônicas [-rec], como em *b[i]souro* e *c[i]bola*; e as de traço [-ant], palatais e velares, a elevação das pretônicas [+rec], como *ch[u]calho*, *alg[u]dão*⁶⁵.

Na amostra de Salvador não se pode conferir com segurança à consoante palatal nenhum papel sobre a elevação de /O/, apesar de a probabilidade elevar-se um pouco além de 0,5 (P = 0,61). Essa alteração da probabilidade pode se explicar pela escassez de dados (3/42), acrescida do fato de os três únicos casos em que a vogal se eleva estarem em um mesmo radical, cuja pretônica se realiza em outro vocábulo da família como vogal acentuada alta (*ch[u]ver*, 2; *ch[u]vendo*, 1; de *ch[u]va*), que, como se verá na seção 2.3.1.3, é um fator a ser considerado na RVE.

Assim sendo, quanto à influência das palatais sobre a elevação de /O/, a amostra de Salvador se aproxima mais da amostra de falantes cultos de Porto Alegre. Bisol (1981, p. 77) registrou⁶⁶, dentre os 61 dados em que está presente essa consoante, apenas um caso de elevação da pretônica, sendo atribuída a esse contexto a probabilidade 0,30 de elevar as pretônicas recuadas. O que se poderia inferir dessas duas amostras é que a elevação da vogal [+rec] é favorecida pela consoante precedente de igual traço, as velares, e não pela consoante [-ant].

⁶⁵ Exemplos emprestados de Mota (1979).

⁶⁶ Efeito das consoantes precedentes, dados de falantes cultos de POA (BISOL, 1981, p. 77):

	/O/			/E/		
	F		P	F		P
lab ___	129/592	22%	0,68	154/844	19%	0,41
alv ___	62/642	10%	0,25	286/1325	22%	0,40
pal ___	1/61	2%	0,30	37/137	27%	0,54
vel ___	286/833	22%	0,68	23/58	40%	0,65

Além das palatais e velares, Mota (1979, p. 128) aponta ainda como contexto favorável à elevação de /O/ as consoantes labiais, que, em suas palavras, “pelo caráter de sua articulação aproximam-se da vogal [+arr], provocando o aumento do grau de arredondamento que vai coincidir com a sua elevação”.

Coincidem com essa observação de Mota (1979) os resultados apresentados por Bisol (1981, p. 77) para os falantes cultos de POA. Nesse contexto, a probabilidade de /O/ realizar-se como [u] foi calculada em 0,68.

Considerando os resultados da Tabela 12, no dialeto culto de Salvador, surpreendentemente, o caráter labial da consoante precedente, pelo menos no que concerne à amostra utilizada, mostrou-se relevante à realização de [i] mas não à de [u], principalmente quando foram retiradas dos cálculos todas as ocorrências de *p[u]rque*, *p[o]rque* e *v[o]cê* (cf. comentário aos dados retirados da amostra em 2.1.1). A probabilidade, já não muito distante do ponto neutro ($P = 0,60$) quando incluía esses itens lexicais, desceu para 0,54 depois da sua exclusão.

Dos resultados expostos acima se pode concluir que, coincidindo parcialmente com os dados de Porto Alegre, a pretônica recuada na amostra de falantes graduados de Salvador se eleva apenas depois de consoante com o mesmo traço, o que se pode representar com a formalização provisória de

$$O \rightarrow \langle u \rangle / C \left[\begin{array}{c} +\text{alt} \\ +\text{rec} \end{array} \right]$$

Quanto à variável dependente /E/, o exame dos dados de Salvador apontaram como contextos favoráveis à elevação as consoantes precedentes labiais ($P = 0,72$), alveolares ($P = 0,64$) e velares ($P = 0,70$).

Há dois pontos divergentes entre a observação de Mota (1979) e o que aqui se apresenta dos dados em exame. Um é a interferência da consoante *velar*, favorável à elevação de /E/ ($P = 0,70$), que se verifica na Tabela 12. Conforme a observação dessa autora, na variedade de Ribeirópolis não se eleva a pretônica [-rec] depois de consoante velar, por ser [-ant].

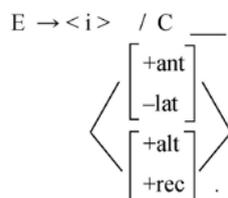
A variedade baiana coincide aí com a dos cultos de Porto Alegre, na qual as velares mostraram favorecedoras à elevação da pretônica, não-recuada /E/ e recuada /O/.

O outro ponto de possível divergência com a variedade sergipana se refere à resistência verificada no *corpus* de Salvador à aplicação da RVE sobre a variável

dependente [-rec] (P = 0,12) no contexto de consoante lateral precedente (Ex.: *el[ε]tricidade*, *l[ε]gionária*). Mota (1979) não observou essa tendência e, pela inclusão que faz de um dado (*pal[i]tó*) no rol das pretônicas [-rec] que se elevaram depois de consoantes [+ant], se deduz, salvo melhor juízo, que ela considera também a lateral como contexto de elevação (cf. MOTA, 1979, p. 127).

É possível, porém, que essa divergência, no caso das laterais, não se localize nos dados, mas na maneira de tratá-los. Primeiro porque Mota (1979), como Bisol (1981), não distinguiu a lateral das outras dento-alveolares. Além disso, como não adota uma metodologia quantitativa, aquela autora não revela quantos casos documentou em que a regra de elevação tenha deixado de se aplicar no contexto de lateral precedente ou mesmo se aquele constituía o único dado. Coincidentemente ou não, na amostra aqui tratada, a palavra *pal[i]tó* foi a única registrada em que a vogal da sílaba seguinte não é [+alt]. Ela e outra, *prestabel[i]cida*, cuja vogal precede uma alta, são, entre as 58 ocorrências de /E/ documentadas, os únicos dados em que, nesse contexto, a regra de elevação realmente se aplica.

Aproximando-se em parte aos dados de Mota (1979), no que se refere às consoantes labiais e alveolares não-laterais ([+ant -lat]), e em parte aos dados de Bisol (1981), no que se refere às velares ([+alt +rec]), na variedade de Salvador a influência das consoantes precedentes sobre a pretônica [-rec] pode ser provisoriamente representada como



A inclusão das consoantes velares entre as favorecedoras da elevação de /E/ não invalidaria a motivação articulatória que observou Mota (1979) nos seus dados. Ao contrário, no traço articulatório [+alt] das consoantes velares, isto é, na altura da língua na produção de /k/ e /g/, seria possível ver a justificativa para se elevarem /E/ ou /O/ nesse contexto. Mas permaneceria ainda sem explicação

o fato de as palatais, também altas, não terem o mesmo efeito sobre as variáveis dependentes⁶⁷.

Na tentativa de verificar que consoantes são suficientemente fortes para fazer aplicar a regra de elevação mesmo sem a concorrência de vogais altas na sílaba imediatamente seguinte, reduziu-se a amostra inicial aos dados em que estão presentes os contextos vocálicos desfavorecedores, ou seja, de qualquer vogal [-alt] da sílaba subsequente. Os resultados obtidos refletem aproximadamente os do *corpus* integral com algumas diferenças, entre as quais uma muito surpreendente: o aumento da probabilidade no contexto de labiais quando a variável dependente é /O/, coincidindo com as observações de Mota (1979) e Bisol (1981), já referidas nesta seção. Confira-se a Tabela 12’:

Tabela 12’: RVE: efeito da consoante precedente sobre vogais em contexto vocálico desfavorecedor

	Recuada [u]			Não-recuada [i]		
	F	P		F	P	
lab ____	32/95	33,7%	0,74	38/123	30,9%	0,80
lat ____	0/40	-	-	1/19	5,3%	0,31
alv ____	8/149	5,4%	0,10	24/332	7,2%	0,35
pal ____	3/38	7,9%	0,61	0/47	-	-
vel ____	35/172	20,3%	0,66	0/23	-	-
uvu ____	0/9	-	-	0/198	-	-

Fonte: Elaborada pela autora.

Para interpretar essa mudança de resultado tão significativa para /O/ depois de labiais, pode-se questionar a validade dos cálculos da Tabela 12’, alegando que o número total de dados sobre o qual eles se baseiam é menor do que aquele que alimenta os da Tabela 12. Entretanto, no caso em questão, das labiais, não se pode dizer que seja baixo o número total de ocorrência de /O/ (32/95) nem o número de vezes em que se aplicou a RVE (33,7%). Do mesmo modo, não se

⁶⁷ Resume-se assim a comparação entre os três dialetos:

	[u]			[i]		
	SSA	RIB	POA	SSA	RIB	POA
	-	lab	lab	lab	lab	-
	-	-	-	alv	alv	-
	-	pal	-	-	-	-
	vel	vel	vel	vel	-	vel.

pode considerar baixo o número de dados que confirmam como favorecedor da variante [u] o contexto velar (35/172) e como favorecedor da variante [i] o contexto labial (38/123). Também é muito significativa a não aplicação da RVE sobre a variável dependente /E/ em nenhuma nas 198 vezes em que esta vogal ocorreu depois de consoante uvular. Essas observações dão validade aos cálculos de Tabela 12'.

Assim, parece mais acertado buscar outra interpretação para o fato de a probabilidade da elevação de /O/ depois de labiais crescer até 0,74 quando o contexto vocálico é desfavorável, isto é, a vogal da sílaba subsequente é [-alt] (Tabela 12'), limitando-se a 0,54 (cf. Tabela 12) quando está num contexto vocálico favorecedor.

Observando melhor os dados, o que esses resultados talvez mostrem é que as labiais, que atuavam como coadjuvantes (Tabela 12) das vogais altas presentes na sílaba subsequente, na ausência delas, assumem um papel de protagonista na elevação de /O/, isto é, são suficientemente fortes para garantir em alta probabilidade ($P = 0,74$) a elevação de /O/ em um contexto vocálico subsequente tão adverso quanto o de antes da vogal [a] ou [ã], por exemplo, em: *b[u]rracha*, *alm[u]çar*, *b[u]tão*, *p[u]rção*, *p[u]rtanto*, *prop[u]rção* e *f[u]gão*.

Outro fato interessante é o que se verifica sobre a consoante velar que precede a variável /E/. Na Tabela 12 essa consoante foi indicada com alta probabilidade de elevar /E/ ($P = 0,70$), no entanto, como revela a Tabela 12', não o faz quando no contexto vocálico não há nem [i] nem [u]. Confronte-se o número de ocorrências nas duas tabelas: na Tabela 12 há 23 realizações de [i] em 45 ocorrências no contexto de consoante velar, na Tabela 12' não há nenhuma elevação em 23 ocorrências no mesmo contexto. Considerando os dados em que essa vogal se eleva, verifica-se que isso só ocorre em cinco itens lexicais, dos quais dois têm a mesma raiz (*qu[i]ria*, *qu[i]rido*, *esqu[i]ei*, *aqu[i]cimento*, *pequ[i]nininho*). Todos esses novos elementos induzem a concordar com a observação de Mota (1979), já referida antes nesta mesma seção, e eliminar da regra da variável de /E/ a consoante velar precedente.

Observe-se ainda, no confronto dessas duas tabelas, que as dento-alveolares não-laterais, que pareciam favoráveis à elevação de /E/ (cf. Tabela 12: $P = 0,64$), aparecem, quando retirados os dados que continham [i] ou [u] na sílaba subsequente, com probabilidade abaixo de 0,5 (cf. Tabela 12': $P = 0,35$). Comparando, na coluna de percentagem, a ação dessa variável, verifica-se que no *corpus* integral a percentagem chega a 28,6% (índice superior ao da aplicação geral da RVE sobre as não-recuadas: 25%), enquanto no *corpus* reduzido (cf. Tabela 12') desce

a 7,9%. De acordo com os resultados da Tabela 12', as dento-alveolares inibem a aplicação da regra quando a vogal seguinte é [-alt]. Essa resistência, porém, não chega a impedir a aplicação da regra, como o fazem as velares, pois foram documentadas 24 ocorrências de [i] nesse contexto (Ex. *s[i]mestre, par[i]cendo, prat[i]leira, t[i]soureiro* etc.). Os resultados quanto a essas consoantes, como se vê, não são muito claros e pedem um aprofundamento da pesquisa nessa direção. Enquanto isso não se faz, prefere-se aqui considerá-las favoráveis à RVE, levando em conta, primeiro, o fato de mesmo em contexto vocálico desfavorecedor registrarem-se numerosos casos de elevação; e segundo, a motivação articulatória entre consoantes [+ant] e vogal [-rec] que apontou Mota (1979) ao examinar a amostra sergipana.

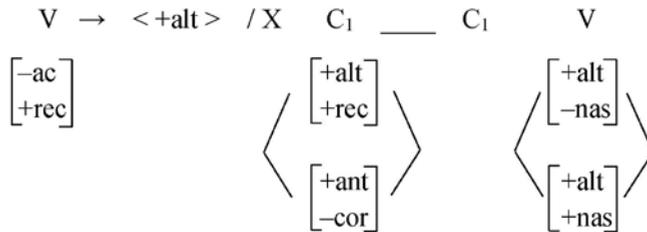
Em resumo, a Tabela 12' confirma para a variável dependente /O/ caráter favorável da *consoante velar* e aponta como fator complementar da regra a *consoante labial*. A *uvular* e a *alveolar* (lateral e não-lateral) aparecem também nessa tabela como fatores contrários à elevação. A *palatal*, embora tenha mantido a probabilidade 0,61, não pode ser vista como fator positivo pelas razões já apresentadas.

Quanto à variável dependente /E/, reafirma-se o caráter favorecedor da *consoante labial*, mas não das *velares* nem das *dento-alveolares não-laterais*. Prefere-se, contudo, tratar a última dessas duas classes de consoantes, pelo menos provisoriamente, como fatores coadjuvantes da regra pelos motivos já referidos. Para tornar evidente essa hierarquia entre os fatores, na formalização da RVE não se reunirão na mesma classe as labiais [+ant -cor] e as dento-alveolares não-laterais [+ant +cor -lat], como se havia proposto antes para /E/.

A formalização da RVE, proposta em 2.1.3.1.1.1, deverá, pois, sofrer reformulação a fim de distinguir a regra de elevação de /O/ e de /E/, uma vez que o contexto consonântico precedente não é o mesmo para ambas as variáveis dependentes:

Regra Variável de Elevação (RVE) – terceira versão

RVE-1:

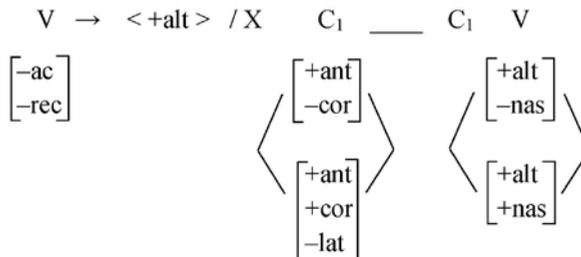


Condição: X não pode conter acento I.

Onde se lê: uma vogal pretônica recuada (portanto /O/) tem mais probabilidade de realizar-se como alta ([u]) quando precedida, na ordem de importância, de uma consoante velar (alta recuada) ou uma labial (anterior não-coronal) e/ou seguida de pelo menos uma consoante que a separa de uma vogal alta não-nasal ou, secundariamente, alta nasal.

Exemplos: *c[u]nheço, c[u]ruja, c[u]rtina, g[u]verno, g[u]rdura, b[u]rracha; b[u]tão, f[u]gão, p[u]rção, prop[u]rção.*

RVE-2:



Condição: X não pode conter acento I.

Onde se lê: uma vogal pretônica não-recuada (portanto /E/) tem mais probabilidade de realizar-se como alta ([i]) quando precedida, na ordem de impor-

tância, de uma consoante labial (anterior não-coronal), ou dento-alveolar, exceto [l] e [ʎ] (anterior coronal não-lateral), e/ou seguida de pelo menos uma consoante que a separa de uma vogal não-nasal e, secundariamente, de uma alta nasal.

Exemplos: *cab[i]ceira*, *p[i]rigoso*, *t[i]soureiro*, *s[i]mestre*.

2.1.3.1.2.2 A consoante subsequente

Nesta seção busca-se isolar o efeito sobre a vogal pretônica das consoantes do contexto subsequente, agrupando-as, como se fez na seção anterior, em labial, alveolar lateral, alveolar não-lateral, palatal, velar e uvular. Procura-se distinguir ainda aqui o efeito diferenciado da palatal e da uvular, quando em posição pré-vocálica da sílaba seguinte (*rec[u]lhimento*, *c[u]rria*) ou quando em posição pós-vocálica (*d[i]screvi*, *p[i]rcebi*).

Como neste dialeto a alveolar lateral em posição pós-vocálica sempre se realiza como semivogal (*co[w]chão*), a princípio só se distinguiriam nas duas posições as alveolares não-laterais [s] e [z] (*d[i]cifra*, *d[ɛ]senho* e *d[i]screvi*, *c[ɔ]smopolita*). Assim, na Tabela 13 deveriam constar os resultados referentes ao efeito das alveolares não-laterais [s] e [z] em posição pré-vocálica e em posição pós-vocálica. Acontece, porém, que /S/ pós-vocálico apresentou variantes palatais, que, no *corpus* estudado, se realizaram na quase totalidade dos casos contra um número insignificante de alveolares (quatro ocorrências). Em vista disso, os grupos pós-vocálicos se reduzem a dois: *palatais*, cujo rótulo abriga também as quatro ocorrências de [s] e [z], e *uvulares*, considerando entre estas últimas, como se fez no contexto precedente, qualquer emissão mais ou menos posteriorizada de /R/.

Em resumo, estuda-se na Tabela 13 o efeito que podem ter sobre as pretônicas as consoantes labiais, lateral, alveolar não-lateral, palatal, velar, uvular da sílaba subsequente e o efeito que podem ter as realizações palatais de /S/ e uvular /R/ que seguem as pretônicas na mesma sílaba.

Os resultados apresentados não revelam muito claramente o efeito das consoantes subsequentes sobre a elevação das pretônicas, entretanto é possível chegar a algumas conclusões. Examine-se a Tabela 13:

Tabela 13: RVE: efeito da consoante subsequente

	Recuada [u]			Não-recuada [i]		
	F		P	F		P
___ \$ lab	61/218	28%	0,62	54/241	22,4%	0,53
___ \$ lat	38/158	24%	0,38	14/63	22,2%	0,50
___ \$ alv	120/353	34%	0,62	239/884	27%	0,49
___ \$ pal	16/27	59,3%	0,75	18/57	31,6%	0,79
___ \$ vel	8/129	6,2%	0,29	60/201	29,8%	0,63
___ \$ uvu	9/45	20%	0,30	0/17	-	-
___ pal \$	11/41	26,8%	0,59	13/77	16,9%	0,38
___ uvu \$	30/206	14,6%	0,44	27/180	15%	0,20

Fonte: Elaborada pela autora.

As consoantes subsequentes, vê-se então, atuam sobre ambas as variáveis dependentes de modo desigual, guardando poucas semelhanças. O único contexto favorecedor comum, considerando os resultados de Tabela 13, é visivelmente a consoante *palatal* que inicia a sílaba subsequente ([u]: P = 0,75, Ex.: *br[u]chura, c[u]lheres, t[u]lhidas, c[u]nheço*; [i]: P = 0,79, Ex.: *m[i]x[i]rica, m[i]lhor, sem[i]lhante*).

Há mais quatro contextos nessa tabela, porém, em que a probabilidade ultrapassa, ainda que pouco, a casa de 0,5. Em outras palavras, há mais três contextos que tendem a favorecer a elevação de uma das variáveis dependentes:

- 1^a) a consoante *labial* da sílaba subsequente, para /O/
(P = 0,62, Ex.: *s[u]brinho, c[u]meço, d[u]mingo*);
- 2^a) a consoante *alveolar* da sílaba subsequente, para /O/
(P = 0,62, Ex.: *ass[u]ciação, diret[u]ria*);
- 3^a) a consoante *palatal* pós-vocálica, para /O/
(P = 0,59, Ex.: *c[u]stela, c[u]stume, m[u]squito*);
- 4^a) a consoante *velar* da sílaba subsequente, para /E/
(P = 0,63, Ex.: *p[i]cúlio, s[i]guro, p[i]queno*).

Mostra-se quase indiferente à elevação de ambas as variáveis dependentes, e talvez até inibidora dela, a presença no contexto subsequente de consoantes *laterais* ([i]: P = 0,50, Ex.: *f[i]liz, b[ɛ]liche*; [u]: P = 0,38, Ex.: *p[u]lítica, v[ɔ]luntária*).

Também não aparentam contribuir para a aplicação da RVE as pós-vocálicas, quer uvular ([u]: P = 0,44, Ex.: *c[u]rtina*, *g[o]rgeta*, *f[ɔ]rmulário*; [i]: P = 0,20, Ex.: *p[i]rsigui*, *v[ɛ]rmelha*, *p[ɛ]rguntar*); quer palatal (pós-vocálica), pelo menos no que se refere à variável dependente /E/ ([i]: P = 0,38, Ex.: *v[i]stido*, *r[ɛ]speito*, *r[ɛ]sposta*).

Quando a variável dependente é /O/, a probabilidade obtida no contexto de *palatal* pós-vocálica foi de 0,59 (*c[u]stela*, *c[u]stume*, *m[u]squito*), índice que sugere uma leve tendência favorecedora à elevação. Entretanto a oscilação que sofre esse índice em outras listagens (especialmente aquela que leva em conta os itens *porque*, *porque* e *você*, referida na seção anterior, na qual P = 0,49) faz com que se torne mais frágil a interpretação da ação da palatal na posição imploriva como favorecedora. Esse entendimento não só tem apoio no comportamento indiferente das outras implorivas mas também no enfraquecimento natural que sofrem as consoantes na margem descendente da sílaba.

As observações de Mota (1979, p. 140) sobre a interferência de consoantes implorivas parecem coincidir, em parte, com os fatos aqui apresentados. Ela considerou a vizinhança da consoante uvular, em posição imploriva, um fator condicionador da realização das pretônicas com o traço [+bx], ou seja, de [ɔ] e [ɛ], com base na frequência dessas vogais no contexto mencionado. Portanto as ocorrências de [u] e [i] antes de uvular são, na sua opinião, marginais, explicando-se pelo fato, entre outros, de

ocorrerem radicais alternantes, às vezes no desempenho do mesmo informante, como: *s[ɛ]rviço* (uma vez, informante 3) e *s[i]rviço* (nove vezes, informantes 1, 4 e 5) [...] e pela ocorrência de vogal inacentuada [+alt] nestes mesmos contextos em alguns exemplos [...] tais como: [...] *cortiço*, *forquilha*, *formiga*, *gordura*, *corisco*, *morrinha*, *arrepio* etc. (MOTA, 1979, p. 145)

Em resumo, partindo dos dados fornecidos pela Tabela 13, pareceria, pois, justificável o reconhecimento da importância do traço [+alt] das velares e das palatais seguintes para a elevação de /E/, mas não de /O/. Inversamente, esse traço na consoante precedente parecia favorecer /O/. Concluí, pois, que eram apenas as velares as patrocinadoras da elevação.

Entretanto, como se pode constatar, não se poderia estabelecer para o contexto subsequente a correlação, feita para as consoantes precedentes, entre o traço [+ant] do contexto (labial e dento-alveolar) e o traço [-rec] da variável /E/, que a precede.

As consoantes que portam o traço [+ant], ou seja, as labiais e dento-alveolares não laterais (*s[u]brinho*, *c[u]meço*, *ass[u]ciação*, *diret[u]ria*), favorecem a elevação da variável dependente [+rec], /O/, e são indiferentes à elevação da variável dependente [-rec], /E/. A elevação dessa vogal pretônica em palavras como *abr[i]via* e *f[i]riado*, por exemplo, deve-se à ação de outro(s) fator(es), no caso, a vogal alta da sílaba subsequente. Ao contrário, as consoantes [+ant], com exceção da lateral, tendem a favorecer a elevação da variável [+rec], ou seja, de /O/, como o fazem, por exemplo, [v], [f] e [d] em *apr[u]veita*, *pr[u]fessor* e *m[u]derna*, respectivamente.

Mota (1979) não aponta as labiais da sílaba seguinte como um fator condicionador da elevação de /O/, como o fez quando essa consoante encontra-se no contexto precedente. Ela registra apenas um caso em que a elevação da pretônica só se explicaria pela vizinhança de uma *labial*: o verbo *tomar* nas realizações [tu'ma], [tũ'ma] e [tũ'mãdu], cuja elevação é estranha ao dialeto de Salvador. Aliás, com exceção das referências às labiais e às pós-vocálicas uvulares, não há, no trabalho da autora, salvo erro, outras referências à atuação das consoantes do contexto subsequente, o que pode significar que ela considerou relevantes apenas as do contexto precedente.

Dentre as consoantes com o traço [+ant], vale ainda um destaque para a lateral [l], que, ao contrário das outras, não favorece a elevação de /O/. Investigou-se o efeito dessa consoante isolada do grupo de alveolares, como já se disse na seção anterior, para testar se ela continuava a tendência de preservar a vogal [-alt] da ação da *Regra variável de elevação*, como já tinha observado Viana (1883), desde o século passado, com relação a /E/⁶⁸.

⁶⁸ Além de Viana (1883), outras referências às restrições impostas pela consoante lateral à regra de elevação são encontradas: a) nos contextos precedente e subsequente: “o *i* e o *e* átonos antes ou depois de palatal [...] valem ambos *ɨ*, isto é, *i* atenuado; assim *mares*, *estar* [...] *chegar*, *sejamos* pronunciam-se, no centro e sul do reino, principalmente *ma r i s̃*; *i s̃tar* [...] *xi gár*, *sujamõs*. Se porém são precedidos ou seguidos de *l*, *r*, o *e* e o *i* conservam o seu valor especial em conjunção com *x*, *j*, *lh*, *nh*; deste modo – *geral* profere-se *je rál*, e não *ju rál*; *gerar*, *je rár* e não *ju rár*; *gelar*, *je lár* e não *ju lár* [...]” (VIANA, 1892, p. 56); b) no contexto pós-vocálico, situação em que, na variedade de Portugal, o [l] se velariza, na observação de Barbosa (1965): “On doit cependant exclure du système l’opposition ê-è qui semble attester, devant /L/ final de syllabe, la nature respective des voyelles de *feltrar* ‘feutrer’, *felpar* ‘pelucher’ et de *relvar* ‘gazonner’, *selvagem* ‘sauvage’: il n’y a en effet que très peu de mots où l’on trouve un ê dans la position indiquée, ce qui explique que, dans ces mots mêmes, ce timbre soit souvent remplacé par è ce qui est notamment les cas dans *felpado* ‘velu, peluché’, *felpudo* ‘peluché’” (BARBOSA, 1965, p. 145); c) “O confronto com as formas de VIII b) mostra que, nas palavras incluídas em VIII a), as vogais não se elevam por estarem seguidas pela consoante /l/ e por *outra consoante ou fronteira de palavra* (ao passo que se tornam [-bx] e/ou [+alt] quando o /l/ antecede uma vogal [...])”

Os resultados aqui obtidos não confirmam inteiramente os apresentados na Tabela 12: se [l] *precede* a variável dependente /E/, a probabilidade de elevação é 0,12 (cf. Tabela 12), sugerindo a preservação da altura primitiva da vogal, mas, se essa consoante *a segue*, a probabilidade indica a neutralidade do contexto (cf. Tabela 12, P = 0,50). Quando está em jogo a variável dependente /O/, essa relação se inverte: a consoante lateral se torna em ambas as posições levemente desfavorecedora da elevação, um pouco menos quando está no contexto precedente (cf. Tabela 12: P = 0,42), mais quando está no contexto subsequente (cf. Tabela 13: P = 0,38), embora tal diferença não seja relevante.

Note-se, porém, que tanto a neutralidade que aparenta a lateral quando segue /E/ quanto a sua ação inibidora da RVE quando segue /O/ não são tão surpreendentes quanto possam parecer à primeira vista. Pelo menos, as observações mais atuais sobre a preservação do traço [-alt] de /O/ e /E/ na variedade de Portugal se referem a esse fato apenas quando [l], velarizado, está em posição pós-vocálica, isto é, pertence à mesma sílaba da variável dependente, como em *f[ɛ]lpudo*, *r[ɛ]lvado*, *s[o]ltar*, *v[o]lver*, para usar exemplos de Barbosa (1965, p. 145) e Mateus (1975, p. 234-235). A própria autora portuguesa, aliás, salientou essa exigência contextual quando disse:

[...] o confronto com as formas de VIII b) ([bəlísimɔ], [bulínɔ]) mostra que, nas palavras incluídas em VIII a) ([beldád(ə)], [ĩkrível], [voltár]) as vogais não se elevam por estarem seguidas da consoante /l/ e por *outra consoante ou fronteira de palavra* (ao passo que se tornam [-bɔ] e/ou [+alt] quando o /l/ antecede uma vogal, cf VIII b))⁶⁹. (MATEUS, 1975, p. 235)

Evidentemente não é esse o caso que se examinou nesta seção, uma vez que, na maioria das variedades brasileiras, o /l/ pós-vocálico se vocaliza, como já foi dito no início. Trata-se aqui, pois, do /l/ que inicia a sílaba seguinte (*b[ɛ]liche*, *v[ɔ]luntária*, *f[i]liz*, *p[u]lítica*) e que, por isso mesmo, não exerce a ação inibidora tão forte da elevação quanto o /l/ pós-vocálico em Portugal.

Essa análise da atuação das laterais da sílaba subsequente é, porém, provisória. A redução da amostra aqui estudada às pretônicas em contexto vocálico desfavorecedor, isto é, antes de [o], [ɛ], [ɔ], [ɛ], [a], que se fará adiante, acrescentará elementos para nova avaliação dos dados.

(MATEUS, 1975, p. 234-235). Obs.: Os dados fornecidos por Mateus (1975) nos itens indicados são: em VIII a) *saldar*, *maldade*, *r[ɛ]lvado*, *b[ɛ]ldade*, *incrív[ɛ]l*, *amáv[ɛ]l*, *g[o]lpear*, *v[o]ltar*, *s[o]ltar*, *v[o]lver*, *álc[ɔ]l*; em VIII b) *s[α]linha*, *b[(ə)]líssima*, *b[u]linha*.

⁶⁹ Os exemplos não constam desse segmento da obra. Foram por mim aí inseridos para dar contexto à leitura.

Aos resultados examinados até aqui podem-se aplicar, quase na totalidade, os comentários de Bisol (1981) para a amostra do Rio Grande do Sul:

Os resultados razoavelmente consistentes permitem, pois, inferir que, na regra de /e/ uma *velar* (ou uma *palatal* seguinte) condiciona a elevação da pretônica, não o fazendo a labial, a alveolar. E, por outra, que na regra de /o/, a consoante condicionadora é a *palatal* ou a *labial*, não porém a alveolar. (BISOL, 1981, p. 79) (grifos meus)

Observe-se que, como se registrou para Salvador, é a *palatal* o contexto comum às duas regras e que a *labial* e a *velar* se restringem, respectivamente, às regras de elevação de /O/ e /E/.

É bem verdade que a autora gaúcha conclui a partir do conjunto de dados de sua amostra, que se compõe de indivíduos de ascendência étnica bem diversa da que aqui se examina (italiana, alemã e lusitana), procedentes da capital do estado e da zona fronteira, assim como de graus diferentes de escolaridade. Entretanto os resultados referentes aos metropolitanos cultos (mais comparáveis com os dados do presente estudo) não autorizam totalmente essa aproximação, como se pode conferir nas probabilidades transcritas a seguir:

para	/O/	POA	SSA
	antes de labial	P = 0,56	P = 0,62
	antes de palatal	P = 0,65	P = 0,75
	antes de velar	P = 0,50	P = 0,29
para	/E/	POA	SSA
	antes de palatal	P = 0,50	P = 0,79
	antes de velar	P = 0,85	P = 0,63

Mas, se não se pode dizer que a palatal favorece a elevação de /E/ na amostra de POA; pode-se, pelo menos, registrar a coincidência entre a amostra baiana e a gaúcha culta no que se refere à palatal para /O/ e à velar para /E/.

Considerando a análise da amostra baiana feita até então, pode-se concluir provisoriamente que o /O/ pretônico se realiza variavelmente como [u] se lhe segue, preferencialmente, uma consoante palatal e, secundariamente, uma labial ou uma dento-alveolar não-lateral; e que o /E/ se realiza variavelmente como [i] na presença de consoantes palatais ou velares, o que pode ser representado com as seguintes regras:

$$/O/ \rightarrow \langle u \rangle / __\$ C$$

$$\left[\begin{array}{c} +\text{alt} \\ -\text{rec} \end{array} \right]$$

$$\left[\begin{array}{c} +\text{ant} \\ -\text{lat} \end{array} \right]$$

$$/E/ \rightarrow \langle i \rangle / __\$ C$$

$$\langle +\text{alt} \rangle .$$

Observe-se a introdução nas regras do símbolo \$ (marcador de limite silábico), necessário para indicar que a regra não se aplica antes de consoantes implosivas.

Examine-se, nesse ponto, a Tabela 13', que contém as probabilidades das consoantes subseqüentes em contexto vocálico desfavorecedor, assim definido, como já se disse anteriormente, como aquele que se constitui de vogal não-alta na sílaba subseqüente, como o [e] contextual em *c[u]bertor* para /O/ ou o [ɛ] contextual em *s[i]m[ɛ]stre* para /E/. Eis a tabela:

Tabela 13': RVE: efeito da consoante subseqüente sobre vogais em contexto vocálico desfavorecedor

	Recuada [u]			Não-recuada [i]		
	F		P	F		P
___ \$ lab	35/114	30,7%	0,89	6/96	6,2%	0,31
___ \$ lat	5/89	5,6%	0,14	2/25	8%	0,28
___ \$ alv	21/96	21,9%	0,59	20/263	7,6%	0,35
___ \$ pal	2/9	22,2%	0,52	16/30	53,3%	0,77
___ \$ vel	6/55	10,9%	0,61	19/60	31,7%	0,76
___ \$ uvu	1/29	3,4%	0,21	0/11	-	-
___ pal \$	2/27	7,4%	0,51	0/65	-	-
___ uvu \$	6/35	17,1%	0,51	0/114	-	-

Fonte: Elaborada pela autora.

Como se pode notar, a redução da amostra não desmente, na maioria das vezes, os resultados expostos na Tabela 13, porém nem sempre os dados em que se apoiam são expressivos.

Mantém, por exemplo, a relevância das consoantes [+alt], palatais e velares, para a variável /E/, mas as 16 ocorrências de [i] que precedem a consoante palatal da sílaba seguinte se concentram nos itens *m[i]lhor*, 14, *m[i]lhorar*, 1 e *sem[i]lhante*, 1. Observe-se, além disso, que, mesmo considerando o *corpus* integral, o número de itens não aumenta muito: documentam-se apenas mais dois (*m[i]x[i]rica* e *r[i]ch[i]ado*). No contexto velar, as 19 ocorrências de [i] encontram-se em um único item lexical, o vocábulo *p[i]queno*.

Quando a variável é a [+ recuada], /O/, figura como relevante a presença das consoantes [+ant –lat], ou seja, labiais e dento-alveolares não-laterais, depois da pretônica (Ex. *c[u]bertor*, *apr[u]veitamento*, *s[u]ssegada*, *alm[u]çar*), tendo a probabilidade, no caso das labiais, se elevado significativamente nesse recorte do *corpus*. Confrontando as duas tabelas (13 e 13'), observa-se que a variante [u] antes de labial tem, na primeira, probabilidade de 0,62, e na segunda, que se restringe a dados antes de vogais desfavorecedoras ([o], [e], [ɔ], [ɛ], [a]), a probabilidade cresce a 0,89. Lembre-se que essa elevação da probabilidade da variante [u] na amostra reduzida também ocorreu quando a labial *precedia* a variável, revelando a atuação desse fator como protagonista da elevação.

Ainda permanecem inalteradas:

- a. a atuação inibidora da *consoante uvular* da sílaba seguinte sobre /O/ ([u]: P = 0,21, Ex.: *c[o]rredor*, *c[o]rrida*, *c[u]rrida*). A ação da *consoante uvular* sobre /E/ é ainda maior: a probabilidade de aplicação RVT é nula (*t[ɛ]rrível*, *d[ɛ]rretemos*), o mesmo ocorrendo quando /E/ se encontra antes das consoantes pós-vocálicas (cf. Tabela 12': não há nenhuma ocorrência de [i] antes de /S/, em dados como *det[e]stei*, *dig[ɛ]stão*, *r[ɛ]sponsabilidade*, nem antes de /R/⁷⁰, como em *cub[e]rtor*, *gov[ɛ]rnador*);
- b. a neutralidade das consoantes pós-vocálicas sobre /O/ (cf. Tabela 12': P = 0,51) tanto para a pós-vocálica palatal, como em *c[u]stela*, *g[o]stoso*, *g[ɔ]stava*, quanto para a pós-vocálica uvular, como em *p[u]rção*, *s[o]rteio*, *f[ɔ]rmato*.

O único fato novo que oferecem os cálculos sobre dados em contexto vocálico desfavorecedor (cf. Tabela 13') é a inversão de resultados nos contextos de

⁷⁰ Tenha-se presente que no dialeto de Salvador a fricativa uvular /R/ varia entre uma produção mais anterior e mais posterior à úvula, realizando-se mais como faríngea, segundo dados recentes do ALiB.

palatal e velar, referentes à variável dependente /O/. Comparem-se os resultados num destaque das duas tabelas:

	Tabela 13 (Todos os contex. voc.)		Tabela 13' (Contex. voc. desfav.)	
___ \$ pal	16/27	0,75	2/9	0,52
___ \$ vel	8/129	0,29	6/55	0,61

Mais uma vez é o exame dos dados sobre os quais se baseiam esses cálculos que pode explicar os resultados. Observe-se na Tabela 13 que o número de ocorrências da variante [u] não é muito alto nem antes de palatal (16 em 27 registros de /O/) nem antes de velar (8 em 129 registros de /O/). Retirados os dados cuja vogal da sílaba subsequente era [i] ou [u], esse número tornou-se muito baixo. Assim, conforme se pode verificar na Tabela 13', antes de palatal mantiveram-se apenas dois registros de [u], nos vocábulos *c[u]lheres* e *c[u]nheço*, ambos precedidos de consoante velar, que, como se demonstrou na seção anterior deste trabalho, se revelou favorável à elevação de /O/. Antes de velar, a subtração de dados de pretônica [+alt] foi menor, embora concentrada em apenas dois vocábulos, *moqueca* e *fogão* (*m[u]queca*, 1 e *f[u]gão*, 4 / *f[u]gões*, 1), todos precedidos de labial, uma consoante favorável à elevação, como se viu em 3.3.1.2.1.

Por tudo o que foi visto nesta seção, das consoantes que ocorrem no contexto subsequente, a labial e a alveolar são as únicas que apresentam resultados consistentes em ambas as tabelas; elas são favoráveis à elevação de /O/, mas inibem a variante alta quando a variável dependente é /E/.

Confirmam-se os resultados apresentados para /O/:

	Tabela 13	Tabela 13'
___ lab	0,62	0,89
___ alv	0,62	0,59

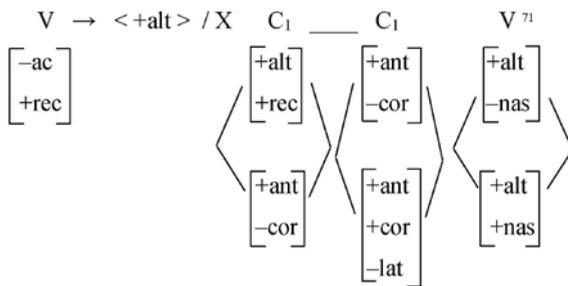
É possível que as consoantes que portam o traço [+alt], palatal e velares, também exerçam alguma influência em favor da elevação de /O/ e de /E/. Entretanto os dados disponíveis e a oscilação dos resultados, quando reduzida a amostra a pretônicas em contexto vocálico desfavorecedor, não autorizam essa

conclusão. Desse modo, prefere-se, neste trabalho, não incluí-las na regra de elevação, rejeitando a formulação provisória proposta anteriormente nesta seção.

A *Regra variável de elevação* passa, então, pela quarta versão para incluir a consoante *labial* no contexto que sucede a vogal /O/. A regra de /E/ fica, naturalmente, inalterada. Nessa versão tem-se, portanto:

Regra Variável de Elevação – quarta versão

RVE-1:

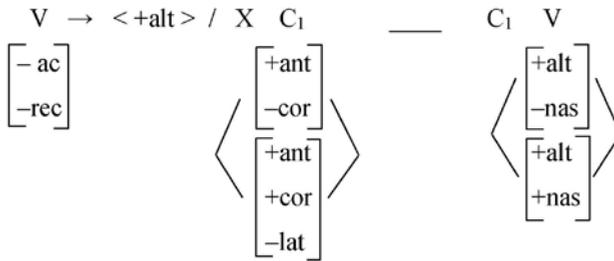


Condição: X não pode conter acento 1.

Onde se lê: uma vogal pretônica recuada (portanto /O/) tem mais probabilidade de realizar-se como alta ([u]) quando precedida, na ordem de importância, de uma consoante velar (alta recuada) ou de uma labial (anterior não-coronal) e/ou seguida de pelo menos uma consoante, preferencialmente labial e, secundariamente, dento-alveolar, exceto [l] e [ʎ], que a separa de uma vogal, principalmente alta não-nasal e, secundariamente, alta nasal.

Exemplos: *c[u]bertor, pr[u]fessor.*

⁷¹ A exclusão da consoante subsequente [+alt], e entre elas a palatal, torna desnecessário o símbolo \$, acrescentado na versão provisória. A única consoante mencionada na regra depois da vogal, a labial, não ocorre em português em posição implosiva.

RVE-2:

Condição: X não pode conter acento 1.

Onde se lê: uma vogal pretônica não-recuada (portanto /E/) tem mais probabilidade de realizar-se como alta ([i]) quando precedida, na ordem de importância, de uma consoante labial (anterior não-coronal) ou dento-alveolar, exceto [l] e [ʎ] (anterior coronal não-lateral), e/ou seguida de pelo menos uma consoante que a separa de uma vogal alta não-nasal e, secundariamente, de uma alta nasal.

Exemplos: *cab[i]ceira*, *p[i]rigoso*, *t[i]soureiro*, *s[i]mestre*.

2.1.3.1.3 A atonicidade da variável dependente

Os contextos das pretônicas até agora considerados não tiveram implicações com a estrutura da palavra. A pretônica em questão podia ocorrer ou não em uma palavra derivada, pois o que era avaliado era apenas a circunstância fonológica.

Entretanto um dos fatores fonológicos apontados como relevantes para a elevação da pretônica gaúcha por Bisol (1981, p. 69) foi a atonicidade da variável dependente, isto é, a atonicidade que a variável em questão podia ter dentro do processo derivativo. A autora distinguiu as pretônicas pelo acento. As que adquirem o traço [-ac] ao passarem a constituir parte de uma palavra derivada ela chamou átonas casuais, como o [o] de *p[o]br+eza*, que se realiza com [+ac] em *p[ɔ]bre*. As que têm esse traço permanentemente chamou “átonas permanentes”, como o [u] de *b[u]rracha*.

Entre as primeiras, as átonas casuais, ela ainda distinguiu três grupos: primeiro, de pretônicas que se relacionam no paradigma com vogais acentuadas baixas, como *af[ɛ]tivo*, que se forma de *af[ɛ]t+ivo*; segundo, de pretônicas que têm no radical uma vogal média, como *t[e]rceira*, que se formou de *t[e]rç+eira*; e, finalmente, o terceiro grupo, das que têm no paradigma vogais de altura variável, como o [u] de *p[u]der*, que tem na família *p[ɔ]de*, *p[o]de* e *p[u]de*. A hi-

pótese levantada era a de que a pretônica carregasse o traço de altura do radical primitivo. Dessas, somente as últimas favorecem a regra de elevação na área sul-rio-grandense⁷².

Observa-se, portanto, na sua amostra, uma tendência de as pretônicas conservarem o traço de altura das tônicas a elas relacionadas, o que Bisol (1981) interpreta como interceptação da regra de elevação pela preservação, na memória do falante, do acento subjacente. Essa conservação nos derivados da altura da pretônica do radical primitivo já tinha sido assinalada por Viana (1883, p. 44-45) no século XIX, como a vogal [ɛ] de *adv[ɛ]rbiais*, do radical *adv[ɛ]rbio*. A regra de elevação, no *corpus* de POA, portanto, atua mais sobre a átona permanente e sobre a átona variável, ou seja, sobre as pretônicas onde a altura está menos fixada pelo acento.

No *corpus* de Salvador, essa tendência é testada com mais um grupo, separando, no grupo das átonas casuais, de um lado, as que têm no paradigma apenas vogais [-alt] (como *alm[u]çar* x *alm[o]ço/alm[ɔ]ço*; do outro lado, aquelas que têm no paradigma pelo menos uma vogal alta (*d[u]rmir* x *d[u]rmo/d[ɔ]rme* ou *t[e]ria* x *t[i]ve/t[e]ve*). Assim, para examinar essa questão nos dados de Salvador, esse grupo ficou constituído dos cinco fatores seguintes:

1. Átonas permanentes – as que nunca se realizam tônicas. Ex.: *b[u]rracha*, *v[e]rmelho* etc.;
2. Átonas casuais parentes de baixas – as que têm [ɔ] ou [ɛ] tônicos no paradigma. Ex.: *c[ɔ]rtar/c[ɔ]rto* ou *af[ɛ]tivo/af[ɛ]to*;
3. Átonas casuais parentes de médias – as que têm [o] ou [e] tônicos no paradigma. Ex.: *p[ɔ]pular/p[o]vo* ou *t[e]rceira/t[e]rça*;
4. Átonas casuais parentes de não-altas – as que têm [o] e [ɔ] ou [e] e [ɛ] tônicos no paradigma. Ex.: *alm[u]çar/alm[o]ço* e *alm[ɔ]ço* ou *com[ɛ]çar/com[e]ço* e *com[ɛ]ço*.
5. Átonas casuais variáveis que têm no paradigma pelo menos uma vogal alta (*d[u]rmir* x *d[u]rmo/d[ɔ]rme* ou *t[e]ria* x *t[i]ver/t[e]ve*)

⁷² Transcrevo abaixo as probabilidades referentes a esses fatores no grupo dos metropolitanos cultos, o mais próximo do grupo abordado no presente trabalho (cf. BISOL, 1981, p. 72):

	[u]	[i]
G 1. Átona permanente	0,75	0,79
G 2. Át. casual ___ [ɔ], [ɛ]	0,18	0,16
G 3. Át. casual ___ [o], [e]	0,23	0,35
G 4. Át. casual variável	0,87	0,72

Os resultados obtidos estão expostos na Tabela 14, a seguir.

Tabela 14: RVE: atonicidade da pretônica

	Recuada [u]			Não-recuada [i]		
	F		P	F		P
Át. permanente: <i>b[u]rracha, v[e]rmelho</i>	194/654	29,7%	0,61	198/1052	18,8%	0,28
Át. cas. par. [ɔ] ou [ɛ]: <i>f[ɔ]rmar, af[ɛ]tivo</i>	30/303	9,9%	0,31	32/223	14,3%	0,15
Át. cas. par. [o] ou [e]: <i>p[ɔ]pular, t[e]rceira</i>	13/64	20,3%	0,35	48/80	60%	0,75
Át cas. par. [o]/[ɔ] ou [e]/ [ɛ]: <i>alm[u]çar, com[ɛ]çar</i>	27/115	23,5%	0,43	58/156	37,2%	0,68
Át. cas. par. [u] ou [i]: <i>d[u]rmir, s[i]rviço</i>	29/41	70,7%	0,77	89/192	46,3%	0,69

Fonte: Elaborada pela autora.

Como se vê, não se obtém, nessa amostra da fala baiana, resultados tão claros como os que se encontram no trabalho citado. Registra-se aqui uma surpreendente dissonância entre os resultados obtidos para as variáveis dependentes /O/ e /E/.

Pode-se dizer que, quanto à variável /O/, os resultados se aproximam dos encontrados por Bisol (1981) e a *Regra variável de elevação* de /O/ (RVE-1) seria favorecida pela átona *permanente* (0,61), como o /O/ de *b[u]rracha* e *g[u]vernador*; e pela átona casual com parente alta (0,77), ou seja, somente as átonas casuais que variam com vogais acentuadas altas e não-altas (como *c[u]bertor* x *c[u]bro/c[ɔ]bre*) se mostraram claramente favoráveis à aplicação da RVE (P = 0,77). As demais, isto é, as casuais que se relacionam apenas com as tônicas não-altas (*p[ɔ]pular* x *p[o]vo/p[ɔ]vos*) revelaram-se inibidoras do processo (cf. Tabela 14: as que variam com [ɔ]: P = 0,31; as que variam com [o]: P = 0,35; e as que variam com [ɔ] e [o]: P = 0,43).

Mesmo se esses resultados se repetissem para a variável dependente [-rec], não seria possível admitir, como Bisol (1981, p. 69), que a atonicidade é a condição ideal para as flutuações da pretônica nem que a vogal sem “status” definido constitui um ambiente expressivamente motivador⁷³. Nessa parte da amostra baiana – da variável recuada – o que se observou foi que a condição ideal era

⁷³ Ao mencionar “vogal sem *status* definido” a autora se refere às pretônicas que variam ora com as acentuadas altas ora com as não-altas.

a presença na família vocabular de uma tônica alta ($P = 0,77$) – por exemplo, $d[u]rmir$ x $d[u]rmo/d[ɔ]rme$ – e que a atonicidade permanente seria o segundo ambiente motivador da elevação ($P = 0,61$), como em $b[u]rracha$ ⁷⁴.

As átonas casuais que têm apenas não-altas no paradigma tendem a inibir a RVE-1, segundo a Tabela 14. Ex.: $f[ɔ]rmar$, mas não se admite $*f[u]rmar$. Do mesmo modo, $p[ɔ]pular$, mas não $*p[u]pular$, $f[ɔ]rçar$, mas não $*f[u]rçar$ ⁷⁵.

Contudo, segundo a Tabela 14, nem as átonas permanentes se revelam favoráveis à elevação de /E/ ($P = 0,28$) nem são as átonas casuais que variam com [i] acentuado as únicas pretônicas a favorecerem a elevação. Ao lado delas, que têm probabilidade 0,69, aparecem com probabilidades significativas as que variam com as não-altas ($P = 0,68$, como /E/ de $cr[ɛ]scente \sim cr[e]sço$ e $cr[ɛ]sce$) e as que variam com as [-alt -bx], ou seja, as que variam somente com [e] ($P = 0,75$, como /E/ de $parc[e]ria \sim parc[e]iro$).

Esse quadro da variável não-recuada, /E/, não se altera muito entre as pretônicas que se encontram em contextos vocálicos desfavorecedores (isto é, apenas as que precedem [o], [e], [ɔ], [ɛ], [a]). Além disso, quando o /E/ pretônico varia com vogal alta acentuada, único contexto favorecedor que, na Tabela 14, tinha alguma coerência, não se documentou nenhum caso de elevação em 92 dados (0/92). Confira-se a Tabela 14':

⁷⁴ Observe-se que na “família” *borracha* a variante dependente é sempre átona: $b[u]rracha$, $emb[u]rrachado$, $emb[u]rrachar$ etc.

⁷⁵ Alerto o leitor que esses asteriscos são válidos apenas para a variedade que descrevo, a de Salvador. É aí que se insere a variação geográfica e é aí, acredito, um espaço de difusão lexical, e esses são vestígios distintos da regra deixados em diferentes regiões.

Tabela 14': RVE: atonicidade da pretônica em contexto vocálico desfavorecedor

	Recuada [u]			Não-recuada [i]		
	F	P		F	P	
Át. permanente: <i>b[u]rracha, v[e]rmelho</i>	70/31	18,9%	0,60	48/385	12,5%	0,27
Át. cas. par. [ɔ] ou [ɛ] <i>f[ɔ]rmar, af[ɛ]tivo</i>	0/218	-	-	0/235	-	-
Át. cas. par. [o] ou [e] <i>p[ɔ]pular, t[e]rceira</i>	0/30	-	-	1/9	11,1%	0,50
Át. cas. par. [o]/[ɔ] – [e]/[ɛ] <i>alm[u]çar, com[ɛ]çar</i>	2/75	2,7%	0,13	14/80	17,5%	0,73
Át. cas. par. [u] ou [i] <i>d[u]rmir, s[i]rviço</i>	6/8	75%	0,82	0/92	-	-

Fonte: Elaborada pela autora.

A regra de elevação de /O/, como se pode constatar, tem probabilidade média de se aplicar se a pretônica é átona permanente ($P = 0,60$) e alta se é átona casual que varia com uma acentuada alta, [u] ($P = 0,82$), apesar da exiguidade de dados no último grupo. Mas é impressionante a resistência à RVE das átonas casuais parentes de [ɔ] ou [ɛ]: zero ocorrência de [u] em 218 ocorrências.

É evidente como se aproximam os resultados de ambas as tabelas 14 quando a pretônica é [–rec]. Portanto continua a discrepância já observada com os resultados da variável dependente recuada: desfavorece a elevação a pretônica que é átona permanente ($P = 0,27$). Mas repete-se a forte resistência das que alternam com a tônica baixa ([ɛ]), da qual não se registrou nenhum caso de elevação em nenhum dos 235 dados recolhidos. Surpreendentemente, a pretônica que alterna com ambas as não-altas, no caso, [ɛ] e [e], surge nesse recorte do *corpus* como favorecedora da elevação ($P = 0,73$).

Apesar disso, é possível, porém, criar algumas hipóteses que expliquem os resultados da Tabela 14.

À primeira vista, o que impressiona é o número de átonas permanentes não-recuadas (1052) em relação às recuadas (654), o que sugeriu a possibilidade de um desequilíbrio na distribuição de dados. Entretanto os grupos tratados nessa tabela mantêm aproximadamente a mesma proporção de vogais recuadas e

não-recuadas que se verifica no total de dados da amostra, isto é, cerca de 40% de /O/ e 60% de /E/⁷⁶.

Fazem exceção a isso apenas dois grupos: a) o das átonas casuais que variam com [ɔ] ou [ɛ], que inverte a proporção, com 57,6% (303/526) dos dados de /O/ e 42,39% (223/526) de /E/; e b) o das átonas casuais que variam com todas as vogais da série recuada, [u]/[o]/[ɔ], com apenas 17,59% (41/233) de /O/, ou o de átonas casuais que variam com todas as vogais da série não-recuada, [i]/[e]/[ɛ] ([+ac ±bx]), com 82,40% (192/233) de dados de /E/. Não há, pois, como se esperava, nenhuma relação clara entre o número de dados dentro de cada grupo e a desarmonia de resultados da Tabela 14.

Na busca de hipóteses mais plausíveis, foram examinados os dados de cada grupo. Essa procura revelou, no grupo das átonas casuais que variam com vogal [+ac -alt -bx], [o] ou [e], 44 formas do verbo *ser* (*seria*, *seriam*). Também no grupo das átonas casuais que variam com vogal [+ac -alt], [o]/[ɔ] ou [e]/[ɛ], foram encontradas 39 formas de verbos terminados em *-ecer* ou seus derivados, como *par[i]cendo*, *desapar[i]ceram*, *aqu[i]cido*, *acont[i]cimento*, *esclarec[i]mento* etc. Ao que parece, tem-se na contribuição excessiva de um item lexical ou de formas de um mesmo paradigma a hipótese mais viável para explicar os resultados discrepantes desse grupo de fatores.

Diante disso, parece-me que só podemos extrair do exame desses dados as seguintes suposições sobre a atonicidade da pretônica: a) primeiro, que as relações entre as vogais do paradigma influem na atuação da regra; b) segundo, que, entre elas, a relação da pretônica com uma correspondente acentuada alta no paradigma (*desc[u]brir/descubro*, *s[i]rviço/sirvo*) pode favorecer a elevação de qualquer das variáveis dependentes; c) terceiro, que, inversamente, a relação com uma correspondente baixa a dificulta (*ad[ɔ]tada/ad[ɔ]to*; *proj[ɛ]ção/proj[ɛ]ta*); d) e quarto, que é possível que a vogal livre de qualquer relação com vogal acentuada (átone permanente) também favoreça a aplicação da RVE (*b[u]rracha*, *s[i]mestre*).

Em função dessas conclusões, a regra variável de elevação em Salvador não deve, pelo menos neste estudo, conter informação sobre a atonicidade da pretônica.

⁷⁶ Confira os percentuais dentro dos grupos:

1. Át. permanente: <i>b[u]rracha</i> , <i>v[e]rme</i> lho	/O/ = 38,33%	/E/ = 61,66%
2. Át. cas. par. [ɔ] ou [ɛ]: <i>b[ɔ]ragem</i> , <i>caf[ɛ]zal</i>	/O/ = 57,6%	/E/ = 42,39%
3. Át. cas. par. [o] ou [e]: <i>b[o]beira</i> , <i>b[e]steira</i>	/O/ = 44,44%	/E/ = 55,55%
4. Át. cas. par. [o]/[ɔ] - [e]/[ɛ]: <i>alm[u]çar</i> , <i>com[ɛ]çar</i>	/O/ = 42,43%	/E/ = 57,27%
5. Át. cas. par. [u] ou [i]: <i>d[u]rmir</i> , <i>s[i]rviço</i>	/O/ = 17,59%	/E/ = 82,40%

A relação entre a altura da vogal pretônica e a vogal acentuada do radical não-derivado será retornada adiante, na seção 2.1.4.

2.1.3.2 As variáveis sociolinguísticas

A língua, como toda manifestação humana, reflete a sociedade a que serve e é uma marca identitária forte, um elemento de resistência de cada grupo e subgrupo social, enfim o espelho da sua história. O uso das pretônicas é um exemplo por excelência disso, dividindo o território nacional, marcando seus falantes, contando a sua história.

Neste trabalho, pelos limites do próprio *corpus* escolhido, questionou-se apenas a interferência de três grupos de fatores sociolinguísticos: a faixa etária, o sexo e a procedência social dos locutores, inferida do grau de escolaridade de seus pais. Procurou-se, com o último grupo de fatores, verificar a possibilidade de informantes NU-1, aqueles que constituem, na família, a primeira geração de graduados em cursos universitários, por isso emergentes de um grupo social com menos escolaridade, aplicarem mais ou menos a regra de elevação das pretônicas. Em outras palavras, cogitou-se a possibilidade de falantes “cultos” conservarem traços linguísticos mais conservadores, particulares ao grupo social de origem. Examinem-se os resultados:

Tabela 15: RVE: variáveis sociais

	Recuada [u]			Não-recuada [i]		
	F	P		F	P	
Idade: 25 – 35 anos	75/337	22,3%	0,40	139/467	29,8%	0,50
36 – 55 anos	96/423	22,7%	0,45	131/576	22,7%	0,49
56 anos ou +	122/417	29,3%	0,64	155/660	23,5%	0,51
Sexo: homens	164/635	25,8%	0,52	250/892	28%	0,57
mulheres	129/542	23,8%	0,48	175/811	21,6%	0,43
Proc. social NU-1	191/777	24,6%	0,43	273/1115	24,5%	0,44
NU-2	102/400	25,5%	0,57	152/588	25,8%	0,56

Fonte: Elaborada pela autora.

Os resultados expostos nessa tabela sugerem uma pálida interferência de fatores sociais na *Regra variável de elevação* (RVE). Observe-se que a probabilidade fica, na maioria dos casos, em torno de 0,5, indicando a neutralidade desses fatores. No único caso em que a probabilidade sobe além de 0,6 não há coinci-

dência de resultados entre as duas variáveis dependentes, /O/ e /E/, como seria de esperar. Mesmo assim podem-se pontuar algumas regularidades interessantes.

A variante [u] tem probabilidade mais alta entre os mais velhos, ou seja, entre os maiores de 55 anos ($P = 0,64$). Nas demais faixas, a regra é leve e gradualmente rejeitada ($P = 0,45$ e $0,40$, nas faixas intermediária e mais jovem, respectivamente). Mas isso não se repete para [i], como seria de esperar, cuja probabilidade de ocorrer fica em torno de 0,5 qualquer que seja a idade do locutor, embora o peso relativo atribuído aos mais velhos tenha dois décimos mais que os outros: os mais velhos, $P = 0,51$; os de meia idade $0,49$; e os jovens, $0,50$. Portanto só no caso da vogal recuada ([u]) se confirma, na amostra de Salvador, a tendência esboçada entre os cultos de Porto Alegre, de os mais velhos, compreendidos aí os de 36 anos em diante – elevarem as pretônicas recuadas ou não-recuadas mais que os jovens, isto é, aqueles de 25 a 35 anos (cf. BISOL, 1981, p. 87). Essa gradação, clara em POA e pálida em SSA, se vista como índice de perda de regra, poderia ser interpretada como diferentes estágios desse processo pelos quais estão passando os dois estados. Mas essa conclusão carece de ser confirmada.

Quando se trata do grupo de fatores *sexo*, registra-se probabilidade mais alta para a variante [i] entre os homens ($P = 0,57$) do que entre as mulheres ($P = 0,43$), mas, inexplicavelmente, para a variante [u], a probabilidade fica próxima a 0,5, tanto para uns quanto para outros.

Apenas o grupo de fatores que distingue o falante por sua procedência é que apresenta resultados coerentes para as duas variáveis dependentes, sendo as probabilidades levemente mais altas para os falantes cujos pais são também graduados (cf. para a segunda geração de graduados, /O/: $P = 0,57$ e /E/: $P = 0,56$; e para a primeira, /O/: $P = 0,43$, /E/: $P = 0,44$;). Esse pequeno efeito sobre a RVE sugere também a possibilidade de uma articulação dessa regra com o fator escolaridade, o que também merece um estudo mais amplo posteriormente.

Apesar de não se poder extrair certezas desses resultados, nota-se uma certa coerência entre eles. Aceitando como hipótese a existência de uma regra de elevação em declínio no dialeto de Salvador, pode-se inferir dos dados que os jovens, as mulheres e os oriundos das camadas sociais menos cultas resistem à aplicação da RVE. O recuo dessa regra nesses grupos, ocorrendo no país inteiro, talvez justifique os diferentes vestígios deixados no léxico nas variedades regionais. Entre Salvador e Aracaju, escutamos, por exemplo, *b[ɔ]tar* e *b[u]tar*. Há também regiões que a *s[ɔ]fã* preferem *s[u]fã*. Seria de grande interesse confrontar, no presente momento, os trabalhos existentes em diferentes regiões do Brasil sob a

ótica da *difusão lexical*, para verificar as diferenças no léxico deixadas pela regra de elevação em cada dialeto geográfico.

Considerando a fragilidade dos resultados apresentados nesta seção, pareceu-me mais correto não incluir em qualquer das regras, seja do /O/, seja do /E/, nenhuma dessas informações.

2.1.4 Interferências morfológicas

As regras que determinam a altura da vogal pretônica na amostra de Salvador, consideradas aqui tanto as regras variáveis quanto as regras categóricas (cf. 2.1.3 e 2.1.2, respectivamente), deixam algumas vezes de se aplicar por interferência de outros fatores, como se demonstrou rapidamente em 2.1.1.2. Vale a pena a esta altura examinar mais detidamente as interferências que se localizam no âmbito da morfologia.

A possibilidade de regras fonológicas conterem informações morfológicas não é nova na teoria linguística. A Fonologia Gerativa Natural, contrapondo-se a uma representação fonológica abstrata, defende uma análise linguística mais motivada morfológicamente, argumentando que é dessa forma que os falantes internalizam o conhecimento que têm da própria língua⁷⁷. É esse o pressuposto teórico que norteia o trabalho de Mota (1979), aqui amplamente citado e que a leva a preferir, por exemplo, explicar a relação entre a vogal acentuada de palavras como *cab[e]ça* e a inacentuada de *cab[ε]çada*, *cab[ε]çote* por estruturas subjacentes distintas, *cab[e]ça* com a vogal [e], as duas outras com [ε] (MOTA, 1979, p. 229), em vez de justificá-la pela aplicação de uma regra fonológica que, por exemplo, copie, na inacentuada, o traço [+bx] da vogal da sílaba seguinte.

Considerem-se, contudo, aqui as regras fonológicas propostas em 2.1.2 e 2.1.3, admitindo tão somente, a possibilidade de acrescentar-lhes alguma informação morfológica. Para isso, examinem-se as vogais dos radicais seguidos de sufixos, as vogais dos prefixos e as dos radicais prefixados (o primeiro dos dois radicais que formam os chamados compostos eruditos)⁷⁸. A hipótese que examinei foi de que a regra não pudesse se aplicar se a pretônica estivesse separada da vogal contextual por uma barreira morfológica.

⁷⁷ Segundo Hooper (1979), Skousen (1975) e Hooper (1976) apresentaram um grande número de exemplos que apoiam a hipótese de que falantes, quando diante de uma escolha, preferirão construir uma análise motivada morfológicamente, em vez de uma análise puramente fonológica. A razão é que a tarefa do falante ou ouvinte é associar som e significado, e acredito que o falante faz isso do modo mais direto possível, isto é, da forma superficial ao significado.

⁷⁸ Cf. Cunha e Cintra (1985, p. 107).

2.1.4.1 Os sufixos

Até aqui foram estudadas as alternâncias entre as vogais pretônicas, abstraído o fato de as vogais subsequentes, aquelas que promovem tais alterações nas pretônicas, estarem dentro do mesmo radical ou não, isto é, sem observar se entre pretônicas e vogal contextual haveria uma barreira morfológica que pudesse constituir um impedimento à aplicação das regras formuladas em 2.1.2 e 2.1.3. Como a vogal desses sufixos é sempre acentuada, concentra-se a presente discussão sobre os derivados cuja pretônica, /O/ ou /E/, se encontra na sílaba que a precede imediatamente.

Em primeiro lugar examinem-se os derivados dos sufixos de grau *-zinho*, *-inho*, *-ão*, *-ona*, do intensificador *-íssimo* e do sufixo *-mente*.

De acordo com Mota (1979, p. 202) e Bisol (1981, p. 104), os sufixos *-inho*, *-zinho* e *-mente*, tanto no dialeto de Sergipe quanto no do Rio Grande do Sul⁷⁹, impedem a alteração da altura da vogal do radical primitivo. Essas autoras, que discutem amplamente a especificidade desses sufixos, justificaram essa invariância pela existência, entre eles e os radicais, de barreira de vocábulo (#) (cf. MOTA, 1979, p. 104-105 e BISOL, 1981, p. 105).

Também na amostra do dialeto de Salvador, aqui estudada, as pretônicas desses derivados não se modificam em função da vogal dos sufixos nem de qualquer outro fator. Em outras palavras, embora a vogal da sílaba seguinte ou as consoantes da margem propiciem uma das três possíveis realizações da pretônica ([+alt], [-alt -bx] ou [+bx])⁸⁰, conserva-se a altura da sua pauta de origem, das acentuadas ou das inacentuadas finais, como se verifica nos conjuntos abaixo:

- | | | |
|----|------------------------------------|----------------------------------|
| a. | <i>p[ɛ]cinha < p[ɛ]ça</i> | <i>men[ɔ]rzinho < men[ɔ]r</i> |
| | <i>l[e]trinha < l[e]tra</i> | <i>f[o]lhinha < f[o]lha</i> |
| b. | <i>cabin[i]zinha < cabin[i]</i> | <i>pap[u]zinho < pap[u]</i> |

Mas isso não ocorre com todos os sufixos diminutivos. Nesta amostra, registrou-se o sufixo *-ete/a*, que permite a aplicação da *Regra categórica de timbre* em dois derivados: *far[o]lete*, 2 < *far[ɔ]l*; *cad[e]rnet*, 6 < *cad[ɛ]rno*.

⁷⁹ Os únicos registros de elevação das pretônicas encontrados nesse dialeto (*m[u]cinho*, *p[ũ]tinho* e *m[u]rchinho*) a autora justifica dizendo que “as duas primeiras foram registradas na fala de bilíngues e a terceira corresponde a uma forma lexicalizada com sentido da formação morfêmica enfraquecido” (BISOL, 1981, p. 104).

⁸⁰ Cf. 2.1.3.1.2.

Mota (1979, p. 69) também os documentou: $r[o]seta < r[ɔ]sa$; $r[o]dete < r[ɔ]da$; $c[o]veta < c[ɔ]va$.

Foram pouco documentados na amostra os sufixos $-ão$ e $-ona$ e o intensificador $-íssimo$. Entretanto há pelo menos um caso em que se conserva a altura da vogal acentuada do radical de origem, em contexto fônico desfavorável⁸¹ àquela realização. É o do sufixo aumentativo $-ão$ em $pr[e]tão < pr[e]to$.

A forma $c[o]xão < c[o]xa$ ‘coxa de porco’, registrada na fala de uma única informante, podia ser vista como um caso de preservação da vogal do vocábulo não-derivado. Entretanto a alternância com uma emissão ditongada em um mesmo segmento da fala denuncia o grau de preocupação do falante com o desempenho “correto” e a vacilação entre $coxão$ e $colchão < colcha$, ambos realizados na fala informal como $[kɔʃãw]$ ⁸²: “Nós comemos o $c[ɔw]xão$, como é chamado, né? O $c[o]xão$ de porco” (Inf. 257).

Acresce-se que o contexto não permite interpretar $-ão$ como aumentativo. Desse modo, a realização $[-alt -bx]$ de $c[o]xão$ pode ser entendida antes como aplicação da *Regra variável de timbre* (RVT) – já mencionada no ao longo de 2.1.1 e objeto de estudo no Cap. 3 – do que como a conservação de altura da vogal acentuada do radical.

Outros dados de preservação, no vocábulo derivado com os sufixos $-ão$ e $-ona$, da vogal acentuada do radical não-derivado foram coletados em Sergipe por Mota (1979, p. 53-54): $b[e]stão < b[e]sta$; $or[e]lhona < or[e]lha$; $b[o]cona < b[o]ca$. A conservação do $[ɔ]$ de $gr[ɔ]ssa$ em $gr[ɔ]ssona$, também atestada, não serve à argumentação, pois o contexto fônico (vogal nasal na sílaba subsequente) não exigiria qualquer outra realização. As ocorrências com $-íssimo$ restringem-se às pretônicas não imediatamente antes da vogal do sufixo, o que só será tratado no fim desta seção.

Por outro lado, nos únicos casos em que a altura da pretônica é diferente da altura da vogal acentuada do radical não-derivado, o sufixo $-ão$ perde o significado de aumentativo. Isso ocorre em $fugão$, 1 ‘aparelho doméstico’, em que se aplica a *Regra variável de elevação*⁸³, e em $c[ɔ]chão$, 2 ‘coxim grande que

⁸¹ Antes de vogal nasal as *Regras categóricas de timbre* condicionam $[ɛ]$ e $[ɔ]$ (cf. 3.2, RCT-3).

⁸² A minha observação como falante nativa desse dialeto é que a emissão mais comum é homófona da registrada para $colchão$, ou seja, $[kɔʃãw]$ pela redução do ditongo $[ɔw]$, criado com a vocalização do $[l]$ pós-vocálico, daí vacilar o informante entre a forma ditongada $[kɔwʃãw]$, em que repõe /l/, por ultracorreção, e a forma $coxão$.

⁸³ Note-se que em $f[u]gão$ a variante alta se explica pela presença da consoante labial da margem esquerda da sílaba, contexto apontado como favorecedor da elevação não só neste trabalho mas também por Mota (1979) e Bisol (1981). Discute-se essa questão mais amplamente na seção

se estende sobre a cama’, que se realiza com [ɔ] inacentuado por força da vogal nasal da sílaba seguinte (cf. 2.1.31.1.1, RCT-3), já que se aplica a regra categórica nesse caso. Só historicamente se poderia relacionar esses dois itens com *f[o]go* ou *c[o]lcha*. Provavelmente terão também se desvinculado do seu valor aumentativo os registros de Mota (1979, p. 53-54) de *cab[ɛ]çãõ* e *c[ɔ]xãõ*, em que se aplicou a RCT-3, tornando, respectivamente, [+bx] as pretônicas /E/ e /O/ (cf. 2.1.3.1.1.1).

Resta, pois, examinar, no grupo inicialmente proposto, as ocorrências com o sufixo *-mente*. Nesse caso, a maioria das pretônicas /E/ e /O/ ocorre em sílaba não contígua à vogal do sufixo. No contexto contíguo à vogal do sufixo ocorrem as vogais da pauta das inacentuadas finais ([i] em *constant[i]mente*, *frequent[i]mente*, por exemplo) e da pauta das acentuadas (com uma única ocorrência, *s[ɔ]mente*) uma vez que esse sufixo, como já verificaram todos os que trataram do assunto, preserva a estrutura do vocábulo não-derivado.

Os demais sufixos, entre eles os que Bisol (1981, p. 107) chamou de “sufixos de derivados especiais, que funcionam como intensificadores do significado da base”⁸⁴, foram aqui agrupados conforme a altura da primeira vogal, isto é, daquela que serviria de contexto para a última vogal do radical. Esse procedimento tem por finalidade verificar se a vogal do radical se submete ou não às regras descritas em 2.1.2 e 2.1.3, ou seja, se a barreira morfológica impede a aplicação das regras. Entre esses, constituem um grupo à parte os sufixos formadores de verbo, pela razão que será apresentada oportunamente.

Tem-se, então:

no grupo 1 – os sufixos cuja primeira vogal é [+alta], [i], [u], [ĩ] e [ũ], contexto, como já se viu, favorável à aplicação da RVE;

no grupo 2 – os sufixos cuja primeira vogal é [-alt -bx], [e] ou [o], ambiente em que se aplica a RCT-2;

no grupo 3 – os sufixos cuja primeira vogal é [+baixa], [a], [ɛ] e [ɔ] ou [-alt +nas], [ã], [ẽ], [õ], ambiente em que se aplica a RCT-3;

no grupo 4 – os sufixos formadores de verbo.

2.1.3.1.2.1.

⁸⁴ Esses sufixos, “que tendem a reforçar ou ressaltar o significado da base”, têm a propriedade de preservar o acento subjacente do vocábulo interceptando a regra de harmonização vocálica. E fornece como exemplo *-ino*, em *londrino*; *-ista*, em *florista*, *corista*; *-ura*, em *fofura*.

2.1.4.1.1 Sufixos portadores de vogal acentuada alta

No primeiro grupo estão os sufixos cuja vogal se constitui o contexto mais favorável à aplicação da regra variável de elevação, conforme se descreve em 2.1.3.1.1. Documentaram-se, nessa amostra, os sufixos *-ia*, *-ico*, *-iço*, *-ino*, *-inte*, *-ismo*, *-ista*, *-ístico* (*-ista* + *-ico*), *-ivo*, *-ura*.

Nesta parte do *corpus*, os índices de elevação foram de 42,8% (15/35 oc.) e 36,4% (20/55 oc.) para as pretônicas [+rec] e [-rec], respectivamente, portanto apenas um pouco abaixo do índice de elevação no contexto de todas as vogais altas⁸⁵. Essa observação levou-me à suposição de que, se a barreira morfológica exerce alguma pressão contra a aplicação da RVE, não a impede completamente, ou a impede a depender do sufixo.

De fato, só se registra, na amostra, elevação de pretônicas antes de limite de morfema com os sufixos *-inte*, *-iço*, *-ia* e *-ura*, mas não com os sufixos *-ista*, *-ismo*, *-ivo* e *-ino*, que, conforme Bisol (1981), formam os *derivados especiais*.

Por essa primeira observação se poderia concluir que os sufixos do primeiro grupo permitiriam a elevação das pretônicas precedentes, enquanto os do segundo grupo a impediriam. Mas o *corpus* contém dados cujas pretônicas não se elevam antes dos sufixos *-ia* (*en[ɛ]rgia*) e *-ura* (*cob[ɛ]rtura*) do primeiro grupo, sugerindo que a não ocorrência das duas possibilidades com outros sufixos poderia ser apenas resultante dos limites da amostra.

Para casos como esses, em que, com o mesmo sufixo, registram-se pretônicas altas e não-altas, Lemle (1974) viu outra explicação. Considerando dados como *r[o]liço* e *n[u]viço*, *pr[o]pício* e *c[u]mício*, a referida autora propõe uma “[...] separação entre os casos com e sem assimilação: os sufixos que acarretam a assimilação são os que formam *nomes* e *verbos*, e os que não fazem subir a vogal da raiz a que se ligam são os que derivam *adjetivos*” (LEMLE, 1974, p. 19).

Nos dados da presente pesquisa, essa distinção não se sustenta, pelo menos integralmente. São *nomes* todos os vocábulos com os sufixos *-ia* e *-ura*, permitam ou não a assimilação, como fica demonstrado a seguir:

- ia* *diret[u]ria*, *mercad[u]ria*, *sabed[u]ria*, mas *en[ɛ]rgia*, *parc[e]ria*,
vist[o]ria
- ura* *g[u]rdura*, mas *cob[ɛ]rtura*, *gost[o]sura*.

⁸⁵ Cf. Tabela 9, seção 2.1.3.1.1.1: 47,8% para as [+rec] e 44,8% para as [-rec].

Se o *corpus* aqui examinado não autoriza afirmar que os sufixos que formam nomes “acarretam a assimilação”, por outro lado não permitiria negar que os sufixos formadores de adjetivos podem dificultá-la, pois não se registra um único caso de elevação da pretônica diante desses morfemas:

- ista: *violonc[ε]lista, bat[e]rista* etc.
- ist(ico): *nov[ε]listico, hum[o]rístico* etc.
- ivo: *af[ε]tivo, desp[ɔ]rtivo* etc.

Tendo em vista que a maioria das vogais que precedem o sufixo são “átonas casuais”, isto é, adquirem o traço [–ac] no processo derivativo, considere-se também, no exame de tais dados, esse fator, que, como se viu em 2.1.3.1.3, tem um papel na RVE. Verificou-se naquela seção que as pretônicas relacionadas com vogal acentuada [+alt] (incluídas lá as que precedem ou não barreira morfemática) são mais sensíveis a essa regra. Considere-se, então, também a sua atonicidade.

Quanto aos dados de pretônicas que precedem a vogal alta dos sufixos acima mencionados, observei que ocorreram sempre como altas as pretônicas que se realizam nos radicais não-derivados ora como [+ac +alt] ora como [+ac +bx]:

- s[i]guinte*, 4 < *s[i]go / s[ε]gue*
- s[i]rviço*, 2 < *s[i]rvo / s[ε]rve*

Quando, nos radicais não-derivados, as pretônicas se realizam como vogais tônicas médias, [+ac –alt –bx], ora assimilaram a altura da vogal do sufixo, ora mantiveram a vogal do radical [–alt – bx].

No primeiro caso:

- diret[u]ria*, 3 < *diret[o]r*
- mercad[u]ria*, 4 < *mercad[o]r*
- sabed[u]ria*, 1 < *sabed[o]r*
- gurd[u]ra*, 5 < *g[o]rdo*

No segundo:

gost[o]sura, 1 < *gost[o]so*

franc[e]sismo, 1 < *franc[e]s*

hum[o]rístico, 1 < *hum[o]r*

parc[e]ria, 1 < *parc[e]iro*

mot[o]rista, 8 < *mot[o]r*

bat[e]rista, 2 < *bat[e]r*

saud[o]sista, 1 < *saud[o]so*

tromb[e]tista, 1 < *tromb[e]ta*

Pode incluir-se aí também *col[o]rido* (*col[o]r+ido*), cujo radical *col[o]r* está registrado em alguns dicionários portugueses como forma livre, ainda que seja muito difícil encontrá-lo, pelo menos na linguagem coloquial no Brasil. Está no mesmo caso *vist[o]ria*, 1 < *vist[o]r*. É duvidoso que esses casos se enquadrem nos de conservação da vogal do paradigma, uma vez que *vistor* é um vocábulo que, como *color*, não se ouve na fala informal do Brasil, mesmo entre falantes cultos.

A conservação do acento secundário em um radical erudito também não é comum no *corpus*.

Finalmente, quando as pretônicas se realizam nos radicais não-derivados como [+ac +bx], isto é, como vogais abertas, documentam-se apenas ocorrências com essas vogais, mas não com vogais altas:

cob[ε]rtura, 1 < *cob[ε]rto/a*

violonc[ε]lista, 1 < *violonc[ε]lo*

en[ε]rgia, 2 < *en[ε]rgico*

nov[ε]lístico, 1 < *nov[ε]la*

atl[ε]tismo, 3 < *atl[ε]ta*

obj[ε]tivo, 6 < *obj[ε]to*

Nesse grupo registram-se dois casos em que não se conserva a altura da vogal acentuada aberta do radical não-derivado. São eles: *melh[o]ria*, 1 < *melh[o]r* e *s[ε]rviço*, 2 < *s[ε]rve/s[i]rvo*. No primeiro caso, pode-se supor a interferência da consoante palatal precedente (cf. a RCT-1 e a discussão que a antecede na seção 2.1.2). No segundo, é possível que a explicação esteja na aplicação da *Regra variável de timbre* (RVT), da qual se falará adiante, no Capítulo 3.

impedimento produzido por esses elementos, a partir de amostragem tão limitada. Concorre para essa conclusão o fato de todas as ocorrências desses sufixos estarem presas a radicais cuja vogal acentuada não tem o “parentesco” que favorece a regra de elevação, ou seja, não é “parente” de vogal alta – [i] ou [u] – ou variavelmente alta – [i]/[ɛ] ou [u]/[ɔ] –, por exemplo (cf. 2.1.3.1.3).

Ao contrário, nesse conjunto não parecem se aplicar as *Regras categóricas de timbre*, que distribuem o traço [bx], a não ser quando a pretônica não se realiza como tônica em nenhum dos vocábulos do paradigma (*vesp[ɛ]rtino*, *ef[ɛ]tivo*, *col[ɛ]tivo*). Todas as demais emissões, salvo as atingidas pela RVT, conservam o mesmo sinal, mais (+) ou menos (–), daquele traço da vogal acentuada do paradigma, isto é, da vogal base do radical.

Do exame desses dados pode-se, porém, concluir que esses dois fatores – a atonicidade da vogal no paradigma e a vogal do sufixo – atuam juntos na determinação da altura da pretônica.

2.1.4.1.2 Sufixos portadores de vogal acentuada média

No segundo grupo de sufixos, estabelecido para conduzir esta discussão, estão todos aqueles cuja vogal tônica é [–alt –bx], [o] e [e], aquela que, portanto, preferencialmente acionaria a RCT-2 (cf. 2.1.2), copiando esse traço na pretônica, mas que permitiria, minoritariamente, a elevação dessas vogais por influência de outros fatores. Nesse rol estão incluídos os sufixos *–ejola*, *–eiro/a*, *–es/esa*, *–dor/a*, e *–oso*.

Neste segmento da amostra, composto de 78 ocorrências, somente cinco correspondem à elevação das pretônicas, número que não surpreende, porque o contexto de [–alt –bx] não favorece, como já viu anteriormente (cf. 2.1.3.1.1.1), a elevação de vogais. São três itens lexicais (*trav[i]sseiro*, 2, *cab[i]ceira*, 1 e *prat[i]leira*, 2) que têm dois pontos em comum: não participarem mais, na língua atual, do paradigma de origem, que os relacionava com *trav[ɛ]ssa*, *cab[e]ça* e *prat[ɛ]l*, respectivamente; e dois deles terem a pretônica seguida de uma consoante [+ant +cor –lat], que favorece a elevação de vogais [–rec] (cf. 2.1.3.1.2.2).

As demais ocorrências mostram – com uma única exceção: *mot[ɔ]rneiro*, 1 – que a pretônica do radical copia o traço [–alt –bx] da vogal do sufixo pela RCT-2, qualquer que seja a vogal acentuada em outros vocábulos da família, como se vê a seguir:

com vogal [+ac +bx], ou seja [ɛ] ou [ɔ] no paradigma

<i>f[ɛ]stejo</i> , 1	<	<i>f[ɛ]sta</i>	<i>m[o]lejo</i> , 1	<	<i>m[ɔ]la</i>
<i>b[ɛ]leza</i> , 3	<	<i>b[ɛ]lo</i>	<i>comp[o]teira</i> , 1	<	<i>comp[ɔ]ta</i>
<i>cert[ɛ]za</i> , 2	<	<i>c[ɛ]rto</i>	<i>r[o]teiro</i> , 1	<	<i>r[ɔ]ta</i>
<i>cr[ɛ]dor</i> , 1	<	<i>cr[ɛ]dito</i>	<i>p[o]breza</i> , 1	<	<i>p[ɔ]bre</i>
<i>cob[ɛ]rtor</i> , 2	<	<i>cob[ɛ]rto/a</i> (v)			

mot[o]reiro, 3 :: *mot[ɔ]rneiro* < *mot[o]r*, 1

com vogal acentuada de altura variada no paradigma

impr[ɛ]ssora, 1 < *impr[ɛ]sso/impr[i]me* *g[o]stoso*, 7 < *g[o]sto/g[ɔ]sto*

A única ocorrência com vogal [+bx], apontada acima (*mot[ɔ]rneiro* ‘condutor de bondes’), tem no paradigma a vogal acentuada [–bx] de *mot[o]r*. A vogal do radical, nesse caso, não copiou a vogal do sufixo, o que poderia parecer que a barreira morfológica teria impedido a atuação da RCT-2. Não me parece ter sido essa a razão, mas sim a interferência da consoante /R/, que, na fala de alguns locutores mais velhos e pouco escolarizados, eventualmente favorece a produção de [ɛ], como em *c[ɛ]rveja*, *c[ɛ]rteza* etc.

Observe-se que a variante concorrente *mot[o]reiro*, com a mesma raiz (*mot[o]r*), se realiza mais frequentemente no *corpus*, sempre com [o] pretônico em consonância com a RCT-2. Nesse caso a única alteração que se observa no radical se dá na consoante /R/ da margem direita da sílaba, que, entre vogais, se converte em [r] da sílaba seguinte: *mot[o]R+eiro* > *mot[o]r[e]iro*. A realização como [+bx] pode ser vista como interferência desse /R/ na história derivacional, mas não seria simplesmente dado de desempenho, pois as duas variantes estão registradas no dicionário.

As pretônicas dos demais vocábulos, a que se acoplam sufixos cuja vogal tônica tem o traço [–alt –bx], como *–eiro*, *–or* e *–oso*, requerido para a aplicação da RCT-2, já têm esse traço na base, portanto não servem aqui de argumentação:

<i>bat[ɛ]deira</i> , 1	<	<i>bat[ɛ]r</i>	<i>c[o]queiro</i> , 1	<	<i>c[o]co</i>
<i>t[ɛ]rceira</i> , 6	<	<i>t[ɛ]rço/a</i>	<i>g[o]leiro</i> , 1	<	<i>g[o]l</i>
<i>vend[ɛ]dor</i> , 1	<	<i>vend[ɛ]r</i>	<i>esprem[ɛ]dor</i> , 1	<	<i>esprem[ɛ]r</i>
<i>sab[o]roso</i> , 3	<	<i>sab[o]r</i>			

Palavras como *prof[e]ssor*, 18, *t[o]rneira*, 1, *dir[e]tor*, 13, *galh[e]teiro*, 1 parecem já ter perdido o vínculo semântico com outra do mesmo paradigma cuja vogal se encontra em sílaba acentuada (*prof[ε]ssa*, *t[o]rno*, *dir[i]ge*, *galh[e]ta*, respectivamente).

Infelizmente, nesse grupo de sufixos só se documentou um caso de sufixo formador de adjetivo (*g[o]stoso*), que, recorde-se, segundo Lemle (1974), resiste à aplicação da regra de elevação. A documentação de outros dados interessaria muito para verificar não só a resistência àquela regra notada por essa autora mas também para observar se ela se estenderia a outras regras. O dado registrado, porém, além de ser único, porta uma vogal inacentuada que pode se realizar como vogal [+ac –alt –bx] (*g[o]sto*) ou como vogal [+ac +bx] (*g[ɔ]sto*), não permitindo qualquer avanço em relação à tese de Lemle (1974) mencionada acima.

Em todos os casos apresentados nesta seção, porém, não há qualquer dado que indique que a vogal [–alt –bx] se justifique por outra razão que não pela aplicação da regra de timbre (RCT-2). Em outras palavras, nada nos autoriza supor que a barreira morfológica que precede o sufixo proteja a pretônica da ação de outra regra, seja a RVE ou a RCT. O que parece ocorrer é justamente o contrário: é a altura da vogal do sufixo que define a altura da pretônica no derivado.

2.1.4.1.3 Sufixos portadores de vogal acentuada baixa ou nasal

No grupo 3 estão, finalmente, os sufixos cuja vogal tônica é a que mais desfavorece a aplicação da RVE⁸⁷. Nesse caso, o que se deve esperar é a aplicação da RCT-3, que tornaria [+bx] a vogal inacentuada que os precede. São os sufixos cuja vogal acentuada são também [+bx] ou [–alt +nas], isto é, [a], [ɔ], [ε], [ã], [ẽ], [õ]. Registram-se nessa amostra: *–ada*, *–agem*, *–al*, *–ário*, *–dade*, *–alho*, *–[ε]stre*, *–[ɔ]sa/[ɔ]sos*, *–[ɔ]rio*, *–ância/–ança*, *–ência/–ença*, *–âneo*, *–ante*, *–ente*, *–ão*, *–são/sões*, *–eno*, *–mento*.

Nesse grupo, constituído de sufixos cujas vogais tônicas se revelaram as mais desfavorecedoras ou mesmo inibidoras das regras de elevação, constataram-se, entre as 267 ocorrências desse segmento do *corpus*, apenas seis ocorrências de vogais altas, [–ac +alt], em *f[u]gão*, 5 e *sem[i]lhante*, 1 (variando com *sem[e]lhante*, 1 e *sem[ε]lhante*, 2). Esse fato sugere que a barreira morfológica desses vocábulos, enfraquecida, permite que a vogal contextual, do sufixo, atue impedindo ou, pelo menos, dificultando a elevação motivada por outros fatores (cf. 2.1.3.1.2 e 2.1.3.1.3).

⁸⁷ Cf. Tabela 9 na seção 2.1.3.1.1.1.

Pela mesma razão, a regra que distribui o traço [+bx] pela pretônica (cf. a RCT-3 em 2.1.2) modifica a vogal [-bx] de certos vocábulos, com que se realizam nos radicais acentuados:

<i>b[ɔ]bagem</i> , 1 ⁸⁸	<	<i>b[o]bo</i>	<i> eleit[ɔ]ral</i> , 2	<	<i> eleit[o]r</i>
<i>sab[ɔ]rosa</i> , 1	<	<i>sab[o]r</i>			
<i>n[ɛ]rvosa</i> , 1	<	<i>n[ɛ]rvo</i>	<i> cab[ɛ]çalho</i> , 2	<	<i> cab[ɛ]ça</i>

Observa-se também a atuação dessas regras em vocábulos cuja pretônica é uma átona permanente, que nunca se realiza como [+ac] em outros vocábulos, como se vê nos exemplos abaixo, representantes de inúmeras ocorrências:

<i>fed[ɛ]ral</i> , 2	<i>fun[ɛ]rário</i> , 1	<i> extemp[ɔ]râneo</i> , 1
<i>arquepisc[ɔ]pal</i> , 2	<i> temp[ɔ]rário</i> , 1	<i> itin[ɛ]rante</i> , 1
<i>v[ɛ]rdade</i> , 12	<i> ac[ɛ]ssório</i> , 1	<i> fluor[ɛ]scente</i> , 1
<i>dif[ɛ]rença</i> , 8	<i> fr[ɛ]quência</i> , 3	<i> supl[ɛ]mento</i> , 2

Prevaecem nessa parte da amostra, portanto, pretônicas com o traço [+bx], copiado do sufixo. Entretanto, em alguns poucos casos, documentou-se a conservação do traço [-bx] da vogal acentuada do radical:

<i>gar[o]tada</i> , 1	<	<i>gar[o]to</i>
<i>interplan[ɛ]tário</i> , 1	<	<i>plan[ɛ]ta</i>
<i>cab[ɛ]çário</i> , 2	<	<i>cab[ɛ]ça</i> (: <i>cab[ɛ]çalho</i> , 2)

Nos dados acima, a preservação da barreira morfológica parece ter impedido a aplicação da RCT-3, com a manutenção da vogal do radical primitivo. Confrontem-se *cab[ɛ]çário* e *cab[ɛ]çalho* documentados no *corpus*. A primeira forma – que não pertence à norma prestigiada pela escola – é uma reanálise de *cabeçalho*, pela substituição por *-ário* do sufixo *-alho* (pouco produtivo na língua). A forma tradicional, *cab[ɛ]çalho*, que perdeu o vínculo semântico com o radical não-derivado (*cab[ɛ]ça*), permitiu a aplicação da regra categórica de timbre, no contexto de [a] subsequente. O vocábulo resultante da reanálise *cabe-*

⁸⁸ Mantém-se o traço [+bx] quando este derivado recebe o sufixo *-inho*: *b[ɔ]bag+inha*, 1.

ça+ário = *cab[ε]çário* mantém aquele vínculo, conservando na pretônica /E/ o traço [-bx] da vogal acentuada do radical não-derivado.

Note-se ainda, nesses dados, a documentação de 14 ocorrências registradas com sufixo adjetival, mas em apenas uma delas (*interplan[ε]tário*, 1) a vogal básica é conservada. Nas outras (*itin[ε]rante*, 1; *fun[ε]rário*, 1; *fluor[ε]scente*, 1; *n[ε]rvosa*, 1; *sab[ɔ]rosa*, 1; *temp[ɔ]rário*, 1; *extemp[ɔ]râneo*, 1; *eleit[ɔ]ral*, 2; *fed[ε]ral*, 2; *arquepisc[ɔ]pal*, 2), a pretônica baixa resulta da aplicação da RCT-3. Pelo visto, não se ajusta à regra categórica de timbre a condição de Lemle (1974), estabelecida para a regra de elevação, segundo a qual a vogal contextual não pode ser a de um morfema derivador de adjetivo. Em outras palavras, não se tem, nesta seção como nas outras (cf. 2.1.4.1.1 e 2.1.4.1.2), nenhum argumento para assegurar que a barreira morfológica atue como impedimento a qualquer das duas regras.

2.1.4.1.4 Sufixos formadores de verbos

Resta considerar os sufixos formadores de verbos, que se distinguem dos já tratados porque o acento ora recai sobre a sua primeira vogal ora recai sobre a vogal temática que a segue. Foram documentados nesta amostra: *-ec(er)*, *-iz(ar)*, *-e(ar)* e *-fic(ar)*.

Quando o acento de intensidade não recai sobre uma vogal do radical, a vogal pretônica imediatamente precedente à barreira se submete à aplicação das duas regras, de timbre e de elevação:

RCT-3: *empobr+[ε¹sẽ]do*, 1

RCT-2: *perman+[e¹se]r*

RVE: *sort+[i¹a]da*

e

perman+[i¹se]r

Especula-se, entretanto, aqui sobre o comportamento de pretônicas que precedem os limites de sufixo. Essas vogais, que podem vir seguidas por vogais acentuadas ou inacentuadas – fato que para o fim desta pesquisa se revelou irrelevante⁸⁹ –, foram agrupadas de acordo com a vogal básica, considerando como tal a acentuada do radical não-derivado.

No primeiro grupo, estaria o /E/ do radical *estabel-*, o único registro de átona permanente que, segundo a análise aqui adotada⁹⁰, não é inteiramente es-

⁸⁹ Cf. 2.1.1.1.

⁹⁰ Cf. discussão em 2.1.2.

pecificada na base: *estab/E/l+[e]cer*⁹¹, que se realiza como *estab[ε]l[e]cer* seis vezes no *corpus* pela aplicação da RCT-2.

Como já se demonstrou neste trabalho, as *Regras categóricas de timbre* se aplicam sucessivamente da direita para a esquerda a partir da vogal acentuada. Não importa se a vogal que segue a barreira morfológica é acentuada ou não. A pergunta aqui é se as regras se aplicam sobre a barreira morfológica ou se ela as impede.

Pode-se observar a aplicação da RVT-2 em *estab/E³/l+[e²]c[e¹]r*. O traço de altura do [e²] do sufixo é copiado do traço de altura da vogal acentuada, isto é, do [e¹], última sílaba do sufixo, de onde começa o processo de assimilação. O traço de altura do /e³/, ignorando a barreira morfemática, por sua vez, é transferido de [e²]. Em outras palavras, o traço [-bx] de [e¹] é assimilado por [e²], que forma o contexto para a cópia desse traço por /e³/.

Na forma **estabelece*, o traço [+bx] da vogal acentuada do sufixo ([ε¹]) é copiado para [ε²] pela RCT-3 por sobre a barreira morfológica: *estab/E²/l+[ε¹]ce* → *estab[ε²]l+[ε¹]ce*.

O mesmo ocorre com o segundo grupo, formado pelas átonas casuais, que têm seus traços completamente definidos na estrutura subjacente:

- | | | |
|--|---|-----------------------------|
| a. <i>emp[ɔ³]br+[ε²]c[ẽ¹]do</i> | > | <i>emp[ɔ]br[ε]c[ẽ]do,1</i> |
| <i>caract[ε²]r+[i¹]zava</i> | > | <i>caract[ε]r[i]zava, 1</i> |
| b. <i>s[ɔ²]rt+[i¹]ada</i> | > | <i>s[ɔ]rt[i]ada, 2</i> |
| c. <i>categ[ɔ²]r+[i¹]zar</i> | > | <i>categ[o]r[i]zar, 11</i> |
| d. <i>val[o²]r+[i¹]zam</i> | > | <i>val[o]r[i]zam, 1</i> |
| e. <i>aut[o²]r+[i¹]zar</i> | > | <i>aut[o]r[i]zam, 1</i> |

Com exceção das duas últimas palavras, todas as pretônicas do radical não-derivado encontram depois da barreira morfológica contexto para aplicação da RCT-3: na ordem de apresentação, antes de [ε], de [i] e de [a].

Na alínea a) a pretônica, que ocorre em outro radical com acento (*p[ɔ]bre*, *caract[ε]r*), permanece com a mesma altura. Não é possível dizer com segurança que ela tenha sido preservada pela barreira morfológica, pois se encontra no contexto da RCT-3.

⁹¹ Considerarei em *estab/E/l+[e]cer -bel-* como parte do radical primitivo, pois acredito que assim seja visto pelo falante comum, sem reconhecer nele uma variante de *-vel*, como em *estável*.

Mas há um argumento para considerar que a barreira do sufixo *-ecer* não impede a RCT: a possibilidade de o [ɔ] pretônico poder se transformar em [o], se a vogal que segue a barreira mudar para [-alt -bx], como em **empobrecer*. O mesmo processo incide sobre essa vogal, isto é, pela RCT-2 a transferência do traço [-bx] da vogal² do sufixo é feita para a vogal³ do radical: *emp[ɔ³]br+[e²]c[e¹]r* > *emp[o]br[e]cer*, como na emissão documentada de *estabelecer* vista acima.

No dado apresentado na alínea b) a vogal básica de *sorte*, [ɔ], não sofre alteração também, porém não se conclui que isso se deva ao limite de morfema, pois a vogal [i] é contexto para a RCT-3 (*s[ɔ²]rt+[i¹]ada*).

No grupo c) encontra-se o sufixo *-izar*, cuja vogal inicial, [i], satisfaz às condições para a aplicação da RCT-3. Registraram-se quatro ocorrências (*caract[ɛ]rizava*, 1; *val[o]rizam*, 1; *aut[o]rizam*, 1; *categ[o]rizar*, 1). Essas vogais, que podem, como se viu, ser seguidas de uma vogal acentuada ou de uma não-acentuada (fato que para o fim desta discussão se mostrou irrelevante – cf. 3.1.1), devem ser consideradas de acordo com a vogal básica, caracterizada como tal a acentuada do radical não-derivado: *caract[ɛ]res*, *val[o]r*, *aut[o]r*, *categ[ɔ]rico*.

Note-se que a vogal básica é aparentemente preservada nos três primeiros casos: [ɛ], em *caract[ɛ]rizava* e [o], em *val[o]riza* e *aut[o]rizam*. Isso igualmente poderia ser considerado um indício de que a barreira morfológica desse sufixo impedisse a aplicação da RCT, entretanto o [ɛ] de *caract[ɛ]rizava* está em contexto fônico favorável a essa realização (antes de [i]). Apesar de esta vogal estar presente no contexto de todos eles, não se aplica a mesma explicação. Em *valorizar*, que significa “atribuir valor a”, permanece um vínculo semântico forte com o radical *valor*, sendo esse quase o mesmo caso de *autorizam*, pois o falante pode reanalisar o vocábulo de forma semelhante como “fazer alguém autor”, relacionando, pois, os dois vocábulos, *autorizar* e *autor*.

Entretanto o [o] de *categ[o]rizar* deveria, por estar no mesmo contexto, tornar-se [ɔ], gerando *categ[ɔ]rizar*, que não foi a forma documentada no *corpus*⁹², embora como falante me pareça a mais provável, e que redundaria na aparente preservação da vogal do radical, como acontece com *caract[ɛ]rizava*. A troca dessa vogal por [o], e o surpreendente número de vezes em que isso ocorre, não

⁹² Mas foi documentado *transist[o]rizado*, que não se submete à RCT. Apesar de nunca ocorrer como acentuada, a vogal [o] não se submete a nenhuma regra do vocalismo átono do dialeto em causa. Observe-se que no radical não-derivado *transistor* (empréstimo do inglês), essa vogal, que ocupa a posição postônica final, não se torna [u], mesmo depois do apagamento do /R/, quase categórico no estilo coloquial. Isso mostra que a vogal final desse vocábulo tem seus traços inteiramente preservados.

encontra explicação em nenhuma das regras da RCT. Parece tratar-se, antes, da intervenção da *Regra variável de timbre*, que se discutirá adiante, no Capítulo 3.

Enfim, embora o número de dados não me permita ser conclusiva, não há, no que se observou acima, argumentos para distinguir o comportamento dos sufixos formadores de verbos dos demais. Eles parecem não impedir a aplicação da *Regra categórica de timbre* já que ela opera sobre a única vogal átona permanente registrada no *corpus* e, no caso das átonas casuais, não há um registro em que se possa testemunhar essa preservação.

Pode-se concluir de tudo o que foi dito sobre esse tema que somente os sufixos *-inho*, *-zinho* e *-mente* interceptam invariavelmente as regras que determinam a altura das pretônicas, preservando a altura de vogal acentuada do radical não-derivado. Acredita-se que isso ocorra com todos os sufixos de grau ainda produtivos (*pr[e]tão*, l; **pr[e]tona*, **pr[e]taço*) e com *-íssimo* (**pr[e]tíssimo*)⁹³, embora não se tenha podido prová-lo nesses dados.

Os demais sufixos⁹⁴ podem eventualmente interceptar as regras, preservando a altura da vogal acentuada do radical primitivo. Tem-se *parc[e]ria* (de *parc[e]iro*) e não **parc[i]ria* ou **parc[ε]ria* (interceptando, respectivamente, a aplicação da RVE e da RCT-3), mas foi registrado *diret[u]ria* (aplicação da RVE). Tem-se *gost[o]sura* (de *gost[o]so*) e não **gost[u]sura*⁹⁵ ou **gost[ɔ]sura* (não aplicação da RVE e RCT-3, respectivamente), mas foi documentado *g[u]rdura* (aplicação da RVE). Embora não se tenha registrado esse comportamento variável com todos os sufixos, considero isso normal pela limitação imposta aos dados desta pesquisa.

Mas quando esses sufixos se acrescentam a radicais em que /E/ ou /O/ são permanentemente átonas no paradigma, a *Regra variável de elevação* nunca se aplica. São as regras categóricas de timbre que determinam, então, a altura das pretônicas (*temp[ɔ]rária*, *p[ε]rmanente*, *vesp[ε]rtino*, *estab[e]l[e]cer*) na amostra aqui examinada, ainda que o número de dados de vogais átonas permanentes coletados no contexto de vogais altas do sufixo (dez em apenas três itens lexicais: *ef[ε]tivo*, *col[ε]tivo*, *vesp[ε]rtino*) seja muito baixo.

⁹³ Soariam estranhíssimas, mesmo numa região onde predominam pretônicas abertas, as pronúncias *pr[e]tão*, l; **pr[e]tona*, **pr[e]taço* e **pr[e]tíssimo*.

⁹⁴ Não estão aí incluídos alguns sufixos que Bisol (1981, p. 106-107) chamou de “derivados especiais” por funcionarem como “intensificadores do significado de base” e assim bloquearem a regra de elevação tal como o fazem *-zinho*, *-inho* e *-mente*. É desse modo que ela explica a preservação de [o] em *fl[o]rista*, *c[o]rista*, *cr[o]nista* e *fl[o]fura*.

⁹⁵ Já ouvi, contudo, em falantes de outra região, *g[u]st[u]sura*.

Pode-se inferir daí que a barreira morfológica entre a vogal pretônica e a vogal contextual não funciona como impedimento direto à aplicação das regras, já que a RCT se aplica quando a vogal do radical primitivo é átona permanente. Ela pode se constituir apenas em um fator de conservação da vogal básica no derivado. Outro indício disso é a preservação da altura da vogal do radical não-derivado em radicais derivados cuja pretônica não está separada da vogal contextual por nenhuma barreira morfemática. Isso ocorre quando a pretônica tem por contexto uma vogal inacentuada em vez da acentuada do sufixo. Vejam-se os exemplos:

<i>comp</i> [o] <i>sit+ores</i> , 4	<	<i>comp</i> [o] <i>r/comp</i> [u] <i>s</i>
<i>m</i> [o] <i>rtuário</i> , 2 (:: <i>m</i> [u] <i>rtuário</i> , 1)	<	<i>m</i> [o] <i>rto</i> ⁹⁶

Como se vê, em todas as ocorrências, com uma única exceção (*m*[u]*rtuário*), prevalece a vogal [–alt –bx] do radical primitivo, a despeito dos fatores favorecedores da elevação, isto é, em ambos os casos, a vogal [+alt] do contexto subsequente (cf. 2.1.4.1.1).

Os dados aqui estudados não autorizam a dizer, como Bisol (1981, p. 144), que a *Regra variável de elevação* de pretônicas (nem a *Regra categórica de timbre*) “não ultrapassa [...] os limites de *–zinho* [...] nem os de *–inho* [...] nem os morfemas especiais”.

Prefere-se aqui o entendimento de que essas regras não atuam sobre vogais átonas casuais quando a fronteira de morfema ainda está presente e que certos sufixos – os sufixos de grau, os intensificadores e o sufixo *–mente* – sempre preservam essa barreira, enquanto outros a perdem à medida que o derivado ganha novos contornos semânticos e se desvincula da base inicial⁹⁷. Esse processo é gradual e, por isso mesmo, irregular, o que justifica as alternâncias mesmo na fala de um único informante.

Admite-se que isso ocorra pela razão apresentada ainda por Bisol (1981, p. 106), referindo-se apenas a *–zinho*, *–inho* e *–mente*, mas estendida nas páginas seguintes aos “derivados especiais”: “Isso se deve ao fato de esses sufixos terem

⁹⁶ Não se inclui nesta lista *val*[o]*rização*, 1, por permitir a interpretação de que a barreira morfológica da primeira fase da derivação (*val*[o]*r+izar+ação*) ainda se preserve aí. Observe-se a favor dessa interpretação que permanece a vogal básica na ocorrência do verbo (*val*[o]*rizam*, 1).

⁹⁷ Cf. a discussão sobre o [ɛ] de *aeromoça* na seção 2.2.2.1.2, depois da Tabela 19.

a propriedade de reter a lembrança do acento subjacente da palavra com que se combinam [...]”.

Em outras palavras: os derivados cujo significado não é mais a soma do significado de base e do significado do sufixo não preservam o limite de morfema e, por isso, não retêm a lembrança do acento subjacente do radical, o que permite que a vogal não mais acentuada se submeta às regras de elevação ou de timbre⁹⁸.

Outra explicação para a preservação do traço do radical não-derivado, que não leva em conta a possibilidade de preservação de acento, é a que fornece Labov (1989) no seu trabalho “The exact description of the speech community: short-A in Philadelphia”. Diz o autor: “À medida em que os falantes de Filadélfia reconhecem uma fronteira derivacional em relação ao A breve, eles preservam o vínculo analógico entre a raiz da palavra e a forma livre”⁹⁹ (LABOV, 1989, p. 52).

De todo modo, a interferência morfológica aqui considerada não parece tão relevante, se se observa que o conjunto de dados examinados nesta seção reproduz o comportamento do conjunto geral dos dados. Quanto à regra de elevação, o maior número de aplicação ocorre no grupo 1 de sufixos, aqueles que contêm uma vogal [+ac +alt], enquanto nos outros grupos de sufixos (2 e 3), cuja vogal acentuada é [-alt], o número de aplicações torna-se muito baixo, mesmo raro. Quanto à regra de timbre, ela se aplica sem exceção antes de vogal [-alt -bx] e são também poucos os casos de preservação da vogal do radical não-derivado.

2.1.4.2 Os prefixos

Os prefixos são “elementos vocabulares”, como ensina Câmara Jr. (1969, p. 38-39), que servem na composição de uma nova palavra, **integrando-se ou não ao radical a que se juntam**. Quando essa integração não se efetua, o prefixo é um vocábulo fonológico independente e recebe um acento secundário, tal como o primeiro elemento de um grupo de força de duas formas livres. Quando, porém, se integra ao radical, recebe o acento que lhe confere a pauta prosódica do vocábulo fonológico resultante.

⁹⁸ Uma evidência disso é a frase ouvida de um vendedor que mercava na rua, justamente quando esta parte do trabalho era desenvolvida: “C[ɔ]cada de c[o]co!”. Parece, então, que c[ɔ]cada seria qualquer doce com certas características essenciais, entre as quais não estaria ser de coco. A perda do vínculo com a base semântica tem como consequência a perda da barreira de morfema e do acento subjacente, que permitiu, no caso, [o] se tornar [ɔ] no derivado, pela aplicação da RCT-3.

⁹⁹ Do original: “In so far as Philadelphia speakers recognize a derivational boundary in regard to short A, they preserve the analogical relationship between the root of the word and the free form” (tradução minha).

Desse modo, parece justo conjecturar que as vogais dessas partículas só se submetiriam às regras fonológicas de altura de pretônicas quando elas são integradas ao radical e que, por isso mesmo, poderiam ter um comportamento distinto das outras pré-acentuadas, sobretudo porque esse processo de integração, que é paulatino, é irregular no plano sincrônico. Melhor dizendo, é possível que, num dado momento, alguns prefixos se integrem e outros não, ou até que alguns deles se integrem em relação a somente alguns radicais, para uns falantes e não para outros.

Veja-se, por exemplo, o acento 2, indicador de não-integração, que pode, em muitos casos, variar com [-ac], traço próprio das sílabas pré-acentuadas do vocábulo fonológico. Isso, por exemplo, se verificou nos seguintes trechos do *corpus* desta pesquisa com o prefixo *sobre-*, realizado sem acento secundário na emissão A, mas com acento secundário na B:

A: # tornaram muito difícil a [sobrevi¹vêsy a] de... certas casas de alimentação.

B: # facilitando a [sobrivi¹vêsy a] do próximo, né?

Admite-se aí também a interferência de fatores como pausa, distribuição dentro da frase etc.

Foram documentadas, no presente estudo, a vogal /O/ nos prefixos *sobre-*, *co-* e *por-* e a vogal /E/ em *super-*, *de-*, *des-*, *entre-*, *inter-*, *per-*, *pre-*, *se-*, *super-*, *sobre-*, *três-* e *vice-*.

Desses prefixos, realizam-se sempre com a mesma vogal *int[ε]r-*, *pr[ε]-*, *s[i]-*, *sup[ε]r-*¹⁰⁰ e *vic[i]-*, quase todos marcados, pelo menos em uma das emissões, pelo acento secundário. Isso acontece geralmente quando ainda se conserva nítido o seu significado primitivo. Vejam-se os dados:

¹⁰⁰ *Super-* apresentou uma variante [-bx], [e] (em *sup[ε]rm[ε]rcado*), mas esta foi considerada um caso à parte, que se explica por interferência da *Regra variável de timbre* a ser tratada no Capítulo 3. Registrou-se também *tr[ε]s-* em apenas uma ocorrência em uma forma não dicionarizada, porém muito comum no dialeto de Salvador: [trezãti¹ôti], documentada no APFB como [trezã¹tôti].

	Com acento 2	Sem acento 2
<i>int[ɛ]r</i> ¹⁰¹ (14 oc.)	<i>int[ɛ]rnacional</i> , 2 <i>int[ɛ]rmunicipal</i> , 1 <i>int[ɛ]r[i]stadual</i> , 1	<i>int[ɛ]rnacional</i> , 6 <i>int[ɛ]rmédio</i> , 1 <i>int[ɛ]rligam</i> , 1 <i>int[ɛ]rrupção</i> , 1 <i>int[ɛ]rplanetária</i> , 1
<i>pr[ɛ]–</i> (8 oc.)	<i>pr[ɛ]-natal</i> , 1 <i>pr[ɛ]-pr[ɔ]fissionalizante</i> , 1 <i>pr[ɛ]stabelecida</i> , 1	<i>pr[ɛ]-natal</i> , 2 <i>pr[ɛ]ssupõe</i> , 2 <i>pr[ɛ]visão</i> , 1
<i>s[i]–</i> (4 oc.)		<i>s[i]não</i> , 2 <i>s[i]quer</i> , 2
<i>sup[ɛ]r–</i> (8 oc.)	<i>sup[ɛ]rvisor</i> , 2 <i>sup[ɛ]rdifícil</i> , 1 <i>sup[ɛ]rm[ɛ]rcado</i> , 3	<i>sup[ɛ]rvisor</i> , 2
<i>vic[i]–</i> (3 oc.)	<i>vic[i]-diretor</i> , 2 <i>vic[i]-pr[i]sidente</i> , 1	

Do que se apresenta, isto é, da existência incerta do acento secundário, pode-se inferir que esses prefixos ora se integram no radical ora não. Entretanto, em todos os casos, a sua vogal se mantém inalterada. Como essa invariabilidade não contraria, em nenhum dos casos, os contextos previstos pelas regras estabelecidas em 2.1.2, a altura da vogal (a vogal da sílaba seguinte é [+alt] ou [+bx]) não fornece nenhuma pista sobre a integração do prefixo, porque pode perfeitamente ser interpretada tanto como conservação da vogal do morfema quanto como resultado da aplicação das regras.

Inversamente, cria-se a expectativa de que o grupo de prefixos em que a vogal varia, ao contrário do outro, se submeta às regras determinadoras da altura das pretônicas. Examinem-se os dados. Fazem parte desse grupo os prefixos: *co–*, *sobre–*, *de–*, *entre–*, *p[ɛ]r–* e *r[ɛ]–*.

¹⁰¹ Quando o prefixo é dissílabo, nem sempre o acento 2 recai sobre a mesma sílaba. Ex.: [ĩtɛristadu'aɪs] e [ĩtɛRnasyð'naw]; [ˌsupɛRdi'fisyu] e [su.pɛRvi'zo].

Com acento 2

co- (38 oc., *c[ɔ] :: c[u]*)

sobre- (14 oc., *s[o]br[i] :: s[o]br[e] :: s[u]br[i]*)

s[o]br[i]vivência, 1

s[o]br[i]viver, 1

s[o]br[e]viver, 2

s[o]br[i]carregam, 1

s[o]br[i]posta, 1

por- (3 oc., *p[o]r :: p[u]r*)

de- (82 oc., *d[i] :: d[ɛ] :: d[e]*)¹⁰³

Sem acento 2

c[ɔ]rd[ɛ]nador, 4¹⁰²

c[ɔ]piloto, 1

c[ɔ]p[ɛ]rativa, 20

c[u]rr[i]spondia, 1

c[ɔ]rr[e]spondência, 5

c[ɔ]rr[ɛ]sponder, 7

c[ɔ]rr[i]spondia, 1

s[o]br[e]vivência, 1

s[u]br[i]mesa, 1

s[o]br[i]tudo, 4 (adv)

s[o]br[i]camã, 1

s[o]br[i]ssaia, 1

p[o]rcentagem, 2

p[u]rcentagem, 1

d[i]baixo, 4

d[i]pressa, 9

d[i]vagar, 4

d[i]vagarinho, 1

d[i]vagarzinho, 1

d[ɛ]frente, 1

d[e]frente, 2

d[i]mais, 14

d[e]mais, 2

d[e]pois, 16

d[i]pois, 23

d[e]limita, 1

d[ɛ]f[ɔ]rmável, 1

¹⁰² Ocorrem também *c[ɔ:]rdenador*, *c[ɔ:]rdena* e *c[ɔ:]perativa*, casos em que o alongamento da vogal indica nitidamente que *co-* não está integrado no radical.

¹⁰³ Os casos em que a vogal se realiza como [e] em contextos não previstos pelas RCT-1 e 2, fixadas em 2.1.2, foram considerados interferências de outra ordem e serão tratados adiante como produtos de uma da *Regra variável de timbre* (cf. Cap. 3).

	<i>d[i]cifra</i> , 1
	<i>d[i]fumado</i> , 2
<i>des-</i> (47 oc., <i>d[i]s :: d[ɛ]s :: d[ɛ]s</i>) ¹⁰⁴	<i>d[i]scarta</i> , 1
	<i>d[i]sc[u]berta</i> , 1
	<i>d[i]sc[u]brir</i> , 2
	<i>d[i]sconto</i> , 2
	<i>d[i]sdobra</i> , 1
	<i>d[i]sfazer</i> , 1
	<i>d[i]sg[ɔ]star</i> , 1
	<i>d[i]sligar</i> , 2
	<i>d[i]sl[ɔ]cado</i> , 1
	<i>d[i]sm[ɔ]ralizado</i> , 1
	<i>d[i]snível</i> , 1
	<i>d[i]sp[ɔ]luir</i> , 1
	<i>d[e]spr[ɛ]paro</i> , 2
	<i>d[i]spr[ɛ]paro</i> , 1
	<i>d[i]spr[ɛ]zar</i> , 1
	<i>d[i]st[u]rcido</i> , 1
	<i>d[ɛ]sidratação</i> , 1
	<i>d[ɛ]s[ĩ]gata</i> , 1
	<i>d[e]s[ɛ]ducado</i> , 1
	<i>d[i]sacompanhado</i> , 1
	<i>d[i]s[ã]nimador</i> , 1
	<i>d[i]sidratado</i> , 2
	<i>d[i]s[ĩ]volver</i> , 5
	<i>d[i]s[ĩ]volvimento</i> , 2
	<i>d[i]senche</i> , 1
	<i>d[i]saparecer</i> , 10
	<i>d[i]suso</i> , 2
<i>entre-</i> (5 oc. <i>entr[i] :: entr[e] :: entr[ɛ]</i>) ¹⁰⁵	<i>entr[ɛ]laça</i> , 1
	<i>entr[e]vista</i> , 1
	<i>entr[i]vista</i> , 3

¹⁰⁴ Cf. nota anterior.

¹⁰⁵ Cf. nota 101.

per- (4 oc. *p[ɛ]r :: p[ɛ]r*)

p[ɛ]rfuração, 1
p[ɛ]rc[o]rrer, 1
p[ɛ]rc[ɔ]rrendo, 1
p[ɛ]rcurso, 1

re- (13 oc. *r[e] :: r[e]*)

r[e]c[ɔ]locar, 1
r[ɛ]fazer, 2
r[ɛ]m[ã]nejamento, 1
r[ɛ]n[ɔ]vação, 1
r[ɛ]pr[ɔ]duzir, 2
r[ɛ]pr[ɔ]dução, 1
r[ɛ]talhada, 1
r[ɛ]visores, 2
r[e]visores, 1¹⁰⁶
r[e]torno, 1

É difícil estabelecer generalizações a partir desses dados, principalmente porque eles, não sendo o centro desta pesquisa, não são suficientemente numerosos. Contudo algumas observações interessantes podem ser registradas.

A ausência quase total do acento secundário, que marca a preservação da estrutura fônica do prefixo, neste grupo, é uma delas. O único prefixo que porta esse acento é *sobre-*, que, na maioria das vezes (10 oc.), conserva inalteradas as vogais que o compõem: [o] da pauta das acentuadas e [i] das inacentuadas finais. Das ocorrências que fogem a esse padrão, três (*s[o]br[e]viver*, 2; *s[o]br[e]vivência*, 1) resultam de fatores que serão estudados adiante, no Capítulo 3, e uma única resulta da aplicação da *Regra variável de altura*, que, ainda assim, atua dentro dos limites morfemáticos: *s[u]br[i]+mesa*.

Entre os demais prefixos não há nenhum sobre o qual recaia o acento secundário. Assim se poderia esperar que as regras de pretônicas supramencionadas atuassem sobre eles.

Observe-se primeiramente o prefixo *co-*, que aparece com duas realizações, *c[ɔ]-* e *c[u]-*, das quais a última seguramente resulta da aplicação de regra de

¹⁰⁶ No contexto de vogal alta da sílaba seguinte, [e] é tratado como interferência morfológica da *Regra categórica de timbre* (cf. Cap. 3).

tação) antes da vogal alta, contexto que, como se viu na Tabela 5, admite a vogal baixa em 39,9% dos casos (cf. 2.1.1.2.1), embora a probabilidade maior seja a de realizar-se como alta (cf. 2.1.3.1.1, Tabela 9: P = 0,91). Além desse caso, *des-* só se realiza diferentemente, com [e], por interferência da RVT (cf. Cap. 3). Este é, pois, um prefixo que poderia figurar entre os do primeiro grupo, mas deve-se considerar essa realização com [ɛ] indício da possibilidade de se perder a barreira morfológica, e por consequência tornar-se [-ac].

Por analogia formal com a realização majoritária de *des-*, o radical numeral *dez-* se realiza com a vogal alta, o mesmo ocorrendo com a sequência fônica *dEs\$C*¹⁰⁷. Favorece a analogia o fato de a consoante da margem silábica esquerda ser alveolar (cf. 2.1.3.1.2.1, Tabela 12), consoante ([+ant +cor -lat]), que favorece a elevação de vogais [-rec]. Vejam-se os dados:

<i>dez-</i>	/ <i>dis</i> / \$ C
<i>d[i]zessete</i> , 3	<i>d[i]screver</i> , 5
<i>d[i]zesseis</i> , 6	<i>d[i]scrições</i> , 2
	<i>d[i]sfalque</i> , 1
	<i>d[i]sfalcaria</i> , 1
	<i>d[i]spachos</i> , 1
	<i>d[i]sputar</i> , 2
	<i>d[i]speito</i> , 1
	<i>d[i]spesa</i> , 1
	<i>d[i]sportivo</i> , 3
	<i>d[i]stacar</i> , 3
	<i>d[i]staque</i> , 1
	<i>d[i]stinar</i> , 2
	<i>d[i]stino</i> , 2

Escapam ao processo analógico:

<i>d[ɛ]cênio</i> , 1	<i>d[ɛ]stinar</i> , 1
	<i>d[e]stinar</i> , 10
	<i>d[e]stinação</i> , 3

¹⁰⁷ Esse fato, antigo na língua, está documentado em Feijó (1739, p. 265): “*Des e dis* são duas preposições de que se compõem muitas palavras que principiam por elas; e por isso causam dúvida de quando se há de escrever uma ou outra; e a cada passo se abusa delas na pronúncia e na escrita”.

Do mesmo modo como ocorreu com o prefixo, a sequência fônica $dEs\$C$ mostra uma realização com [ɛ] e 13 com [e]. Desses 13, somente um não foi emissão de um mesmo informante e pode ser caracterizado também como interferência da RVT (cf. Cap. 3).

O comportamento do prefixo *de-* é o mais irregular. Quando *de-* forma um advérbio, *debaixo*, *depressa*, *demais* etc., sua realização é majoritariamente $d[i]-$, ainda que comporte realizações variáveis, como $d[i]pois$, 23 :: $d[e]pois$, 16, ou mesmo categóricas, como $d[ɛ]fronte$. Parece que a realização com vogal alta corresponde a uma análise preposição+nome, o que se pode facilmente registrar, aliás, na escrita oscilante dos mal alfabetizados (entre *debaixo* e *de baixo*, *demais* e *de mais*). Tal análise tende a se desfazer quando o radical não é mais identificado pelo falante como forma livre de significado idêntico (como *pois* em $d[e]pois$, *fronte* em $d[ɛ]fronte$), caso em que *de-* não se realiza categoricamente como $d[i]-$.

Quando *de-* compõe um radical verbal, parece que se incorpora ao radical e permite a aplicação de todas as regras:

- a *Regra categórica de timbre*: $d[ɛ]limita$, $d[ɛ]/[ɔ]rmável$;
- a *Regra variável de elevação*: $d[i]cifra$, $d[i]fumado$.

Destaca-se aqui a irregularidade de comportamento dos prefixos. Pode-se dizer, acompanhando Bisol (1981, p. 37), que “quando o prefixo se incorpora de todo à palavra como se fora um sufixo ou quando tem perdido a sua origem, então a harmonização passa a atuar”. E acrescente-se, para a amostra de Salvador, que isso ocorre também com as regras de timbre.

Mas, ao contrário dos dados gaúchos, essa irregularidade não permitiu senão a observação da atuação dessas regras em casos particulares. A tentativa de quantificá-los mostrou-se pouco reveladora. Fica, portanto, apenas registrado que as regras estudadas neste trabalho só se aplicam se desaparece o limite de morfema entre o prefixo e o radical, o que permite que a vogal se torne [-ac], como ocorre, aliás, também com a barreira que separa o radical do sufixo. Essa observação confirma o formato das RCT e das RVE apresentadas (respectivamente, nas seções 2.1.2 e 2.1.3), que limitam a sua aplicação a vogais [-ac].

2.1.4.3 Os radicais prefixados

São examinadas neste ponto as vogais pretônicas do radical erudito que constitui o primeiro elemento do vocábulo composto – aqui referido como *radical prefixado*. A expectativa é a de que, como os prefixos, tais elementos tenham um comportamento variável, conforme o grau de integração no novo vocábulo. Dito de outro modo, espera-se que, como ocorre em outros dialetos, esses radicais não participem, pelo menos regularmente, das regras a que se submetem as pretônicas dos vocábulos simples. Aliás, pelo menos para os radicais latinos, Viana (1883, p. 43-44) descreve um padrão fixo: “No fim de uma palavra latina [e] ou [o] átonos se pronunciam [ɛ], [ɔ], quando essas palavras não sofrem acomodação ortográfica, por exemplo, *retro*, *ipso facto*, *maxime*, pron. r[ɛ]tro, ips[ɔ], fakt[ɔ], maksim[ɛ]”¹⁰⁸.

Mas é justamente no único registro, dentro do *corpus*, de um radical latino prefixado que se aplica a regra de timbre (RCT): em *loco+mover*, no qual a última vogal do radical latino se harmoniza em altura com a vogal do radical simples, isto é, copia dela o traço [-bx]. O mesmo ocorre com o radical grego *aero* em *aer[o]moça*.

Na verdade, somente uma ocorrência, a do radical *eletro* em [ɛ|ɛtru+dõ¹mɛjtiku], pode sugerir uma estrutura semelhante à do prefixo de duas sílabas, pela conservação do acento secundário e da vogal [u] da pauta das postônicas finais. Nos demais casos, de forma majoritária, não ocorre o acento secundário e as vogais desses radicais são compatíveis com os contextos vocálicos fixados pela *Regras de timbre* (cf. 2.1.2) e pela *Regra variável de elevação* (cf. 2.1.3). Quando a vogal contextual é [-alt -bx], como se viu acima nos casos de l[o]c[o]m[o]ver e aer[o]m[o]ça, a última vogal do radical prefixado (e a penúltima, se há) também é [-alt -bx].

Nos outros contextos fônicos, as vogais são baixas:

___ [a], [ɔ] ou [ɛ]
 f[ɔ]t[ɔ]grafia, 3
 hidr[ɔ]-vácuo, 1
 lit[ɔ]grafados, 1

¹⁰⁸ Para facilitar a leitura, a transcrição original foi substituída pelos símbolos do Alfabeto Fonético Internacional (*International Phonetic Alphabet* – IPA).

	<i>t[ɔ]p[ɔ]grafia</i> , 1
	<i>tip[ɔ]grafia</i> , 1
	<i>psic[ɔ]lógica</i> , 2
	<i>t[ɛ]l[ɛ]sp[ɛ]ctador</i> , 48
—	[i] ou [u]
	<i>astr[ɔ]l[u]gia</i> , 5
	<i>f[ɔ]t[ɔ]l[i]to</i> , 2
—	[ĩ]
	<i>t[ɛ]l[ɛ]f[õ]ne</i> , 3

No contexto de vogal alta registrou-se ainda um único, porém significativo, caso em que a *Regra variável de elevação* se aplica sobre uma vogal do radical prefixado: *pat[u]l[u]gia*.

Só se documentam três realizações que fogem a essas regras (*t[ɛ]l[ɛ]f[õ]ne*, *cin[e]sc[ɔ]pio* e *t[ɛ]cn[o]l[u]gia*), fato que perpassa todo o *corpus* e que se atribui à interferência da *Regra variável de timbre* (cf. Cap. 3).

A impressão que resta da observação desses dados é a de que, mais que os prefixos, os radicais eruditos se submetem ao conjunto de regras que determinam a altura das pretônicas. Como se verificou antes – e aqui se comprova com a única ocorrência de *t[ɛ]l[ɛ]tr[u]doméstico* –, essas regras só se aplicam se desaparece o limite de morfema. Daí seria possível concluir que os radicais se integram mais no vocábulo novo do que os prefixos. Entretanto não se pode ser conclusivo aqui, pois, salvo as ocorrências de *l[o]c[o]m[o]v[e]r*, *aer[o]m[o]ças* e *pat[u]l[u]gia*, de um lado, e *t[ɛ]l[ɛ]fone*, *cin[e]sc[ɔ]pio* e *t[ɛ]cn[o]l[u]gia*, de outro, todas as demais ocorrências (mais numerosas), em que se parece aplicar as regras de timbre, também podem ser vistas como casos de conservação da vogal-base, como se dá nos dialetos em que essas regras não operam. A aparente diferença entre as vogais dos prefixos e dos radicais prefixados pode, em suma, ser apenas decorrente do número limitado de dados deste *corpus*.

2.2 PRETÔNICAS EM OUTROS CONTEXTOS SILÁBICOS

Tomem-se agora para exame as pretônicas que não se encontram entre consoantes. Estas, por serem pouco numerosas, não foram submetidas ao programa computacional utilizado para o exame dos dados na seção anterior, mais precisa-

mente em 2.1.1 e 2.1.3. Por essa razão o tratamento estatístico dado a essa parte da amostra restringe-se a simples cálculos de percentagem.

As pretônicas, na presente seção, foram examinadas no início de palavra (em posição inicial absoluta) e em posição de hiato, se precedem ou seguem outra vogal, e, finalmente, as que fazem parte de ditongos.

2.2.1 Em posição inicial absoluta (#__C)

O funcionamento das pretônicas em posição inicial de palavra tem características muito particulares, ainda que, na variedade linguística aqui estudada, mantenha alguma semelhança com seu funcionamento em posição medial. Também não são idênticos os comportamentos de vogais não-recuadas e recuadas, o que impõe uma divisão da matéria.

2.2.1.1 Pretônicas não-recuadas

Entre as [-rec], a altura da pretônica depende inicialmente da consoante seguinte, isto é, se a sílaba é ou não fechada por /S/¹⁰⁹ ou se é aberta, deixando a vogal em contato com outras consoantes, que iniciam a sílaba subsequente.

2.2.1.1.1 Antes de /S/ implosivo

Nesse contexto, as vogais não-recuadas são quase sempre altas. Ex.: [i]staduais, [i]spécie, [i]scuro etc. Poucos são os registros de [-alt], como [ɛ]sgotam, [e]spelho, [e]xclusivo etc., o que sugere que não é alta a vogal básica.

Registrou-se nessa amostra um total de 454 vogais átonas não-recuadas no contexto #__S. Em 90,5% (411 oc.) delas /E/ se realizou como [i] e, em mais 36 casos (7,92%), como [y], perdendo o traço [+silábico], por formar ditongo com a vogal precedente de um grupo de força (Ex.: *O mapa fica arquivado* [nayʃ˜kɔla]), portanto conservando aí o traço [+alt]. Só nas sete emissões restantes (1,54%) é que a pretônica [-rec] se realizou como [-alt], mesmo assim duas delas apresentam variantes [+alt], que se realizam em maior número de vezes:

[ɛ]sgotam, 1

[e]sgoto, 1 :: [i]sgoto, 2

[e]spelho, 1

¹⁰⁹ Foneticamente [ʃ] ou [s], [ʒ] ou [z].

[e]specífico, 1 :: [i]specífico, 15

[e]xtemporâneo, 1

[e]xclusivo, 1

[e]xclusivamente, 1

A realização [-alt] não atinge nem 2% das vogais nesse contexto e poderia ser vista como traço de formalidade, numa situação em que a fala não é de todo distensa, dada a consciência dos locutores de serem objeto de observação. Mesmo assim, a escolha que fazem entre baixas e médias reflete tendências mais gerais, algumas fáceis de identificar. Por exemplo, a única realização baixa de /E/ – [ɛ]sg[ɔ]tam – se verifica no contexto de aplicação da RCT-3 antes de [ɔ] (cf. 2.1.2), enquanto a realização média em [e]sg[o]to e [e]sp[e]lho se justifica pela aplicação da RCT- 2 (antes de vogal média). Nota-se também a interferência da *Regra variável de timbre* na realização média de /E/ em [e]sp[ɛ]cífico, como se verificou em outras partes do *corpus* já analisadas.

Nova, nesses dados, é uma tendência de se realizar como [e] a vogal /E/ que precede, na representação ortográfica, um x, corresponda ou não a sequência *ex* ao prefixo ([e]xtemporâneo, [e]xclusivo, [e]xclusivamente)¹¹⁰. Em se tratando de uma amostra de falantes cultos, que naturalmente mantêm contato intenso com a representação escrita da língua, pode-se relacionar esse fato com a influência da ortografia. É possível, porém, que essa tendência minoritária (três ocorrências) tenha uma explicação histórica.

A regra que eleva o /E/ no contexto de #__S é muito antiga na língua e tem origem na vogal protética colocada, como ensina Naro (1973a, p. 39), “diante de grupos começados por *s* ‘impuro’”, remontando os primeiros registros ao terceiro século na Península Ibérica. Além disso, ela não atinge somente a maioria dos dialetos brasileiros mas também os de outras comunidades onde essa língua é falada.

Tendo isso em vista e considerando a proporção de segmentos altos, silábicos e não silábicos, dentro dessa parte do *corpus* (98,4%), parece justo propor como categórica (ou semicategórica) a regra que eleva as vogais átonas nesse contexto, pelo menos para o estilo distenso¹¹¹:

¹¹⁰ Essa tendência parece não ser exclusiva do dialeto de Salvador. Ela é observada por Marroquim (1945 [1934], p. 57) nos dialetos de Alagoas e Pernambuco, em que se estabelece a variação [e] :: [i] como em [i]xistência e [e]xistência.

¹¹¹ Cf. nota 41.

Regra Categórica de Elevação (RCE)

$$V \rightarrow [+alt] \quad / \# \text{ ____ } C \$$$

$\begin{bmatrix} -ac \\ -rec \end{bmatrix}$	/	$\begin{bmatrix} +cor \\ -soa \\ +cont \\ -son \end{bmatrix}$
---	---	---

Onde se lê: uma vogal pretônica não-recuada (portanto /E/) recebe o traço [+alt] – isto é, realiza-se como alta ([i]) – quando, em posição inicial absoluta, é seguida na mesma sílaba por uma consoante sibilante ou chiante surda [+coronal –soante +contínua –sonora] ([s] ou [ʃ]).

Exemplos: [i]scuro, [i]scola, [i]sp[ɛ]cie, [i]spelho, [i]stado.

2.2.1.1.2 Antes de outras consoantes

Diferentemente dos dialetos portugueses¹¹² e outros de além-mar – o do Ceilão, por exemplo (cf. NARO, 1973a, p. 40) – que estenderam a elevação de /E/ inicial átono ao contexto de qualquer consoante vizinha, a maioria dos dialetos brasileiros, e entre eles a variedade de Salvador, impõe limites à elevação quando a consoante subsequente não é /S/ pós-vocálico. Assim, pode-se pronunciar [i]xigente, mas pouco provavelmente *[i]feito e *[i]legante. Tais limites podem ser determinados na apreciação dos dados que se fará a seguir.

Na amostra colhida, a distribuição conforme a vogal da sílaba seguinte das ocorrências de /E/ em posição inicial absoluta parece, à primeira vista, guardar semelhança com as pretônicas no padrão CV(C), como se pode observar na Tabela 16¹¹³:

¹¹² Testemunha Viana (1883, p. 58): “[...] quando uma palavra começa por *e* (ou he) átono, este *e* se pronuncia $\underset{\cdot}{i}$ diante de uma palatal contínua, $\underset{\cdot}{i}$ diante de toda outra consoante; *elogio*, *esposo* se pronunciam $\underset{\cdot}{i}$ ljúju, $\underset{\cdot}{i}$ spôso.

¹¹³ Como, nesta seção, o número de dados em contexto de vogal nasal é reduzido, resolveu-se distinguir apenas vogais nasais altas e não-altas, considerando que foi essa a diferença pertinente encontrada.

Tabela 16: /E/ em posição inicial absoluta, seguida de fronteira silábica (#__ \$C)

	Não-recuadas					
	[i]		[e]		[ɛ]	
__ [i], [u]	75/122	61,5%	9/122	3,4%	38/122	31,1%
__ [e], [o]	0/14	-	13/14	92,3%	1/14	7,7%
__ [ɛ], [ɔ]	0/67	-	7/67	10,4%	60/67	89,5%
__ [a]	23/32	71,8%	2/32	6,2%	7/32	21,9%
__ [ĩ], [ũ]	0/1	-	0/1	-	1/1	100%
__ [ẽ], [õ], [ã]	2/61	3,3%	23/61	37,7%	36,61%	59%
Total	100/269	33%	54/296	18,2%	142/296	47,9%

Fonte: Elaborada pela autora.

Observando o total de frequência das pretônicas, verifica-se, em primeiro lugar, que, mesmo com dados bem reduzidos, predominam as baixas (47,9%) sobre as outras (33% de altas e 18,2% de médias) e que as médias representam, em ambos os contextos, a menor parte dos dados, repetindo o que ocorre no segmento do *corpus* relativo ao contexto C__(\$)C. Confirmam-se os índices no destaque das tabelas 4 e 16, feito a seguir:

	[i]		[e]		[ɛ]	
Tabela 16 #__ \$C	100/296	33%	54/296	18,2%	142/296	47,9%
Tabela 4 C__(\$)C	425/2092	20,3%	406/2092	19,4%	1261/2092	62,3%

Em segundo lugar, observe-se que se mantém quase a mesma distribuição constatada na Tabela 4. A pretônica se realiza como [i] preferencialmente no contexto de vogal alta da sílaba seguinte ([i]x**i**bia, [i]x**i**ste), embora possa assim se realizar também, e num percentual elevado (71,8%), antes de [a] ([i]x**a**ltada), considerado contexto inibidor, em 2.1.1.1. E realiza-se – salvos os casos excepcionais, presentes também no contexto C__(\$)C – sempre como média, [e], antes de vogais médias ([ɛ]l[e]itor, [ɛ]feito) e como baixa antes de qualquer outra vogal, inclusive alta ([ɛ]clipse, [ɛ]l[ɛ]mento, [ɛ]rrado, [ɛ]fêmero).

A semelhança acima apontada conduziria o observador apressado a concluir que é a vogal subsequente o fator mais importante, senão o único, a atuar nas regras das pretônicas em posição inicial absoluta, tal qual se afirmou para aquelas precedidas de consoante (cf. 2.1.2). Seria prematuro, porém, inferir desses dados numéricos as mesmas regras estabelecidas na seção 2.1 para as pretônicas

no contexto C__(\$)C (cf. 2.1.2 e 2.1.3). Um exame mais cuidadoso desta parte do *corpus* revela traços particulares, sugerindo uma nova descrição.

Veja-se em primeiro lugar o registro de realizações altas.

Dos 100 casos documentados, 75 ocorrem antes de vogal alta, que, como já se viu em 2.1.3.1.1.1, é o contexto mais favorável à elevação das pretônicas. Mas os 25 restantes ocorrem em outros contextos, inclusive os considerados desfavoráveis à RVE na seção 2.1. Nesse caso estão as 23 ocorrências de [i] antes de [a]. Examinem-se os dados:

___ [i], [u]	___ [a]	___ [Ṽ]
[i]ducação, 1	[i]xatamente, 17	[i]xemplo, 1
[i]xigente, 4	[i]xato, 5	[i]xame, 1
[i]xibe, 1	[i]xaltado, 1	
[i]xibia, 2		
[i]xige, 1		
[i]xiste, 38		
[i]xista, 1		
[i]xistia, 2		
[i]xistindo, 1		
[i]xistiu, 1		
[i]xistiram, 1		
[i]xistem, 22		

Nota-se, entre essas ocorrências, um contexto comum: com exceção de um deles ([i]ducação), todas as vogais iniciais precedem a consoante /z/, sempre grafada com *x*, da sílaba seguinte. Ainda que, dos 99 dados, 66 pertençam ao mesmo item lexical (*existir*), restam 33 ocorrências de outros, diversos. Daí se poderia concluir que é o contexto consonântico, e não o vocálico, como a comparação acima sugere, o promotor da elevação. A exemplo do que foi feito na seção anterior para casos como [i]scola, [i]stado, seria necessário formular uma regra categórica para descrever esses casos.

Entretanto, ampliando o exame desse segmento do *corpus*, verifica-se que não somente a realização alta não é categórica (embora majoritária) nesse contexto mas também que ela varia com a realização média ou baixa até no mesmo item lexical. Registraram-se:

___ [i]			
[i]xiste, 38	::	[e]xiste, 5	
___ [e]		[e]x[ε]cutor, 1	
		[e]x[ε]rce, 1	:: [ε]x[ε]rce, 2
			[ε]x[ε]rcício, 4
___ [a]			
[i]xatamente, 17	::	[e]xatamente, 1	:: [ε]xatamente, 1
[i]xato, 5	::	[e]xato, 1	
___ [ĩ]			
[i]xemplo, 1	::	[e]xemplo, 22	:: [ε]xemplo, 20

Observa-se ainda, quando a consoante subsequente é /z/, representada pela ortografia como *x*, e a vogal da sílaba seguinte é alta, que é elevado o número de ocorrências com esse traço e nulo o número de ocorrências com o traço [+bx], mostrando a atuação conjunta dos fatores. Por outro lado, o número de realizações baixas aumenta no contexto de vogais mais resistentes à elevação (i.e., antes de [+bx] e [-alt +nas] (cf. 2.1.3.1.1.1).

O fato novo, portanto, é que, embora em contextos vocálicos desfavorecedores, constata-se a elevação de /E/ variadas vezes se está presente o contexto #___\$z. Desse modo se pode concluir que o contexto consonântico de /z/ subsequente faz parte de uma regra variável que atinge as pretônicas em posição inicial absoluta. É um fator forte na elevação dessas vogais, e tão forte que foi possível elevá-las em 71,8% dos casos em que o contexto vocálico era [a]. O cruzamento entre esses dois fatores favoráveis à elevação, isto é, a consoante subsequente /z/ e vogal alta na sílaba seguinte, inibe completamente a variante baixa.

A atuação desse contexto na sincronia atual tem uma explicação histórica, fornecida por Naro (1973a, p. 39-41). Ele ensina que a elevação dessas vogais resulta de uma confusão entre *eis-* e *es-* (< *ex-*) e *ens-* (< *ĩns-*). As formas resultantes, *ens-* ou *enz-*, que substituíram facultativamente *ex-*, entraram “na alternância *en-* *in-*, produzindo formas como *inzemplo*, *inzame*”. A alternância entre as formas “nasalizada e levantada” é atestada pelos gramáticos dos séculos

XVI e XVII. A conclusão desse processo evolutivo foi a perda do traço nasal da vogal.

Essa análise, que tem respaldo em formas arcaicas e em formas modernas de dialetos populares, explica o favorecimento da elevação de /E/ no contexto de #__ \$Z, em vocábulos cuja ortografia lembra ainda a realização primitiva.

Examinem-se, agora, os dados, excluídos aqueles que forem seguidos de /z/. Nesse caso, a Tabela 16 se modifica sensivelmente:

Tabela 16': /E/ no contexto #__ \$C, excluídos os casos em que C = /z/

	[i]	[e]	[ɛ]
___ [i], [u]	1	4	38
___ [e], [o]	-	13	1
___ [ɛ], [ɔ]	-	5	54
___ [a]	-	-	6
___ [ĩ], [ũ]	-	-	1
___ [ẽ], [õ], [ã]	-	1	16
Total	1	23	116

Fonte: Elaborada pela autora.

A Tabela 16' põe em evidência a ausência quase absoluta de elevação da pretônica inicial no contexto das demais consoantes. O único caso registrado ([i]ducação) aparece com emissão [+bx] em quatro radicais derivados ([ɛ]ducadamente, 1; [ɛ]ducação, 2; [ɛ]ducacional, 1; [ɛ]ducativo, 3).

Essas observações conduzem, portanto, à conclusão de que, no contexto inicial, a regra variável de elevação de /E/ não pode ter a mesma descrição estrutural daquela já formulada em 2.1.3. Nessa posição dentro da palavra, ora em tela, a regra passa a ter um fator favorecedor – a consoante sibilante sonora – ausente na RVE, na sua última versão (cf. 2.1.3.1.3). Possivelmente a ampliação da amostra nessa direção levaria à descoberta de outros fatores favoráveis. Partindo apenas do material ora disponível, a *Regra variável de elevação* de vogais pretônicas em posição inicial absoluta pode ser provisoriamente formulada como:

Regra Variável de Elevação 3 (RVE-3) – versão provisória

V	→ [+alt] / # ___\$	C	V
[-ac -rec]		[-soa +cont +cor +ant +son]	<+alt >

Onde se lê: uma vogal pretônica não-recuada (portanto /E/) tem mais probabilidade de realizar-se como alta ([i]) quando, em posição inicial absoluta, é seguida de uma consoante sibilante sonora, [-soante +contínua +coronal +anterior +sonora], pertencente à sílaba vizinha que contém uma vogal alta.

Exemplos: [i]xibida, [i]xata, [i]xame.

Outro fato posto em evidência pela Tabela 16' refere-se à atuação das *Regras categóricas de timbre* sobre as pretônicas em posição inicial.

Pode-se verificar que /E/ se realiza majoritariamente como [+bx] em todos os contextos, exceto um: antes de vogal [-bx], em que se realiza com o mesmo traço. Na maioria das vezes, portanto, aplicam-se as *Regras categóricas de timbre*: RCT-2 para as realizações [-bx] e RCT-3 para as realizações [+bx] antes referidas (cf. 2.1.2).

Fogem, porém, a essas regras algumas ocorrências.

A primeira “exceção” à RCT-2 ([ɛ]/[ey]toral: [ɛ] antes de [e]) tem uma única ocorrência ao lado de outras emissões que obedecem às *Regras de timbre* ([e]/[ey]toral, 1; [e]/[ey]ção, 5; [e]/[ey]tores, 2) às quais se aplica a RCT-2, e ao lado de [ɛ]/[ey]toral, 1 e [ɛ]/[ey]ção, 1, em que se aplica a RCT-3. Conclui-se daí que esse dado ([ɛ]/[ey]toral) pode ser explicado por um dado do desempenho, que encontra apoio na tendência antiga da língua de tornar baixa a pretônica /E/ que precede /l/.

Os outros casos seriam “exceções” à RCT-3, isto é, são ocorrências de [e] em contextos em que essa regra produziria [ɛ]. Distinguem-se aí dos grupos de dados:

- a) [e]xc[ε]dente, 2
 [e]xc[ε]lência, 1
 [e]xc[ε]pcionalidade, 1 :: [ε]xc[ε]pcionais, 2
 [e]xc[ε]sso, 1 :: [ε]xc[ε]sso, 1
- b) [e]quilíbrio, 2
 [e]videntemente, 2
 [e]conomista, 1

No grupo (a) estão vocábulos em que /E/ inicial é seguido de /s/ da sílaba vizinha (___\$s), consoante cuja representação gráfica é, por razão histórica, sempre *xc*. Como se admitiu anteriormente para a realização de *extemporâneo*, *exclusivo* e *exclusivamente* (cf. 2.2.1.1.1), supõe-se que a superficialização [-bx] dessa vogal se deva, sincronicamente, à interferência da ortografia sobre a fala de pessoas cultas, numa analogia com o prefixo *ex-*, pois que /E/ inicial no mesmo contexto fônico (#___\$s) não resulta sempre numa emissão [-bx], como se constata em palavras do tipo [ε]ssencial (1 oc.). A comprovação disso, porém, só se faria no confronto desse dado com os de analfabetos, em que essa analogia não se pudesse verificar. Registra-se a favor dessa hipótese a variação permitida em dois dos itens lexicais: [e]xc[ε]pcionalidade :: [ε]xc[ε]pcionalidade; [e]xc[ε]sso :: [ε]xc[ε]sso.

O segundo grupo (b), minoritário, representa 9,3% (4/43) dos dados no contexto ___ [i], [u] e parece resultar da interferência da RVT, que atua sobre todo o *corpus* e que será examinada no próximo capítulo.

Do que se viu, em posição inicial não se aplica a RVE tal como formulada na seção 2.1. Ao conjunto de regras já formulado (cf. 2.1.3.1), incluem-se: uma *Regra categórica de elevação* (RCE) que transforma o /E/ inicial em [i] quando esta vogal precede /S/ implosivo (cf. 2.2.1.1.1); e uma *Regra variável de elevação* (RVE-3) que favorece a elevação do /E/ inicial quando essa vogal é sucedida pela consoante sibilante sonora /z/.

Alarga-se também o contexto das *Regras categóricas de timbre* 2 e 3, que admite, a partir de agora, a ausência de uma consoante antes da vogal sobre a qual atua, se esta é [-recuada]. Para registrar essa diferença no contexto de /E/, a

RCT-2 e a RCT-3 devem ser modificadas a fim de distinguir os contextos de /E/ e de /O/. Veja-se a seguir:

Regra Categórica de Timbre 2 (RCT-2) – segunda versão

$$\begin{array}{c}
 \text{a) } V \rightarrow [-bx] / \# (XC_1) _ C_1 \quad V \\
 \left[\begin{array}{c} -ac \\ -alt \\ -rec \end{array} \right] \qquad \qquad \qquad \left[\begin{array}{c} -alt \\ -bx \\ -nas \end{array} \right]
 \end{array}$$

Condição: X não pode conter acento 1.

Onde se lê: uma vogal pretônica não-alta e não-recuada (portanto /E/) recebe o traço [-bx] – isto é, realiza-se como média ([e]) – quando, figurando em posição inicial absoluta ou depois de uma ou duas consoantes, tem, na sílaba seguinte, uma vogal média não-nasal, da qual está separada por, pelo menos, uma consoante.

Exemplos: [e]l[e]itor, [e]feito, [e]spelho, c[e]rveja.

$$\begin{array}{c}
 \text{b) } V \rightarrow [-bx] / XC_1 _ C_1 \quad V \\
 \left[\begin{array}{c} -ac \\ -alt \\ +rec \end{array} \right] \qquad \qquad \qquad \left[\begin{array}{c} -alt \\ -bx \\ -nas \end{array} \right]
 \end{array}$$

Condição: X não pode conter acento 1.

Onde se lê: uma vogal pretônica não-alta e recuada (portanto /O/) recebe o traço [-bx] – isto é, realiza-se como média [o] – quando, figurando entre duas consoantes, tem, na sílaba seguinte, uma vogal média não-nasal da qual está separada por, pelo menos, uma consoante.

Exemplos: c[o]rreio, c[o]reto, c[o]roa.

Regra Categórica de Timbre 3 (RCT-3) – segunda versão

$$\text{a) } V \rightarrow [+bx] \quad / \# (XC_1) \text{ ___ } C_1 V$$

$$\begin{bmatrix} -ac \\ -alt \\ -rec \end{bmatrix}$$

Condição: X não pode conter acento 1.

Onde se lê: uma vogal pretônica não-alta e não-recuada (portanto /E/) recebe o traço [+bx] – isto é, realiza-se como baixa ([ɛ]) – quando figura em posição inicial absoluta ou entre duas consoantes, antes de qualquer vogal, exceto as que formam contexto para as regras 1 e 2 (regra *elsewhere*).

Exemplos: [ɛ]l[ɛ]mento, [ɛ]fêmero, [ɛ]clipse, ap[ɛ]lar.

$$\text{b) } V \rightarrow [+bx] \quad / XC_1 \text{ ___ } C_1 V$$

$$\begin{bmatrix} -ac \\ -alt \\ +rec \end{bmatrix}$$

Condição: X não pode conter acento 1.

Onde se lê: uma vogal pretônica não-alta e recuada (portanto /O/) recebe o traço [+bx] – isto é, realiza-se como baixa ([ɔ]) – quando figura entre duas consoantes e precede qualquer outra vogal, exceto as que formam contexto para as regras 1 e 2 (regra *elsewhere*).

Exemplos: esp[ɔ]rtivo, m[ɔ]lusco, n[ɔ]vela, c[ɔ]l[ɔ]cação, c[ɔ]rrente.

Essas regras são ordenadas antes da RCE formulada em 2.2.1.1.1, e a saída delas constitui os dados de entrada da outra.

2.2.1.2 Pretônicas recuadas

A descrição das vogais recuadas em posição inicial absoluta se apresenta extremamente mais simples. Os dados disponíveis se distribuem na Tabela 17, a seguir:

Tabela 17: /O/ em posição inicial absoluta (#__ \$C)

	[u]	[o]	[ɔ]	Total
__ [i], [u]	-	4	60	64
__ [e], [o]	-	2	-	2
__ [ɛ], [ɔ]	-	2	45	47
__ [a]	-	-	39	39
__ [ĩ], [ũ]	-	-	3	3
__ [ẽ], [õ], [ã]	-	-	22	22
Total	-	8	169	177

Fonte: Elaborada pela autora.

Desse conjunto de dados uma conclusão se impõe imediatamente: não se aplica qualquer regra que eleve a vogal recuada em início de palavra. Dos 177 dados nenhum corresponde à vogal [+alt], embora se tenha registrado 67 vezes o contexto em que essa realização seria favorecida, se a vogal estivesse no padrão silábico CV(C), isto é, o contexto de vogal alta (oral ou nasal) da sílaba subsequente.

A Tabela 17 aponta, mais uma vez, para a preferência pela vogal [+bx]. Observe-se que 169 das 177 vogais pretônicas documentadas são variantes baixas, por exemplo: [ɔ]pinião, 2; [ɔ]orquestra, 1; [ɔ]casião, 5; [ɔ]rdinário, 1; h[ɔ]menagem, 1. Note-se, porém, que se preserva o contexto da RCT-2: nos dois únicos casos em que /O/ precede vogal [-alt -bx], ele se realiza com esses traços ([o]r[e]lha, 1 e [o]p[o]rtuno, 1).

A emissão baixa, [ɔ], ocorre em 96,6% das vezes, mas nunca antes de vogal média. A RCT-3 deixa de se aplicar em apenas seis realizações, quatro no contexto de vogal [+alt] e duas no contexto de vogal [+bx] da sílaba subsequente:

[o]b(i)ter, 1 ¹¹⁴ e [o]b(i)tém, 1	mas	::	[ɔ]b(i)tendo, 1
[o]cupou, 1		::	[ɔ]cupam, 1
[o]riente, 1		::	[ɔ]riente, 1
[o]p[ɔ]rtunidade, 1		::	[ɔ]p[ɔ]rtunidade, 9
h[o]nesto, 1		::	h[ɔ]nesto, 1

Como se vê, nos contextos acima mencionados, a cada realização de [o] corresponde pelo menos uma de [ɔ] no mesmo lexema. Dados minoritários que aparecem em todo o *corpus* como exceção e que privilegiam a variante [-bx] parecem participar da RVT, que se discutirá mais adiante (cf. Cap. 3).

Resulta do exame dos dados referentes à vogal [+recuada], portanto, o alargamento das *Regras de timbre*, que à vogal em posição inicial também deverão se aplicar. Desse modo, simplifica-se a segunda versão da RCT-2 e RCT-3, proposta na seção passada, para:

Regra Categórica de Timbre 2 (RCT-2) – terceira versão

$$a) V \rightarrow [-bx] / \# (XC_1^2) __ C_1 \quad V$$

-ac	-alt	αrec	αarr	::	-alt	-bx	-nas
-----	------	------	------	----	------	-----	------

Condição: X não pode conter acento 1.

Onde se lê: uma vogal pretônica não-alta, ou recuada e arredondada ou não-recuada e não-arredondada (portanto /O/ ou /E/, respectivamente), realiza-se

¹¹⁴ Admite-se aqui a existência da vogal subjacente /i/, considerando-se os argumentos de Câmara Jr. (1970, p. 47): “Em primeiro lugar, quando a primeira consoante vem depois da sílaba tônica, a sua redução não é menor do que a que sofre a vogal postônica /i/, não-final, das proparoxítonas. Um vocábulo como *rpto* só se distingue de *rápido* pelo caráter surdo e sonoro, respectivamente, da última consoante [...]. Em segundo lugar, mesmo quando pretônico, a redução do /i/ é precária e incoerente. Um nome próprio como *Djalma*, bastante generalizado entre nós, é conscientemente pronunciado /di'ʒalma/, e na própria métrica, onde a convenção é não contar aí uma sílaba separada, entre os nossos melhores poetas, essa contagem frequentemente se faz, como já observou Sousa da Silveira”.

como média ([o] ou [e]) quando, em posição inicial absoluta ou depois de uma ou duas consoantes, tem na sílaba seguinte uma vogal [-alt -bx -nas], ou seja, [o] ou [e], da qual se separa por, pelo menos, uma consoante.

Exemplos: c[o]rreio, [o]relha, j[o]coso, h[o]rror, [e]feito, c[e]rveja, r[e]boco, [e]rrou.

Regra Categórica de Timbre 3 (RCT-3) – terceira versão

a) V → [+bx] / # (XC₁) ____ C₁ V

-ac
-alt
αrec
αarr

Condição: X não pode conter acento 1.

Onde se lê: uma vogal pretônica não-alta, ou recuada e arredondada ou não-recuada e não-arredondada (portanto /O/ ou /E/, respectivamente), realiza-se como baixa ([ɔ] ou [ɛ]) quando figura em posição inicial absoluta ou entre duas consoantes e precede qualquer outra vogal, exceto as que formam contexto para as regras 1 e 2 (regra *elsewhere*).

Exemplos: [ɔ]pinião, [ɔ]rquestra, [ɔ]casião, h[ɔ]menagem, esp[ɔ]rtivo, [ɛ]clipse, [ɛ]/[[ɛ]mento, [ɛ]tária, [ɛ]fêmera, ap[ɛ]lar.

2.2.2 Pretônicas nos contextos ____V e V____

As regras até aqui formuladas para descrever a altura das pretônicas (RCT, RVE e RCE) tinham como elemento obrigatório do contexto uma ou mais consoantes entre a vogal em foco e a vogal contextual.

Nesta seção do trabalho serão examinados os casos em que segmentos vocálicos estão reunidos numa sequência fônica. São, portanto, alvo da presente discussão os hiatos e os ditongos. Embora o número de dados obtidos nas oito horas de gravação deste *corpus* não permita uma descrição conclusiva dessas sequências, é possível observar se elas, em posição pré-acentuada, sofrem a ação das mesmas regras. Em outras palavras, é possível verificar se o elemento conso-

nântico entre a pretônica e a vogal contextual é, ou não, obrigatório na descrição estrutural das referidas regras.

2.2.2.1 Hiatos

A elevação das vogais médias dos hiatos foi um fato comum no português medieval e remonta ao latim vulgar. Isso está fartamente documentado desde o *Apendix Probi*, mas ainda se encontra mencionado nas recomendações, por exemplo, de Lião (1576), de Pereyra (1666) e de Sousa (1804). A título de ilustração, veja-se a recomendação deste último em sua *Gramática portuguesa*: “As letras que mais se confundem são o /E/ com o I, e o /O/ com o U, principalmente quando são seguidas de alguma voz aguda, como por exemplo nos verbos *Cear* e *Moer*, pode duvidar-se das primeiras vogais e se deve escrever antes *Ciar* e *Muer* [...]” (SOUSA, 1804, p. 236).

Para examinar o comportamento das pretônicas [–alt], /O/ e /E/, na sequência VV na língua contemporânea, considere-se inicialmente a primeira vogal, visto que, na sequência VC₁²V, tratada nas seções precedentes, a segunda serve de contexto para a primeira. Distinga-se também essa vogal pela zona de articulação: se a primeira vogal é [–rec] ou [+rec]. Finalmente, observe-se se a segunda vogal, a vogal contextual, é acentuada ou não-acentuada.

2.2.2.1.1 A primeira vogal da sequência

Essas vogais se realizam na amostra coletada como alta, média ou baixa, variando em alguns casos até no mesmo vocábulo:

<i>r[ia]lmente</i> , 1	::	<i>r[ea]lmente</i> , 1	::	<i>r[ea]lmente</i> , 75
<i>pess[ua]l</i> , 17	::	<i>pess[oa]l</i> , 1	::	<i>pess[ɔa]l</i> , 1

A questão que se coloca é a de que fatores interferem para que, nesse contexto, deixe de se realizar a elevação, tão antiga na língua. De outro modo: pergunta-se se as regras que distribuem os traços [bx] e [alt] são as mesmas que vigoram no contexto de C ___ C₁². Partindo dessa questão, os dados são distribuídos abaixo, na Tabela 18¹¹⁵, conforme a altura da segunda vogal, que, para a RCT, é contexto obrigatório e para a RVE é o contexto mais atuante.

¹¹⁵ Foram retiradas dessa tabela: as ocorrências de *realmente*, realizadas com [ia], 1 vez, com [ea], 1, e com [ea], 75, conforme decisão exposta em 2.1.1 sobre itens cuja vogal pré-acentuada

Tabela 18: Primeira vogal do hiato

	Recuada /O/			Não-recuada /E/		
	[u]	[o]	[ɔ]	[i]	[e]	[ɛ]
___ [u], [i]	5	2	1	-	4	9
___ [o], [e]	1	1	-	-	2	-
___ [ɔ], [ɛ]	4	-	-	1	-	13
___ [a]	31	1	5	34	3	27
___ [ũ], [ĩ]	-	-	-	-	-	13
___ [õ], [ẽ], [ã]	7	-	1	1	-	1
Subtotal	48	4	7	36	9	63
%	81,3%	6,8%	11,9%	33,3%	8,3%	58,3%
Total	59			108		

Fonte: Elaborada pela autora.

O exame das colunas que registram os dados de elevação leva às seguintes observações. A primeira é que [u] ocorre 48 vezes, correspondendo a 81,3% das recuadas em hiatos, enquanto a variante [i] ocorre menos: 36 vezes, equivalendo a apenas 33,3% do total de pretônicas não-recuadas. Esses percentuais de elevação da pretônica superam, pois, os aferidos na Tabela 4 para essas vogais em contexto $C_C_1^2$ (24,9% para [u] e 20,3% para [i]), e superam em muito quando se trata da vogal [+rec].

Nota-se também a superioridade de elevação de vogais recuadas [u] sobre as não-recuadas registrada na Tabela 18, que não se restringe, porém, às vogais em hiato. Registre-se que ela vem se repetindo ao longo deste trabalho em outros contextos (cf., por exemplo, os índices de elevação nas tabelas 4 e 5). Como já se disse antes, é possível que essa diferença encontre explicação na distância articulatória entre as variantes não-altas e as variantes altas correspondentes, conforme o demonstrou Jones (1957) no seu diagrama (cf. 2.1.3.1.1.2). Assim, admitiu-se, provisoriamente, a hipótese de que a elevação das variantes recuadas seria facilitada pelo fato de a distância articulatória entre elas ser menor do que entre as não-recuadas.

Outra observação é que a elevação de ambas as vogais, recuadas e não-recuadas, se concentra antes de [a], contexto que, para as pretônicas no padrão

mantém-se inalterada em mais de 20 ocorrências na amostra; as ocorrências de *her*[ɔ'i]smo, 1, *ant*[i'õ]ntem, 1 e *trezan*[i'õ]tem, 1, porque já se viu que entre as duas vogais da sequência há uma barreira morfológica que tende a preservar a vogal da sílaba final do primeiro elemento da composição (cf. 2.1.4.1 e 2.1.4.3).

C__ (C), se mostrou o mais adverso à RVE (cf. 2.1.3.1.1). Esse constitui um fato singular, mas que encontra uma possível justificativa na história da língua. É Naro (1973b) que a fornece, buscando explicar a mudança de vogais médias em altas nos hiatos latinos (*áo > áu, óá > uá, eá > ia, eó > ió* etc.) a que ele se refere como “a lei Oliveira”, em homenagem ao mais antigo gramático português, Fernão de Oliveira, primeiro a mencionar o fato:

Embora seja impossível traçar acuradamente a história dessa regra, podemos especular que começou como uma dissimilação de vogais médias para altas antes da vogal baixa **a**, mais tarde vindo a se aplicar antes de qualquer vogal pela perda do traço [+baixo] do contexto. A regra é muito bem atestada para o latim vulgar pelo *Apendix Probi* e muitas inscrições. (NARO, 1973b, p. 61)

No que se refere às variantes [-alt -bx] ([o] e [e]) e às variantes [+bx] ([ɔ] e [ɛ]), verifica-se, apesar do número reduzido de dados, uma certa coincidência com o que se constatou para as pretônicas entre consoantes (cf. 2.1.2), o que será visto adiante.

Para melhor examinar as ocorrências contidas na Tabela 18, imponha-se aos dados uma divisão, separando-se na Tabela 18' as pretônicas /E/ e /O/ no contexto de vogal acentuada (*clar*[i'a]r, *m*[u'i]da) e de vogal inacentuada (*gramp*[ia]dor, *pr*[ui]bição), isto é, as sequências em que a segunda vogal do hiato é acentuada, daquelas em que ambas são inacentuadas:

Tabela 18': Primeira vogal do hiato em contexto acentuado e não-acentuado

	recuada /O/						não-recuada /E/					
	___ [V -ac]			___ [V +ac]			___ [V -ac]			___ [V +ac]		
	[u]	[o]	[ɔ]	[u]	[o]	[ɔ]	[i]	[e]	[ɛ]	[i]	[e]	[ɛ]
___ [i], [u]	4	2	1	1	-	-	-	1	7	-	3	2
___ [e], [o]	1	-	-	-	1	-	-	2	-	-	-	-
___ [ɛ], [ɔ]	-	-	-	4	-	-	-	-	12	1	-	1
___ [a]	6		4	25	1	1	3	2	21	31	1	6
___ [ī], [ū]	-	-	-	-	-	-	-	-	7	-	-	6
___ [ĩ]	1	-	-	6	-	1	-	-	-	1	-	1
Subtotal	12	2	5	36	2	2	3	5	47	33	4	16
Total	19			40			55			53		
	59						108					

Fonte: Elaborada pela autora.

Essa nova distribuição dos dados mostra fatos interessantes, que poderão tornar mais claras questões discutidas anteriormente.

Um dos pontos dessa análise é a diferença na proporção de elevação de /O/ e de /E/, que aparece na Tabela 18 e que se atribuiu a uma distinção articulatória. Separando os dados de acordo com o acento da vogal contextual, verifica-se que essa diferença no contexto de vogal acentuada não é tão grande. Torna-se menor do que aquela que se depreendeu antes de se estabelecer essa divisão da amostra (81,3% para [u] e 33,3% para [i]). Veja-se a comparação abaixo:

	[u]	[i]
___ [V -ac]	63,1% 12/19	5,4% 3/55
___ [V +ac]	90% 36/40	62,3% 33/53

Note-se que a maior diferença se concentra no baixo índice de elevação de /E/ no contexto de vogal [-ac] (5,4%) em relação à elevação de /O/ no mesmo contexto (63,1%). No contexto de vogal [+ac] a vogal [-rec] não apresenta índice tão baixo de elevação (62,3%), embora ainda bem inferior ao da vogal [+rec], que é de 90%.

Essa observação pode introduzir uma novidade na análise das pretônicas, uma vez que se tinha concluído da irrelevância do traço [+ac] da vogal contextual nas regras que atingem essas vogais no padrão CV(C) (cf. 2.1.1.1). Ela, contudo, também pode conduzir à hipótese de que a pretônica em hiato se submeta a outro conjunto de regras.

Uma rápida consulta ao *corpus* permite uma interpretação do primeiro fato. A explicação para a aparente diferença entre o contexto acentuada e não-acentuada pode estar no *corpus*. Por uma coincidência inexplicável, um grande número de vogais [-rec] em contexto de vogal [-ac] aparece precedido de consoante uvular ou lateral (*r[ɛa]gir*, *l[ɛɔ]pardo*), que, como se viu em 2.1.3.1.2.1, no estudo da pretônica no padrão CV(C), são fatores altamente inibidores da regra de elevação. Em 36 das 55 ocorrências de /E/ no contexto de não-acentuadas, esses fatores estão presentes (*r[ɛa]gir*, 2; *r[ɛa]lidade*, 5; *r[ɛa]leza*, 1; *r[ɛa]liza*, 6; *r[ɛa]lizado*, 2; *r[ɛa]lizações*, 1; *r[ɛa]ção*, 2; *r[ɛu]nia*, 2; *r[ɛu]nião*, 4; *r[ɛũ]nião*, 6; *r[ɛu]nir*, 1; *r[ɛu]niram*, 1; *l[ɛɔ]pardo*, 3), o que justificaria o baixo índice de elevação (5,4%). Ao contrário, no contexto de vogal [+ac], /R/ precede /E/ em apenas oito de suas 53 ocorrências (*irr[ɛ'a]l*, 1; *r[ɛ'a]l*, 1; *r[ɛ'ũ]nam*, 1; *r[ɛ'ũ]nem*, 5), nas quais nunca se realiza a elevação do /E/. Diante desses fatos, a hipótese que se coloca é

a de que também para as pretônicas no contexto ___\$V as consoantes uvulares e laterais funcionem como fatores inibidores da elevação de /E/ e, portanto, o traço [+ac] também seja irrelevante à aplicação da regra nesse contexto.

Essa interpretação dos dados parece, entretanto, insuficiente, uma vez que ela não explica por que razão o fenômeno se repete com a vogal recuada, antes da qual não ocorre nenhuma daquelas consoantes. Em outras palavras, falta explicar por que a variante [u] é mais frequente no contexto de vogal acentuada (90%) do que de não-acentuada (63,1%).

De fato, registram-se apenas 12 ocorrências de [u] (*pr[ui]bido*, 2; *emp[ue]rado*, 1; *raz[ua]velmente*, 1 etc.) antes de vogal não-acentuada, mas 36 antes de vogal [+ac] (*m[u'i]da*, 3; *t[u'a]lha*, 3; *pess[u'a]l*, 17 etc.). Do mesmo modo, só se documentam três ocorrências de [i] quando a vogal contextual é inacentuada (*gramp[ia]dor*, 1; *t[ia]trólogo*, 1; *pent[ia]deira*, 1) e 33 quando a vogal é acentuada (*s[i'a]ra*, *t[i'a]tro*, *clar[i'a]r* etc.). Assim, a par da interferência contrária à elevação da primeira vogal do hiato que as consoantes /l/ e /R/ possam exercer sobre /E/, a repetição do fato com a variante /O/ leva à conclusão de que se deverá buscar outra explicação para que o índice maior de elevação da primeira vogal do hiato esteja relacionado com o traço [+ac] da segunda vogal.

Há então que se considerar outro lado da questão. Note-se: o traço [ac] da segunda vogal do hiato cria duas situações: uma, em que todo o hiato está em posição pré-acentuada (*gramp[ia]dor*, *pent[ia]deira*, *t[ia]trólogo*) e outra em que só a primeira vogal está nessa situação (*t[i'a]tro*, *s[i'a]ra*, *t[u'a]lha*, *m[u'i]da*). É no primeiro caso que o número de elevações é menor, ou seja, quando ambas as vogais do hiato são pré-acentuadas. Observando bem os dados, verifica-se que todas as vezes em que há elevação da primeira vogal desse hiato, tem-se, em uma das formas da família do vocábulo, esta sequência de vogais na segunda situação (primeira vogal não-acentuada e segunda acentuada). Confira-se isso:

<i>gramp[ĩã]dor</i>	/	* <i>gramp[ĩ'a]r</i> ¹¹⁶	<i>pr[ũi]bido</i>	/	* <i>pr[ũ'i]bo</i>
<i>pent[ĩã]deira</i>	/	* <i>pent[ĩ'a]r</i>	<i>pr[ũi]bição</i>		
<i>t[ĩã]trólogo</i>	/	<i>t[ĩ'a]tro</i>	<i>emp[ũẽ]rado</i>	/	* <i>p[ũ'e]ra</i>
			<i>raz[ũã]velmente</i>	/	* <i>raz[ũ'a]vel</i>

¹¹⁶ De acordo com a convenção adotada, as formas precedidas de asterisco não foram documentadas no *corpus* deste trabalho. Entretanto é pacífica a realização fônica aqui atribuída a elas nos dialetos conhecidos, particularmente no que ora se estuda, como se verificou na seção anterior.

<i>esc[ũă]mento</i>	/	* <i>esc[ũ'a]r</i>
<i>disco-v[ũă]dor</i>	/	* <i>[vũ'a]r</i>
<i>j[ũăw]zinho</i>	/	* <i>j[ũ'ã]o</i>

Parece, pois, que a regra de elevação dos hiatos tem uma peculiaridade: não se aplica quando ambas as vogais estão em posição pré-acentuada. A elevação documentada em *gramp[ia]dor*, *pent[ia]deira* e *t[ia]trólogo* se explica pela conservação, nesses derivados, do acento secundário, como se concluiu em 2.1.4.1.5. A regra de elevação dos hiatos, tratada por Naro (1973b), não prevê essa restrição, mas em todo o exemplário usado não há um único dado em que ambas as vogais do hiato estejam na posição pré-acentuada, embora haja casos em que ambas ocorram depois do acento. Daí, deve-se concluir que a hipótese mais razoável é a de que os fatos documentados no *corpus* de Salvador resultem desse quadro histórico.

Volte-se, agora, a observar a Tabela 18, considerando as colunas com as realizações de [o], [ɔ], [e], [ɛ], que representam os dados que escapam à regra de elevação dos hiatos. Os dados mais abundantes são os da sequência que se inicia por uma vogal [-rec]. Nesse caso predomina a vogal [+bx] ([ɛ], que ocorre 63 vezes) sobre a [-bx] ([e], que ocorre apenas nove vezes).

Aa realizações baixas têm sempre os contextos previstos pela RCT-3 (cf. 2.1.2), como atestam os exemplos:

antes de vogal alta	<i>r[ɛu]nião, 4</i>	<i>v[ɛ'i]culo, 2</i>
	<i>r[ɛũ]nião, 6</i>	<i>r[ɛũ]nia, 2</i>
	<i>r[ɛu]niam, 1</i>	<i>r[ɛu]nir, 1</i>
	<i>r[ɛu]niram, 1</i>	
antes de vogal baixa	<i>pr[ɛɔ]cupa, 3</i>	<i>g[ɛ'ɔ]logo, 1</i>
	<i>r[ɛa]liza, 6</i>	<i>id[ɛ'a]l, 3</i>
antes de vogal nasal não-alta	<i>oc[ɛ'ã]no, 1</i>	

pess[ɔa]l, 1
pess[ɔa]lmente, 2
p[ɔ'ẽ]te, 1

As duas únicas ocorrências de vogais médias documentadas em contexto de vogal alta (*pr[oi]bido*, *pr[oi]bição*) têm uma variante baixa (*pr[ɔi]bido*). Parecem, então, como *v[e'i]culo* e *r[eu]nião*, acima referidos, produtos da RVT, já muitas vezes mencionada.

Em síntese, tudo indica que, no dialeto aqui estudado, a regra que eleva a primeira vogal do hiato tem uma restrição (não se aplica quando a segunda vogal é [-ac]), possivelmente desde a fase arcaica da língua, e na contemporaneidade tende a ser uma regra variável, já que não se aplica a todos os itens do *corpus*. A insuficiência dos dados coletados não permite concluir sobre os fatores que interferem na elevação da primeira vogal do hiato e constitui um desafio a novas investigações.

Admite-se também que as *Regras categóricas de timbre*, formuladas neste trabalho, atuam sobre a primeira vogal do hiato, quando esta não é atingida pela regra de elevação. Alarga-se, assim, o contexto dessa regra, que se modifica com a perda da obrigatoriedade de um de seus elementos, a consoante que separa a pretônica e a vogal do contexto.

2.2.2.1.2 A segunda vogal da sequência

Quando toda a sequência vocálica está antes da sílaba acentuada do vocábulo e a segunda vogal não é [a], tem-se ainda a possibilidade de aplicação das regras de elevação ou das regras de timbre sobre a segunda vogal do hiato.

Foram registradas nessas condições apenas 46 ocorrências, das quais 33 são vogais [+rec]. Nesses dados verificaram-se poucos casos de elevação – na palavra *vi[u]lino*, 1 e na palavra *ma[yu]ria*, 5¹¹⁷ – em que a segunda vogal do hiato, ou seja, /O/, precede uma vogal alta na sílaba subsequente. Assim, torna-se difícil atribuir a elevação de /O/ ao fato de estar em hiato.

Lembre-se aqui que a regra de elevação da vogal do hiato na sua fase latina – a “lei Oliveira”, como denominou Naro (1973b) – só atingia as vogais antes de [a], para mais tarde, segundo a hipótese admitida por esse autor, generalizar-se

¹¹⁷ Registre-se a flutuação do limite silábico, produzindo ora um ditongo decrescente (*m[ay]oria*) ora um ditongo crescente (*ma[yu]ria*). Nesse caso trata-se de uma sequência de semivogal\$vogal (V̆\$V), ditongo+vogal, que se comporta da mesma forma que a sequência V̆V̆.

alcançando as vogais antes de qualquer outra. Como ele diz (p. 61), é “[...] só no estágio românico que a queda de certas consoantes intervocálicas produziu sequências com uma vogal média em segunda posição, mostrando que a regra era *potencialmente do tipo de imagem refletida*” (grifo meu).

A amostra de que se vale esse autor ao longo do artigo, contudo, não inclui, coincidentemente ou não, nenhum dado em que a segunda vogal do hiato se eleve depois de uma vogal pré-acentuada. Em todos os casos em que a ‘lei Oliveira’ se aplicou como uma regra *do tipo imagem-refletida*, a segunda vogal do hiato estava em posição pós-acentuada. Confirmam-se os exemplos a seguir, retirados desse trabalho (NARO, 1973b, p. 54):

áo >	áu	malŭm	>	mao	>	mau
áe >	ái	quãles	>	quaes	>	quais
úe >	úi	padules	>	paúes	>	paúis
'eo >	'iu	gēmĭnum	>	gémeo	>	[gémĭu]
íe >	íi	cīvīles	>	*civies	>	civiis

Já que o autor supra referido não apresentou também nenhum exemplo contrário, é possível que a regra de imagem refletida tenha alcançado os hiatos em posição pretônica. Todavia os dados históricos disponíveis não são suficientes para se supor no [u] de *vi[u]lino* e *m[ay\$u]ria* o resultado de sua aplicação, principalmente porque, em ambos os casos, a vogal da sílaba seguinte é alta, isto é, o contexto mais favorável à aplicação da RVE quando o padrão é $C_1V(C)$.

Justifica-se, assim, examinar essa parte do *corpus* em função da altura da vogal da sílaba seguinte e verificar se as *Regras de elevação e de timbre*, já descritas, atuam sobre essas vogais. Pela escassez de dados, a Tabela 19, abaixo, expõe os resultados sem distinguir o contexto de vogal acentuada do de vogal inacentuada.

Tabela 19: Segunda vogal do hiato¹¹⁸

	[+ recuado]			[– recuado]		
	[u]	[o]	[ɔ]	[i]	[e]	[ɛ]
___ [i], [u]	6	7	6	-	-	-
___ [e], [o]	-	1	-	-	-	1
___ [ɛ], [ɔ]	-	-	2	-	-	-
___ [a]	-	-	6	-	-	13
___ [ĩ], [ũ]	-	-	1	-	-	-
___ [ṽ]	-	-	4	-	-	-
Total	6	8	19	-	-	14

Fonte: Elaborada pela autora.

A parte da tabela referente à vogal [–rec] só registra dados antes de vogal [+bx] (*propri[ɛ]dade*, 1; *ansi[ɛ]dade*, 1 etc.) e antes de [–alt –bx] só se registrou *a[ɛ]r[o]moça*, 1. No primeiro caso, os dados se comportam como se se aplicasse a RCT-3.

No segundo caso, o [ɛ] de *a[ɛ]r[o]moça*, 1, é aparentemente uma exceção à RCT-2, pois, no contexto de [o], a realização resultante seria outra vogal média (*a[e]r[o]moça*, cf. 3.2). Curiosamente conserva-se o traço [+bx] na segunda vogal do hiato do radical (*a[ɛ]r[o]#moça*), ainda que a aplicação da RCT-2 sobre a vogal da sílaba seguinte, [ro\$], tenha copiado o traço [–bx] da vogal da sílaba subsequente (*mo*), sugerindo o desaparecimento da barreira morfológica entre os dois radicais. Não se pode, com esse fato, inferir que a vogal baixa seja resultante de dissimilação da primeira vogal do ditongo, desde que é possível no dialeto sequência do tipo [ae] como em **ba[e]ta*, **s[ae]ta*. Na tentativa de compreender esses fatos, mais uma vez, pode-se conjecturar (cf. 2.1.4) que o desaparecimento da barreira morfológica apenas contribuiu para o enfraquecimento do acento secundário preservador da vogal-base, sem, porém, o determinar. Assim, embora o falante já possa ter integrado os radicais em *aeromoça*, o que justifica [o] na segunda sílaba – *a[ɛ]r[o]moça* e não *a[ɛ]r[ɔ]moça* –, ainda guarda a “lembrança” da formação da palavra, preservando a estrutura acentual do radical, o que permite a realização de [ɛ] antes de [o].

¹¹⁸ Não foram computados na Tabela 19 cinco ocorrências de *extra[ɔ]rdinário* por conter barreira morfológica entre as vogais do hiato, separando o elemento prefixado do radical, embora isso possa variar conforme o locutor: não é difícil ouvir-se [istrɔRdi'nariu]. Esse dado, por isso, já tenderia a se comportar como qualquer vogal no contexto #___(\$)C, não interessando a esta discussão.

- pretônicas no contexto C__(\$)C e que não se pode determinar aqui pela exiguidade dos dados;
- c. as vogais do hiato também se submetem às *Regras categóricas de timbre*. Duas dessas regras passam a ter a seguinte formulação: na RCT-2 torna(m)-se facultativa(s) a(s) consoante(s) do contexto subsequente e suprime-se o contexto precedente, já que a regra se aplica, qualquer que seja ele; na RCT-3 desaparecem os fatores condicionadores, pois essa regra opera sobre as pretônicas em todos os contextos, excluídos aqueles das regras categóricas ordenadas antes dela, ou seja, a RCT-1 e a RCT-2. Reformulam-se, pois:

Regra Categórica de Timbre 2 (RCT-2) – quarta versão

$$V \rightarrow [-bx] / (X) _ C^2_0 V$$

-ac		-alt
-alt		-bx
αrec		-nas
αarr		

Condição: X não pode conter acento 1.

Onde se lê: uma vogal pretônica não-alta, ou recuada e arredondada ou não-recuada e não-arredondada (portanto /O/ ou /E/, respectivamente), realiza-se como média ([o] ou [e]) quando tem na sílaba seguinte uma vogal [-alt -bx -nas], da qual pode, eventualmente, estar separada por uma ou duas consoantes.

Exemplos: c[o]rreio, [o]relha, m[o]er, vi[o]leta, [e]feito, c[e]rveja.

Regra Categórica de Timbre 3 (RCT-3) – quarta versão

$$V \rightarrow [+bx] \quad / \quad X \quad \underline{\quad} \quad C_0^2 V$$

$$\left[\begin{array}{c} -ac \\ -alt \\ \alpha rec \\ \alpha arr \end{array} \right]$$

Condição: X não pode conter acento 1.

Onde se lê: uma vogal pretônica não-alta, ou recuada e arredondada ou não-recuada e não-arredondada (portanto /O/ ou /E/, respectivamente) realiza-se como baixa ([ɔ] ou [ɛ]) quando precede qualquer outra vogal – exceto as que formam contexto para as regras 1 e 2 – da qual pode, eventualmente, estar separada por uma ou duas consoantes (regra *elsewhere*).

Exemplos: *esp[ɔ]rtivo*, *[ɔ]casião*, *pr[ɔ]ibido*, *ap[ɛ]lar*, *[ɛ]clipse*, *id[ɛ]al*, *propri[ɛ]dade*.

- d. quanto às regras de elevação, os dados aqui apreciados não bastam para permitir qualquer modificação das *Regras variáveis de elevação* nem para propor nova regra ao conjunto já existente.

2.2.2.2 Ditongos

Especula-se nesta seção o comportamento dos ditongos *decrecentes* (V \checkmark) e *crescentes* (\checkmark V) quando estão em sílaba pré-acentuada. A amostra estudada fornece ocorrências dos ditongos *decrecentes* *ou*, *oi*, *eu*, *ei* e dos *crescentes* *ue*, *ie*, e entre os *decrecentes*, aqueles que ora se realizam plenamente, ora se simplificam.

Os números mais expressivos de dados se referem aos ditongos *decrecentes* *ei* e *ou*. Foram feitos 79 registros do ditongo *ei*, dos quais 53 correspondem à realização [ey], dois a [ɛy], 23 a [e] e um a [ɛ]. A simplificação dessa sequência resulta, portanto, numa pretônica [-rec] e corresponde a 30,4% dos dados.

Bem menor é o número de ocorrências de *ou*. Foram documentadas 25 realizações, das quais apenas três correspondem à sequência [ow] (*p[ow]pança*,

p[ow]pando, *r[ow]bar*) e 22 correspondem à simplificação do ditongo (88% dos dados): cinco realizados como [u], 12 como [o] e cinco como [ɔ].

As demais sequências decrescentes foram minimamente representadas no *corpus*: *oi* ocorre 10 vezes, *eu*, duas. Confira-se abaixo:

Quadro 5: Ocorrências dos ditongos

	[V +rec]		[V -rec]	
Ditongos crescentes	<i>uo</i>	-	<i>ue</i>	1
	<i>io</i>	-	<i>ie</i>	2
Ditongos decrescentes	<i>ou</i>	25	<i>eu</i>	2
	<i>oi</i>	10	<i>ei</i>	79

Fonte: Elaborado pela autora.

É baixíssimo o número de vezes em que aparecem na amostra os ditongos crescentes. Além disso, a única ocorrência de *ue* parece ser resultado da interferência, por ultracorreção, da ortografia. O item lexical em que ela figura é *questão*, 1, realizado como [kwes]tã̃o, pronúncia claramente minoritária em Salvador, que a prefere monotongada, ou seja, [kes]tã̃o.

Não são também significativas as duas ocorrências de *ie*. Elas são provenientes de uma regra superficial que ditonga a vogal final de vocábulo quando em contato com a vogal inicial de vocábulo seguinte, dentro (ou não) de um processo de composição, como é o caso aqui documentado: *arqui*+ $[\epsilon]$ *piscopal*, 2 > *arq*[y ϵ]*piscopal*. Deduz-se daí que, nas duas ocorrências disponíveis, a altura da vogal /E/ da sequência *ie* ([y ϵ]) foi determinada antes da formação do ditongo através das RCT-3 (cf. 2.2.1.2, terceira versão), que considera o contexto vocálico subsequente, no caso a vogal /i/ da sílaba imediatamente seguinte.

Interessam, aqui, pois, os *ditongos decrescentes*, tanto porque são mais numerosos quanto porque apresentam a alternativa de se realizarem como uma única vogal. Importa então saber se a vogal nuclear do ditongo ou aquela que resulta da sua simplificação (monotongação) é, em posição pré-acentuada, sensível às *Regras de elevação e de timbre*.

Para isso, examinem-se primeiramente as sequências ditongadas registradas e, em seguida, as simplificadas. A sequência *ei* se realiza, como já foi dito, 53 vezes como [ey] e apenas duas vezes como [ɛy], obedecendo à distribuição expressa na Tabela 20:

Tabela 20: Distribuição das realizações do ditongo EI

	[ey]	[ɛy]
___ [u], [i]	7	-
___ [o], [e]	7	-
___ [ɔ], [ɛ]	1	1
___ [a]	23	-
___ [õ], [ê], [ã]	15	1

Fonte: Elaborada pela autora.

É majoritária a realização cuja vogal nuclear é média ([ey]), e ela ocorre em todos os contextos, uma vez que as duas únicas ocorrências com vogal baixa ([ɛy]) se referem aos itens *el[ɛy]ção*, 1 e *el[ɛy]toral*, 1, que também aparecem na fala do mesmo locutor como [ey] em um número mais significativo de vezes (*el[ɛy]ção*, 4; *el[ɛy]tor*, 1 e *el[ɛy]toral*, 1), o que me levou à suposição de que a realização [ey] se constituísse uma questão de desempenho.

A sequência [ow] só se realiza como ditongo três vezes (em *p[ow]pança*, 1; *p[ow]pando*, 1; *r[ow]bar*, 1) e sempre em contextos (antes de [a] e [ã]) em que, se aplicada a *Regra categórica de timbre-3*, se esperaria [ɔw], com o traço [+bx]. As sequências *oi* e *eu* têm, como já se disse, uma representação muito pequena na amostra. A última apareceu sempre como [ew] e a primeira só em duas das dez ocorrências apareceu como [ɔy]: ambas na palavra *g[ɔy]aba*, coincidentemente ou não, o único item que não tem origem latina.

Parece justificável concluir desses dados que a vogal nuclear desses ditongos em português não é sensível ao contexto vocálico. Ela é quase sempre [-alt -bx], logo [o] ou [e].

Uma interpretação possível para esse fato – de que as RCT não alcançam as pretônicas que são núcleo de ditongo – seria a de que o contexto dessas regras bloquearia a assimilação do traço de altura. Considerando que o elemento de-*flagrador* da RCT é a vogal da sílaba subsequente, esteja ela ou não separada da pretônica por um ou dois segmentos consonânticos, é possível admitir-se que na sequência V¹VCV a semivogal constitua um embaraço para a aplicação da regra. Primeiro porque a semivogal (V) do ditongo, contexto virtual da V¹, como um segmento assilábico, não pode ser concebida como a vogal contextual nessas regras. Segundo porque, como um segmento de natureza vocálica, não é interpretado como uma consoante, que permite à vogal seguinte determinar a altura da precedente. Portanto a semivogal constituiria uma restrição para a RCT.

Um argumento aparentemente contra essa hipótese seria o fato, observável neste *corpus*, de se encontrarem ditongos que ora se realizam como [ow] ora como [ɔw], a depender da vogal da sílaba seguinte, não constituindo, pois, a semivogal nenhum impedimento à aplicação da RCT. Isso ocorre, contudo, só entre os ditongos resultantes da vocalização do /l/ pós-vocálico, na sequência *ol*. Examinem-se os exemplos:

antes de vogal alta	<i>desenv[ɔw]vimento</i>
antes de vogal média	<i>res[ow]ver</i>
antes de vogal baixa	<i>c[ɔw]meia, s[ɔw]dado</i>
antes de vogal nasal	<i>ins[ɔw]vência, c[ɔw]chões</i>

Seria possível, no entanto, explicar essa diferença constatada no *corpus* por uma diferença de contexto. Esses ditongos não têm, entre a sua vogal e a possível vogal contextual¹¹⁹ (a da sílaba subsequente), uma semivogal que inviabiliza a aplicação das regras. Os ditongos nos itens *res[ow]ver* e *s[ɔw]dado*, por exemplo, embora foneticamente se realizem como ditongos, não têm, na base, uma semivogal, mas uma consoante lateral pós vocálica (Ex.: /REzOl'veR/ e /sOl'dadu/), formando, desse modo, o contexto permitido à aplicação das regras mencionadas, como qualquer vogal pretônica no padrão CVC¹²⁰.

Essa hipótese implica uma ordenação de regras, segundo a qual as RCT precedem a regra que vocaliza o /l/¹²¹.

A descrição estrutural da regra deveria se modificar, então, para preservar o traço [-bx] nas vogais provenientes de ditongo. Para tal, as RCT e RVE seriam ordenadas depois da regra de simplificação do ditongo, de modo que a semivogal da base, ainda presente nessa fase da derivação, bloqueasse a sua aplicação. É o que parece acontecer nos casos em que a monotongação não ocorre: se a semivogal tiver sido apagada, as regras em tela poderiam ser aplicadas.

Assim a variação na realização de /ol/ em palavras como *v[ɔ]ltar*, *v[o]ltei*, *s[ɔ]ldado*, *res[o]lver* etc. se explicaria pela aplicação sucessiva das regras, como se demonstra abaixo, confrontando com a realização invariável de /ow/ em vocábulos como *r[ow]bar*, *l[ow]cura* etc.

¹¹⁹ Nas RVE e RCT: cf. 2.1.3.1.2.2 e 2.2.1.1.2, respectivamente, nas suas últimas versões.

¹²⁰ Para maiores detalhes sobre este ponto, veja-se Silva (1986, p. 217-221).

¹²¹ Segundo Labov (1982 [1969], p. 69-70), “alongamentos, abreviações, ditongações e monotongações são regras ordenadas em nível mais alto, relativamente mais alto”.

BASE	<i>r/ow/bar</i>	<i>r/Ow/bei</i>	<i>v/Ol/tar</i>	<i>v/Ol/tei</i>
RCT-2	-	<i>r[ow]bei</i>	-	<i>v[ow]tei</i>
RCT-3	<i>r[ow]bar</i>	-	<i>v[ɔl]tar</i>	-
RVoc ₁ ¹²²	-	-	<i>v[ɔw]tar</i>	<i>v[ow]tei</i>
Realização	<i>r[ow]bar</i>	<i>r[ow]bei</i>	<i>v[ɔw]tar</i>	<i>v[ow]tei</i>

Tomem-se agora para observação, não mais os ditongos *ou* e *ei*, mas as vogais resultantes da monotongação (*ch[o]riça*, *l[o]vor*, *[o]vir*, *d[e]xar*, *f[e]jão*, *band[e]rada* etc.)¹²³, para verificar se, como eles, essas pretônicas se mantêm inalteradas ou se podem ser atingidas pela ação das regras.

Já se viu no início desta seção que os ditongos que se simplificam são *ou* (21 ocorrências: 87,5%) e *ei* (24 ocorrências: 30,4%). Essa redução é explicada por Naro (1973b) pela generalização, na língua moderna, de uma regra que antes tinha apenas

[...] o efeito de suprimir semivogais homorgânicas depois de vogais BAIXAS que concordam em arredondamento e retração (*p[ɛ]i > p[ɛ], *d[ɔw] > d[ɔ]). Hoje, essa regra se aplica à semivogal precedida de qualquer vogal que com ela concorde “em arredondamento e retração”. (NARO, 1973b, p. 69)

Tal ampliação do contexto é que permitiu as mudanças de [ow] > [o] e de [ey] > [e], a primeira, que ele considera completa em todos os dialetos do português europeu e americano, e a segunda, ainda em processo no Brasil e no Sul de Portugal.

O número de ditongos reduzidos (monotongos) encontrados na amostra confirma, de certo modo, a afirmação de Naro (1973b) na variedade estilística e social (de graduados em escola superior) que esta amostra representa: a redução do ditongo *ou* é proporcionalmente muito maior (88%) do que a do ditongo *ei* (30,4%). Acredito que a redução de *ou* chegaria a aproximar-se aos 100%, não fosse a situação de coleta da amostra favorável a que os locutores tivessem certa preocupação em manter um bom desempenho escolar.

¹²² Provisoriamente, *Regra de vocalização de /l/*.

¹²³ Os ditongos provenientes da vocalização de /l/ parecem resistentes à monotongação nesse grupo social. Foram registradas apenas três ocorrências com o mesmo radical: *res[o]ver*, 2 e *res[o]veria*, 1.

Considerem-se agora as possibilidades de realização dessas vogais nos diversos contextos vocálicos, para verificar a possibilidade de se aplicarem sobre elas as regras das pré-acentuadas:

Tabela 21: Distribuição das pretônicas resultantes da simplificação dos ditongos OU e EI

	Recuadas			Não-recuadas		
	[u]	[o]	[ɔ]	[i]	[e]	[ɛ]
___ [u], [i]	3	5	-	-	4	1
___ [o], [e]	-	3	-	-	2	-
___ [ɔ], [ɛ]	-	1	5	-	-	-
___ [a]	-	-	-	-	8	-
___ [ĩ], [ũ]	2	3	-	-	-	-
___ [õ], [ê], [ã]	-	-	-	-	9	-
Total	5	12	5	-	23	1

Fonte: Elaborada pela autora.

A Tabela 21 demonstra que, na maioria das vezes, as pretônicas resultantes da simplificação de *ou* e *ei* preservam o traço [-bɿ] do ditongo e que essa conservação não parece depender do contexto vocálico: [o] ocorre 12 vezes, distribuído em todos os contextos, exceto antes da vogal [a] e das nasais não-altas, onde não há dados, contra cinco realizações de [u] e cinco de [ɔ]. Já o monotongo [e] deixa de ocorrer apenas antes de [ɔ] e [ɛ] e das vogais nasais altas. Note-se que não há qualquer regularidade entre os contextos onde faltam dados de *oi* e de *ei*.

A manutenção do traço [-bɿ] dos ditongos segue majoritariamente, embora antes de vogais [+alt] haja três registros de aplicação da RVE ([u]vida, 2; [u]vir, 1), mas sempre contra um maior número de casos de não aplicação, ou seja, de cinco no caso de [o]: [o]vir, 1; [o]viu, 1; ch[o]riça, 1; [o]tubro, 2. No contexto previsto pela RCT-3, isto é, antes de [ɔ] ou [ɛ], foi encontrado apenas um monotongo como [o] (h[o]ver, 1) ao lado de cinco ocorrências de [ɔ]: s[ɔ]besse, 2; h[ɔ]ver, 3. Mesmo assim, essas realizações com baixa podem indicar a tendência de essa vogal, completada a mudança de /ow/, de que Naro (1973b) falou, comportar-se na sílaba pretônica como qualquer outra vogal da língua.

O mesmo não acontece com [e], cujo processo de mudança ainda está incompleto, segundo o mesmo autor: em 24 ocorrências de vogais oriundas do ditongo *ei*, apenas uma se realizou como [ɛ]. As demais conservaram o traço [-bɿ] do ditongo.

Como observei antes, há, alguns registros em que a vogal resultante da simplificação de /ow/ e /ey/ não é, respectivamente, [o] e [e]. Podem ainda ser pelo menos [ɛ], [ɔ] e [u].

O único caso documentado em que a vogal resultante da monotongação de /ey/ é baixa está no item lexical *r[ɛ]vindicação* (< lat. *rei vindicatio*), cujo ditongo *ei* é um dos raros que se realiza com [ɛy] no dialeto em estudo. Nesse caso a vogal baixa de *r[ɛ]vindicação* resulta antes da conservação da vogal do ditongo de **r[ɛy]vindicação* do que da aplicação de qualquer regra.

No caso do *ou*, registrou-se um maior número de dados em que a vogal resultante da simplificação se modificou. Isso ocorreu em:

[u]vida, 2	h[ɔ]ver, 3
[u]vindo, 2	s[ɔ]besse, 2
[u]vi, 1	

Aos dados da segunda coluna parece ter sido aplicada a RCT-3 no contexto de vogal baixa. Embora não tenha sido documentada na amostra, é bem comum a variação na fala coloquial desse dialeto, até dentro do mesmo item lexical, como em *roubar*, que pode ser ouvido como **r[ow]bar*, **r[o]bar*, **r[o]bei*, **r[o]bou*, **r[ɔ]bar*, **r[ɔ]bava* etc. É possível, pois, que essa forma ditongada seja resultante da pressão da ortografia sobre a fala de pessoas com um certo grau de escolarização, como é o caso dos informantes do Projeto NURC, de onde provém o *corpus* desta pesquisa.

Os dados da primeira coluna são, surpreendentemente, os únicos na amostra em que uma vogal inicial de palavra se eleva (cf. seção 2.2.1.2), não por coincidência, no contexto mais favorável à aplicação da RVE, isto é, antes da vogal alta da sílaba subsequente (cf. 2.1.3.1.1.1)¹²⁴.

Os casos acima considerados têm um traço comum: são de uso muito frequente na língua, o que possibilita levantar a hipótese de que se tenha afrouxado o vínculo da vogal com o ditongo original de tal modo que a aplicação dessas

¹²⁴ De modo algum isso é uma descoberta. O fenômeno já tinha sido observado na primeira metade do séc. XX por Marroquim (1945 [1934], p. 74), que, descrevendo a área de Pernambuco e Alagoas, registrou a redução do ditongo *ou* à vogal fechada [o], dizendo que ela “passa a [u] em [u]vi, [u]vindo, [u]vinte”, afirmando ainda que em certos vocábulos do uso coloquial “vale [ɔ]: *L[ɔ]renço, est[ɔ]rar, r[ɔ]bar, p[ɔ]car*”.

regras se tornasse possível¹²⁵. Em outras palavras, na suposição de que a simplificação do ditongo nesses itens atinja sua estrutura subjacente, isto é, sendo uma mudança acabada, o desaparecimento da semivogal possibilitaria a aplicação das regras das pretônicas.

Há, porém, um ponto frágil nessa interpretação. Toda a argumentação desenvolvida parte do princípio de que não existe diferença fonética entre os ditongos produzidos pela vocalização do /l/ pós-vocálico e os outros. Pesquisas modernas, utilizando instrumentos especiais, têm provado que distinções fonéticas e distribucionais não percebidas mesmo por pesquisadores experientes são responsáveis por fenômenos para os quais se propunham explicações estruturais.

Assim, é possível que a diferença de comportamento entre ditongos, monotongos e a sequência ditongada resultante da vocalização do /l/ encontre, nesse tipo de estudo, outra explicação, uma vez que a análise que se procede aqui baseia-se apenas em transcrições impressionistas.

Como, no momento, não se conta com informações que modifiquem a minha impressão, é necessário reintroduzir na RCT-3 a mesma restrição que figura nas outras regra e que impede a sua aplicação sobre a sequência VV̄, isto é, sobre a vogal do ditongo:

Regra Categórica de Timbre 3 (RCT-3) – quinta versão

$$V \rightarrow [+bx] \quad / \quad X \quad _ \quad C_1^2 V$$

$$\left[\begin{array}{l} -ac \\ -alt \\ arec \\ aarr \end{array} \right]$$

Condição: X não pode conter acento 1.

Onde se lê: uma vogal pretônica não-alta, ou recuada e arredondada ou não-recuada e não-arredondada (portanto /O/ ou /E/, respectivamente), realiza-se como baixa ([ɔ] ou [ɛ]) quando é precedida de pelo menos uma consoante e

¹²⁵ Um estudo do fim da primeira década do século passado, realizado pelo professor Câmara Jr. (1975), de saudosa memória, mostra essa mudança na simplificação do ditongo, que se reflete nos desvios de ortografia de jovens estudantes de primeiro grau.

uma vogal qualquer, exceto as que formam contexto para as regras 1 e 2 (regra *elsewhere*).

Exemplos: *esp[ɔ]rtivo*, *pr[ɔ]ibido*, *pr[ɔ]priedade*, *ap[ɛ]lar*, *[ɛ]clipse*, *id[ɛ]al*,
mas não **p[ɔw]pança*, **r[ɔw]bar*, **d[ɛy]xar* ou **f[ɛy]jão*.

UMA REGRA VARIÁVEL DE TIMBRE

Na seção 2.1.1.2, discuti a formulação binária ou ternária que teria a *Regra variável de elevação* na variedade culta de Salvador. Essa questão originou-se do fato de terem sido registrados dados do tipo:

pess[u]al, pess[o]al e pess[ɔ]al
p[i]rmitir, p[e]rmitir e p[ɛ]rmitir.

Ainda que poucos os casos de variação no *mesmo* item lexical entre [u], [o], [ɔ], e [i], [e], [ɛ], esses dados foram considerados importantes, porque eram reforçados por outros em que se constatava ora a variação entre alta e baixa (*m[u]vimentada :: m[ɔ]vimentada, b[i]liche :: b[ɛ]liche*), ora a variação entre alta e média (*c[u]rrida :: c[o]rrida, apr[i]ciar :: apr[e]ciar*), ora a variação entre média e baixa (*r[o]busto :: r[ɔ]busto, d[e]ficiente :: d[ɛ]ficiente*), no mesmo contexto vocálico, ou seja, antes de vogal alta. Além disso, considerando os dados numéricos, observei que somente em um contexto, diante de vogais altas não-nasais, se registrou um número significativo de ocorrências de pretônicas nas três alturas (cf. Tabela 5).

Tendo em vista que a RVE em outros dialetos tem formulação binária, isto é, regula a ocorrência entre dois termos (vogal alta e vogal não-alta), e que,

mesmo na variedade estudada, a formulação ternária só se justificaria em um dos contextos, levantei a hipótese de que os dados de vogais médias fora do contexto de vogal da mesma altura, no qual a vogal média é majoritária ([o]: 77,6% e [e]: 92,9% , cf. Tabela 5), resultariam da aplicação de uma outra regra¹²⁶ até então estranha ao que se consideraria a norma de Salvador no sentido que Coseriu (1979) empresta ao termo.

A marginalidade desses dados, na variedade aqui estudada, tem mais um argumento na variação que se estabelece entre [o] e [e] e suas correspondentes baixas e/ou altas dentro de um mesmo vocábulo, na qual as variantes médias são, quase sempre, minoritárias.

Documentam-se em todo o *corpus* 160 itens lexicais que ocorrem pelo menos uma vez com vogal pretônica média em contextos não previstos pelas regras formuladas para a norma de Salvador. Entretanto cerca de dois terços apresentam variantes altas e/ou baixas muitas vezes bem mais numerosas. Assim, embora muitos sejam os itens atingidos, preponderam as realizações dentro da norma como nos casos a seguir, em que estes chegam a alcançar frequências altíssimas:

<i>s[e]rviço</i> , 2	::	<i>s[i]rviço</i> , 14	<i>p[e]ssoal</i> , 4	::	<i>p[ε]ssoal</i> , 13
<i>pr[e]sidente</i> , 1	::	<i>pr[i]sidente</i> , 9	<i>d[e]pende</i> , 1	::	<i>d[ε]pende</i> , 17
<i>p[o]lítica</i> , 2	::	<i>p[u]lítica</i> , 21	<i>imp[o]rtante</i> , 1	::	<i>imp[ɔ]rtante</i> , 19
<i>s[e]ria</i> , 2	::	<i>s[i]ria</i> , 44	<i>d[e]t[ε]rminado</i> , 1	::	<i>d[ε]t[ε]rminado</i> , 23

etc.

Poucas vezes essa relação se inverte e o número de ocorrências da variante marginal é maior do que o das variantes normais, mas a diferença entre ela e a variante da norma nunca excede a duas ocorrências. Documentei isso nos itens:

<i>dir[e]t[u]ria</i> , 2	::	<i>dir[ε]t[u]ria</i> , 1
<i>pr[e]vidência</i> , 3	::	<i>pr[ε]vidência</i> , 1
<i>apr[e]ciar</i> , 3	::	<i>apr[i]ciar</i> , 1
<i>esp[e]cífico</i> , 9	::	<i>esp[ε]cífico</i> , 7

¹²⁶ Estudei essa regra no dialeto de Recife também. Os resultados dessa pesquisa foram publicados sob o título de “Pretônicas fechadas na fala culta de Recife” no livro de Homenagem ao Prof. Anthony Naro em 2008 (cf. SILVA, 2008).

Dos vocábulos que não apresentam variantes dentro da norma estudada, somente nove (um pouco mais de um terço) ocorrem mais de uma vez, e apenas três, mais de duas:

esp[e]cificar, 2
s[e]guradora, 2
[e]quilíbrio, 2
[e]vidente, 2
impr[e]ssionar, 2
pr[e]vilegiado, 2¹²⁷
r[e]gistrado, 3
d[e]stinação, 3
p[o]ssuir, 4

Pelo quadro que se apresenta, parece justificável crer que, se esses vocábulos ocorressem maior número de vezes, mostrariam variantes baixas e/ou altas.

Na seção 2.1.1.2, interpretou-se a ocorrência desses [o] e [e] como uma regra variável, possivelmente particular ao dialeto social estudado e, talvez, à variedade estilística tensa.

Não se dispondo de dados de falantes urbanos não-escolarizados, mais adequados a uma comparação com a amostra urbana culta, lançou-se mão de dados de informantes não-escolarizados, não-urbanos, que não apresentaram, nos contextos vocálicos indicados (antes de [u], [i], [ɔ], [ɛ], [a] e [ṽ]), vogais médias em número significativo. Se essas amostras não permitiram relacionar com segurança essas ocorrências à escolaridade ou à diferença urbano x rural dos informantes, fortaleceram a suposição de que a referida regra tivesse motivação social, ou seja, talvez se aplicasse mais a grupos sociais em maior contato com outros dialetos, que, nesses contextos, realizam a pretônica como [o] e [e]. Essa conjectura atribui à variação aqui encontrada uma explicação que se assenta nas noções de empréstimo e de prestígio.

De fato, parece uma hipótese explicativa viável para a introdução dessa regra no dialeto de Salvador a influência que exerceriam sobre ele os dialetos do Sul do país¹²⁸, nos quais só excepcionalmente, e quase sempre por motivação

¹²⁷ Observe-se que o vocábulo *pr[e]vilegiado* é um caso de ultracorreção, uma vez que a norma culta prescreve /i/ e não /E/.

¹²⁸ Essa é também a hipótese de Maia (1986) para explicar vogais fechadas nos contextos de vogal alta, vogal baixa e vogal nasal no dialeto de Natal. Diz a autora: “os 50 casos de exceção a

morfológica, realizam-se como baixas as pretônicas /O/ e /E/. Assim sendo, postula-se que o traço de prestígio inerente àquelas comunidades linguísticas seria o elemento motivador do empréstimo.

A transmissão de traços linguísticos de uma comunidade a outra tem sido frequentemente associada, nos estudos sociolinguísticos, como o foi na dialetologia, a alguns fatores: à distância entre as comunidades, à interação linguística entre seus habitantes, ao tamanho dessas comunidades e, finalmente, ao “prestígio dos centros urbanos como é visto pela área circundante” (LABOV, 1982 [1969], p. 70)¹²⁹, prestígio esse nem sempre declarado.

Alguns argumentos já foram arrolados aqui em favor dessa hipótese (cf. 2.1.1.2.1), como a ausência desse traço em áreas vizinhas (outras cidades baianas) e a estrutura binária da *Regra variável de elevação* nos demais dialetos brasileiros. Acrescentem-se a esses as reações subjetivas, observadas assistematicamente entre falantes de Salvador, que, não raro, expressam seu julgamento sobre as pronúncias “fechadas” de palavras como *p[o]lítica*, *f[o]rmidável*, *r[e]vista*, *p[e]cúlio*, classificando-as como falas “pedantes”, “acariocadas” etc.

Supõe-se que o centro irradiador dessa regra seja o eixo Rio–São Paulo, especialmente o Rio de Janeiro. A primeira razão dessa suspeita é de ordem política, já que o Rio de Janeiro foi, por cerca de dois séculos, a Capital brasileira. Só há menos de 30 anos¹³⁰ é que o Distrito Federal se localiza na Região Centro-Oeste, e esse deslocamento não produziu efeitos culturais visíveis sobre a cidade onde permanece a maior parte da elite cultural do país. O Rio de Janeiro continua a abrigar – ao lado da capital paulista – os principais movimentos teatrais e musicais, a ditar as modas, além de estarem lá instalados os órgãos de comunicação de massa de maior alcance no país, responsáveis por uma constante campanha promocional da cidade.

Pode-se dizer também que é no eixo Rio–São Paulo que estão as melhores oportunidades profissionais para indivíduos da classe média, desde empregos no campo das artes até no tecnológico, e é ainda para lá que se dirige a maioria daqueles que buscam aperfeiçoar-se no seu campo de trabalho, embora hoje, em certos setores, esse fluxo tenha diminuído um pouco pela criação de programas

regra (6), que apresentam pretônica fechada, ao lado dos 16 casos de variação, podem ser vistos como um indício da influência exercida pela norma irradiada do sudeste/sul” (MAIA, 1986, p. 224-225).

¹²⁹ Do original: “[...] prestige of urban centers as seen from the surrounding area” (tradução minha).

¹³⁰ Na época em que este trabalho foi escrito, na década de 1980 e, portanto, um pouco depois de terem sido realizadas as entrevistas objeto desta pesquisa.

de treinamento e de pós-graduação que se espalham cada vez mais por todo o país.

O histórico de viagem dos informantes desta pesquisa confirma a direção do fluxo. Alguns declararam ter viajado para essas cidades para congressos e para cursos que duravam até dois anos. Qualquer que seja o objetivo da viagem ou a duração da permanência, de todos os vinte e quatro locutores ouvidos somente um revelou nunca ter estado no Rio de Janeiro e seis, em São Paulo. Aliás, um pequeno levantamento dos dados de viagem mostra que os três estados mais visitados por esses informantes se situavam no Sul-Sudeste do país. Foram, pela ordem, Rio de Janeiro (23), São Paulo (18), Minas Gerais (17), Pernambuco (13), Alagoas (13) e Sergipe (13), isto é, primeiro os localizados no Sul, depois os do Nordeste, contraditoriamente os mais próximos.

Parece, pois, que principalmente o eixo Rio–São Paulo tem condições de ser a comunidade linguística influenciadora na questão em pauta, ou melhor, do possível empréstimo à variedade culta de Salvador. É possível também que essa influência tenha sido facilitada pela própria deriva da língua. Considere-se que muitos dialetos, brasileiros ou não, apresentam a tendência de fechar vogais em sílabas não-acentuadas, e mesmo a reduzi-las, como ocorreu no português europeu.

Um outro dado que vem fortalecer a hipótese do empréstimo que propicia o aparecimento de formas de prestígio refere-se à metodologia empregada na coleta de dados. O fato de o *corpus* aqui analisado ter sido estabelecido com o conhecimento prévio dos informantes, que, além disso, sabiam estar sendo tomados como amostra de pessoa culta por “professores de português”, facilitou, apesar dos esforços dos documentadores, a criação, durante a entrevista, de uma situação de fala não completamente distensa, que – é verdade – não se refletiu igualmente sobre os entrevistados, mas, acredito, atingiu a todos. Em alguns poucos casos estabeleceu-se entre documentador e informante um diálogo quase natural, em outros casos a entrevista tomou o aspecto de um depoimento.

Essas reações diferenciadas, que parecem ter-se projetado na produção das pretônicas médias, são naturalmente motivadas social e psicologicamente. Isso, aliás, já se vinha observando desde a transcrição dos dados. Foram anotados de um dos informantes (mulher, 39 anos), por exemplo, vários traços linguísticos que denunciavam sua preocupação de “falar bem”, como eventuais realizações de [s] pós-vocálico e [h] em final de palavra em vez de, respectivamente, [ʃ] e [ø], que predominavam na sua emissão, e como a pronúncia do artigo *o* com a

vogal média [o] em vez da alta [u] sem que o contexto pressupusesse ênfase, além de uma entoação pouco característica do dialeto de Salvador.

Observações como essas, oriundas de fatos de linguagem observáveis, favoreceram a suposição de que a regra que torna média a pretônica antes de [u], [i], [ɔ], [ɛ], [a], [ũ], [ĩ], [õ], [ẽ] e [ã], isto é, nos contextos de aplicação da RCT-3, não seja apenas socialmente motivada mas também estilisticamente motivada. Como não se dispõe de dados suficientes para comprovar essa hipótese no âmbito deste trabalho, optou-se, provisoriamente, por batizar o fenômeno de *Regra variável de timbre* (RVT).

Definiu-se então, nas seções 2.3.1.1 e 2.3.1.2, *Regra variável de timbre* como a regra de caráter facultativo que torna [-alt -bx] a vogal pretônica antes de qualquer vogal, exceto antes de vogal com o mesmo traço. Excluem-se também desse conjunto as médias não-recuadas que precedem consoantes palatais em verbos e deverbais da primeira conjugação, tais como *f[e]char*, *f[e]chadura*, *plan[e]jar*, *plan[e]jamento*, já discutidas anteriormente, que se tornam médias pela aplicação de outra regra (cf. RCT-1 nas conclusões da seção 2.1.3.2). Consequentemente, a *Regra variável de timbre* (RVT) ficou redefinida como uma regra que age em todos os contextos da RCT-3, com a qual entra em competição.

No presente capítulo, busca-se, naturalmente no âmbito deste *corpus* e submetendo-se às suas limitações, avançar um pouco no conhecimento dessa regra, abrindo vertentes para estudos posteriores.

3.1 VARIÁVEIS LINGÜÍSTICAS *STRICTO SENSU*

A primeira observação a ser feita é a de que a dimensão de aplicação da RVT, como o leitor já deve ter percebido, é maior do que se previa em 2.1.1.2 e 2.1.3.1. Isso fica claro nas numerosas referências feitas a ela ao longo deste trabalho. Ela é evocada, por exemplo, na seção 2.1.4.1.1 para explicar a realização da pretônica em *s[e]rviço*; na seção 2.1.4.2 em várias notas, ou mesmo no texto, para explicar as formas *sup[e]rm[e]rcado*, *d[e]fronte*, *r[e]visores*; na seção 2.1.4.3 para justificar as ocorrências de *tel[e]fone*, *cin[e]scópio* e *tecn[o]l[u]gia* e finalmente em 2.2, para justificar *[e]quilíbrio*, *[e]c[õ]nomista*, *[o]riente*, *h[o]nesto*, *pr[e]ocupe* e *r[e]união*.

Aplica-se, pois, essa regra não só às pretônicas entre consoantes (C__(\$)C), como se viu em 2.1, mas também às pretônicas em posição inicial absoluta (#__) e às pretônicas em hiatos. Só os ditongos, que já são constituídos, na maioria, de vogal média mais semivogal, não são atingidos pela regra.

A ocorrência dessas vogais médias em estruturas que se mostram mais ou menos fixas, resistentes a outras regras, como é o caso de alguns prefixos e radicais prefixados, é mais um argumento em favor da hipótese de concebê-la como uma regra à parte, particular a uma variedade social e talvez a um estilo¹³¹. Veja-se, por exemplo, o caso do prefixo *des-* (cf. 2.1.4.2), que ocorre 42 vezes como *d[i]s-* e duas como *d[e]s-*¹³².

Para conhecer mais um pouco do funcionamento da RVT, restrinja-se, porém, esta investigação aos dados no contexto C__(\$)C, expostos na Tabela 5, só no que se refere, naturalmente, às realizações [o] e [e] nos contextos da RCT-3, ou seja, antes das vogais [u], [i], [ɔ], [ɛ], [a], [ũ], [ĩ], [õ], [ẽ] e [ã] da sílaba seguinte. A Tabela 22, a seguir, é, pois, um recorte da tabela supramencionada:

Tabela 22: As variantes [o] e [e] nos contextos da RCT-3

	Recuada [o]		Não-recuada [e]	
___ [u], [i]	72 / 395	18,2%	116 / 749	15,5%
___ [ɔ], [ɛ]	5 / 154	3,2%	1 / 217	0,5%
___ [a]	2 / 277	0,7%	9 / 374	2,4%
___ [ũ], [ĩ]	4 / 61	6,6%	6 / 111	5,4%
___ [õ], [ẽ]	5 / 54	9,3%	7 / 238	2,9%
___ [ã]	5 / 93	5,4%	7 / 123	5,7%

Fonte: Elaborada pela autora.

Foram inicialmente atribuídos à RVT os dados que não puderam ser explicados de outro modo, admitindo desde já que alguns dos casos aí consignados se explicam pela pressão morfológica que se reconheceu em alguns itens da amostra examinada em 2.1.4.

Não devem, por esse critério, incluir-se nas considerações deste capítulo os seguintes dados, que podem ser analisados pelos falantes como derivados, embora alguns não o sejam verdadeiramente¹³³:

¹³¹ Pesquisas revelam que essa regra atinge outros dialetos no Nordeste e talvez outros, pelo menos no Norte de Minas Gerais. Essas realizações fechadas, entretanto, vêm sendo tratadas como parte de uma variação ternária entre altas, médias e baixas.

¹³² Como *d[ɛ]s-* é documentado apenas uma vez, em *d[ɛ]sidratação*, palavra hoje muito comum, devido à frequência da doença, e como a forma não prefixada (*hidratação*) é mais utilizada como uma prática profilática, dentro do mesmo campo semântico, a perda da barreira morfológica torna-se possível e, conseqüentemente, a integração do prefixo (cf. seção 2.1.4.2).

¹³³ Aguiar (1937) também reconhecia a derivação como um processo que interfere nas regras das pretônicas, como se vê no trecho a seguir: “Às vezes, pela simples razão de considerar uma

<p>___ [u], [i]</p>	<p><i>comp[ô]sitor</i>, 4 <i>gost[ô]sura</i>, 1 <i>hum[ô]rístico</i>, 1 <i>mot[ô]rista</i>, 8 <i>mot[ô]cicleta</i>, 1 <i>m[ô]rtuário</i>, 2 <i>transist[ô]rizado</i>, 1 <i>val[ô]rizaçã</i>o, 1 <i>val[ô]rizam</i>, 1 <i>saud[ô]sista</i>, 1 <i>vist[ô]ria</i>, 1¹³⁵ <i>col[ô]rido</i>, 2</p>	<p><i>bat[e]rista</i>, 2 <i>franc[e]sismo</i>, 1 <i>carroc[e]ria</i>, 2¹³⁴ <i>parc[e]ria</i>, 1 <i>tromb[e]tista</i>, 1</p>
<p>___ [a]</p>	<p><i>gar[ô]tada</i>, 1</p>	<p><i>cab[e]çário</i>, 2 (sic) <i>interplan[e]tário</i>, 1</p>
<p>___ [ã]</p>	<p><i>c[ô]xã</i>o, 1</p>	

Retirei ainda dos cálculos mais sete ocorrências: três da palavra *r[e]staurante*, que é um empréstimo de introdução não muito antiga na língua; duas do vocábulo *in[e]xistente*, que pode se explicar pela preservação da vogal inicial (cf. 2.2.1.1.2) ante o limite de um prefixo muito produtivo (*in+[e]xistente*); e finalmente mais duas, *ch[ô]riça* e *t[ô]cinho*, com reduções do ditongo *ou*, que normalmente mantêm a vogal média original (cf. 2.2.2.2).

Excluídos os vocábulos cuja vogal média se pode explicar por motivação morfológica e suas variantes com vogal não-média (alta ou baixa), sobre as quais

palavra derivada de outra, embora não o seja, o falso derivado tem o timbre do falso primitivo” (AGUIAR, 1937, p. 276).

¹³⁴ Apesar da origem francesa, *carrocerie*, documentada nos dicionários, é possível a analogia com *carroceiro* e a reanálise em *carroceiro+ia*.

¹³⁵ Por cautela, foram excluídos *vist[ô]ria* e *col[ô]rido* do conjunto de dados, que se explicarão aqui pela *Regra variável de timbre*, por se admitir a rara possibilidade de conservação da vogal acentuada dos radicais respectivos, *vist[ô]r* e *col[ô]r*, que alguns dicionários portugueses registram como formas livres.

essa pressão morfológica não se tenha exercido, o segmento da amostra de Salvador sobre o qual se supõe atuar a *Regra variável de timbre* fica reduzido aos dados da tabela abaixo, que expõe os cálculos de percentagem e de probabilidade obtidos através dos programas computacionais já mencionados na introdução deste trabalho.

Tabela 23: As variantes [o] e [e] não morfológicamente motivadas nos contextos da RCT-3

	Recuada [o]			Não-recuada [e]		
	F		P	F		P
___ [u], [i]	48 / 324	14,8%	0,83	107 / 739	14,5%	0,84
___ [ɔ], [ɛ]	5 / 149	3,4%	0,43	1 / 217	0,5%	0,10
___ [a]	1 / 265	0,4%	0,09	3 / 366	0,8%	0,20
___ [ũ], [ĩ]	3 / 60	5%	0,53	6 / 111	5,4%	0,74
___ [õ], [ẽ]	5 / 53	9,4%	0,69	7 / 238	2,9%	0,49
___ [ã]	4 / 92	4,3%	0,53	7 / 123	5,7%	0,71
Total	66 / 943	7%		131 / 1794	7,3%	

Fonte: Elaborada pela autora.

Como se vê, a regra se aplica aproximadamente em 7% dos dados, qualquer que seja a variável dependente: 7% de /O/ e 7,3% de /E/.

Nota-se imediatamente que o contexto preferencial da regra foi o de vogais altas da sílaba subsequente ([o]: 14,8% e [e]: 14,5%) e que as vogais baixas constituíram o fator mais resistente à sua aplicação (antes de [a] a percentagem não chega a 1% e antes de [ɔ] e [ɛ] só a variante [o] consegue ultrapassá-la, com 3,4%). Os percentuais parecem sugerir, então, que é mais fácil, nesse grupo social em Salvador, ouvir-se *p[o]lítica* e *r[e]sidência* do que *g[o]v[ɛ]rnador* e *d[e]t[ɛ]rminado* ou *b[o]rracha* e *p[e]scaria*.

Com percentagens um pouco mais elevadas, mas não muito, a regra se aplica nos contextos nasais. O índice mais baixo é de 2,9% de [e] no contexto de [ẽ] e [õ] e o mais elevado é de 9,4%, referente a [o] no mesmo contexto. Essa pequena elevação dos percentuais (a maioria em torno de 5%) pode ser um indício de que os contextos nasais são menos resistentes à *Regra variável de timbre* do que as vogais baixas, cujo percentual só em um caso ([o] antes de [ɔ] e [ɛ]) ultrapassa 0,9%.

Observadas as probabilidades de aplicação da regra, os comentários não se alteram basicamente. Confirmam-se, como contexto preferencial, as vogais altas da sílaba subsequente, cujas probabilidades ficam em torno de 0,80 qualquer que

seja a zona de articulação da variável dependente. Mostram-se como os mais resistentes os contextos de vogais [+bx]: as probabilidades nunca chegam a 0,5. Oferecem menos resistência à aplicação da regra os contextos nasais. Nesse caso as probabilidades obtidas são difíceis de ser interpretadas, uma vez que variam entre 0,5 e 0,7, conforme o contexto e a zona de articulação da variável, mas nota-se uma tendência de as vogais não-recuadas serem mais atingidas pela RVT do que as recuadas. De todo modo, em nenhum dos casos se pode afirmar que as vogais nasais sejam fatores inibidores da RVT.

Essas observações apontam para duas questões. Primeiro: por que é o contexto de vogais altas preferencial na RVT? Segundo: por que as vogais baixas são mais resistentes do que as nasais?

Considerando como hipótese que a regra ora estudada concorra com a RCT-3, será justamente no contexto em que essa regra produz maior contraste entre os segmentos vocálicos *sucessivos*, isto é, no contexto de [u] e [i], onde a *Regra variável de timbre* mais se aplica. O resultado da aplicação da RCT-3 no contexto de altas é uma vogal baixa ([ɔ] ou [ɛ]) seguida de uma vogal alta: [ɔ...u] (*r[ɔ]busto*), [ɛ...i] (*p[ɛ]ríodo*). Quando se aplica à RVT, é evitada, pois, a maior diferença material entre os elementos da sequência produzida pela aplicação da RCT-3, ou seja, vogal baixa + vogal alta.

Essa diferença material a que o falante parece ser “sensível” foi chamada por Lemle e Naro (1977) de “saliência fônica”. Em estudo sobre a concordância verbal de alfabetizando adultos, eles observaram que maior saliência fônica entre os morfemas de singular e plural (*foi/foram*) determinava maior índice de concordância; ao contrário, menor “saliência fônica” entre eles (*casa/casas*) produziria índices menores (LEMLE; NARO, 1977, p. 43).

A *Regra variável de timbre* parece funcionar como a regra de concordância: aplica-se tanto mais quanto maior for a saliência fônica da sequência que a RCT-3 produziria, e aplica-se tanto menos quanto menor for essa saliência fônica.

Essa primeira conclusão, conseqüentemente, responderia também à segunda questão levantada acima. A RVT aplica-se menos no contexto de vogais baixas porque a sequência produzida pela RCT-3, nesse contexto, é de $Vbx+C+Vbx$ ¹³⁶ ([ɛ...ɔ], [ɛ...ɛ], [ɛ...a], [ɔ...ɔ], [ɔ...ɛ], [ɔ...a]), portanto sem nenhuma, ou quase nenhuma, diferença de altura entre as vogais.

¹³⁶ É neste contexto também que são possíveis [ɔ] e [ɛ] na variedade do Rio de Janeiro, dialeto que, de acordo com os argumentos já expostos, se supõe ser aquele do qual se emprestam os [o]s e [e]s aqui estudados (cf. CALLOU; LEITE, 1986a).

As vogais nasais, ainda que se aproximem das vogais baixas, como se concluiu em 2.1.2, apoiando-se em informações fornecidas por estudos acústicos, não se identificam com elas. E isso parece estar expresso nas percentagens mais elevadas de aplicação da RVT em contextos nasais. Embora não tão saliente quanto a sequência *Vbx+C+Valt*, a sequência *Vbx+C+Vnas* produzida pela RCT-3 é mais “saliente” do que a sequência *Vbx+C+Vbx* e é uma sequência não permitida nos dialetos de prestígio. Daí os percentuais de aplicação da *Regra variável de timbre* serem maiores no contexto de vogal nasal que no de vogal baixa.

Afirmou-se acima que a RVT funciona como a regra de concordância estudada por Lemle e Naro (1977). Entretanto há uma diferença entre elas. É que a regra de concordância *mantém* os morfemas em função da saliência fônica, enquanto a RVT *evita* as sequências mais salientes que a RCT-3 produziria: [ɔ...u], [ɔ...i], [ɛ...u], [ɛ...i]. Essa diferença, no entanto, não destrói a semelhança entre as duas regras. Ambas levam em conta a distância material entre segmentos. O ponto de distinção se localiza fora do campo puramente linguístico.

Se a RVT tem uma motivação social, como tudo leva a crer que tenha, não parece difícil achar uma explicação para a subtração das sequências fonicamente mais salientes. Considerando a hipótese de que ela copie de outros dialetos o traço de prestígio (as pretônicas médias), é fácil compreender que os falantes mais a apliquem justamente onde a variante de menor prestígio, no caso as pretônicas baixas, é mais perceptível, na tentativa, possivelmente inconsciente, de obscurecer a sua origem dialetal¹³⁷, geográfica e/ou social, principalmente, talvez, nas situações mais formais ou diante de ouvintes especiais, como se supôs, no início deste capítulo, ser o caso dos registros da amostra aqui examinada.

O único contra-argumento a essa explicação, porque lança dúvidas sobre a procedência da hipótese de que a RVT entre em competição com a RCT-3 e não com a RVE, se constitui na forma como os dados variam. É que os itens

¹³⁷ Esse comportamento em relação à própria fala se justificaria por uma atitude semelhante à que documentou Matos (1984, p. 142-146) em Recife, uma das principais capitais do Nordeste, cujo dialeto parece guardar, no capítulo das pretônicas, muitas semelhanças com o de Salvador. Diz o autor: “À solicitação de definirem com um único adjetivo a sua opinião sobre a pronúncia recifense, estudantes das duas principais universidades de Pernambuco responderam com abundância de adjetivos de traço negativo (arrastada, feia, cantada, horrível, péssima, matutada, engraçada, ruim, errada, incrível, fraca, ríspida, agressiva, rasteira, áspera, errônea, vagarosa, inexpressiva, pobre, pesada, atrasada, carente), embora, minoritariamente, alguns deles reconhecessem nela traços positivos (boa, normal, bonita, clara, natural, agradável, correta, legal). Ao justificarem o seu julgamento, significativamente, 99 deles responderam que ‘o sotaque aberto desembeleza a fala’” (MATOS, 1984, p. 144).

lexicais atingidos pela regra estudada neste capítulo, como já se viu anteriormente, apresentam muito frequentemente – e algumas vezes com ocorrências mais numerosas – variantes dentro da norma, que não são apenas baixas (produzidas pela RCT-3) mas também altas (produzidas pela RVE). Exemplos:

<i>com[e]rcial</i> , 1	::	<i>com[ε]rcial</i> , 3
<i>m[o]mento</i> , 2	::	<i>m[ɔ]mento</i> , 9
<i>r[e]p[i]tir</i> , 1	::	<i>r[i]p[i]tir</i> , 2
<i>g[o]vernador</i> , 1	::	<i>g[u]vernador</i> , 6

Uma leitura linear desse fato levaria à suposição de que a RVT entrasse em competição também com a RVE.

Recorra-se, mais uma vez, à proporcionalidade das ocorrências para interpretar esse dado. Em alternância com 169 variantes altas (*m[u]derna*, *d[i]mais*) foram documentadas, nesta parte do *corpus* (incluindo não só as pretônicas entre consoantes mas também em diversos contextos), 45 ocorrências de variantes médias (*m[o]derna*, *d[e]mais*), numa proporção de 21% do total de realizações da vogal (45/214). Por outro lado, alternando com 257 de variantes baixas (*f[ɔ]rmulário*, *p[ε]squisa*), registraram-se 80 ocorrências de variantes médias (*f[o]rmulário*, *p[e]squisa*), numa proporção, portanto, de 31,1% do total de realizações (80/337).

Calculando de outro modo, registram-se 56 itens lexicais onde ocorrem pretônicas médias em variação com vogais baixas (*f[o]rmulário* :: *f[ɔ]rmulário* / *p[e]squisa* :: *p[ε]squisa*) e 29 em que a variação se estabelece com vogais altas (*m[o]derna* :: *m[u]derna* / *d[e]mais* :: *d[i]mais*). Daí se conclui que as variantes médias concorrem mais com as variantes baixas ($56/85 = 65,9\%$) do que com as variantes altas ($29/85 = 34,1\%$), qualquer que seja o modo de olhar os dados.

Esses cálculos serviriam de argumento apenas para a tese de que a *Regra variável de timbre* concorreria mais com a *Regra categórica de timbre* do que com a *Regra variável de elevação*, mas não seriam suficientes para sustentar a hipótese acima formulada. São necessários, portanto, novos elementos para justificar a afirmação de que a RVT concorra com a RCT-3, sobre a qual se fundamenta a explicação para as percentagens de aplicação daquela regra no contexto de vogal alta vizinha.

Do ponto de vista teórico, a RVT tem em comum com a RVE o fato de ambas serem regras variáveis, enquanto se diferencia da RCT pelo fato de esta

última ser categórica. Considerando a *Regra categórica de timbre* como a regra básica do dialeto, aquela que se aplica primeiro, seria dela que a *Regra variável de timbre* – tanto quanto a *Regra variável de elevação* – suprimiria os dados. Vendo a questão por esse ângulo, será natural a conclusão de que uma e outra concorram com a *Regra categórica de timbre*. Assim, pares de variantes como *m[u]derna / m[o]derna* e *r[i]p[i]tir / r[e]p[i]tir* seriam resultantes da vitória dessas duas regras sobre a RCT-3. Mas as duas regras têm diferentes *status* sociolinguísticos: a RVT resulta de um estereótipo; a RVE é uma regra supradialetal, que produz variantes raramente estigmatizadas¹³⁸.

Tentou-se ainda verificar, nesse segmento do *corpus*, o efeito das consoantes vizinhas sobre a RVT, como se fez quando se estudou a RVE. Os resultados obtidos, contudo, não oferecem uma margem interpretativa confiável. No caso da variável /O/, o próprio programa que calcula a probabilidade de aplicação da regra diante de certos fatores não seleciona nem o grupo das consoantes precedentes nem o grupo das consoantes subsequentes. Quando a variável dependente estudada é /E/, as consoantes subsequentes e as consoantes precedentes, respectivamente, figuram como o quarto e o quinto grupos selecionados, isto é, como o antepenúltimo e o penúltimo grupos em ordem de importância para a aplicação da RVT. A possibilidade de o contexto consonântico exercer qualquer influência sobre essa regra depende, pois, do exame de um *corpus* mais amplo, constituído especialmente para investigar essa regra.

Considerando os fatores linguísticos que possam interferir na RVT, a amostra ora examinada sugere ainda duas hipóteses:

- a. que a atonicidade das variáveis dependentes, /O/ e /E/, exerça influência sobre essa regra, uma vez que parte dos dados – a de pretônicas casuais – poderia sofrer interferência da altura da vogal acentuada do radical não-derivado (cf. 2.1.3.1.3 e 2.1.4);
- b. que a RVT incida preferencialmente sobre uma parte do léxico, a das palavras socialmente marcadas como não populares, ou empregadas em estilo mais tenso.

¹³⁸ É verdade que essa regra não se aplica igualmente no léxico, criando variantes algumas vezes marcadas regionalmente, que são também pouco prestigiadas em outras regiões, como [bu'ta] e [su'fa].

Para verificar a validade da primeira hipótese, inicialmente submeti os dados ao programa dividindo os [o]s e os [e]s (Tabela 24) em três grupos: de átonas permanentes (*pr[e]sidente, s[e]guradora, p[e]rmitir, f[o]rmulário, pr[o]cura* etc.); de átonas casuais, que figuram na família derivacional pelo menos uma vez como acentuada média (*resolv[e]ria / *resolv[e]r; prec[e]dido / *prec[e]do, *prec[ε]de; c[o]rrida / *c[o]rro, *c[ɔ]rre* etc.); e de átonas casuais, que não figuram na sua família derivacional como vogal média acentuada (*el[e]vado / *el[ε]vo; transf[ε]rência / *transf[i]ro, transf[ε]re; melh[o]ria / *melh[ɔ]r* etc.)¹³⁹.

Os resultados obtidos foram os seguintes:

Tabela 24: RVT: atonicidade das pretônicas

	Recuada /O/		Não-recuada /E/	
A – Átona permanente (<i>r[e]vista, pr[o]pina</i>)	43/65	66,1%	83/131	63,3%
B – Átona casual :: acen. baixa e alta (<i>ref[e]rida – ref[ε]re/ref[i]ro</i>)	14/65	21,5%	30/131	22,9%
C – Átona casual :: acen. média e baixa (<i>d[e]ver – d[e]vo/d[ε]ve</i>)	8/65	12,3%	18/131	13,7%

Fonte: Elaborada pela autora.

A gradação dos percentuais e a coerência entre os resultados referentes à variável recuada e à variável não-recuada propiciam tentadoras possibilidades de interpretação. Entretanto os percentuais na Tabela 24 foram calculados considerando o total de vogais a que se aplicou a RVT. Se os percentuais relativos às três classes de dados ali apresentadas forem obtidos levando em conta a totalidade dos dados deste trabalho, os resultados não apresentariam qualquer possibilidade de leitura, como se vê a seguir, na Tabela 24¹:

¹³⁹ Os conceitos de átona permanente e átona casual, tomados de empréstimo a Bisol (1981), foram explicitados em 2.1.3.1.3. Porém o agrupamento de átonas casuais que se fez aqui diferiu do estabelecido na Tabela 14, não só devido ao baixo número de dados mas também à diferença de propósitos. O grupo de átonas casuais que podem variar com uma acentuada média reúne os grupos 3 e 4 da Tabela 14 e o grupo de átonas casuais que nunca variam com uma acentuada média reúne os grupos 2 e 5 daquela tabela. A divisão anterior foi testada por meios computacionais e os resultados obtidos indicaram a não pertinência dos fatores.

Tabela 24': Atonicidade das pretônicas na totalidade da amostra

	Recuada /O/		Não-recuada /E/	
Grupo A	43/654	6,6%	83/1052	7,9%
Grupo B	14/344	4,1%	30/415	7,2%
Grupo C	8/179	4,5%	18/236	7,6%

Fonte: Elaborada pela autora.

Com essa divisão, os números pareceram indicar que a *Regra variável de timbre* se aplica preferencialmente sobre as pretônicas átonas permanentes e menos sobre as pretônicas casuais que permitem uma variante média. Veja-se a Tabela 24'', adiante.

Desaparece, pois, a aparente coerência da Tabela 24, que reflete, como se verá a seguir, na Tabela 24''¹⁴⁰, apenas a contribuição de cada grupo dentro do *corpus*:

Tabela 24'': Contribuição dos grupos de atonicidade no total da amostra

	Recuada /O/		Não-recuada /E/	
Grupo A	654/1177	55,6%	1052/1703	61,2%
Grupo B	344/1177	29,2%	415/1703	24,4%
Grupo C	179/1177	15,2%	236/1703	13,8%

Fonte: Elaborada pela autora.

Note-se que as percentagens se aproximam nas duas tabelas, 24 e 24'', e que na última se restabelece a gradação da primeira, do que se conclui que a atonicidade da variável dependente não exerce qualquer influência sobre a aplicação da *Regra variável de timbre*.

Considere-se, então, a hipótese (b), segundo a qual a RVT se aplicaria mais a palavras marcadas com o traço [-popular] ou [-formal]. A dificuldade de examinar essa hipótese reside na necessidade de o pesquisador decidir arbitrariamente, consultando apenas o seu idioleto, quais os vocábulos a que o falante atribuiria esse traço, do qual poderia depender a aplicação da RVT.

¹⁴⁰ Esta tabela foi construída a partir dos dados da Tabela 14.

Para contornar essa dificuldade, submeti o fragmento do *corpus* em questão neste capítulo (i.e., os vocábulos em que se aplicou a RVT) ao julgamento de 12 informantes com características semelhantes aos que forneceram os dados desta pesquisa. Foram tomados ao acaso oito mulheres e quatro homens, todos portadores de diploma universitário, que nasceram ou viveram a maior parte de suas vidas em Salvador.

Pedi a esse grupo de usuários da variedade culta de Salvador que opinasse sobre o emprego popular ou não popular de 130 vocábulos dispostos em uma lista, constituída apenas de palavras com pretônicas no contexto C__(\$)C. Uma parte desse segmento da amostra era formada de verbos, que deliberadamente foram colocados no infinitivo, com exceção de um, que se deixou na forma em que ocorreu (futuro do pretérito) para verificar se seria ela também responsável pelo traço investigado.

Os resultados, dispostos a seguir, apresentam o número atribuído ao informante dessa consulta, a quantidade de vocábulos que ele considerou não populares e a porcentagem dessa parte do *corpus* que isso representa. As opiniões divergiram relativamente pouco de informante para informante, com exceção dos informantes 10 e 11, que se afastam muito dos demais:

Quadro 6: Julgamento dos vocábulos atingidos pela RVT

Nº inf.	Nº de vocábulos [-popular]	%
12	99	76,1
4	98	75,4
3	91	70,0
1	87	66,9
8	86	66,1
6	81	62,3
2	79	60,8
9	77	59,2
5	75	57,7
7	68	52,3

11	45	34,6
10	37	28,5
Total	923	59,2

Fonte: Elaborado pela autora.

O maior número de vocábulos apontados como não-populares foi 99 (Inf. 12) e o menor número, 37 (Inf. 10). A oscilação não é tão grande como parece à primeira vista. Excluindo os inf. 10 e 11, os outros dez consideram mais de 50% da amostra [-popular], e sete deles atribuem esse traço a mais de 60% da amostra.

Levando em conta, de um lado, o número de vezes que se atribuiu esse traço aos vocábulos apresentados e, do outro, o número de vezes em que isso poderia ocorrer (número de informantes x número de vocábulos da lista), seria possível afirmar que a média de vocábulos [-popular] na amostra seria de 59,2% (923/1560).

Parece, entretanto, que a média assim calculada recebeu contribuição excessiva dos informantes 10 e 11, cujo julgamento se distancia muito dos demais. Na tentativa de evitar o que me pareceu uma distorção, resolvi calcular a média desses julgamentos excluindo esses informantes, por assim dizer, “atípicos”. Tomando o número dessas respostas ao teste obtidas entre os outros dez informantes e o total de vocábulos oferecidos à sua apreciação, chega-se a uma nova taxa, de 64,7% (841/1300), que parece mais representativa, embora ainda não satisfatória por não receber nenhuma contribuição dos informantes 10 e 11.

Qualquer que seja, porém, o modo de obter a média dos julgamentos, pode-se afirmar que, segundo os usuários consultados, a parcela da amostra aqui tratada contém cerca de 60% de vocábulos considerados não-populares, dito de outro modo, de vocábulos que caracterizariam o falante como usuário de uma variedade “cult”.

Pode-se estabelecer ainda uma hierarquia entre os itens lexicais que foram considerados não-populares por mais de seis informantes, que representam 58,3% dos falantes consultados.

Quadro 7: Itens considerados de estilo não-popular

Número de itens	Número de infs.	% de inf.
14 itens	12/12 inf.	100%
22 itens	11/12 inf.	91,6%
17 itens	10/12 inf.	83,3%
7 itens	9/12 inf.	75%
11 itens	8/12 inf.	66,6%
7 itens	7/12 inf.	58,3%
Total: 78 itens		

Fonte: Elaborado pela autora.

Como se vê, não houve completa unanimidade no julgamento. Muito pelo contrário, somente 14 dos 78 itens obtiveram o mesmo julgamento dos 12 informantes.

Se a maior ou menor concordância entre os informantes puder ser interpretada como uma hierarquia própria do léxico, porque pode representar maior ou menor rigor no julgamento dos informantes, será possível supor que essa hierarquia represente também diferenças de registro¹⁴¹. Assim estabelecido, os 14 itens que obtiveram unanimidade no julgamento dos informantes entre pelo menos seis informantes, segundo essa interpretação, pertenceriam a um registro mais formal do que os 7 itens que obtiveram esse julgamento de menos de 58,3% dos informantes.

Naturalmente um estudo tão superficial como este sobre o “status” desses vocábulos não poderia confirmar ou negar qualquer hipótese. Entretanto, se ela for verdadeira, seria legítimo dizer que a RVT não só se aplica mais sobre o segmento do léxico marcado como não popular, como se mostrou acima, mas também mais frequentemente à parte desse segmento que pertence ao registro mais formal. Observe-se que, somando as formas que foram julgadas “cultas” por mais de nove informantes, obtém-se o total de 53 itens, enquanto aquelas que assim foram consideradas por menos de 10 informantes somam 25 itens. Há, como se vê, uma diferença superior a 100% entre os dois grupos. Isso corresponde a dizer que o grupo de itens considerado mais formal é muito maior do que o considerado informal.

¹⁴¹ A hipótese de relacionar o caráter formal do vocábulo e traços fonológicos de prestígio foi levantada por Fischer (1974, p. 87-98) em seu conhecido artigo sobre a variação *-ing* e *-in* na fala de crianças de uma comunidade rural na Nova Inglaterra, publicado, inicialmente, pela revista *Word*, em 1958.

Como argumento em favor dessa hipótese, tome-se o seguinte trecho de Labov (1981b, p. 184): “No estilo formal todo mundo usa mais das formas que são mais típicas dos falantes de classe alta; no estilo informal, as dos outros. Usualmente a extensão do estilo e da estratificação de classe é quase a mesma. [...]”¹⁴².

O estudo dessa parte da amostra permite ainda outra consideração. Foi dito anteriormente que os verbos foram apresentados no infinitivo com uma exceção, buscando observar se o traço [-popular] que lhe atribuiriam os informantes se relacionaria com o morfema lexical ou se se prenderia ao morfema gramatical. A exceção foi feita ao verbo *poder*, que figurou no questionário na sua forma do futuro do pretérito (*poderia*). Procurava-se, com isso, compreender a aplicação da RVT sobre os verbos *ser*, *ter*, *dever*, *poder* e *resolver*, que incontestavelmente não portariam o traço [-popular], já que são itens utilizados por qualquer grupo social e em qualquer situação. Desde que tais verbos ocorreram nas formas de futuro, pouco frequentes no dialeto de falantes de baixa escolaridade e no registro coloquial, quando são substituídas por *ir* + infinitivo e pela forma do imperfeito, supôs-se que essa fosse a razão da aplicação da regra.

Como se esperava, nenhum desses quatro verbos postos no infinitivo foram considerados forma particularmente culta por qualquer dos informantes, enquanto *poderia* obteve esse julgamento por parte de 10 entrevistados, dois dos quais, sem que se tivesse perguntado, justificaram seu julgamento pelo emprego do futuro do pretérito.

Outra observação que sugere interferência de fatores morfossintáticos na aplicação da RVT é a grande incidência, nesse segmento do *corpus*, de verbos na forma do particípio. Foram 16 entre os 47 verbos documentados, constituindo, pois, 34% da amostra. Não se tem elementos, como no caso do futuro do pretérito, para relacionar a forma do particípio ao traço [-popular]. É possível que a explicação para sua significativa presença no *corpus* possa se vincular, antes, ao tipo de construção sintática em que ela ocorra, tema que motivaria continuar esta investigação.

A *Regra variável de timbre* foi abordada até aqui do ponto de vista dos seus possíveis condicionamentos linguísticos, tomando-se o termo no seu sentido estrito, ainda que os relacionando, vez por outra, a motivações sociais. A conclusão possível é a de que a RVT é favorecida pelo contexto de vogais altas e, secunda-

¹⁴² Do original: “In formal style, everybody uses more of the forms that are more typical of high class speakers; in informal styles, the other way around. Usually, the magnitude of style and class stratification is about the same [...]” (tradução minha).

riamente, de vogais nasais e ainda que se aplica principalmente sobre vogais de vocábulos marcados como [-popular]. Levantou-se também a hipótese de que, entre esses vocábulos, os marcados como [+formal] favoreçam a aplicação da regra. Procura-se, a seguir, considerar fatores sociais para verificar sua possível contribuição na aplicação dessa regra.

3.2 VARIÁVEIS SOCIOLINGUÍSTICAS

Buscou-se, sem a presunção de deixar o terreno das hipóteses – tanto pela própria natureza do trabalho como pelo número de dados –, examinar essa conjectura lançando mão dos recursos estatísticos que oferecem os programas SWAMINC e VARBRUL-2 (cf. 1.2.1), já utilizados na investigação da RVE. Tendo em vista que não se incluía no projeto original o estudo da RVT, é compreensível que o estabelecimento dessas variáveis sociais seja precário e que outras variáveis devam ser consideradas por aqueles que desejarem levar esta investigação adiante.

Para a aplicação da *Regra variável de elevação*, a maioria das variáveis sociais consideradas se mostrou inócua. Somente o grau de escolaridade dos pais, revelador da procedência social do locutor, apresentou um leve efeito sobre a regra. A RVE se aplicou levemente mais entre os informantes que não constituíam a primeira geração de universitários na família, isto é, aqueles cujos pais (ou pelo menos um deles) também tinham concluído curso universitário (cf. 2.1.3.2). O efeito desses fatores sobre a *Regra variável de timbre* foram mais expressivos. Na primeira fase da incursão sobre esse aspecto do problema, calculou-se o efeito desses fatores separando, como se tem feito até agora, as variáveis recuadas e não-recuadas. Eis os primeiros resultados:

Tabela 25: Contribuição das variáveis sociais à RVT

	Recuada /O/			Não-recuada /E/		
	F		P	F		P
25 – 35 anos	11/291	3,8%	0,36	15/492	3%	0,33
36 – 55 anos	37/342	10,8%	0,73	58/576	10,1%	0,64
56 anos ou +	18/310	5,8%	0,40	58/726	8%	0,52
Homens	33/514	6,4%	-	60/940	6,4%	0,45
Mulheres	33/429	7,7%	-	71/854	8,3%	0,55
NU-1	55/600	9,2%	0,69	113/1205	9,4%	0,67
NU-2	11/343	3,2%	0,31	18/589	3,1%	0,33

Fonte: Elaborada pela autora.

De acordo com a Tabela 25, é justo relacionar a RVT a algumas variáveis sociais. As mais relevantes foram: *faixa etária e procedência social*. Nesses dois grupos de fatores, os traços mais favoráveis são, respectivamente, a faixa etária 2 (36 – 55 anos) e a primeira geração universitária (NU-1), cujos índices de probabilidade, em ambos os casos, se aproximam de 0,70, qualquer que seja a zona de articulação da variável dependente, se recuada ou não-recuada.

Os primeiros resultados, portanto, permitem que se façam algumas conjecturas. Eles sugerem, primeiramente, que a RVT esteja relacionada com um movimento de ascensão social, já que atinge mais os locutores cujos pais não tiveram acesso à Universidade (NU-1: P = 0,69 para [o] e P = 0,67 para [e]) e que, portanto, ganharam, com seu próprio esforço, o prestígio que essa instituição parece ainda conferir aos que por ela passam. Os locutores NU-2, que, por herança, já pertencem a esse grupo social e por isso são menos sensíveis ao prestígio, apresentam índices baixos de aplicação da RVT (P = 0,31 para [o] e P = 0,33 para [e])¹⁴³.

Favorece a interpretação dada acima o fato de, no Brasil, só nos últimos vinte anos¹⁴⁴ o ingresso na Universidade ter-se tornado uma aspiração para os

¹⁴³ Ressalte-se que, inversamente, é o grupo NU-2 o maior favorecedor da RVE (cf. 2.1.3.2), regra muito antiga na língua e que tem aplicação multidialetal.

¹⁴⁴ Tenha-se em mente que este trabalho foi escrito na década de 1980, portanto refiro-me aos anos 1960. Hoje, felizmente, essa aspiração se estendeu a parte da classe trabalhadora.

integrantes da classe média. É possível relacionar esse fenômeno à escassez de empregos econômica e socialmente compensadores para indivíduos de escolaridade média e à abertura de novas instituições de ensino. Assim as carreiras universitárias parecem ter passado a figurar como um dos poucos caminhos viáveis para a ascensão da classe média, especialmente de seus setores mais pobres, e até de alguns pouquíssimos membros da classe operária.

Seria possível ver também nesse movimento ascendente e no prestígio social decorrente a razão pela qual a RVT atinge mais os locutores da faixa 2 (aqueles que se situam entre 36 e 55 anos). Nessa faixa etária, a probabilidade de aplicação da regra vai a 0,73, no caso de [o], e a 0,64, no caso de [e]. É nesse período de suas vidas que os indivíduos dessa classe social são mais ativos econômica e socialmente, já se estabeleceram como profissionais, já assumiram responsabilidades, diferentemente dos locutores da faixa 1, que ainda lutam pelo reconhecimento material do seu trabalho. Desse modo, a RVT apresenta características de uma regra estável, com distribuição etária que corresponde a um padrão curvilíneo com ápice na faixa intermediária, de que têm falado algumas pesquisas brasileiras.

O entendimento da RVT como uma regra que introduz, no dialeto, uma variante de prestígio, levaria à expectativa de que o grupo das mulheres, que, em muitos casos, tem-se mostrado sensível a esse traço social, constituísse também um fator favorável à sua aplicação. No entanto as probabilidades referentes à variável *sexo* expostas na Tabela 26 não permitem a inferência de que a distinção *homem x mulher* concorra na produção das variantes [o] e [e]. Em um caso, o da variável dependente /O/, o grupo nem é selecionado pelo programa; no outro, o de /E/, as probabilidades se aproximam de 0,5, apesar de as percentagens não serem absolutamente baixas.

Ao contrário, as percentagens, mais significativas, apresentam uma pequena diferença em favor das mulheres, tanto para [o] (M: 7,7%; H: 6,4%) quanto para [e] (M: 8,3%; H: 6,4%), diferença pequena, mas confirmada nas probabilidades conferidas à realização de [e] diante desses fatores (P = 0,55 para as mulheres e P = 0,45 para os homens).

Tendo em vista que na Tabela 27 se verifica uma relativa coincidência de resultados entre a variável dependente recuada e não-recuada em todos os grupos de fatores e que, mesmo ao serem abordados os fatores linguísticos, a diferença de zona de articulação da variável dependente não produz efeitos significativos (cf. 3.1), decidiu-se continuar a investigação das variáveis sociais sem considerar o traço [recuado]. Tal resolução não alterou fundamentalmente os resultados,

mas trouxe como vantagem concentrar mais dados em cada célula, permitindo novos recortes na amostra com resultados mais confiáveis.

O primeiro recorte foi feito separando os dados conforme o sexo dos informantes, por esse fator não se ter mostrado anteriormente muito claramente relevante à aplicação da regra. Procurava-se, com isso, examinar melhor o pequeno efeito produzido pelas mulheres sobre a RVT, pela expectativa que se formou sobre esse grupo de informantes. Os resultados dessa listagem são expostos abaixo, na Tabela 26:

Tabela 26: RVT nos grupos de sexo

	Homem			Mulher		
	F		P	F		P
23 – 35 anos	16/437	3,7%	0,32	10/345	2,9%	0,45
36 – 55 anos	27/430	6,3%	0,56	68/503	13,5%	0,69
56 anos ou +	50/579	8,6%	0,62	26/470	5,5%	0,35
NU-1	79/1128	7%	0,59	89/688	12,9%	0,70
NU-2	14/318	4,4%	0,41	15/630	2,4%	0,29

Fonte: Elaborada pela autora.

O cruzamento dos grupos de fatores *sexo* e *procedência social* ratifica o resultado da Tabela 25 no que se refere a este último: o fator NU-1 (primeira geração de universitários) continuou sendo indicado como o maior favorecedor da RVT, qualquer que seja o sexo do falante, e mostra ainda uma gradação na probabilidade de a regra se aplicar, escamoteada na tabela anterior: o fator NU-1 é mais atuante no grupo das mulheres, onde a regra tem probabilidade 0,70, do que no dos homens, cuja probabilidade fica em 0,59.

Esses dados parecem, pois, confirmar pesquisas anteriores, que têm observado, entre as mulheres, mais do que entre os homens, um comportamento linguístico voltado para o prestígio social. O presente trabalho permite, desse modo, considerar os grupos sociais emergentes, mulheres e indivíduos de origem não-culta, um fator importante para a aplicação da RVT, como se supôs anteriormente.

O cruzamento dos grupos de fatores *sexo* e *faixa etária*, por sua vez, implicou uma reformulação dos resultados da Tabela 25, acrescentando algumas observações interessantes. Primeiro: no caso dos homens, se desfaz o padrão

curvilíneo que se tinha delineado antes e se estabelece uma distribuição descendente em relação às gerações mais novas (H_3 : $P = 0,62$; H_2 : $P = 0,56$; H_1 : $P = 0,32$), mas, no caso das mulheres, esse padrão se mantém (M_3 : $P = 0,35$; M_2 : $P = 0,69$; M_1 : $P = 0,45$). Assim, conservando, de uma parte, o padrão curvilíneo característico da variação estável e, de outra, a distribuição etária com as faixas mais jovens aplicando menos a regra, não foi possível alterarem-se as conclusões anteriores sobre a natureza da variação. Segundo: entre os indivíduos que aplicam mais a regra, é visível uma gradação liderada pelas mulheres da faixa intermediária (M_2 : $P = 0,69$; H_3 : $P = 0,62$; H_2 : $P = 0,56$), confirmando observações de outras pesquisas, segundo as quais as mulheres estão na frente dos homens quando está em jogo o fator prestígio. Terceiro: que os H_3 ($P = 0,62$) têm comportamento distinto do das mulheres da mesma faixa, que não aplicam a RVT na mesma proporção ($P = 0,35$). A diferença na distribuição etária das variantes, contudo, não parece estar vinculada à história dos homens, mas à trajetória social da mulher, especialmente no que se refere ao mercado de trabalho. No Brasil, só nos meados do século XX as mulheres começaram a participar ativamente do processo econômico. São, portanto, as mulheres da geração aqui classificada como F_2 que conquistaram esse espaço na sociedade e que, nesta pesquisa, se comportam como os homens.

A atuação das mulheres sobre a RVT lembra a observação de Labov (1982 [1969]) sobre a participação de grupos étnicos no processo de mudança linguística: “Novos grupos étnicos que entram na comunidade de fala participam das mudanças linguísticas em processo *somente quando começam a ganhar direitos locais e privilégios* em termos de emprego, habitação e acesso à estrutura social” (LABOV, 1982 [1969], p. 78) (grifos meus)¹⁴⁵.

Guardadas as devidas proporções, foram as mulheres da F_2 que conquistaram esses privilégios, pelo menos como um grupo social, privilégios que os homens mais velhos não pertencentes à elite adquiriram uma geração antes, quando ascenderam socialmente, processo possivelmente também facilitado pelo acesso à Universidade. Portanto só aparentemente as mulheres da F_3 contradizem essa hipótese de explicação dos dados da Tabela 26, uma vez que em Salvador poucas mulheres dessa faixa alcançaram o mesmo grau de escolaridade que as mulheres da F_2 ¹⁴⁶ e não pareciam motivadas pelo prestígio, como os homens do seu tempo.

¹⁴⁵ Do original: “New ethnic groups that enter the speech community participate in linguistic changes in progress only as they begin to gain local rights and privileges in terms of jobs, housing and access to the social structure” (tradução minha).

¹⁴⁶ Isso se tornou claro desde a seleção de informantes para posterior gravação. Além de ter sido mais difícil encontrar mulheres nessa faixa etária que tivessem completado um curso

Aceitando a hipótese, desenvolvida anteriormente, de que a RVT corresponda ao empréstimo de um traço linguístico do dialeto sulista, seria razoável aplicar para essa regra, como se fez acima, a observação de Labov (1982 [1969], p. 78-79) em relação ao papel das mulheres na mudança linguística. Ele afirma que as pesquisas têm demonstrado que o comportamento conservador das mulheres é limitado tanto pela sua história particular como pela história da sua comunidade. E acrescenta que esse comportamento coletivo prevalece mesmo entre as mulheres cujas histórias individuais foram diferentes das histórias das mulheres do seu grupo.

Desse modo, uma interpretação plausível dos fatos seria a de que o comportamento das M_3 nesta pesquisa se explicaria pela história do seu grupo social, que até uma certa época permaneceu alijado da vida profissional. Por isso, embora tivessem furado o bloqueio social do seu tempo, ao passar pela Universidade e ter exercido uma profissão, essas mulheres reagiram menos positivamente ao apelo do prestígio, representado pelos [o]s e [e]s pretônicos aqui examinados.

O segundo cruzamento a que o *corpus* foi submetido separou os dados de acordo com a faixa etária do informante, como se vê na Tabela 27, a seguir:

Tabela 27: RVT nas três faixas etárias

	F_1 (25 – 35 anos)			F_2 (36– 55 anos)			F_3 (56 anos ou mais)		
	F	P		F	P		F	P	
Homem	16/287	5,6%	-	27/437	6,2%	0,40	50/380	13,2%	0,60
Mulher	10/197	5,1%	-	68/503	13,5%	0,60	26/315	8,2%	0,40
NU-1	14/263	5,3%	-	61/483	16,8%	0,73	73/610	12%	-
NU-2	12/221	5,4%	-	14/457	3,1%	0,25	3/85	3,5%	-

Fonte: Elaborada pela autora.

Os dados estatísticos apresentados nessa tabela demonstram, mais uma vez, que os mais jovens só minimamente aplicam a RVT, o que poderia significar que essa regra não tende a se espalhar pelas novas gerações; antes, parece que essa regra atinge os indivíduos a partir da maturidade. Reafirmam eles a maior atuação sobre as mulheres da faixa etária 2 (M_2) do que sobre os homens dessa mesma faixa e do grupo que constitui a primeira geração universitária (NU-1).

Surpreendentemente, porém, na faixa 3, o único fator apontado como relevante foi o *sexo* (masculino) do informante. O fator *procedência social* não foi

universitário, muitas das que se enquadravam nos critérios do Projeto NURC se recusavam a permitir a gravação.

selecionado pelo programa, o que, aparentemente, contraria a hipótese de que seja o traço propulsor da RVT o prestígio, perseguido por grupos sociais em ascensão, ou seja, o de locutores que alcançam pela primeira vez em suas famílias a Universidade. Esse novo dado, se confirmado, imporia uma questão: por que os locutores femininos da faixa 2 aplicam mais a RVT quando pertencem ao grupo NU-1?

A seleção dos informantes explica, contudo, essa aparente contradição entre as duas faixas etárias. Examinemos o Quadro 8, abaixo:

Quadro 8: Distribuição dos informantes na amostra estudada

		H	M	Total
F ₁	NU-1	3	1	4
	NU-2	1	3	4
F ₂	NU-1	2	2	4
	NU-2	2	2	4
F ₃	NU-1	4	3	7
	NU-2	-	1	1

Fonte: Elaborado pela autora.

A única faixa etária em que há um perfeito equilíbrio entre os fatores é a F₂, onde há quatro informantes NU-1 e quatro NU-2, distribuídos igualmente entre os fatores Homens e Mulheres.

Por uma série de critérios adotados para a seleção do *corpus* do Projeto NURC estudado no presente trabalho e por uma limitação inerente à faixa etária três, cujos pais nasceram ainda no século XIX e fizeram o curso universitário quando a frequência à universidade era ainda mais elitizada¹⁴⁷, dos oito locutores que forneceram os dados da F₃, sete constituem a primeira geração universitária da família. Assim, como era de se esperar, o programa VARBRUL-2 não pôde calcular o peso do fator *procedência social* do informante, porque os elementos formadores do grupo mais favorecedor da regra (H₃) não se distinguiram perfeitamente por esse fator. Os 85 dados de informante NU-2, que impediram a eliminação do grupo dos cálculos de percentagem, foram todos obtidos de uma única mulher, a cujo pai, farmacêutico, se atribuiu *status* universitário, considerando a peculiaridade da época.

¹⁴⁷ A Universidade Federal da Bahia foi fundada em 1946. Antes, as faculdades existentes eram frequentadas por muito poucos.

Diante dessas ponderações, conclui-se, então, que, ao contrário do que aparentava, o fator NU-1 atua também sobre a regra na terceira faixa etária, o que aliás fica evidente quando se aprecia a percentagem de aplicação da RVT na presença desse fator: diante de NU-1 registraram-se 12% de pretônicas médias.

Reconheço que essas observações, tanto quanto todas as que se fizeram ao longo da presente seção, são precárias, principalmente porque não partem do exame de uma amostra especialmente constituída para investigar esse fenômeno, do qual não se tinha conhecimento, pelo menos como ocorrência generalizada dentro do dialeto. Antes deste trabalho, eu o identificava com o comportamento idiossincrático de alguns locutores, talvez até reagindo como falante nativa dessa variedade, em consonância com o grupo etário de que fazia parte, na época, o F₁, tido como o menos sensível à RVT neste trabalho.

É, portanto, uma tentativa circunscrita aos dados disponíveis a interpretação da *Regra variável de timbre* como uma regra estável, que toma variantes médias de empréstimo a dialetos de cidades economicamente bem sucedidas do Sul do país e atua sobre grupos sociais emergentes (especialmente mulheres de classe média ascendente), sensíveis ao fator prestígio numa faixa etária que coincide com a da estabilidade profissional.

O exame dos dados do APFB (cf. 2.1.1.2), colhidos cerca de 13 anos antes do *corpus* do Projeto NURC e que dele distam não só pelo tempo mas por alcançar locutores não escolarizados de áreas rurais, indica que a RVT pode ser uma inovação urbana. Não se pode sair do terreno das hipóteses ainda aqui. Não se conhecem, no momento, outras fontes, dados reais, transcritos ou gravados, nem mesmo dados bibliográficos da variedade soteropolitana em épocas passadas, sobre as quais se pudesse reconstituir uma origem para a regra que contrariasse os dados de tempo aparente aqui considerados.

Por outro lado, como já se disse anteriormente, só se conseguiu um bom cruzamento dos grupos de fatores *sexo x procedência social* na segunda faixa etária. Nas demais, esses fatores se distribuíram desigualmente. Esse desequilíbrio dentro de dados pouco numerosos torna mais frágeis as conclusões acima.

Além disso, a observação assistemática, provocada pela descoberta da regularidade dessa regra e decorrente das relações cotidianas dentro dessa comunidade linguística, faria minar qualquer certeza, se por acaso houvesse alguma, de que esses [o]s e [e]s estivessem limitados ao grupo social aqui examinado ou mesmo a essas faixas etárias. Ao contrário, eles já foram ouvidos entre empregadas domésticas, entre estudantes universitários na faixa de vinte anos e até em crianças de pouca idade.

Por tudo isso, apesar de a análise dos dados aconselhar uma conclusão favorável a essa estabilidade da RVT, é visível a necessidade de voltar ao tema com uma amostra diversificada, que possa testar essa hipótese.

O PERCURSO DAS PRETÔNICAS

Como explicar essa maneira tão própria da fala nordestina, da qual faz parte o subfalar de Salvador, primeira cidade do Brasil a ser a capital da colônia portuguesa e, por isso, por muito tempo polo difusor da língua invasora? Como compreender que esse dialeto, filiado às primeiras variedades transplantadas da Metrópole, tenha como característica as pretônicas abertas que lá parecem não estar hoje nem, como acredita a maioria, no português do século XVI? E por que elas persistem no Nordeste e são quase totalmente ausentes no Sul do país?

4.1 VOGAIS PRETÔNICAS NA HISTÓRIA DA LÍNGUA

Por causa dessas questões, este trabalho contempla também, tanto quanto possível, o plano diacrônico com o auxílio dos testemunhos de gramáticos e ortógrafos. Não se espere, porém, um terreno muito fértil. Nesse campo rende relativamente pouco a incursão pelas gramáticas e ortografias dos séculos passados para clarear a questão de origem. Mas, como na arqueologia, vale muito encontrar os cacos dispersos do passado, no meio de uma rocha profunda. São realmente muito poucas as referências à realização de vogais pretônicas nas anotações dos gramáticos e ortógrafos, já que elas não interessavam a estudio-

sos cuja meta era, quase sempre, o estabelecimento de uma escrita portuguesa, embora alguns, como Oliveira (1975 [1536])¹⁴⁸, se preocupassem também com a descrição da língua, dizendo claramente:

Examinemos a melodia da nossa língua e essa guardemos, como fizeram outras gentes, e isto desde as mais pequenas partes, tomando todas as vozes e cada uma por si, e vendo em elas quantos diversos movimentos faz a boca com também diversidade do som e em que parte da boca se faz cada movimento, porque nisto se pode discutir mais distintamente o próprio de cada língua. (OLIVEIRA, 1975 [1536], p. 47)

Desde o século XVI, gramáticos e ortógrafos apontaram oito vogais do português, embora ainda se chegue ao século XVII discutindo a sua natureza, como o faz, nesta passagem, Bluteau (1728, p. 192): “Muito me admira a repugnância dos nossos ortógrafos Álvaro Ferreira de Vera e Joio Franco Barreto, em admitir no idioma português dois EE, um longo e outro breve ou um pequeno e outro grande”.

Quando se referem assim às vogais, têm em mente o sistema de vogais (e às vezes a norma) em posição acentuada, sem considerar a sua produção em sílabas inacentuadas. Isso explica as poucas informações sobre as vogais em sílabas pretônicas, que quase sempre se obtêm de comentários secundários, às vezes restritos a algumas variedades do português, ou da “lista de erros”, que alguns desses trabalhos encerram. É desse material que se deve valer quem quiser perscrutar o passado das pretônicas.

4.1.1 A elevação

A observação mais frequente sobre as vogais não-altas antes do acento é a que se refere à sua elevação em alguns contextos átonos. Referem-se a ela, por exemplo: Fernão de Oliveira, em 1536; Duarte Nunes do Lião, em 1576; Pe. Bento Pereyra, em 1666; Joam de Franco Barreto, em 1671; Rafael Bluteau, em 1728; Francisco Felis Carneiro, em 1783; Abraham Mendola, em 1785; Manoel Dias de Sousa, em 1804.

Mas, se desde 1536 Fernão de Oliveira registra a alternância [o] :: [u], só a partir de Lião (1576) encontram-se referências à alternância [e] :: [i] e, mesmo

¹⁴⁸ Vale a pena lembrar que a *Gramática da linguagem portuguesa* é a primeira a descrever a língua falada em Portugal e a estabelecer as primeiras normas.

assim, Mendola (1785) a ela se refere como um traço dialetal¹⁴⁹. Veja-se a lição, em um diálogo entre o mestre e o discípulo:

M. Em que difere o dialeto do Algarve do da Estremadura?

D. Difere na pronúncia porque ao E fechado pronunciam como I, assim como *Pedaço*, dizem *Pidaço*, e ao I pronunciam como E fechado, assim como *Dizer* pronunciam *Dezer* e em outras causas. (MENDOLA, 1785, p. 35)

Na verdade a alternância [e] :: [i] é também mencionada por Oliveira em 1536, mas não é exemplificada em contexto pretônico. Depois de referir-se à troca entre *somir* e *sumir*, *dormir* e *durmir*, *bolir* e *bulir*, ele diz: “E outro tanto entre i e e pequeno, como *memória* ou *memórea*, *glória* ou *glórea*” (OLIVEIRA, 1975 [1536], p. 64).

Isso levou estudiosos da língua portuguesa a concluir que a alternância *alta x não-alta* só tenha atingido a série das não-recuadas na segunda metade do século XVI. Realmente ela figura em 1576 da lista da *Reformação de algumas palavras que a gente vulgar usa e escreve mal* formulada por Lião (veja-se, por exemplo, *milhor*, *milhoria*, *mialheiro* corrigidas para *melhor*, *melhoria*, *mealheiro*). Também constam da lista de “reformações” de Pereyra (1666): *gimer* para *gemer*, *hirege* para *herege*, *pidir* para *pedir*, *piqueno* para *pequeno*, *vistir* para *vestir*. Mas essa alternância não aparece claramente referida nas duas gramáticas da primeira metade do século XVI. Entretanto em estudo sobre a grafia de João de Barros, cuja gramática data de 1540, Teyssier (1966) constatou formas como *dilicado*, *conhicimento*, *pirigo*, *bibiam*, *mistiço*, *minimo* ao lado de outras, mais numerosas, como *senifiquam*, *possebilidade*, *deregida*, *demenuir*, *requíssima* etc. Sem levar em conta a análise que o autor faz dessas ocorrências, que se poderia discutir¹⁵⁰, a documentação dessas grafias parece sugerir que a alternância

¹⁴⁹ Uma publicação recente flagra a elevação no português no Brasil, mais precisamente na Bahia, do século XVI ao século XVIII. Trata-se do trabalho de Telles (2019), intitulado “Representação das vogais pretônicas nos livros do tombo”, que, como anuncia no título, levantou as ocorrências de substituição ilegal de pretônicas médias por altas nos livros do tombo do Mosteiro de São Bento em Salvador, na Bahia. A autora revela que conseguiu observar desde o século XVI a elevação em um dos contextos que se tornou quase categórico no português brasileiro moderno. Esse trabalho é um dos capítulos do livro *História do português brasileiro*, uma coletânea de estudos sobre diversos temas, que reúne um grupo dos mais considerados linguistas brasileiros.

¹⁵⁰ Em vários pontos de seu artigo (p. 164, 165, 194), Teyssier (1966) nega, tanto para a alternância [o] :: [u] quanto para [e] :: [i], uma motivação fonológica para o fenômeno quando ela ocorre entre os verbos, explicando-a pela morfologia e por dissimilação e dilação, ou ainda por hipercorreção, quando ocorre em vocábulos de outra classe, o que poderia ser contestado.

[e] :: [i] precede a data antes fixada, talvez não mencionada pelos gramáticos por não estar no nível de consciência do falante.

A alternância entre média e alta não-recuadas, documentada ao longo dos séculos, é tratada, aliás, por Bluteau (1728) como herança latina:

Padece o I português a mesma mutabilidade que o I latino. [...] em muitas escrituras latinas se tem achado o I trocado em E, como v.g. Menerva por Minerva [...]. Segundo Varro e Aulo Gellio a razão desta recíproca e frequente troca destas duas vogais é a grande afinidade que têm entre si. [...] No português tem estas duas vogais a mesma afinidade que no latim; e esta, sem dúvida, é a razão porque na escritura e pronúncia portuguesa uma por outra se troca. (BLUTEAU, 1728, p. 203)

Que na formação do vocalismo português fundiram-se, respectivamente, [ĩ] e [ũ] com [ē] e [ō] pela perda do traço de quantidade latino, é matéria que não se discute mais na Filologia Românica. A troca nos escritos da época entre essas vogais está longamente documentada. O curioso é que, mesmo aceitando a tese de que essa alternância tenha começado no português na segunda metade do século XVI, ela permaneça até nossos dias. Isso se explicaria, segundo Révah (1959), porque o processo de elevação (ele só se refere a [o] > [u], mas seria cabível estender a hipótese a [e] > [i]) foi detido por pressão morfológica e ortográfica, ou seja, pelas seguintes razões:

- a) a tendência em manter, ao menos aproximadamente, a unidade vocálica da palavra e de seus derivados [...]. (Por exemplo: *af[e]to* / *af[e]etivo*);
- b) a tendência em manter a unidade vocálica do tema verbal em toda a conjugação. (Por exemplo, *receb[e]r* / *receb[e]ria* / *receb[e]sse*);
- c) uma reação conhecida que restabelecia o O etimológico ou ortográfico. Diz-se, por aí, que na pronúncia escolar do latim todo E e O eram abertos: esta pronúncia escolar do latim teria agido igualmente sobre o português. (RÉVAH, 1959, p. 290)¹⁵¹ (exemplos meus)

Aliás, essa opinião de Révah (1959) coincide com a tese de Houaiss (1958, p. 274), que diz: “Concomitantemente nesse terreno, se pode ver, com maior nitidez talvez que em outros campos fonéticos, o jogo de influências recí-

¹⁵¹ Do original: “(a) la tendance à maintenir, au moins approximativement, l’unité vocalique du mot et des ses dérivés [...]; (b) la tendance à maintenir l’unité vocalique du thème verbal dans toute la conjugaison; (c) une réaction savante qui rétablissait le O étymologique ou orthographique. On sait, par ailleurs, que, dans la prononciation scolaire du latin, tout E et tout O étaient ouverts: cette prononciation scolaire du latin a également agi sur le portugais” (tradução minha).

procas entre a deriva popular e a restauração erudita por via, sobretudo, da feição escrita da linguagem”.

Qualquer que seja, então, a data da origem da alternância pretônica *alta x não-alta*, é forçoso concluir que ela tem permanecido estável por, pelo menos, quatro séculos, o que certamente explicará o caráter geral que o fenômeno tem no português moderno e as diferentes marcas deixadas no léxico em cada região.

4.1.2 O timbre

Mais difícil é documentar, nos primeiros séculos de existência da língua portuguesa, a variação de timbre entre as vogais não-altas que se observa no Brasil. A tese mais abraçada é a de que, nas posições inacentuadas, elas eram sempre médias fechadas – salvo exceções explicadas pela etimologia.

Essa posição se confirmaria em dois dos pares de exemplos usados por Oliveira (1975 [1536], p. 64) no século XVI, em que alternam abertas e fechadas, correlacionadas com acentuada e não-acentuada, respectivamente. Ensina ele: “Das vogais se trocam ω e o , ϵ e e , a e α . E assim outras, como [...] alegre e alegria e amaram e amarão”¹⁵². Essa opinião é defendida por muitos estudiosos da língua portuguesa. Ela se depreende, por exemplo, das cautelosas palavras de Carvalho (1969b):

Quanto à sílaba não-final [referindo-se apenas às átonas], tem-se admitido desde Cornu, que a não ser nalgumas palavras como mèzinha e mòrgado em que estavam respectivamente por \underline{e} e \underline{o} , elas representavam constantemente até o século XVIII as vogais fechadas \hat{e} e \hat{o} , tais como ainda hoje se encontram na realização da pronúncia brasileira de palavras como *meter* e *morada*. (CARVALHO, 1969b, p. 77)

Mas se, como afirma Révah (1959, p. 283), é verdade que alguns gramáticos antigos – desde Fernão de Oliveira no século XVI, até Luís Caetano de Lima e Jerônimo Contador de Argote na primeira metade do século XVIII – testemunham a realização média de [e] e [o] pretônicos, por outro lado é possível verificar, em pelo menos um deles, a preocupação de corrigir pronúncias “abertas” e admitir outras, além de oferecer raros, mas reais, indícios de que a abertura das vogais era em certos casos condicionada. Fica muito claro no texto a seguir, de Caetano de Lima, transcrito de Révah (1959, p. 291), o caráter normativo que orientava aquele autor, assim como a existência da alternância [ɔ] :: [o] :: [u] em sílaba pre-

¹⁵² Os símbolos utilizados por Oliveira (1975 [1536], p. 49) são: ω para [ɔ], ϵ para [ɛ], α para [a], que ele chama “grandes”; o para [o], e para [e], α para [ə], “pequenos”.

tônica no século XVIII, não mencionada por outros gramáticos: “Assim também devemos usar em *Prócuração* e *Prócuradores*, mas não no verbo *Procuero*, *Procurar*, que alguns pronunciam impropriamente com O aberto, como fazem em certas províncias”.

Daí podem-se extrair algumas conclusões: primeiro, que em alguns casos a norma permitia [ɔ] numa distribuição que podia ser morfológica (nos nomes, mas não nos verbos); segundo, que em certas províncias o uso teria simplificado o contexto (não só nos nomes mas também nos verbos); terceiro, que esse uso ainda não era admitido pela norma escolar, isto é, ainda era considerado um “erro” a ser corrigido.

Considere-se a observação de Naro (1973a) sobre a realização aberta do /O/ pretônico em posição inicial:

O mais antigo gramático a mencionar a posição inicial é Monte Carmelo em 1767 (citado em Cornu 1904:943-4), que considerou o *o*– como *u*–, tanto nas sílabas abertas quanto nas fechadas, um caso de popularismo. Porém na mesma época e também depois, havia outra forma popular como *ó*, pelo menos nas sílabas fechadas (Monte Carmelo citado em Cornu, 944); Gonçalves Viana 1883:58; Silva 1879, citado em Sanches, 1941:76). (NARO, 1973a, p. 42)

Coincidem com essa observação as 19 ocorrências de [ɔ] (em sílaba aberta) de *òraçam* na Gramática de João de Barros, recolhidas por Teyssier (1966, p. 162), o que sugere, pelo menos a título de hipótese, que, provavelmente menos frequente, *o* “aberto” pretônico ocorreria no português em posição inicial desde o século XVI.

Na verdade, não consegui localizar em Carmelo (1767) a referência mencionada por Cornu (1881). Encontrei apenas uma única observação explícita sobre a abertura de vogais (antes de *-l*, citada adiante). No entanto seu *Compêndio de ortografia* contém uma lista de palavras em que o autor assinala com acento agudo uma das pretônicas, quase sempre contígua à tônica. O referido ortógrafo pretendia com essa lista ensinar palavras portuguesas que têm “dois acentos”, principalmente aos brasileiros: “Finalmente costumam pronunciar-se com dois acentos dominantes as Dicções do seguinte catálogo e as derivadas, as quais devem notar bem os brasilienses, porque confundem bem os acentos de nossa língua” (CARMELO, 1767, p. 128).

Desse ensinamento e da lista em que constam palavras como *Órador*, *Óraçãam*, *Nórdéste*, *Debóchar-se*, *Méstrádo*, *Adéstrár*, *Véhículo*, pode-se inferir que as pretônicas, portadoras do segundo acento, eram também baixas, como

é a pronúncia do Norte e Nordeste do Brasil ainda hoje, e que àquela altura a variedade da Colônia já não seguia fielmente a regra do português europeu, ou seja, tinha-se perdido aí o acento secundário. A primeira conclusão se fundamenta em algumas observações. Primeiro: no corpo da obra, as vogais da sílaba tônica recebem ora o acento agudo (*Chocoláte, Colhér, Barómetro*), ora o acento circunflexo (*Bofête, Burlêsa, Altarpedrôso*), do que se infere que serviam eles para distinguir vogais baixas e médias, respectivamente, em algumas circunstâncias, já que nem todas as sílabas tônicas mereciam acento gráfico. Segundo: ocorrem, nesses dados, pretônicas marcadas com acento agudo antes de grupos consonânticos como *cc, ct, pc, pt* (*Nóctívaga, Afféctuôsa, Objêçâm, Conjéctura*), conhecidos contextos de vogais baixas no português europeu moderno¹⁵³. Terceiro: muitas das pretônicas não-recuadas assinaladas com acento agudo precedem a consoante *l* (*Bélgrádo, Bélmônte, Béldroêga, Délgado*), contexto ainda hoje considerado propiciador de [ɛ] tanto no português europeu quanto no brasileiro (cf. SILVEIRA, 1964, p. 65; BARBOSA, 1965, p. 138-145; TEYSSIER, 1966, p. 191; MATEUS, 1982, p. 219-220). Quarto: finalmente, é o próprio Carmelo (1767, p. 137) que, nesse contexto (*___l*), estabelece uma relação entre acento agudo e qualidade de vogal quando ensina que “A letra E [...] antes de –l se pronuncia como se tivesse acento agudo”. Ora, o acento agudo era o sinal gráfico, estabelecido pela tradição, que marcava as tônicas, também baixas, e que Carmelo (1767) adotou, conforme se demonstrou acima.

Assim, considerando que os acentos agudos sobrepostos às vogais nas palavras dessa lista não assinalam apenas uma subtonicidade (se assim pode ser interpretada a noção de acento do autor) mas também a sua realização baixa, deve-se concluir que as pretônicas [+bx] no século XVIII não só existiam mas eram numerosas¹⁵⁴ e condicionadas fonológica e morfologicamente: a vizinhança

¹⁵³ Cf., entre outros, Viana (1883, p. 44-45), Nascentes (1953 [1922], p. 28-29) e Cuesta e Luz (1971, p. 260).

¹⁵⁴ É possível que o número exceda o dos registros encontrados, pois parece prática geral – até hoje adotada, aliás – só se assinalar a abertura das vogais quando elas recebem algum tipo de acento. Não se pode garantir se as letras *e* e *o* não assinaladas em *Octógenária* e em *Corréctiva* eram [+bx] ou [-bx]. Fatos como esses surpreendem por não terem sido considerados por romanistas como Révah (1958; 1959), Hart Jr. (1955) e Carvalho (1969b), que certamente não os desconheciam. Carvalho (1969b, p. 92) chega mesmo a concluir o oposto sobre a frequência das vogais abertas, embora as inclua depois, a “título provisório”, no quadro fonológico das pretônicas dos séculos XVI e XVIII: “Destas observações parece, pois, dever concluir inequivocamente que no princípio do século XVIII, ao menos na variedade idiomática representada por D. Luís Caetano (natural de Lisboa), os grafemas átonos *e*, *o* equivaliam (com exceção do *diminuto número de casos* em que representavam [ɛ] e [ɔ] na pretônica) sempre aos fones vocálicos [e] e [o], o mesmo em sílaba final, inclusive em hiato, onde hoje lhes corresponde geralmente uma

de certas consoantes e a sub-acentuação são fatores fonológicos claros nesses dados, assim como a interferência da morfologia se evidencia na referência que o autor faz à derivação em texto supracitado.

Mas não só Carmelo (1767) registra esses dados. Listas de palavras com dois acentos encontram-se também em Feijó (1739), que precedeu Carmelo em cerca de trinta anos, ainda que ele próprio advirta que “raras vezes se usa na mesma palavra o mesmo acento” (FEIJÓ, 1739, p. 134).

O uso dos acentos agudo e circunflexo, na obra de Feijó (1739), para distinguir o timbre das vogais é claro. Veja-se a definição em moldes acústicos, que ele próprio faz do seu uso:

Aqui só usaremos do acento agudo e do circunflexo: agudo para sinal do som predominante alto e forte para carregar na vogal que o tiver, que é este á, é, í, ó, ú. O circunflexo para sinal de que não havemos de carregar com toda força, mas com um meio tom ou semitom na vogal que o tiver, que é este â, ê, î, ô, û, v.g.. *Póvos* tem acento agudo na primeira sílaba, porque nela se deve levantar o tom carregando no **o** com todo o som que ele tem. *Pôvo*, ôvo têm acento circunflexo na primeira sílaba, porque devemos moderar o som de maneira que carregue só com meio tom o **o**. *Pôvo*, ôvo e não *Póvo*, óvo. (FEIJÓ, 1739, p. 134)

Para examinar melhor esse material tomem-se, inicialmente, as vogais em posição inicial absoluta e, em seguida, as vogais depois de consoantes.

4.1.2.1 Em posição inicial

Como outros já observaram, a substituição de [o] por [u] em posição inicial consta da lista de Carmelo (1767) como “abuso” frequente (documentam-se em cerca de 50 palavras). A pronúncia [u], inovadora, é rejeitada. Temos corrigidas *Ulivença* por *Olivença*, *Ullaria* e *Ulleiro* por *Olaria* e *Oleiro*, *Uperário* por *Operário*, *Urelha* por *Orelha*, entre outras. Nesta posição, *sem alternar com [u]* e com um exemplário um tanto reduzido, se encontra [ɔ], em contexto bem determinado, ou seja, quando a pretônica recebe um acento (o que acontece em vários casos antes dos grupos consonânticos já citados, como em *Ópçã*, *Óptativo*, mas também fora deles: *Óxala*, *Óraçam*, *Óradôr*).

Um século depois, Viana (1883) revela uma distribuição estrática bem diversa dessas pronúncias em sílaba inicial fechada: [u] torna-se a pronúncia culta e se rejeita a realização [+bx], [ɔ], que é a do povo, sem se cogitar – ressalte-se – de uma outra, [-bx]. Confira-se:

semivogal fechada [ĩ ũ] (égoa, fêmea)” (grifos meus).

As vogais **a** e **o**, quando elas são iniciais em uma palavra numa sílaba fechada, guardam geralmente o som aberto; se pronuncia pois *hortelão*, *hospedar*, *armário* e *aspirante* como *òrtelãũ*, *òspedár*, *àrmáriũ*, *àspirãte*¹⁵⁵. Ouve-se frequentemente *ũrticũltũrã* (*horticultura*) *ãrmãzãĩ* (*armazém*) e sobretudo *ãspirár*; esta pronúncia, contudo, não é a do povo, se bem que bastante comum entre pessoas instruídas, que têm uma pronúncia própria a elas; o povo continua a dizer *ũ armãzãĩ* (*um armazém*), *ũ òrtelãũ* (*um hortelão*), *ũ mòšpedãriã* (*uma hospedaria*)¹⁵⁶. (VIANA, 1883, p. 58)

Essa realização baixa, popular, é a que deve ter inspirado, no Brasil, Silva (1879, p. 31), que, recomendando a “pronúncia brasileira” de [e] e [o] – em posição inicial absoluta ou depois de consoante – a jovens recém-chegados das universidades portuguesas, diz que, para os portugueses, o “[...] ô fechado não pode, como ê, ser por eles empregado fora da sílaba de acento prosódico e dizem ou *hóspital*, *ófcial*, *óbservatório*, *prócuração*, *ócasão* ou *cucheira*, *mudista*, *murrer*, *curtar* (cast. *Cortar*), apesar de parecer a quem ouve que ele vem de *curto*”, ressaltando, porém, em nota jocosa, a possibilidade de, aqui, alternarem [o] e [u] em alguns casos: “Confessemos que no Rio de Janeiro pronunciamos *culégio*, *cularinho*, *culete*, *culher*, e só não dizemos *cucheira*, por se recear talvez que o ouvinte se distraia murmurando: sim, porém, mal... e perca o fio do discurso” (p. 66). E conclui mais tarde:

Na fala do Brasil **o** está para **o** de Portugal como o nosso **e** está para o homônimo de lá. Se os **Primos** excluem ô fechado da sílaba não prosodicamente acentuada, nós outros excluimos dela ó aberto, fechando-o se passa de um vocábulo para um seu derivado¹⁵⁷. (SILVA, 1979, p. 33)

A tendência a pronunciar como baixo o /O/ inicial conserva-se em Portugal no século XX. Vasconcelos (1901) registra, nos dialetos da Estremadura e do

¹⁵⁵ No sistema de transcrição de Viana (1883, p. 54-57), ò, à são vogais plenas de timbre aberto, logo baixas, e *ã* *ẽ* *ũ* *ẽ* *ũ* são todas vogais reduzidas. Nesse último grupo a diferença de notação corresponde à diferença de contextos onde elas ocorrem.

¹⁵⁶ Do original: “Les voyelles **a** et **o**, lorsqu’elles sont initiales d’un mot dans une syllabe fermée, gardent généralement le son ouvert; on prononce donc *hortelão*, *hospedar*, *armário* et aspirante comme *òrtelãũ*, *òspedár*, *àrmáriũ*, *àspirãte*. On entend souvent *ũrticũltũrã* (*horticultura*), *ãrmãzãĩ* (*armazém*) et surtout *ãspirár*; cette prononciation, cependant, n’est pas celle du peuple, quoique assez commune parmi les gens instruits, qui se sont fait une prononciation, à eux; le peuple continue de dire *ũ armãzãĩ* (*um armazém*), *ũ òrtelãũ* (*um hortelão*), *ũ mòšpedãriã* (*uma hospedaria*)” (tradução minha).

¹⁵⁷ Silva (1879) deixa explícito que está descrevendo o uso na variedade do Rio de Janeiro, embora generalize para a *fala do Brasil*.

Alentejo, as ocorrências de [ɔ] e de [o], que, segundo ele, em outras partes do país e “na língua literária, se pronuncia –u” (VASCONCELOS, 1901, p. 101).

Barbosa (1965, p. 136) admite no português ultramarino uma variante baixa em posição inicial “notadamente diante de r, em certos dialetos menos polidos”. Segundo o autor, é possível mesmo alternar toda a série [u] :: [o] :: [ɔ], de acordo com uma certa “distribuição social”:

[...] tal é, por exemplo, o caso de *operário, hospedar, ouvir*, cuja vogal inicial, que é [o] no falar da maioria das pessoas cultas, e pode ter o timbre [u] ou [ɔ] em outros idioletos, da mesma forma que o [u] que se atesta no falar normal de Lisboa em uma forma como *urinar* é substituído por [o] ou por [ɔ] em dialetos populares.¹⁵⁸ (BARBOSA, 1965, p. 136)

No dialeto baiano que aqui se estuda, é predominante a realização baixa nessa posição¹⁵⁹. Pela documentação disponível, assim se dá também no resto do Nordeste e no Norte, ao contrário do Sul, região (parte dela, o Rio de Janeiro) a que se referiam as observações de Silva (1879) acima expostas.

Quanto à vogal não-recuada, há muito poucos indícios de que se realizasse como baixa em posição inicial de palavra, como ocorria com a sua contraparte recuada. Os únicos exemplos de que se dispõe (*herçada, herética, edificar, edifício/edéficio*) foram registrados na obra de João de Barros por Teyssier (1966, p. 191-192), que os explica por razões etimológicas. Embora muito frequentes (*heréticas*, por exemplo, ocorre 50 vezes), o que afasta a hipótese de erro dos copistas, são muito pouco numerosos os itens lexicais em que ocorrem para constituírem uma documentação comprovadora.

Em Carmelo (1767) nota-se apenas a tendência de [e] passar a [i] pelo que se deduz da “lista de correções”: *Hidionda* corrigida para *Hedionda*, *Inorme* corrigida para *Enorme*, *Impolgar* corrigida para *Empolgar*, *Incampar* corrigida para *Encampar*, *Izquiróla* corrigida para *Esquiróla*. Mas se essa inclinação da língua popular emerge facilmente da lista, não se pode ter certeza quanto à altura (baixa ou média) da vogal da forma prestigiada, uma vez que só em sílabas que detêm o “segundo acento” essa distinção foi feita. Desse ponto de vista, a pronúncia

¹⁵⁸ Do original: “[...] tel est, par exemple, le cas de *opérario* (ouvrier), *hospedar* (héberger), *ouvir* (entendre), dont la voyelle initiale, qui est [o] dans le parler de la plupart des gens cultivés, peut avoir le timbre [u] ou [ɔ] dans d’autres idioletes, de même que le [u] que l’on atteste dans le parler normal de Lisbonne dans une forme comme *urinar* (uriner) se voit remplacé par [o] ou par [ɔ] dans des idioletes ‘populaires’” (tradução minha).

¹⁵⁹ Cf. seção 2.2.1.2 para a descrição completa desse uso em Salvador.

do E inicial em *Hedionda*, *Esquiróla*, *Epilépsia*, *Ecónomia* tanto poderia ser [e] quanto [ɛ].

O [ɛ], baixo, em posição inicial absoluta também não encontra registro em Viana (1883). Ao contrário, as suas observações se referem à realização alta, [i], combatida por Carmelo (1767), como se vê no trecho: “[...] quando uma palavra começa por e (ou he) átono, este e se pronuncia *î* diante de uma contínua palatal, diante de todas as outras consoantes; **elogio** e **esposo** se pronunciam *ilujíu*, *îšpôsiu*” (VIANA, 1883, p. 58)¹⁶⁰.

A menos que a Viana (1883) tenha escapado uma variante baixa (com o que poucos concordariam), a realização que Barbosa (1965, p. 136-138) observa em vários dialetos em determinados contextos (diante de l e R)¹⁶¹ é uma restauração recente, uma vez que não se poderia negar que [ɛ] (inicial ou não), pelo menos diante de l, seja um fato antigo na língua. Ele já é reconhecido, como já se viu em páginas anteriores, no século XVIII por Carmelo (1767).

A hipótese de restauração pela ortografia é possível e mesmo provável, a julgar por este trecho de Barbosa (1965, p. 137), referente ao e em posição inicial de palavra: “Pouco importa que os timbres ê e è não sejam tradicionais diante de /N/ e /R/, respectivamente; mesmo se eles são devidos, na origem, à influência da ortografia, não fazem menos parte do inventário de unidades fônicas de que se servem numerosos locutores”¹⁶².

4.1.2.2 Em posição não-inicial

Em posição não-inicial são ainda as listas de Carmelo (1767) que fornecem maiores informações sobre a abertura das médias pretônicas nos séculos passados. Ainda condicionadas à presença do “segundo acento” (ou só neste contexto

¹⁶⁰ Do original: “[...] lorsqu’un mot commence par e (ou he) atone, cet e se prononce *î* devant une continue palatale, *î* devant toute autre consonne; *elogio* et *esposo* se prononcent *ilujíu*, *îšpôsiu*” (tradução minha).

¹⁶¹ Confira-se: “Na série anterior, os dois fones ê e è representam um só fonema. De fato, è só é atestado, em início de palavra, diante de /l/ e /R/, ao passo que ê só o é diante de /N/ e /w/ (seguido ou não de /S/)” (BARBOSA, 1965, p. 136). Do original: “Dans la série antérieure, les deux phones ê et è représentent un seul phonème. En effet, è n’est attesté, à l’initiale de mot, que devant /l/ et /R/, alors que ê ne l’est que devant /N/ et /w/ (suivi ou non de /S/)” (tradução minha). O contexto “diante de R” também é reconhecido por Barbosa (1965, p. 136) como favorecedor de [ɔ], em “dialetos menos polidos”, conforme se verá mais adiante.

¹⁶² Do original: “Peu importe que les timbres [e] et [ɛ] ne soient pas traditionnels devant N et R, respectivement, même s’ils sont dus, à l’origine, à l’influence de l’orthographe, il n’en reste pas moins qu’ils se trouvent faire partie de l’inventaire des unités phoniques dont se servent régulièrement plusieurs locuteurs” (tradução minha).

reveladas?) e de grupos de consoantes vizinhas, registram-se [ɔ] e [ɛ], a primeira menos frequente do que a segunda, mas em número, ainda assim, expressivo.

Não se pode pensar rigorosamente em termos de frequência quando se trata de dados como esses. Os ortógrafos – como se faz até hoje – sinalizavam os dois graus de abertura só em sílabas acentuadas, intuindo, provavelmente, o afrouxamento das oposições em contextos inacentuados, circunstâncias em que as variações são toleradas. Vale mais, então, observarem-se os dados em sua especificidade.

Encontram-se registradas em Carmelo (1767) cerca de 40 palavras com [ɔ] em sílaba antes da tônica. Em todas elas a vogal aberta se encontrava em sílaba secundariamente acentuada e algumas antes dos grupos consonantais já referidos: *Jecócçâm*, *Cógniçâm*, *Adòptár*. Em outras se poderia reconhecer a influência do R (*Lórdello*, *Mórtecôr*, *Nórdéste*, *córar*, *górár-se*) a que modernamente se referem Barbosa (1965, p. 136), em trecho citado anteriormente, e Mota (1979, p. 140)¹⁶³. Em outros vocábulos o [ɔ], “aberto”, não parece se justificar senão pelo acento secundário: *Cóchim*, *Cótio*, *Disóvár*, *Envóvia*, *Espójár-se*, *Ecónomia* etc.

Feijó (1739) também dá testemunho da realização de [ɔ] em posição não-inicial de sílaba. Encontram-se, no seu trabalho, aproximadamente 25 ocorrências dessa vogal em sílaba pretônica, nos mesmos contextos registrados anteriormente em Carmelo (1767): antes de certos grupos consonantais (*Adópção*, *Adóptivo*, *Nóctiluz*); precedendo /R/ ou /r/ (*Mórtecôr*, *Mórdomo*, *Córagem*); e em outros contextos (*Estópada*, *sótavento*) onde só o acento secundário poderia justificá-la.

As pretônicas baixas não-recuadas são muito mais numerosas nas listas de Feijó (1739) e de Carmelo (1767). Da lista do primeiro constam mais de 50 palavras onde ocorre o [ɛ] pretônico; da lista do segundo, mais de 200. Entre elas, um número razoavelmente grande está no contexto de ___l, que corresponde ao da regra explicitada por Carmelo (1767) já aqui mencionada (cf. 2.1.2). Encontram-se em ambos os ortógrafos: *Béltrão*, *Adélgaçar*, *Béldáde*, *Délgáda*, *Félpada*, *Félpudo*, *Mélgáço*, *séttada*, *sélvática*, entre outras.

¹⁶³ Confira-se: “[...] é muito frequente no dialeto a realização da vogal inacentuada como [+bx] quando na mesma sílaba ou em sílaba contígua ocorre uma das consoantes /r/ ou /x/. Esta frequência não se limita a Ribeirópolis, mas estende-se por uma área mais ampla, como se pode comprovar com ocorrências de algumas formas aqui citadas em outras localidades de Sergipe ou da Bahia” (MOTA, 1979, p. 140). Na transcrição dessa autora, o símbolo /r/ representa o fonema consonântico vibrante simples e o símbolo /x/, a fricativa velar, que alterna, entre outras, com a vibrante múltipla de outros dialetos.

Observa-se que algumas dessas palavras (*Séttáda*, *Sélvática*) são derivadas, guardando a qualidade da vogal tônica primitiva, processo que vigora ainda na língua contemporânea (cf. 2.1.4).

Por outro lado há, em grande número, palavras em que a vogal portadora do “segundo acento” se encontra antes dos grupos *cc*, *ct*, *pç*, *pt*, *gm*, *gn*, que, como já se disse, ainda condicionam vogais baixas no português lusitano moderno: *Projécçâm*, *Séccção*, *Arquitéctûra*, *Colléctár*, *cóllecção*, *dilécção*¹⁶⁴, *Obrépcâm*, *Percépçâm*, *Concéptivel*, *Excéptuár*, *Esmégmática*, *Ségmento*, *Régnante*, *Rég-nativa* e muitos outros. Ao lado desses outros, veem-se ainda *Fléxivél*, *Refléxi-onár*, *Séxagésima*, *Séxénio*, *Véxaçâm*, *Véxâr*. Observe-se que apenas nas duas últimas palavras o grafema *x* que segue a vogal [ɛ] não representa hoje o grupo [ks] no Nordeste.

Finalmente, fora de todos esses grupos – e sem origem nos ditongos latinos *ae* ou *ee* –, há um certo número de *es* baixos portadores do “segundo acento”: *Répública*, *Rézênde*, *Rhétórica*, *Véreadôr* e *Epilépsia*, cujo grupo, *ps*, não foi mencionado por ninguém.

Viana (1883), um século depois, não desconhecia a existência de [ɛ] e [ɔ] em sílaba pretônica e os explica:

Nós queremos ainda ressaltar que uma vogal átona que não é neutra, isto é, um *e*, um *a*, um *o*, que guardam a pronúncia de á, è (ê), ò (ô) em uma sílaba aberta indica na maioria dos casos o *desaparecimento de uma consoante, de uma vogal ou de uma sílaba inteira*. Assim a palavra [...] *credor* (*krèdôr*) é uma contração de *credor*, de *creditorum* [...]. O verbo bastante moderno *optar* se pronuncia *òptár*; o verbo mais antigo *adoptar* se pronuncia *qđòtár* ou *qđutár*¹⁶⁵. O *p*, o mesmo que o *c*, é geralmente nulo diante de *t*, ele torna aberto, contudo, as vogais *a*, *e*, *o*, que precedem, e que sem essa consoante se tornariam *ã*, *ẽ*, *õ* ao perderem o acento. (VIANA, 1883, p. 44-45)¹⁶⁶

¹⁶⁴ Entre os dois ortógrafos há uma divergência na grafia de [ãw̃] final. Feijó (1739) prefere *-ãõ*, Carmelo (1767), *-ãm*.

¹⁶⁵ O pequeno círculo em *ã*, *ẽ* serve para transcrever vogal neutra.

¹⁶⁶ Do original: “Nous ferons encore remarquer qu’une voyelle atone qui n’est pas neutre, c’est-à-dire un *e*, un *a*, un *o* qui gardent la prononciation de à, è (ê), ò (ô) dans une syllabe ouverte indiquent dans la plupart des cas la disparition d’une consonne, d’une voyelle, ou d’une syllabe entière. Ainsi le mot [...] *credor* (*krèdôr*) est une contraction de *credor*, de *creditorum* [...]. Le verbe assez moderne *optar* se prononce *òptár*; le verbe plus ancien *adoptar* se prononce *qđòtár* ou *qđutár*. Le *p*, de même que le *c*, est généralement nul devant *t*; il rend ouvertes, cependant, les voyelles *a*, *e*, *o*, qui précèdent, et qui sans cette consoante seraient devenues *ã*, *ẽ*, *õ*, en perdant l’accent” (tradução minha).

Essa explicação, contudo, não é suficiente para cobrir todos os casos de vogais baixas da lista de Carmelo (1767). Parece que assim não se explicam, por exemplo, *répública* (<*rēspūblica*), *Rhétórica* (<*rhētórica*), *nórdeste* (fr. *nordest*), *enxóvia* (talvez do árabe *ās-šāuā*).

A frequência das vogais baixas que emerge dessa lista pode ser talvez a razão da impressão de Silva (1879, p. 26-27) de que os portugueses tivessem “antipatia pronunciada contra ê fechado”. Comenta o autor nas mesmas páginas: “E fora da sílaba do acento prosódico nunca pode ser fechado, como ensina S. Barbosa aos portugueses. Por isso ou dizem *véstoria*, *esquécimento*, *métade*; ou *m’tade*, *m’droso*, *v’rdolengo*”.

Ainda que essa observação estivesse imbuída de um certo exagero, no contexto de ___l, pelo menos, o português europeu moderno tende a substituir os seus já raros [e]s por [ɛ]s, de acordo com a informação de Barbosa (1965, p. 145):

Deve-se, no entanto, excluir do sistema de oposições /e/-/ɛ/ que parece atestar, diante de /L/ final de sílaba, a natureza respectiva das vogais de *feltrar*, *felpar* e *relvar*, *selvagem*: com efeito, não há senão muito poucas palavras onde se encontra um [e] na posição indicada, o que explica que, mesmo nessas palavras, o timbre seja frequentemente substituído por [ɛ], o que é notadamente o caso em *felpado*, *felpudo*¹⁶⁷. (BARBOSA, 1965, p. 145)

Observe-se que as últimas palavras tidas como exemplo de substituição de [e] por [ɛ] já têm a pretônica aberta desde as listas de Carmelo (1767), como citado acima.

Na grafia de João de Barros, esse condicionamento já era pressentido, pelo que se infere da manifestação cautelosa de Teyssier (1966, p. 191): “Sobre os casos onde as oposições se anularam, as grafias não são muito explícitas. Mas se pode supor que, diante de l velar, havia sempre ‘E grande’. É o que implica a pronúncia atual [o autor se refere à de Portugal], por exemplo, de *delgado* com *ç*”¹⁶⁸.

¹⁶⁷ Do original: “On doit cependant exclure du système l’opposition /e/-/ɛ/ qui semble attester, devant L final de syllabe, la nature respective des voyelles de *feltrar* ‘feutrer’, *felpar* ‘pelucher’ et de *relvar* ‘gazonner’, *selvagem* ‘sauvage’: il n’y a en effet que très peu de mots ou l’on trouve un [e] dans la position indiquée, ce qui explique que, dans mots mêmes, ce timbre soit souvent remplacé par [ɛ], ce qui est notamment le cas dans *felpado* ‘velu, peluché’, *felpudo* ‘peluché’” (tradução minha).

¹⁶⁸ Do original: “Sur les cas où les oppositions s’annulaient, les graphies ne sont pas très explicites. Mais on peut supposer que, devant l vélaire, on avait toujours “E grande”. C’est ce qu’implique la prononciation actuelle, par ex. *delgado* avec *ç*” (tradução minha). Na transcrição do autor, *ç* = [ɛ].

O grande número de pretônicas abertas das listas desses ortógrafos, sobretudo na de Carmelo (1767), também coincide com a frequência delas na obra de João de Barros (1540), conforme ensina seu pesquisador: “Em um número bastante grande de palavras se encontra o grafema *ç* em posição pretônica, misturado a *e*” (TEYSSIER, 1966, p. 191)¹⁶⁹.

Essa coincidência não se verifica apenas no número, mas até em algumas palavras que, na obra de João de Barros (1540), de acordo com o estudo de Teyssier (1966), são grafadas com *e*. Estão nas três obras, na do século XVI e nas do século XVIII¹⁷⁰, alguns vocábulos que, vale notar, em Barros (1540) não são marcados por um segundo acento:

Quadro 9: Lista comparativa

João de Barros (1540)	Feijó (1739)	Carmelo (1767)
-	<i>acrédor</i>	<i>acrédôr</i>
<i>bęsteiros</i> ¹⁷¹	-	<i>béstêiro</i>
<i>conęctura</i>	-	<i>conęctûra</i>
<i>crędor</i>	<i>credor</i>	<i>crédôr, crédôra</i>
<i>fręcheiros</i>	-	<i>fréchêiro</i>
<i>fręchar</i>	-	-
<i>fręchada</i>	-	-
<i>gęrar</i>	-	<i>gérár</i>
<i>gęraçam, gęraçã</i>	<i>geração</i>	<i>géraçâm</i>
<i>gęravam</i>	-	-
<i>gęrou</i>	-	-
<i>gęrado</i>	-	-
<i>gęral, gęraes</i>	-	-
<i>gęralmente</i>	-	-
<i>męzinha</i>	<i>mezinha</i>	<i>mézinha</i>
-	<i>mézinhar</i>	<i>mézinhar</i>
-	<i>pregadores</i>	-

¹⁶⁹ Do original: “Dans un assez grand nombre de mots on trouve le graphème *ç* en position prétonique, mêlé à *e*” (tradução minha).

¹⁷⁰ A coincidência entre as listas de Feijó (1739) e Carmelo (1767) é maior e foi objeto de estudo cuidadoso em outra ocasião... Este capítulo foi publicado em forma de artigo em 2013, na revista *Linguística*, v. 9, n. 2, p. 121-138, Rio de Janeiro, UFRJ, sob o título “Uma possível história das pretônicas brasileiras”.

¹⁷¹ Observe-se que é *ç* a notação de Barros (1540) para a vogal aberta.

<i>pregando</i> (dar conselho)	<i>pregar</i>	<i>prégar</i>
<i>pregara</i>	-	-
<i>pregação</i>	-	-
<i>setada</i>	-	<i>settada</i>

Fonte: Elaborado pela autora.

Deixando de lado a sempre possível ocorrência de erros, Teyssier (1966, p. 191-193) apontou três origens para os numerosos [ɛ]s da obra de Barros (1540): as duas etimológicas, mencionadas por Viana (1883, p. 44-45), anteriormente citado, ou seja, a redução do ditongo latino *ae* e a do hiato *ee* – como em *preposições* (< *praepositio*) e *possedores* (que ele relaciona com o esp. *poseedor*); e uma morfológica, segundo a qual os derivados costumam reter em sílaba pretônica a vogal aberta, primitivamente tônica (como *adverbiais* em relação a *advérbio*). Como já se viu, esse processo, ainda vivo na língua moderna, se verifica também em Carmelo (1767), o que parece sugerir uma ligação entre as três sincronias.

Além disso, a interseção entre os dados de Barros (1540), Feijó (1739) e Carmelo (1767) conduz à conjectura de que, deixando de lado o natural desaparecimento de uns vocábulos – como realmente aconteceu com *trędor*, *posędor*, segundo Teyssier (1966, p. 192) – e o aparecimento de outros, essas listas sejam apenas uma parte (talvez pequena) do vocabulário real da época a conter pretônicas baixas, omitidas por gramáticos e ortógrafos, possivelmente por não lhes conferir importância para os seus propósitos. Em outras palavras, é possível supor que o número de vocábulos com pretônicas baixas excedesse significativamente às listas mencionadas.

É curioso que a maioria dessas palavras seja assim pronunciada hoje nos dialetos do Nordeste. Ao contrário do Sul, ouve-se aqui, como também em Portugal, por exemplo, *arquit[ɛ]tura*, *s[ɛ]ção*, *s[ɛ]gmento*, *v[ɛ]xar*, *r[ɛ]tórica*, *v[ɛ]reador* etc., como se seguissem o exemplo de antigos ortógrafos.

Realmente, como se disse desde o início, não permitem conclusões definitivas os ensinamentos colhidos de gramáticos do passado sobre o vocalismo do português antigo, principalmente no que se refere à alternância entre médias e baixas.

A preocupação com a norma prestigiada que se pretendia ensinar através das gramáticas e ortografias, o conseqüente desinteresse por outras normas dialetais (que só se mencionava para corrigir) e a discussão ortográfica que permeava as

descrições são provavelmente as causas de não terem sido registrados outros pormenores sobre a pronúncia das pretônicas.

Assim, as poucas referências a realizações baixas de vogais pretônicas parecem ter levado os mais competentes romanistas a rejeitarem esses pequenos indícios e a concluir pela tese de que eram sempre [e] e [o] as médias nessa posição nos primeiros séculos de existência da língua, crença que ainda hoje permanece nos estudos da língua portuguesa no Brasil. Os [ɛ]s e [ɔ]s parecem não ter deixado de fazer parte do inventário de vogais da língua em sílaba pretônica nos séculos XVI e XVIII (obviamente também no XVII) ao lado dos [e]s e [o]s, embora, como ainda hoje, se opusessem muito raramente (*pr[ɛ]gar, pr[e]gar*).

O interesse de compreenderem e codificarem os dialetos mais prestigiados – que só relativamente admitiam [ɛ] e [ɔ] em sílabas pré-acentuadas – talvez também tenha favorecido essa conclusão. Não se observa, por exemplo, nas obras consultadas nenhuma menção às listas de vogais “abertas” de Carmelo (1767), que certamente não desconheciam. Na verdade, Teyssier (1966) parece ter sido o único a revelar, com seu estudo, que no século XVI não eram raras as pretônicas baixas – principalmente com referência a [ɛ] –, contrariando a opinião generalizada.

Entretanto, se juntarmos os dados aqui arrolados, seria possível concluir que:

- a. [ɛ] e [ɔ] pretônicos não só se documentam na língua desde o século XVI, ao lado de [e], [o] e [i], [u], mas também não eram raros, como acreditavam alguns;
- b. as alternâncias entre [e] e [i] e entre [o] e [u] já existiam desde então;
- c. conforme revelou o estudo de Teyssier (1966) sobre a grafia de João de Barros, já se fazia sentir a pressão morfológica que tende a transferir às pretônicas dos derivados o traço [+bx] da tônica dos primitivos;
- d. a partir do século XVIII documentam-se algumas formas de condicionamento fonológico da pretônica (a consoante lateral favorece [ɛ], mas /R/ favorece [ɔ], e ambos eram favorecidos pelo acento secundário).

É possível, como se vê, levar adiante este estudo. Por ora, apenas opto por desconfiar da crença muito difundida de que as pretônicas dos falares do Norte tenham origem no substrato indígena, embora admita que esse pode ser um fator coadjuvante na mudança que se operou no português transplantado durante o

período da colonização. No momento prefiro, como hipótese de trabalho, como o fez Silva Neto (1976, p. 167-168), serem as pretônicas abertas produto de uma “generalização, visto que a pronúncia de Portugal, como se sabe, prefere como abertas, vogais pretônicas decorrentes de crases antigas”. E, acrescente-se agora, há outra razão: o testemunho de documentos antigos que contêm indícios de que não eram só as pretônicas provenientes de crases que se realizavam com o timbre aberto desde o século XVI.

4.2 AS PRETÔNICAS NOS DIALETOS BRASILEIROS

O estudo das pretônicas brasileiras se reveste de maior importância desde que foram elas, ao lado da “cadência”, consideradas por Nascentes (1953 [1922]), como já se mencionou na introdução deste trabalho, um marco fundamental na divisão dos dialetos geográficos brasileiros. Apesar de essa observação de Nascentes datar de 1922 (na sua primeira edição de *O linguajar carioca*), ser reafirmada em 1933 (em *O idioma nacional*) e em 1953 (na segunda edição de *O linguajar carioca*, quando reformula a divisão dialetal do Brasil), somente no início da década de 1980 começaram a surgir investigações sobre esse tema com certo (e variável) rigor metodológico.

Quando esta pesquisa se iniciou, os trabalhos mais importantes eram, sem dúvida, o de Mota (1979), também o pioneiro, sobre o dialeto de analfabetos de uma cidade sergipana (Ribeirópolis), o de Silva (1980), sobre a fala de Manaus, abrangendo dialetos sociais variados, e o de Bisol (1981), que, além de trabalhar no Rio Grande do Sul com amostras de dois grupos sociais (cultos e não-cultos), ampliou sua observação sobre as pretônicas em descendentes de quatro etnias referidas por ela como metropolitanos, italianos, alemães e fronteiriços. Essas pesquisas, realizadas no âmbito dos programas de pós-graduação (Mestrado ou Doutorado), destacam-se pelo rigor metodológico – embora partam de pressupostos teóricos diferentes – e fornecem informações preciosas para o conhecimento mais profundo do tema.

Contava-se, ainda, à época com um projeto em andamento sobre as pretônicas no Rio de Janeiro, da responsabilidade das pesquisadoras Dinah Callou e Yonne Leite, com os mesmos pressupostos teóricos e metodologia de que partem o trabalho de Bisol (1981) e este. Além dos citados, outros trabalhos forneciam informações mais ou menos pormenorizadas de várias partes do Brasil, que podiam ser confrontadas com as observações de Nascentes (1953 [1922])¹⁷².

¹⁷² Nos cerca de trinta anos que separam a conclusão deste trabalho e a presente edição, surgiram

Na divisão de 1953, que ele revela ter sido feita depois de ter percorrido todo o território brasileiro, Nascentes separa os falares do Brasil em dois grandes grupos, o do Norte e o do Sul. Caracteriza o Norte pela “cadência e existência de pretônicas abertas em vocábulos que não sejam diminutivos nem advérbios em *-mente*” (p. 25)¹⁷³. Inclui no grupo do Norte o *subfalar amazônico*, compreendendo Acre, Amazonas, Pará e parte de Goiás, e o *subfalar nordestino*, compreendendo Maranhão, Piauí, Ceará, Rio Grande do Norte, Paraíba, Pernambuco e Alagoas.

Curiosamente, ao lado dos *subfalares sulista* (São Paulo, Paraná, Santa Catarina, Rio Grande do Sul, Sul de Goiás e de Minas Gerais, Triângulo Mineiro e Mato Grosso), *mineiro* (Centro-Oeste e parte do Leste de Minas Gerais) e *fluminense* (Espírito Santo, Rio de Janeiro, a Zona da Mata e parte do Leste de Minas Gerais), está incluído o *subfalar baiano* (Sergipe, Bahia, Norte, Nordeste e Noroeste de Minas Gerais e parte de Goiás), considerado intermediário entre os dois grupos.

Tendo em vista que o traço distintivo entre os falares do Sul e os falares do Norte são as vogais abertas, seria obrigatório concluir ou que o *subfalar baiano* fizesse parte dos grupos do Norte, ou que nele esse traço não existisse. Esta última alternativa fica afastada pelas próprias palavras de Nascentes (1953 [1922]), quando limita a zona onde esse fenômeno ocorre:

Eles [os falares do Sul e do Norte] estão separados por uma zona que ocupa uma posição mais ou menos equidistante dos extremos setentrional e meridional do país. Esta zona se estende, mais ou menos, da foz do rio Mucuri, entre Espírito Santo e Bahia, até a cidade de Mato Grosso, no Estado do mesmo nome [...]. (NASCENTES, 1953 [1922], p. 25)

A linha divisória estabelecida por ele separa, pois, no grupo do Norte o falar baiano e no do Sul, o fluminense. É impossível que essa contradição na classificação dos subfalares seja apenas aparente e que encontre explicação no caráter “intermediário” atribuído pelo autor ao *subfalar baiano*. Não há aqui elementos suficientes para elucidar esse ponto, mas também não restam dúvidas sobre a

muitas pesquisas sobre as vogais pretônicas do português que reportarei adiante.

¹⁷³ Aguiar (1937) faz uma divisão um pouco diferente: “A fragmentação dialetal não parece tão grande como era de se esperar da vastidão do território. Quanto ao norte, pelo menos, talvez não erre quem, tirando uma linha reta do Acre ao Atlântico, cortando uma ponta de terra da Bolívia, o norte do Mato Grosso, de Goiás e da Bahia e separando o resto do País da parte desses estados que fica acima dela, bem como o Acre, o Amazonas, o Pará, o Maranhão, o Piauí, o Ceará, o Rio Grande do Norte, a Paraíba, Pernambuco, Alagoas e Sergipe, localize aí, nessa imensa região, um só dialeto” (AGUIAR, 1937, p. 272).

presença de pretônicas “abertas” no *subfalar baiano*, como atestam outros trabalhos, alguns mais recentes¹⁷⁴, dos quais se falará mais adiante.

Na bibliografia que se reuniu para esta pesquisa não havia então informações sobre o *subfalar mineiro* e havia poucas sobre o *subfalar sulista*. Além do trabalho de Bisol (1981), supracitado, que é um estudo extensivo da área gaúcha, recolhi informações esparsas no famoso livro de Amadeu Amaral, *O dialeto caipira* (1976), cuja primeira edição é de 1920, e em *O dialeto caipira na região de Piracicaba* (1974), de Ada N. Rodrigues.

O trabalho gaúcho, baseado nos pressupostos da Sociolinguística e adotando sua metodologia, confirma a ausência das “pretônicas abertas” nas condições explicitadas por Nascentes (1953 [1922]). Essa pesquisa, que examina um grande número de dados colhidos entre várias comunidades (dos metropolitanos cultos e não cultos, dos descendentes de portugueses, italianos e alemães), concentra-se no estudo das variações entre pretônicas médias ([o], [e]) e altas ([u], [i]) dentro do conceito de *regra variável* de Labov (1982 [1969]). Essa alternância, diferentemente da que se verifica entre médias e baixas, não constitui, porém, um traço delimitador dos falares, como se verá no decorrer desta revisão.

A elevação de /E/ e /O/ está documentada também no dialeto caipira por Amaral (1976 [1920]) e Rodrigues (1974). Mas somente a última autora registra alternância [ɛ] e [e] ([ɛ]l[ɛ]fante :: [e]l[e]fante; s[ɛ]tembro :: s[e]tembro) (p. 147) e entre [ɔ] e [o] (n[ɔ]vembro :: n[o]vembro) (p. 149) na fala caipira paulista. Talvez tal alternância seja uma inovação no dialeto ou talvez seja o registro resultado de uma observação sistemática de cerca de 20 horas de fala, que a tecnologia moderna possibilitou à autora ouvir repetidas vezes. O registro de Rodrigues (1974), por ser restrito a Piracicaba e numericamente pouco representativo, não invalida a divisão de Nascentes (1953 [1922]), mas nos desafia a uma pesquisa mais extensa para verificar os limites dessa alternância hoje. Mas é interessante observar que a variação em dois dos dados fornecidos por Rodrigues (1974) ocorre no contexto de vogal nasal, contexto que condiciona a vogal baixa no dialeto baiano (cf. 2.1.2) e que não foi encontrado nas pesquisas sobre o Rio de Janeiro.

Dentro do *subfalar fluminense* as pretônicas da variedade carioca eram as mais contempladas na observação dos estudiosos, senão as únicas contempladas até o momento em que este trabalho foi escrito. Trataram delas, mais ou

¹⁷⁴ Cf. Mota (1979) sobre Ribeirópolis-SE e Cardoso (1986), sobre Bahia e Minas Gerais.

extensamente, por exemplo, Silveira (1921, 1964)¹⁷⁵; Câmara Jr. (1977¹⁷⁶ e 1970); Houaiss (1958), que a elas dedicou uma boa parte da sua comunicação durante o *1º Congresso Brasileiro de Língua Falada no Teatro*; Leite (1974); Lemle (1974); e Pontes (1977). Além desses trabalhos, como já se disse, há a pesquisa de Callou e Leite (1986a, 1986b), que ainda se encontravam trabalhando sobre o tema.

Nenhum desses estudos deixa de mencionar a alternância entre altas e médias, mas nem todos registram a ocorrência de pretônicas baixas no dialeto carioca. Houaiss (1958, p. 282) chega até a negá-las na variedade culta, dizendo: “Na área dita carioca, salvo em alienígenas a ela, não se manifesta nas vozes proclíticas sobretudo **o’ e’**, o forte timbre aberto tão característico”.

Câmara Jr. (1970, p. 33) exclui /ɛ/ e /ɔ/ do quadro dos fonemas pretônicos, mas isso não autoriza a conclusão de que esses segmentos não ocorressem no nível fonético: “Nas vogais médias antes de vogal tônica (pretônicas) desaparece a oposição entre 1º grau e 2º grau *com prejuízo daquele* na área cujo centro é o Rio de Janeiro” (grifos meus).

Parece ser o entendimento correto que, no dialeto carioca, as médias abertas, ou seja, [ɛ] e [ɔ], desaparecem em favor das fechadas, [o] e [e]. De fato, em 1949, em sua tese de doutorado, Câmara Jr., citando Silveira (1921) na edição de 1937, p. 355, descreveu um fenômeno de harmonia vocálica que atinge “até [rè'meti] – isto é, *remete* com [è] átono inicial aberto por causa do /è/ tônico aberto, ao lado de /re'metu/ com o /e/ átono fechado em harmonia com o tônico fechado” (CÂMARA JR., 1977, p. 60). Pelos colchetes usados para a variante com pretônica baixa depreende-se que o autor lhe atribui apenas *status* fonético nessa posição¹⁷⁷, sendo essa a razão pela qual a exclui do texto de *Estrutura da língua portuguesa*, de 1970, citado acima.

A variação entre alta, média e baixa é testemunhada por Silveira (1921, p. 21) também quando se trata da vogal recuada: “A letra **o**, quando representa uma vogal átona, pode por nós ser lida ó, ô e **u**: *mòcòtò, coronel, coruja(u), sotaque(u)*”.

Todos, porém, que constataram “pretônicas abertas” no dialeto carioca apresentam poucos dados ou falam da sua raridade. Veja-se, por exemplo, Pontes

¹⁷⁵ Trata-se da 7ª ed. de *Lições de português*, publicadas primeiramente em partes, em vários números da *Revista de Língua Portuguesa*, e depois, em 1923, reunidas em livro.

¹⁷⁶ Trata-se da 2ª edição de *Para o estudo da fonêmica portuguesa*, sua tese de doutorado de 1949, publicada em 1953.

¹⁷⁷ Lembrem-se de que Câmara Jr. (1977) estabelece os arquifonemas /E/ e /O/ na sílaba pretônica *em detrimento* da vogal aberta e que estava descrevendo a variedade do Rio de Janeiro, onde até hoje os pesquisadores afirmam que são poucos os dados com essas vogais.

(1977, p. 24), que, faça-se a ressalva, não pretendia tratar o tema exaustivamente: “Em sílaba átona não final é rara a ocorrência de médias abertas (apenas em palavras derivadas, como *sozinha*, *somente* ou quando pretônicas, sendo a vogal tônica média aberta também, como no caso de *remessa*, *rigorosa*) [...]”.

Essas observações coincidem em parte com os primeiros resultados da pesquisa de Callou e Leite (1986a, 1986b). Elas registraram entre os homens 5,06% de pretônicas baixas e entre as mulheres 0,94%. Os trabalhos consultados, apresentados no início da pesquisa, não esclarecem, porém, se essas percentagens foram calculadas sobre o total de dados ou excluídos certos contextos em que a elevação é, por assim dizer, categórica. Mesmo com percentuais baixos, os registros feitos com base nos dados do Projeto da Norma Urbana Culta do Rio de Janeiro revelam que são mais numerosos os contextos em que ocorrem as vogais baixas do que imaginavam alguns, ou seja, não só o contexto que precede uma vogal baixa homorgânica mas também em posição inicial absoluta (*òbeto*, *Hèlena*) e “em adjacência a **r** e **rr**: *vèrão*, *prògrèssivo*, *torrada*” (CALLOU; LEITE, 1986a, p. 159). É possível que, com o avanço desse projeto, novos contextos possam ainda ser identificados.

A julgar pelo exemplário utilizado por Abaurre (1981, p. 23-43), as pretônicas baixas ocorrem também na variedade capixaba, que, como se viu, faz parte do subfalar fluminense na divisão de Nascentes (1953 [1922]). Ela reconhece nele o processo de harmonização vocálica, que, na sua opinião, “se dá diante de *ès* e *òs* tônicos apenas” (p. 27), relacionando-o com estilos mais lentos do português. Os exemplos apresentados por essa autora são *pèrèreca*, *pèroba*, *pòròroca*, *Ròberto* e *còlega*, ou seja, em contexto de vogal baixa nem sempre homorgânica. O trabalho que forneceu esses dados, porém, não tinha por objetivo descrever o funcionamento do sistema das pretônicas e parece ter por base o dialeto de sua autora. Portanto é possível que uma pesquisa que se volte especificamente para o tema possa ainda revelar a pertinência de outros contextos, ou, menos provavelmente, refutar os argumentos apresentados.

Tendo em vista esses testemunhos, que surgem desde o primeiro quartel do século XX, supõe-se que Nascentes excluiu o *subfalar fluminense* dos limites dos grupos do Norte por levar em conta a raridade dessas emissões (embora sistemáticas, porque tinham contexto definido), ou porque considerou, como Houaiss (1958), esse traço “alienígena” à variedade dessa região.

O *subfalar baiano*, definido por Nascentes (1953 [1922]) como a variedade falada no Norte, Nordeste e Noroeste de Minas Gerais, na Bahia, em Sergipe e em parte de Goiás, contou, até então, com poucos estudos sobre as pretônicas.

O trabalho de Mota (1979), que é pioneiro nesse tema, abordando-o em profundidade, restringe-se aos dados de uma única cidade do interior de Sergipe (Ribeirópolis). Mesmo assim, suas observações não diferem das que se fizeram sobre os falares do Norte. Ao que parece, esses falares se distinguem dos falares do Sul mais pelo número de contextos em que as vogais pré-acentuadas são baixas do que pela ausência ou presença delas. Segundo Mota (1979), caracteriza o dialeto de Ribeirópolis a superficialização da vogal média pré-acentuada com os mesmos traços da acentuada seguinte. Há, porém, fatores de ordem fonológica e morfológica que interferem na aplicação dessa regra. Documenta esse trabalho a elevação das pretônicas, isto é, a sua realização com o traço [+alto], como foi observado no subfalar sulista e no fluminense, e a sua realização com o traço [+baixo] em contextos mais amplos do que os das regras que possivelmente atuam naqueles subfalares.

Cardoso (1986) examinou no *Atlas prévio dos falares baianos* (APFB) e em *O esboço de um atlas linguístico* de Minas Gerais (EALMG) os limites das ocorrências de [ɛ] e [ɔ], concluindo que:

Há uma unidade linguística configurada pelo Estado da Bahia e a parte Norte/Nordeste/Noroeste de Minas Gerais explicitada na presença das vogais médias abertas pretônicas, documentadas majoritariamente na área.

A linha que demarca a fronteira entre o *falar baiano* e o *mineiro* e o *fluminense*, traçada a partir dos dados fornecidos pelos dois atlas, aproxima-se consideravelmente dos limites estabelecidos por Nascentes. (CARDOSO, 1986, p. 53)

Ocorrências de [o] :: [u] e [e] :: [i] também foram documentadas no APFB¹⁷⁸, sempre em número menor do que as variantes baixas. Para [o] e [e] a autora propôs dois tipos de explicação – analógica e fonológica, de harmonização vocálica –, que coincidem grandemente com as formuladas nesta pesquisa (cf. 2.1.2 e 2.1.4).

Pode-se, portanto, daí se tirar uma conclusão: que a elevação das vogais, documentada nos falares do Sul, também ocorre nessa região.

Examinem-se agora as informações fornecidas por trabalhos sobre a área compreendida como a do *subfalar nordestino*, ou seja, do Maranhão, Piauí, Ceará, Rio Grande do Norte, Paraíba, Pernambuco e Alagoas. Dessa extensa

¹⁷⁸ Apenas com o fim de argumentação neste trabalho, apresento um pequeno estudo quantitativo dos dados do APFB (cf. 2.1.1.2.1, Tabela 7), assim como do exemplário utilizado por Mota (1979) na pesquisa sobre Ribeirópolis.

região conseguiu-se reunir apenas quatro estudos: o de Marroquim (1945 [1934]), que aborda as variedades de Pernambuco e Alagoas; o de Aguiar (1937) e o de Castro (1958), que fornecem informações sobre o falar cearense; e finalmente o de Maia (1986), que trata desse aspecto na variedade de Natal.

Como a própria cronologia dos trabalhos sugere, uma metodologia bem diferente os distingue. Os três primeiros, ao modo da época, parecem se basear em dados anotados da observação assistemática dos seus autores. Enquanto o último, beneficiando-se da tecnologia moderna, analisa os dados de três horas de gravação, que fazem parte do projeto piloto de uma pesquisa mais ampla, que infelizmente jamais foi realizada pela morte precoce de sua autora. Apesar disso, os relatos desses trabalhos basicamente coincidem, qualquer que tenha sido a época em que foram realizados. Todos revelam as realizações alta, média e baixa das pretônicas nas regiões afetadas, embora Maia (1986, p. 214-215) exclua deliberadamente da sua investigação “itens com pretônicas altas /i/ /u/ – grafia ‘e’, ‘o’ – por não serem esses traços diferenciadores e sim provavelmente convergentes entre as pronúncias [de Natal e do Rio de Janeiro]”.

Desses estudos e dos exemplos fornecidos se depreende, com maior ou menor precisão, a depender da metodologia e do propósito do seu autor, que as variantes baixas se distribuem em contextos muito semelhantes aos verificados por Cardoso (1986), acima referidos, e os observados aqui para a variedade de Salvador (cf. 2.1.1.2 e 2.1.2). Reconhece, por exemplo, Castro (1958):

[...] que a pronúncia das vogais pretônicas no Ceará obedece, de forma geral, à da vogal tônica que se lhes segue [...] exemplificando-se com as formas *ricibi*, *rêcêber* e *rêcêbêrá*, embora admita exemplos contrários porque prevalece às vezes o som mudo português, como em *butar*, *butão*, *Furtaleza*, *agradicer*, *murcego* etc. (CASTRO, 1958, p. 105) (grifos do autor)

Com mais precisão e partindo de uma abordagem quantitativa dos dados, Maia (1986) conclui que a pretônica fechada obedece a uma regra de harmonização de timbre e altura e que a aberta ocorre “em ambientes de vogais baixas, vogais nasalizadas e vogais altas, imediatamente subsequentes” (p. 220), ou seja, os mesmos que aqui se verificam para o dialeto culto de Salvador (cf. 2.1.2).

Aguiar (1937) já havia descrito o comportamento das pretônicas no Ceará com muita perspicácia. Ele propõe uma regra geral, segundo a qual as vogais tônicas *comunicam o seu timbre* às vogais pretônicas, como em *sêcrêtário*, *agrêssão*, *êlêtrico*, *êlêito*, *rêbôco*, *sòlidêu*, *sòlene*, *sôfrer* etc. [exemplos do autor].

Admite ainda vários casos em que essa regra geral pode ser quebrada, um deles no processo de derivação:

As discordâncias explicam-se. *Abaêtar*, *abalôfar*, *cêrcador*, *bêbarrão*, *abôbado*, por exemplo, conservam o timbre das bases *bôbo*, *bêbê* [sic], *cercar* [sic], *balôfo*, *baêta*. Às vezes, pela razão de se considerar uma palavra derivada da outra, embora não o seja, o falso derivado tem o timbre do falso primitivo. (AGUIAR, 1937, p. 275-276)

Mesmo que não tenha reconhecido, como Castro (1958) e Maia (1986), a relação entre a pretônica e a vogal da sílaba tônica (ou subsequente), Aguiar (1937) e Marroquim (1945 [1934]) fornecem um conjunto de dados que sugere concluir que os dialetos que descrevem (Ceará, no primeiro caso e, no segundo, Alagoas e Pernambuco) não devem diferir muito das outras variedades dos subfalares nordestino e baiano.

Resta, pois, verificar se o *subfalar amazônico*, que incluía não só o Amazonas mas também o Pará, além do Acre, Amapá, Rondônia e Roraima, antes, administrativamente, territórios, e parte de Goiás, tem, como anteviu Nascentes (1953 [1922]), quanto às pretônicas, as mesmas características dos seus vizinhos do Nordeste.

Infelizmente não são muitos os trabalhos que consegui reunir na década de 1980 sobre esse *subfalar*. Foram ao todo três, então recentes dissertações de Mestrado, um dos quais se ocupa exclusivamente desse tema, o de Silva (1980), na área de Manaus. Os outros, o de Corrêa (1980), sobre a fala do caboclo amazonense, e o de Vieira (1983), que focaliza a questão no Pará (regiões do Médio-Amazonas, do Tapajós, nos municípios de Santarém, Alenquer, Óbidos, Oriximiná e Itaituba), incluem também um estudo do léxico da região.

Esses trabalhos começam por se distinguir, pois, pelos *corpora* que utilizam. Um descreve as pretônicas na fala da capital do estado (Manaus), outro se ocupa delas na fala do caboclo do Amazonas e o terceiro, segundo declaração da autora, se concentra na fala urbana e rural de municípios escolhidos por critérios entre os quais está o isolamento geográfico. Distinguem-se também essas pesquisas pelos resultados a que chegaram. Na verdade, as diferenças encontradas se referem mais aos trabalhos de Silva (1980) e Vieira (1983), pois o estudo fonológico do falar caboclo do Amazonas, realizado por Corrêa (1980), se concentra na variação entre [o] :: [u], que, no caso dessa variedade, ocorre até em sílaba tônica (*boi* ['buy], *avô* [a'vu], *caroço* [ka'rusu], *cachorro* [ka'fuhu], por um lado, e *azul* [a'zow], *furo* ['foru] por outro); e entre [e] :: [i] (*bebida* [bi'bida], *evita* [i'vita], *estiradeira* [istira'deyra], *empachado* [ĩpa'jadu]), sugerindo que a variação entre

média e alta supera a regra de elevação constatada em outros dialetos brasileiros. Aliás, a realização alta da vogal /O/ em sílabas acentuadas é registrada também na região paraense estudada por Vieira (1983, p. 63-64: *boto* ['butu], *piloto* [pi'lutu], *almoço* [aw'musu]).

Quanto à ocorrência de médias nas sílabas pré-acentuadas, nenhum desses dois estudos, o de Corrêa (1980) e o de Vieira (1983), dela se ocupa, mas o glossário fornecido por esta última autora, no final do trabalho, permite algumas inferências interessantes sobre o dialeto.

A descrição que faz Silva (1980) da fala de Manaus converge para o padrão do Nordeste. Como a própria autora diz, “a realização das vogais médias abertas em posição pretônica constitui o padrão geral documentado na fala de Manaus. Os casos de fechamento encontrados obedecem a regras específicas” (SILVA, 1980, p. 38).

Regra geral, como nas variedades nordestinas, inclusive na que estuda o presente trabalho, conforme se verá adiante, Silva (1980) constatou que [o] e [e] pretônicos ocorrem diante de vogal da mesma altura. Nos outros contextos predominam [ɔ] e [ɛ]. Os casos que fogem à regra (*extrato* [es'tratu], *esbarro* [es'bahu], *desordem* [de'zohdẽy], *destaque* [des'taki], *destino* [des'tĩnu]) foram explicados pela vizinhança de certas consoantes¹⁷⁹.

Embora Vieira (1983), como Corrêa (1980), só se tenha ocupado da variação entre médias e altas, o glossário oferecido no final do trabalho permite algumas inferências interessantes. De acordo com os dados desse glossário, a distribuição das pretônicas dessas variedades da Região Norte, surpreendentemente, se aproxima muito da que se encontra desde os mais antigos registros¹⁸⁰ sobre o *subfalar fluminense*. Contrariando todas as informações que aqui arrolamos sobre os falares do Norte, parecem predominar, no referido glossário, as variantes fechadas, [o] e [e]. Pelo menos predominam nos dados os contextos onde elas ocorrem. Diferentemente das outras variedades nortistas, as pretônicas dessa região só se realizam como baixas em contextos de baixas homorgânicas (*p[ɛ]t[ɛ]ca*, *r[ɛ]tr[ɛ]te*, *c[ɔ]t[ɔ]*, *c[ɔ]r[ɔ]ca* etc.). São médias as pretônicas nos outros contextos: antes de altas (*d[e]rrubar*, *r[e]frigerante*, *d[o]minó*, *p[o]vilho* etc.); antes de médias (poucos exemplos: *t[e]rreiro*, *matintap[e]r[e]ra* e *[o]v[e]lha*); antes de baixas não

¹⁷⁹ Esses casos também foram encontrados na variedade de Salvador, para os quais se pretendem outras explicações (para o caso de *extrato*, cf. 2.2.1.1.1; para os demais, cf. Capítulo 3). Maia (1986), que também registrou em Natal as mesmas formas para *desordem*, *destaque* e *destino*, interpreta, como eu faço aqui, como interferência do dialeto carioca.

¹⁸⁰ Cf. Silveira (1921, p. 21) e Pontes (1977, p. 24), citados anteriormente.

homorgânicas (*b[o]/[ɛ]ero*, *l[e]g[ɔ]rne*, *d[e]rrame* etc.); e antes de vogais nasais (*refrig[e]rante*, *m[e]lancia*, *c[o]rdão* etc.). Há algumas exceções a essa regra, algumas das quais podem ser explicadas por interferência morfológica, como *andir[ɔ]bal* (de *andir[ɔ]ba*), ou pela posição no início de palavra (*[ɔ]riente*, *h[ɔ]rtelãzinho*).

Desse modo, se os registros de Vieira (1983) representam o falar paraense, e não majoritariamente a variedade de um dos grupos examinados (os dados, no glossário, não estão separados de acordo com a procedência geográfica do informante), cabe levantar a hipótese de que o Pará, na área pesquisada por Vieira (1983), constitui, nesse aspecto, uma ilha dialetal no falar do Norte. A diferença de resultados que se observa nesses três trabalhos pode ser, portanto, produto da diversidade geográfica e social da região e pode vir a se constituir, se outras pesquisas o confirmarem, um elemento para revisão dos limites do *subfalar amazonense*.

Dessa consulta às fontes bibliográficas disponíveis, pode-se concluir provisoriamente que /O/ e /E/ pretônicos no português do Brasil se realizam segundo dois processos: um, que permite alternarem altas e não-altas em todas as variedades conhecidas; outro, que permite variarem médias e baixas, o que ocorre majoritariamente nos dialetos do Norte e do Nordeste e, em proporção muito baixa ou mesmo nula, nos dialetos do Sul.

A tendência a variarem pretônicas altas e não-altas não é, porém, exclusiva dos dialetos brasileiros. Ela está no português europeu, como se sabe, mas também em outras variedades do português transplantado da Europa. Como ensina Vasconcelos (1901, p. 167-168), ela está presente no português de Goa, por exemplo, e nos crioulos caboverdianos, como relata Carvalho (1969a, p. 40): “Habitualmente essa assimilação afeta os *e* e *o* átonos; fechando-os em *i* e *u*, respectivamente, sob a influência de um *i* ou *u* seguintes; St.N /mi'di/ ‘medir’, /cap'i'liña/ ‘capelinha’, /vi'lud/ ‘veludo’, /kabi'sud/ ‘cabeçudo’ [...]”.

É, pois, a variação [o] :: [ɔ] / [e] :: [ɛ] um traço definidor importante dos falares brasileiros. Era esse o panorama do conhecimento sobre as vogais pretônicas na década de 1980, quando esta pesquisa foi realizada.

Até 1989 tinham surgido apenas sete trabalhos acadêmicos sobre o tema, incluindo este em Salvador: um no Sul, um no Sudeste, dois no Nordeste e três no Norte, sendo três teses e quatro dissertações. Sobre os dialetos na Região Centro-Oeste, ainda hoje pouco explorada, não se tinha nenhuma descrição, possivelmente mesmo em andamento (o primeiro trabalho concluído é de 1998).

Atualmente esse quadro mudou muito. O interesse sobre o tema cresceu, acompanhando a ampliação dos programas de pós-graduação no país. Considerando apenas as dissertações de Mestrado e as teses de Doutorado, deixando de lado os variados artigos publicados em revistas especializadas, fiz um levantamento das pesquisas que descrevem as pretônicas em qualquer dialeto do português brasileiro. Deixei de lado aquelas que abordavam as pretônicas com outros objetivos.

Consegui apurar no período de 1990 até 2018 a produção de 63 pesquisas, em parte com o auxílio da tese de Chaves (2013), que faz uma avaliação do material produzido até 2012, e do Banco de Teses da CAPES¹⁸¹. Naturalmente esse levantamento não é exaustivo, pois certamente existem outros trabalhos que não foram depositados no Banco de Teses, especialmente os mais antigos e os defendidos muito recentemente. Considerando a totalidade de trabalhos que vieram a lume até o presente momento, contamos com 14 teses de Doutorado e 56 dissertações de Mestrado, perfazendo um total de 70 descrições das pretônicas disponíveis sobre o português do Brasil. Como já mencionado em páginas anteriores, o primeiro dialeto a ser descrito foi o de uma pequena cidade de Sergipe, Ribeirópolis, por Mota (1979).

Essas 70 descrições, no entanto, nem adotaram os mesmos princípios teóricos nem a mesma metodologia, o que certamente dificulta a comparação¹⁸², mas enriquece o conhecimento da matéria. Talvez a maioria siga orientação laboviana e metodologia quantitativa, mas há também trabalhos que se servem da análise acústica, há os que se orientam pela Fonologia Natural, pela Fonologia Gerativa, pela Fonologia Não-Linear, pela Geometria dos Traços, pela Teoria da Otimalidade etc. para descrever e explicar o fenômeno.

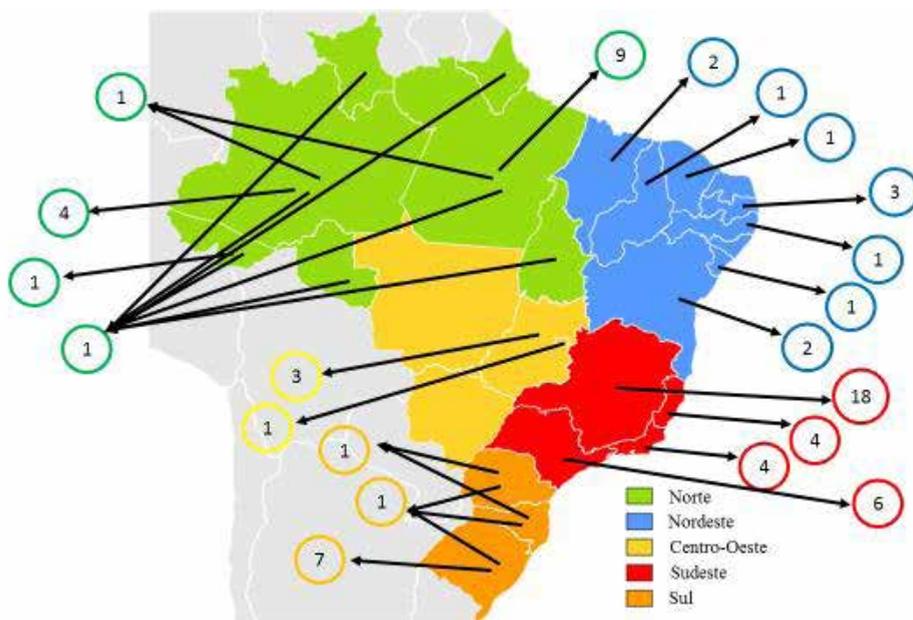
Também, como era de se esperar, esses trabalhos não estão distribuídos equitativamente pelas regiões. A Região Sudeste foi a que mais desenvolveu projetos sobre pretônicas nesses 30 anos: de duas teses produzidas na década de 1980, passou a contar, até 2018, com 32 trabalhos (seis teses e 26 dissertações). Por outro lado, a região que menos pesquisou esse tema foi o Centro-Oeste, que tem no momento três descrições de dialetos goianos e uma do Distrito Federal. O Norte conta com 16 trabalhos, o Nordeste com 11 e o Sul com nove. A Figura 2, a seguir, apresenta a distribuição pelo território nacional de todas as teses e

¹⁸¹ Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior.

¹⁸² Essa tarefa, aliás, foi bravamente enfrentada por Chaves (2013), na sua tese de Doutorado, utilizando um método de análise estatística que compara resultados fornecidos por uma grande extensão de pesquisas sobre um dado tema.

dissertações de que tive notícia até este momento. A autoria e os títulos desses trabalhos estão fornecidos no Apêndice B.

Figura 2: Distribuição das teses e dissertações sobre as pretônicas no Brasil



Fonte: Mapa disponível no Wikipedia Commons, editado pela autora.

FINALIZANDO...

O estudo sobre as pretônicas brasileiras, como se viu, tem avançado muito nestes últimos quase cinquenta anos. Conhecem-se hoje variedades de muitos pontos do país espalhados em todas as regiões e já se dispõe de um estudo que busca reunir os pontos coincidentes entre as diversas análises. Mas ainda há muitas áreas a estudar. Afinal o Brasil é grande! O presente trabalho sobre uma das variedades nacionais – a do *subfalar baiano* (reduzida à de falantes com nível universitário de Salvador) – autoriza algumas conclusões ao tempo em que levanta muitas questões para as quais não se encontrou resposta. Mas, como a perfeição é um alibi para a covardia, aqui está ele, inacabado e inacabável, para o acréscimo de uns e para as discordâncias de outros.

A hipótese inicial desta pesquisa foi a de que, no dialeto falado em Salvador, as vogais médias, [o] e [e], e baixas, [ɔ] e [ɛ], ocorressem em distribuição complementar e que ambas variassem com suas correspondentes altas. Era essa a observação que Silva (1974, p. 43-49 apud SILVA, 1981, p. 44-50) tinha feito, com base nos dados do seu idioleto, ao estudar a relação entre os grafemas e as realizações vocálicas correspondentes.

A amostra recolhida para investigar essa alternância no presente trabalho, contudo, mostrou que não só era possível encontrar as alternâncias entre

[u] :: [o] :: [ɔ] e [i] :: [e] :: [ɛ] no mesmo vocábulo (*prop[u]rção :: prop[o]rção :: prop[ɔ]rção* e *n[i]c[i]citam :: n[e]c[e]ssitam :: n[ɛ]c[ɛ]ssitam*) mas também que médias e baixas não se encontravam numa distribuição complementar perfeita.

O exame quantitativo das ocorrências no contexto C___(\$)C nesse *corpus* e o confronto com dados de 50 localidades rurais do território baiano e de uma localidade de Sergipe, retirados, respectivamente, do APFB e do trabalho de Mota (1979), forneceram as seguintes conclusões (cf. 2.1.1):

- a. que nesses dialetos, como no de Salvador, predominam as vogais baixas (*n[ɔ]vela, n[ɛ]cessário*), exceto em dois contextos, antes de vogal média não-nasal (*c[o]rreio, c[e]rveja*) e antes de vogal alta, em que predominam vogais da mesma altura (*p[u]lítica, p[i]rigo*);
- b. que, dentre as amostras baianas examinadas, apenas na variedade de Salvador é significativa a ocorrência de altas, médias e baixas num mesmo contexto: antes de vogal alta da sílaba subsequente;
- c. que qualquer que seja a amostra examinada, em todos os outros contextos, médias e baixas estão em distribuição complementar, exceto por alguns poucos casos.

Tendo em vista os fatos arrolados acima, concluiu-se que, no contexto C___(\$)C, na variedade de Salvador:

1. opera uma regra supradialetal e muito antiga na língua, a *Regra de elevação*, de caráter variável, que torna altas as pretônicas sob certas condições (*c[u]légio, s[i]guro*);
2. as pretônicas médias e baixas ocorrem em distribuição complementar (cf. 2.1.2), isto é, médias se realizam antes de vogal não-nasal da mesma altura (*g[o]rjeta, d[e]spesa*) e baixas nos demais contextos vocálicos (*int[ɛ]ligente, g[ɔ]stava, imp[ɔ]rtância*);
3. duas outras regras produzem “exceções”: uma, muito antiga, que atua sobre os /E/ dos verbos e deverbais da primeira conjugação (cf. 3.2: *f[e]char, f[e]chadura*); outra que opera variavelmente sobre as pretônicas /O/, /E/, atribuindo-lhes o traço [-bx], onde, na maioria das vezes, elas se realizam como [+bx] (cf. Cap. 3: *p[e]ss[u]al / p[ɛ]ss[u]al, pr[o]pina / pr[ɔ]pina, d[e]fronte / d[ɛ]fronte, m[o]mento / m[ɔ]mento*).

Ainda que o número de dados de pretônicas em outros padrões silábicos da amostra de Salvador não permitissem conclusões definitivas, foi possível perceber que a distribuição complementar entre médias e baixas, mencionada acima, também se estabelece nesses contextos. Ela se verificou quando a pretônica está em posição inicial absoluta (cf. 2.2.1). Antes de vogal média não nasal ocorrem as médias: ([o]relha, [e]feito); antes das demais, ocorrem as baixas: [ɔ]casião, [ɛ]clipse). Quando a pretônica faz parte de um hiato, mantém-se a mesma distribuição, seja ela ou não a primeira vogal nessa sequência (cf. 2.2.2.1): m[o]er, vi[o]leta, pr[e]ocupei e pr[ɔ]ibido, id[ɛ]al.

As vogais dos ditongos e as pretônicas resultantes do processo de redução, ao contrário, não se mostraram sensíveis ao contexto. Fazem exceção o ditongo produzido pela semivocalização de /l/ na sequência /Ol/ e a vogal resultante da sua redução, que pode variar de acordo com a vogal da sílaba seguinte (cf. 2.2.2.2): res[ow]ver :: res[o]ver, c[ɔw]meia, ins[ɔw]vência, c[ɔ]chão).

Em posição inicial absoluta, há, porém, dois contextos em que atuam regras diferentes: antes de /S/ pós-vocálico (cf. 2.2.1.1.1, [i]scola, [i]spécie, [i]stado) e antes de [z] da sílaba seguinte (cf. 2.2.1.1.2: [i]xame, [i]xato, [i]xemplo, [i]xiste).

De acordo com a bibliografia consultada, os processos descritos acima para a variedade de Salvador parecem ser comuns, pelo menos em parte, aos dialetos do Norte e Nordeste (cf. 4.2).

Para descrever esses fatos na amostra estudada, foram estabelecidos dois conjuntos de regras: um de comportamento categórico e outro de comportamento variável. As regras de comportamento categórico são ordenadas antes das regras variáveis. São quatro:

1. uma *Regra categórica de elevação* (RCE), que precede as demais e torna alto todo /E/ em posição inicial absoluta seguido de /S/ implosivo, como em [i]scola, [i]scuro (cf. 2.2.1.1.1);
2. três *Regras categóricas de timbre* (RCT), que se ordenam disjuntivamente: as duas primeiras em relação à terceira, que é uma regra *elsewhere*. São elas:
 - i. a RCT-1, que torna média toda vogal /E/ precedendo uma consoante palatal em verbos e deverbais da primeira conjugação, como em f[e]char, f[e]chadura, plan[e]jar, plan[e]jamento (cf. 2.1.2);
 - ii. a RCT-2, que torna qualquer vogal pretônica, /O/ ou /E/, em uma vogal média quando ela precede outra vogal média não-nasal,

qualquer que seja o padrão silábico em que esteja inserida, como *c[ɛ]reja*, *c[o]rreio*; *[o]relha*; *m[o]er* e *vi[o]leta* (cf. 2.1.2; 2.2.1.2; 2.2.2.1.1 e 2.2.2.1.2);

- iii. e a RCT-3, que torna baixa toda vogal pretônica, /O/ ou /E/, a que não se aplicaram as regras ordenadas antes, como: *ass[ɔ]ciação*, *filmac[ɔ]teca*, *ac[ɔ]plamento*, *pr[ɔ]põe*; *im[ɛ]diata*, *d[ɛ]pósito*, *ap[ɛ]sar*, *d[ɛ]zembro*; *[ɔ]cupam*, *h[ɔ]nesto*, *[ɔ]lhava*, *[ɔ]rdinariamente*; *[ɛ]ducação*, *[ɛ]c[ɔ]nômico*, *[ɛ]tária*, *[ɛ]ssencial*; *pr[ɔ]ibido*, *c[ɔ]ação*, *p[ɔ]ente*; *r[ɛ]unir*, *l[ɛ]pardo*, *r[ɛ]agir* etc. (cf. 2.1.2, 2.2.1.1.2, 2.2.1.2 e 2.2.2.1.2).

As regras variáveis que atuam depois das regras categóricas concorrem com elas, pois se aplicam nos mesmos contextos. São quatro: as três primeiras, *Regras variáveis de elevação* (RVE), que tornam as pretônicas preferencialmente altas em contextos determinados; e a quarta, *Regra variável de timbre* (RVT), que produz pretônicas médias sob certas circunstâncias, sobretudo sociais.

A RVE-1 (Primeira regra variável de elevação) descreve a maior probabilidade de /O/ se realizar como [u] quando:

- a. é seguida por uma vogal alta, nasal ou não: *br[u]chura*, *c[u]rtina* (cf. 2.1.3.1.1.1);
- b. é uma pretônica que varia na família lexical com uma vogal acentuada alta: *disc[u]brir* / **disc[u]bro* (cf. 2.1.3.1.3);
- c. vem precedida por uma consoante velar ou uma labial: *c[u]nheço*, *g[u]verno*, *p[u]rção*, *b[u]rracha* (cf. 2.1.3.1.2.1);
- d. vem seguida por uma consoante labial: *pr[u]fessor*, *c[u]bertor* (cf. 2.1.3.1.2.2).

A RVE-2 (Segunda regra variável de elevação) opera apenas sobre /E/, favorecendo a sua realização alta, ou seja, como [i], quando essa vogal:

- a. vem seguida de uma vogal alta não-nasal ou nasal: *p[i]cúlio*, *pr[i]sunto* (cf. 2.1.3.1.1.1);
- b. é uma pretônica que varia na família lexical com uma vogal acentuada alta: *s[i]rviço* / **s[i]rvo* (cf. 2.1.3.1.3);

- c. vem precedida de uma consoante labial ou dento-alveolar não-lateral: *cab[i]ceira*, *t[i]soureiro* (cf. 2.1.3.1.2.1).

A RVE-3 (Terceira regra variável de elevação) opera também somente sobre /E/ inicial seguido de [z], tornando-o [i] preferencialmente antes de vogal alta: *[i]xibida*, *[i]xata*, *[i]xame* (cf. 2.2.1.1.2).

A RVT (*Regra variável de timbre*) atua sobre as vogais /O/ e /E/ tornando-as médias. As condições linguísticas mais favoráveis para a aplicação dessa regra são:

- a. serem as vogais da sílaba seguinte preferencialmente altas, e secundariamente nasais;
- b. estar a pretônica em vocábulos de uso não-popular.

Essa regra, que tem motivação social, funciona preferencialmente: primeiro, no grupo de mulheres de faixa etária 2 (35 a 55 anos); e depois, no dos homens da faixa etária 3 (56 anos ou mais); e mais: em indivíduos dessas duas faixas (F₂ e F₃) que constituem a primeira geração universitária da família.

A hipótese explicativa para esses dados é a de que essa regra tenha sido introduzida no dialeto de Salvador – e em outros subfalares do Nordeste – como um traço de prestígio, cuja origem é a cidade do Rio de Janeiro, antiga capital brasileira e até hoje foco de difusão de hábitos culturais.

Essas duas últimas regras, a RVE-3 e a RVT têm, neste trabalho, uma formulação provisória por se basearem em um número pouco representativo de dados. Acredito que projetos que contemplem esses dois aspectos possam, especialmente no caso da RVT, trazer à tona informações muito pertinentes.

As regras consideradas acima, mesmo as regras categóricas, ainda podem deixar de operar por interferência da morfologia, como perceberam os estudiosos do tema desde a primeira metade do século XX, porque as barreiras morfemáticas funcionam como um fator de preservação da vogal básica (cf. 2.1.4). É o que explica, por exemplo, o [e] de *l[e]trinha*, o [o] de *gar[o]tada*, o [e] de *parc[e]ria*, o [o] de *s[o]breposta*, que poderiam se realizar, respectivamente, como **litrinha* :: **l[ɛ]trinha*, *gar[ɔ]tada*, *parc[i]ria* :: **parc[ɛ]ria*, **s[u]breposta* :: *s[ɔ]breposta* se a elas fossem aplicadas as regras já descritas.

Mas essa interferência nem sempre acontece. Quando essas barreiras se afrouxam e o significado do vocábulo perde seu vínculo semântico original, essas regras passam a atuar sobre a pretônica do derivado. Veja-se, por exemplo, o [u] de *diret[u]ria* (*diret[o]r+ia*), o [o] de *far[o]lete* (*far[ɔ]l+ete*), e o [ɔ] de *astr[ɔ]l[u]gia* (*astr[u]+logia*). Por serem mais produtivos na língua, os sufixos *-mente*, *-inho* e *-zinho* – e, ao que parece, também outros sufixos de grau – tendem a manter mais fortemente a barreira morfológica e, em consequência, preservar a vogal básica da ação das regras.

Em qualquer pesquisa, linguística ou não, os resultados que se apresentam num dado momento são parciais e limitados à amostragem em que se baseiam. Em muitos pontos deste trabalho isso ficou evidente, fosse no refinamento dos contextos que compõem as descrições estruturais das regras, fosse em suas hipóteses explicativas. Minha amostra, constituída segundo critérios externos (número de horas, tipo de informante etc.), não ofereceu dados suficientes para tirar conclusões sobre alguns tópicos com certa segurança. Nesse caso, preferi excluir das regras os traços sobre os quais não se obtiveram resultados bem definidos. Nesse caso os mantive apenas como conjecturas, explicações para as quais foram reunidas poucas evidências.

Ressente-se também esta pesquisa da utilização de outras amostras, socialmente diversificadas. Para prosseguir-la, portanto, seria desejável incluir mais dados que preenchessem lacunas em certos contextos gramaticais, ampliar o *corpus* com amostra de informantes cultos em situação formal e em situação de interação com outro locutor, para testar a hipótese de que a RVT seja sensível ao fator “estilo”, e acrescentar amostras de falantes com escolaridade baixa e média, para verificar se o conjunto de regras permanece o mesmo no tempo aparente e, principalmente, se a RVT atinge outras classes sociais. Finalmente, esta pesquisa ganharia muito se obtivesse resultados de uma amostragem que incluísse crianças e adolescentes.

Descrevi e expliquei a variação das pretônicas por regras variáveis. Passados tantos anos depois de terminada a pesquisa que dá origem ao livro, devo confessar que não postulo mais a tese de que a elevação das pretônicas no Brasil seja inteiramente um fenômeno neogramático, que essa seja ainda uma regra viva que atue em todo o país, mas uma regra em declínio que deixa vestígios diferentes em cada região, o que explicaria não só as variações dentro do mesmo dialeto mas também variações diatópicas como *s[u]fã* / *s[ɔ]fã*, *b[u]tar* / *b[ɔ]tar*, *jat[u]bá* / *jat[ɔ]bá*, *t[u]pete* / *t[ɔ]pete* e outros.

A ambição de qualquer pesquisador é ter conseguido levar a compreensão do seu objeto de estudo um pouco mais longe, isto é, partindo de onde deixaram os seus antecessores, acrescentar mais um dado ao conhecimento do tema. Se fiz alguma coisa como essa, foi a compreensão da variação entre as pretônicas como um mecanismo duplo, que explica a variação no eixo horizontal, no espaço geográfico, e a encaixa no quadro nacional.

Entender a variação dessas vogais como resultado de duas regras – uma que coloca a variação entre médias, abertas e fechadas, no âmbito regional e outra que vê a elevação das médias como um fenômeno geral no português brasileiro, independentemente de fronteiras regionais – significa, na minha visão, simplificar o quadro descritivo da língua nacional. Esse entendimento, me parece, é que se candidata a ser, neste trabalho, o meu pequeno tijolo nessa construção.

Apesar dos avanços obtidos nos últimos trinta anos, esse tema parece ter ficado limitado, pelo menos nas dissertações e teses acadêmicas, à exploração sincrônica, embora essa avaliação possa ser resultante da minha ausência durante tantos anos. Desejo que seja essa uma impressão falsa, fruto do meu desconhecimento, caso contrário ainda restará uma pergunta sem resposta: por que as pretônicas médias do Norte, especialmente do Nordeste (justamente a de colonização mais antiga), se distribuíram de modo tão distinto das sulistas?

Não estou convencida de que na história do português no Brasil houve uma fase em que /E/ e /O/ pretônicos se realizassem como médias fechadas, o que justificaria falar que houve simplesmente um abaixamento na variedade nordestina. Utilizando as informações dos gramáticos e ortógrafos, parte das quais apresentei aqui e que, com o suporte das reflexões de Kiparsky (1968), tentei interpretar em um artigo de 2013¹⁸³, levantei uma hipótese para explicar as distinções no uso das pretônicas dos dialetos regionais brasileiros. Teria havido um período na história do português colonial em que o sistema baseado no conhecimento da palavra, isto é, na origem da pretônica em cada palavra (se em crases ou certos grupos de consoantes latinos etc.) se desfez na comunidade de novos falantes. Quando isso aconteceu, as vogais /e/ e /ɛ/, /o/ e /ɔ/ passaram a variar aleatoriamente, estabelecendo-se finalmente um contexto fonológico.

Porém comprovar essa hipótese – reconheço – não é tarefa fácil. Precisaríamos encontrar documentos antigos que atestassem que esse período existiu. Uma fonte normalmente utilizada são os erros de grafia em documentos da época, mas, como a escrita não distingue no português as pretônicas abertas das fechadas, que não se opõem, essa pesquisa torna-se praticamente inviável. Outra pos-

¹⁸³ Cf. Silva (2013).

sibilidade seriam os testemunhos da época em documentos diversos, em textos de estudiosos, em anotações pessoais de diletantes ou de mestres-escolas, enfim de qualquer curioso que nos tenha deixado o legado de sua curiosidade.

Para procurar no substrato do português outra resposta para a questão acima formulada, nos defrontaríamos com a dificuldade de encontrar dados sobre o sistema fonológico das línguas indígenas e africanas que conviveram com a língua dos colonizadores.

Contudo, tendo em vista que a diacronia é “a *arte* de fazer o melhor uso de *maus dados*”, como nos lembrou Labov (1982 [1969], p. 20), acho que ainda é possível prosseguir. Por isso passo aos jovens pesquisadores a questão:

Por que os falares brasileiros sofreram essa divisão entre Norte e Sul?

REFERÊNCIAS

AGUIAR, Martins. Fonética do português do Ceará. *Revista do Instituto Histórico do Ceará*, Fortaleza, n. 51, p. 271-307, 1937.

AMARAL, Amadeu. *O dialeto caipira*. São Paulo: HUCITEC / Secretaria da Cultura, Ciência e Tecnologia, 1976 [1920].

BARBOSA, Jorge Morais. Les voyelles pré-accentuées. In: BARBOSA, Jorge Morais. *Études de phonologie portugaise*. Lisboa: Junta de Investigação do Ultramar / Centro de Estudos Políticos e Sociais, 1965. p. 135-163.

BARRETO, Joam de Franco. *Ortografia da língua portuguesa*. Lisboa: Officina de Joam da Costa, 1671.

BARROS, João. *Gramática da língua portuguesa*. Lisboa: Typographum, 1540.

BISOL, Leda. *Harmonização vocálica: uma regra variável*. 1981. 333f. Tese (Doutorado em Lingüística e Filologia) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1981.

BLUTEAU, Rafael. *Prosas portuguesas*. Lisboa: Officina de Joseph Antonio da Sylva, 1728.

CAGLIARI, Luiz Carlos. Three palatographic views from a single experiment. *Work in Progress*, Edinburgh, v. 9, p. 109-119, 1976.

CALLOU, Dinah; LEITE, Yonne. As vogais pretônicas no falar carioca. *Estudos Linguísticos e Literários*. Salvador, n. 5, p. 151-162, dez./1986a.

CALLOU, Dinah; LEITE, Yonne. Variação das vogais pretônicas. In: SIMPÓSIO SOBRE A DIVERSIDADE LINGÜÍSTICA NO BRASIL, 1, 1986, Salvador. *Atas...* Salvador: Instituto de Letras da UFBA, 1986b, p. 157-169.

CÂMARA, JR., Joaquim Mattoso. *Problemas de linguística descritiva*. Petrópolis: Vozes, 1969.

CÂMARA JR., Joaquim Mattoso. *Estrutura da língua portuguesa*. Petrópolis: Vozes, 1970.

CÂMARA JR., Joaquim Mattoso. Erros de escolares como sintomas de tendências linguísticas no português do Rio de Janeiro. In: CÂMARA JR., Joaquim Mattoso. *Dispersos*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1975. p. 35-46.

CÂMARA JR., Joaquim Mattoso. *Para o estudo da fonêmica portuguesa*. 2. ed. preparada por Raimundo Barbadinho Neto. Rio de Janeiro: Padrão, 1977.

CÂMARA JR., Joaquim Mattoso. *História da linguística*. Petrópolis: Vozes, 1979.

CARDOSO, Suzana Alice. Tinha Nascentes razão? (Considerações sobre a divisão dialetal do Brasil). *Estudos Linguísticos e Literários*. Salvador, n. 5, p. 49-59, dez./1986.

CARMELO, Fr. Luís do Monte. *Compendio de orthografia*. Lisboa: Oficina de Antonio Rodrigues Galhardo, 1767.

CARNEIRO, Francisco Felis. *Orthographia portuguesa*. Lisboa: Oficina de Francisco Luiz Ameno, 1783.

CARVALHO, José G. Herculano. Le vocalisme atone des parlers créoles du Cap Vert. In: CARVALHO, José G. Herculano. *Estudos linguísticos*. Coimbra: Atlântida, 1969a., v. 2. p. 35-45.

CARVALHO, José G. Herculano. Nota sobre o vocalismo antigo português: valor dos grafemas E e O em sílaba átona. In: CARVALHO, José G. Herculano. *Estudos Linguísticos*. Coimbra: Atlântida, 1969b, v. 2. p. 77-103.

- CASTRO, José Liberal. Extração da média aritmética da pronúncia nacional. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE LÍNGUA FALADA NO TEATRO, 1, 1956, Salvador. *Anais...* Rio de Janeiro: MEC / Biblioteca Nacional, 1958, p. 101-110.
- CEDERGREN, Henrietta J.; SANKOFF, David. Variable rules: performance as a statistical reflection of competence. *Language*. Baltimore, v. 50, n. 2, p. 333-355, jun./1974.
- CHAVES, Idalena Oliveira. *Panorama dos estudos das vogais pretônicas no português do Brasil: meta-análise das pesquisas desenvolvidas de 1980 a 2012*. 2013. 205f. Tese (Doutorado em Linguística) – Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2013.
- CORNU, J. Études de grammaire portugaise. *Romania*. Paris, v. 10, p. 334-345, 1881.
- CORRÊA, Hydelvídia Cavalcante de Oliveira. *O falar do caboclo amazonense: aspectos fonético-fonológicos e léxico-semânticos de Itacoatiara e Silves*. 1980. 186f. Dissertação (Mestrado em Letras) – Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1980.
- COSERIU, Eugenio. Sistema, norma e fala. In: COSERIU, Eugenio. *Teoria da linguagem e linguística geral*. Trad. Agostinho Dias Carneiro. Rio de Janeiro: Presença, 1979. p. 13-85.
- CUESTA, Pilar Vázquez; LUZ, Maria Albertina Mendes. *Gramática portuguesa*. Madri: Gredos, 1971. 2v.
- CUNHA, Celso; CINTRA, Luís F. L. *Nova gramática do português contemporâneo*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1985.
- FEIJÓ, João de Moraes Madureira. *Orthographia, ou arte de escrever a língua portuguesa*. Coimbra: Luís Seco Ferreira, 1739.
- FISCHER, John L. Influências sociais na escolha de variantes linguísticas. In: FONSECA, M. E. V.; NEVES, Moema F. (Orgs.). *Sociolinguística*. Rio de Janeiro: Eldorado, 1974. p. 87-98.
- ABAURRE, Maria Bernadete. A. Processos fonológicos segmentais como índices de padrões prosódicos diversos nos estilos formal e casual no português do Brasil. *Cadernos de Estudos Linguísticos*. Campinas, n. 2, p. 23-43, 1981.
- HART JR., Thomas R. Notes on sixteenth-century Portuguese pronunciation. *Word*. New York, v. 11, n. 3, p. 404-15, dez./1955.

HAUSMANN, R. B. Underlying representation in dialectology. *Lingua*. Amsterdam, n. 35, p. 61-71, 1975.

HOOPEr, Joan B. Substantive principles in natural generative phonology. In: DINNSEN, Daniel (Ed.). *Current approaches to phonological theory*. Bloomington: Indiana University Press, 1979. p. 106-125.

HOUAISS, Antônio. Tentativa de descrição do sistema vocálico do português culto na área dita carioca. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE LÍNGUA FALADA NO TEATRO, 1, 1956, Salvador. *Anais...* Rio de Janeiro: MEC / Biblioteca Nacional, 1958, p. 217-317.

JAKOBSON, Roman; FANT, C. Gunnar M.; HALLE, Morris. *Preliminaries to speech analysis*. 10. ed. Cambridge: M.I.T. Press, 1972.

JONES, Daniel. *An outline of English phonetics*. 8. ed. Cambridge: W. Heffer & Sons, 1957.

KIPARSKY, Paul. *How abstract is phonology?* Indiana: Indiana University Linguistics Club, 1968.

LABOV, William. *Sociolinguistic patterns*. Philadelphia: University of Pennsylvania Press, 1972.

LABOV, William. La evolución interna de las reglas lingüísticas. In: STOCKWELL, Robert P.; MACAULY, Ronald K. S. (Eds.). *Cambio lingüístico y teoría generativa*. Trad. esp. José L. Melena. Madrid: Gredos, 1977. p. 146-232.

LABOV, William. Contraction, effacement et variabilité intrinsèque de la copule en anglais. In: LABOV, William. *Le parler ordinaire: la langue dans les ghettos noirs des États-Unis*. Trad. Alain Kihm. Paris: Éditions de Minuit, 1978. p. 7-86.

LABOV, William. Resolving the neogrammarian controversy. *Language*. Baltimore, Linguistic Society of America, v. 57, n. 2, p. 267-308, 1981(a).

LABOV, William. What can be learned about change in progress from synchronic descriptions? In: SANKOFF, David; CEDERGREN, Henrietta (Eds.). *Variation omnibus*. Canadá: Linguistic Research Inc., 1981b. p. 177-199.

LABOV, William. Building on empirical foundations. In: LEHMANN Winfred P.; MALKJEL, Yakov (Eds.). *Perspectives on linguistics*. Amsterdam: John Benjamins, 1982 [1969]. p. 17-92.

- LABOV, William. The exact description of the speech community: short-A in Philadelphia. In: FASOLD, Ralph W.; SCHIFFRIN, Deborah. (Eds.). *Language change and variation*. Amsterdam: John Benjamins, 1989. p. 1-57.
- LADEFOGED, Peter. *Preliminaries to linguistic phonetics*. Chicago: University of Chicago Press, 1971.
- LEITE, Yonne F. *Portuguese stress and related rules*. Austin: University of Texas at Austin, 1974.
- LEMLE, Miriam. Analogia na morfologia: estudo de um caso. *Revista Brasileira de Linguística*. Petrópolis, n. 1, p. 16-21, 1974.
- LEMLE, Miriam; NARO, Anthony. *Competências básicas do português*. Rio de Janeiro: MOBREAL / Fundação Ford, 1977.
- LIÃO, Duarte Nunes. *Orthographia da língua portuguesa*. Lisboa: João de Barreira, 1576.
- MAIA, Vera Lúcia Medeiros. Vogais pretônicas médias a fala de Natal. *Estudos Linguísticos e Literários*. Salvador, n. 5, p. 209-225, dez./1986.
- MARROQUIM, Mário. *A língua do Nordeste: Alagoas e Pernambuco*. São Paulo: Nacional, 1945 [1934].
- MATEUS, Maria Helena Mira. *Aspectos da fonologia portuguesa*. 2. ed. Lisboa: Instituto Nacional de Investigação Científica / Centro de Linguística da Universidade de Lisboa, 1982.
- MATEUS, Maria Helena Mira. *Aspectos da fonologia portuguesa*. Lisboa: Centro de Estudos Filológicos, 1975.
- MATOS, Francisco Gomes. Atitudes de universitários recifenses face a sua pronúncia. In: CONGRESSO DE SÓCIO E ETNOLINGUÍSTICA, 2, 1980, Niterói. *Atas...* Niterói: Universidade Federal Fluminense / Centro de Estudos Linguísticos, 1984, p.142-146.
- MENDOLA, Abraham. *Nova gramática portuguesa*. Hamburgo: Officina de M. C. Bock, 1785.
- MOTA, Jacyra Andrade. *Vogais antes de acento Ribeirópolis-SE*. 1979. 2t. Dissertação (Mestrado em Língua Portuguesa) – Universidade Federal da Bahia, Salvador, 1979.

NARO, Anthony. A história do e e do o em português: um estudo da deriva linguística. In: NARO, Anthony. *Estudos diacrônicos*. Trad. Laís Campos e Kátia Elisabeth Santos. Petrópolis: Vozes, 1973a. p. 9-51.

NARO, Anthony. Resolução do hiato vocálico em português: evidência diacrônica para traços binários. In: NARO, Anthony. *Estudos diacrônicos*. Trad. Laís Campos e Kátia Elisabeth Santos. Petrópolis: Vozes, 1973b. p. 52-70.

NARO, Anthony. David Sankoff: linguistic variation; models and methods. *Language*. Baltimore, v. 56, p. 158-170, 1980.

NASCENTES, Antenor. Fonética. In: NASCENTES, Antenor. *O linguajar carioca*. 2. ed. Rio de Janeiro: Simões, 1953 [1922]. p. 27-80.

OLIVEIRA, Fernão. *A gramática da linguagem portuguesa*. Introdução, leitura atualizada e notas por Maria Leonor Carvalhão Buescu. Lisboa: Imprensa Nacional / Casa da Moeda, 1975 [1536].

PEREYRA, Pe. Bento. *Regras gerays breves & comprehensivas da melhor orthografia com que se podem evitar erros no escrever da língua latina e portugueza*. Lisboa: Domingos Carneyro, 1666.

PONTES, Eunice. *Estrutura do verbo no português coloquial*. 2. ed. Rio de Janeiro: Padrão, 1977.

RÉVAH, Israel Salvator. L'évolution de la prononciation au Portugal et au Brésil du XV^e siècle à nos jours. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE LÍNGUA FALADA NO TEATRO, 1, 1956, Salvador. *Anais...* Rio de Janeiro: MEC / Biblioteca Nacional, 1958, p. 387-399.

RÉVAH, Israel Salvator. Comment et jusqu'à quel point les parlers brésiliens permettent-ils de reconstituer le système phonétique des parlers portugais des XVI^e – XVII^e siècles? In: COLÓQUIO INTERNACIONAL DE ESTUDOS LUSO BRASILEIROS, 3, 1957, Lisboa. *Actas...* Lisboa: [s.n.], 1959, v. 1, p. 237-291.

RODRIGUES, Ada Natal. *O dialeto caipira na região de Piracicaba*. São Paulo: Ática, 1974.

RODRIGUES, Aryon D. Abertura e ressonância. *Estudos Linguísticos*. Anais dos Seminários do GEL. Araraquara, v. 4, p. 324-333, 1981.

ROSSI, Nelson. *Atlas prévio dos falares baianos*: introdução, questionário comentado, elenco das respostas transcritas. Rio de Janeiro: MEC / Instituto Nacional do Livro, 1965.

- ROUSSEAU, Pascale; SANKOFF, David. Advances in variable rule methodology. In: SANKOFF, David (Ed.). *Linguistic variation: models and methods*. New York: Academic Press, 1978. p. 57-69.
- SHERZER, Joel. Talking backwards in Cuna: the sociological reality of phonological descriptions. *Southwestern Journal of Anthropology*. New Mexico, v. 26, n. 4, p. 343-353, 1970.
- SILVA, José Jorge Paranhos. *O idioma do hodierno Portugal*. Rio de Janeiro: Tipografia de Lourenço, 1879.
- SILVA, Myrian Barbosa. *O ensino da leitura segundo a perspectiva de uma análise ortográfico-fonológica*. 1974. 377f. Dissertação (Mestrado em Linguística e Filologia) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1974.
- SILVA, Myrian Barbosa. *Leitura, ortografia e fonologia*. São Paulo: Ática, 1981.
- SILVA, Myrian Barbosa. Ainda sobre a natureza vocálica da semivogal em português. In: SIMPÓSIO SOBRE A DIVERSIDADE LINGUÍSTICA NO BRASIL, 1, 1986, Salvador. *Atas...* Salvador: Universidade Federal da Bahia, 1986, p. 217-221.
- SILVA, Myrian Barbosa. *As pretônicas no falar baiano: a variedade culta de Salvador*. 1989. 373f. Tese (Doutorado em Letras Vernáculas) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1989.
- SILVA, Myrian Barbosa. Pretônicas fechadas na fala culta de Recife. In: VOTRE, Sebasatão; RONCARATI, Cláudia (Orgs.). *Anthony Julius Naro e a linguística no Brasil: uma homenagem acadêmica*. Rio de Janeiro: 7Letras, 2008. p. 320-336.
- SILVA, Myrian Barbosa. Uma possível história das pretônicas brasileiras. *Revista Linguística*. Rio de Janeiro, v. 9, n. 2, p. 121-138, 2013.
- SILVA, Rita de cássia B. Cunha. *Análise fonético-fonológica das vogais médias pretônicas na fala de Manaus*. 1980. 209f. Dissertação (Mestrado em Língua Portuguesa) – Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1980.
- SILVA NETO, Serafim. *Introdução ao estudo da língua portuguesa no Brasil*. 3. ed. Rio de Janeiro, Presença 1976.
- SILVEIRA, Sousa. A língua nacional e seu estudo. *Revista de Língua Portuguesa*. Rio de Janeiro, n. 9, p. 18-32, 1921.

SILVEIRA, Sousa. *Lições de português*. 7. ed. Rio de Janeiro: Livros de Portugal, 1964.

SOUSA, Manoel Dias. *Gramática portuguesa*. Coimbra: Real Imprensa da Universidade, 1804.

TELLES, Célia Marques. Representação das vogais pretônicas nos livros do tomo. In: CASTILHO, Ataliba T. et al. (Orgs.). *História do português brasileiro: mudança fônica do português brasileiro*. São Paulo: Contexto, 2019. p. 226-257.

TEYSSIER, Paul. La prononciation des voyelles portugaises au XVI^e siècle d'après le système orthographique de João de Barros. In: ISTITUTO UNIVERITARIO ORIENTALE, 7, 1966, Napoli. *Annali...* Napoli : [s.n.], 1966, p. 127-198.

VASCONCELOS, José Leite. *Esquisse d'une dialectologie portugaise*. Paris : Aillaud, 1901.

VIANA, Aniceto dos Reis Gonçalves. Essai de phonetique et de phonologie de la langue portugaise d'après le dialecte actuel de Lisbonne. *România*. Paris, n. 12, p. 30-97, 1883.

VIANA, Aniceto dos Reis Gonçalves. *Exposição da pronúncia normal portuguesa para uso de nacionais e estrangeiros*. Lisboa: Imprensa Nacional / Casa da Moeda, 1892.

VIEIRA, Maria de Nazaré da Cruz. *Aspectos do falar paraense: fonética, fonologia, semântica*. Belém: Universidade Federal do Pará / Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação, 1983.

APÊNDICE A – VERSÃO FINAL DAS REGRAS

REGRAS DE TIMBRE DAS PRETÔNICAS MÉDIAS

Regra Categórica de Timbre 1 (RCT-1) (p. 94)

$$V \rightarrow [-bx] / XC_1 \text{ ___ } \$ C$$

-ac		+alt
-alt		-rec
-rec		Vb 1ª conj.

Condição: X não pode conter acento 1.

Onde se lê: uma vogal pretônica não-alta e não-recuada (portanto /E/) recebe o traço [-bx] – isto é, realiza-se como média ([e]) – quando a consoante da sílaba seguinte é uma palatal pertencente a um radical verbal da primeira conjugação.

Exemplos: f[e]char, des[e]jar, plan[e]jamento.

Regra Categórica de Timbre 2 (RCT-2) (p. 94-95)

$$V \rightarrow [-bx] / (X) _ C^2_0 V$$

-ac		-alt
-alt		-bx
arec		-nas
arr		

Condição: X não pode conter acento 1.

Onde se lê: uma vogal pretônica não-alta, ou recuada e arredondada ou não-recuada e não-arredondada (portanto /O/ ou /E/, respectivamente), realiza-se como média ([o] ou [e]) quando tem na sílaba seguinte uma vogal [-alt -bx -nas], da qual pode, eventualmente, estar separada por uma ou duas consoantes.

Exemplos: *c[o]rreio*, *[o]relha*, *m[o]er*, *vi[o]leta*, *[e]feito*, *c[e]rveja*.

Regra Categórica de Timbre 3 (RCT-3) (p. 95)

$$V \rightarrow [+bx] / X _ C_1^2 V$$

-ac	
-alt	
arec	
arr	

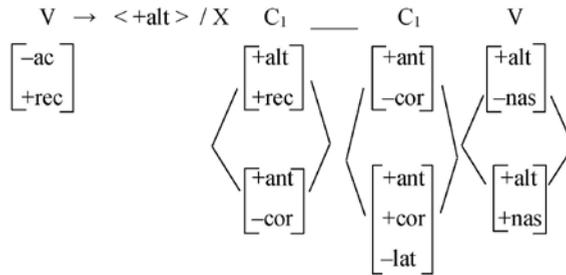
Condição: X não pode conter acento 1.

Onde se lê: uma vogal pretônica não-alta, ou recuada e arredondada ou não-recuada e não-arredondada (portanto /O/ ou /E/, respectivamente), realiza-se como baixa ([ɔ] ou [ɛ]) quando é precedida de pelo menos uma consoante e uma vogal qualquer, exceto as que formam contexto para as regras 1 e 2 (regra *elsewhere*).

Exemplos: *esp[ɔ]rtivo*, *pr[ɔ]ibido*, *pr[ɔ]priedade*, *ap[ɛ]lar*, *[ɛ]clipse*, *id[ɛ]al*, mas não **p[ɔw]pança*, **r[ɔw]bar*, **d[ɛy]xar* ou **f[ɛy]jão*.

REGRAS DE ELEVAÇÃO DAS PRETÔNICAS MÉDIAS

Regra Variável de Elevação 1 (RVE-1) (p. 126)

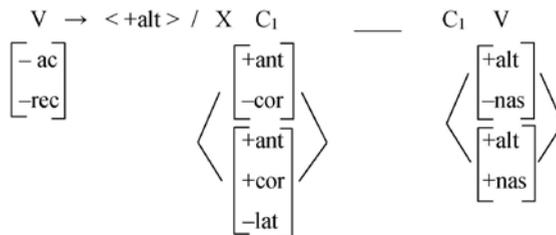


Condição: X não pode conter acento 1.

Onde se lê: uma vogal pretônica recuada (portanto /O/) tem mais probabilidade de realizar-se como alta ([u]) quando precedida, na ordem de importância, de uma consoante velar (alta recuada) ou de uma labial (anterior não-coronal) e/ou seguida de pelo menos uma consoante, preferencialmente labial e, secundariamente, dento-alveolar, exceto [l] e [ʎ], que a separa de uma vogal, principalmente alta não-nasal e, secundariamente, alta nasal.

Exemplos: c[u]bertor, pr[u]fessor.

Regra Variável de Elevação 2 (RVE-2) (p. 127)



Condição: X não pode conter acento 1.

Onde se lê: uma vogal pretônica não-recuada (portanto /E/) tem mais probabilidade de realizar-se como alta ([i]) quando precedida, na ordem de importância, de uma consoante labial (anterior não-coronal) ou dento-alveolar, exceto

[ɿ] e [ʌ] (anterior coronal não-lateral), e/ou seguida de pelo menos uma consoante que a separa de uma vogal alta não-nasal e, secundariamente, de uma alta nasal.

Exemplos: *cab[i]ceira*, *p[i]rigoso*, *t[i]soureiro*, *s[i]mestre*.

Regra Variável de Elevação 3 (RVE-3) – versão provisória (p. 170)

$$\begin{array}{c}
 V \rightarrow [+alt] / \# _ _ \$ \quad C \quad V \\
 \left[\begin{array}{c} -ac \\ -rec \end{array} \right] \quad \left[\begin{array}{c} -soa \\ +cont \\ +cor \\ +ant \\ +son \end{array} \right] <+alt >
 \end{array}$$

Onde se lê: uma vogal pretônica não-recuada (portanto /E/) tem mais probabilidade de realizar-se como alta ([i]) quando, em posição inicial absoluta, é seguida de uma consoante sibilante sonora, [-soante +contínua +coronal +anterior +sonora], pertencente à sílaba vizinha que contém uma vogal alta.

Exemplos: *[i]xibida*, *[i]xata*, *[i]xame*.

Regra Categórica de Elevação (RCE) (p. 165)

$$\begin{array}{c}
 V \rightarrow [+alt] / \# _ _ C \$ \\
 \left[\begin{array}{c} -ac \\ -rec \end{array} \right] \quad \left[\begin{array}{c} +cor \\ -soa \\ +cont \\ -son \end{array} \right]
 \end{array}$$

Onde se lê: uma vogal pretônica não-recuada (portanto /E/) recebe o traço [+alt] – isto é, realiza-se como alta ([i]) – quando, em posição inicial absoluta, é seguida na mesma sílaba por uma consoante sibilante ou chiante surda [+coronal –soante +contínua –sonora] ([s] ou [ʃ]).

Exemplos: *[i]scuro*, *[i]scola*, *[i]sp[ɛ]cie*, *[i]spelho*, *[i]stado*.

APÊNDICE B – TESES E DISSERTAÇÕES SOBRE O TEMA

(T = teses, D = dissertações)

REGIÃO NORTE: ACRE, AMAZONAS, PARÁ

ANO	T	D	AUTOR	TÍTULO	ÁREA GEOGRÁFICA
2011		X	Ceildes da Silva Pereira	A realização aberta ou fechada das vogais médias pretônicas /e, o/ no falar de uma zona urbana de Rio Branco (AC)	Rio Branco / AC
1980		X	Hydelvídia Cavalcante de Oliveira	O falar do caboclo amazonense: aspectos fonético-fonológicos e léxico-semânticos de Itacoatiara e Silves	Itacoatiara e Silves – AM
1980		X	Rita de Cássia B. Cunha e Silva	Análise fonético-fonológica das vogais médias pretônicas na fala de Manaus	Manaus – AM

2009		X	Lúcia Helena Ferreira da Silva	Comportamento da vogal tônica posterior média fechada /o/ e das vogais pretônicas /e/ e /o/ nos municípios de Itapiranga e Silves	Itapiranga e Silves – AM
2012		X	Hariele Regina Guimarães Quara	As vogais médias pretônicas no falar de Manaus – AM	Manaus – AM
2013		X	Orlando da Silva Azevedo	Aspectos dialetais do português da Região Norte do Brasil: um estudo sobre as vogais pretônicas e sobre o léxico no Baixo Amazonas – PA e no Médio Solimões – AM	Baixo Amazonas – PA e Médio Solimões – AM
1983		X	Maria de Nazaré da Cruz Vieira	Aspectos do falar paraense: fonética, fonologia, semântica	Belém – PA
1990	X		Maria de Nazaré da Cruz Vieira	Alteamento dos segmentos /E, O/ pretônicos e do segmento /O/ tônico no falar do Médio Amazonas paraense	Médio Amazonas – PA
1991	X		Terezinha de Jesus de Carvalho Nina	Aspectos da variação fonético-fonológica na fala de Belém	Belém – PA
2001		X	Simone Negrão de Freitas	As vogais médias pretônicas no falar da cidade de Bragança	Bragança – PA
2005		X	Doriedson do Socorro Rodrigues	Da zona urbana à rural – entre a tônica e a pretônica: o alteamento /o/ > [u] no português falado no município de Cametá/NE paraense – uma abordagem variacionista	Cametá – PA
2008		X	Benedita Maria do Socorro Pinto Campos	Alteamento vocálico em posição pretônica no português falado no município de Mocajuba – Pará	Mocajuba – PA
2009		X	Edinaldo Gomes dos Santos	Distribuição geo-sociolinguística da variável <e> pretônica no português falado do Estado do Pará	PA
2010		X	Josivane do Carmo Campos Sousa	A variação das vogais médias pretônicas no português falado na área urbana do município de Belém – PA	Belém – PA
2013		X	Jany Eric Queiroz	O abaixamento das médias pretônicas no português falado em Aurora do Pará – PA: uma análise variacionista	Aurora do Pará – PA

2015		X	Gisele Braga Sousa	Caracterização acústica das vogais médias pretônicas do português falado em Bacarena – PA	Bacarena – PA
2013		X	Marcelo Pires Dias	As vogais médias pretônicas nas capitais da Região Norte do Brasil	Capitais do Norte

REGIÃO NORDESTE: MARANHÃO, PIAUÍ, CEARÁ, PARAÍBA, PERNAMBUCO, SERGIPE, BAHIA

ANO	T	D	AUTOR	TÍTULO	ÁREA GEOGRÁFICA
2008		X	Maria Célia Dias de Castro	Descrição histórica das vogais na fala do sertanejo da região de Balsas – MA	Balsas – MA
2013		X	Roman Lucas de Oliveira	A realização das vogais médias pretônicas no falar maranhense	MA
2009	X		Ailma do Nascimento Silva	As pretônicas no falar teresinense	Teresina – PI
2007	X		Aluiza Alves de Araújo	As vogais médias pretônicas no falar popular de Fortaleza: uma abordagem variacionista	Fortaleza – CE
1997		X	Regina Celi Mendes Pereira	As vogais médias pretônicas na fala pessoense urbana	João Pessoa – PB
2003		X	Kátia Lúcia Lins da Silva	Elevação das vogais médias pretônicas em contexto nasal no início de vocábulos na comunidade de João Pessoa	João Pessoa – PB
2018	X		Henrique Miguel de Lima Silva	Vogais médias pretônicas: variação e estilo	João Pessoa – PB
2009		X	Gustavo da S. Amorim	O comportamento do /e/ e do /o/ pretônicos: um estudo variacionista da língua falada culta do Recife	Recife – PE
1979		X	Jacyra Andrade Mota	Vogais antes de acento em Ribeirópolis – SE	Ribeirópolis – SE
1989	X		Myrian Barbosa da Silva	As pretônicas no falar baiano: a variedade culta de Salvador	Salvador – BA
2004		X	Adriana de Santana Soares	As pretônicas médias em comunidades rurais do semiárido baiano	BA

REGIÃO CENTRO-OESTE: GOIÁS E DISTRITO FEDERAL

ANO	T	D	AUTOR	TÍTULO	ÁREA GEOGRÁFICA
2008		X	Geruza Souza Graebin	A fala de Formosa – GO: a pronúncia das vogais médias pretônicas	Formosa/GO
2013		X	Flávia Freitas de Oliveira	O alicamento variável das vogais médias pretônicas na fala dos goianos de Catalão	Catalão – GO
2013		X	Wildinara K. Luiz da Silva	Caracterização linguística do Oeste goiano: o uso da variável das vogais médias pretônicas na fala de Iporá – GO	Iporá – GO
1998		X	Cíntia da Costa Corrêa	Focalização dialetal em Brasília: um estudo das vogais pretônicas e do /s/ pós-vocálico	DF

REGIÃO SUDESTE: SÃO PAULO, MINAS GERAIS, ESPÍRITO SANTO, RIO DE JANEIRO

ANO	T	D	AUTOR	TÍTULO	ÁREA GEOGRÁFICA
2008	X		Dircel A. Kailer	Vogais pretônicas /e/ e /o/: um estudo em tempo aparente	Araraquara – SP
2008		X	Ana Amélia M. da Silveira	As vogais pretônicas na fala culta do Noroeste paulista	SP
2009		X	Márcia Cristina do Carmo	As vogais médias pretônicas nos verbos da fala culta do interior paulista	São José do Rio Preto – SP
2009		X	Juliana Camargo Zani	O alicamento das vogais médio-baixas no falar da cidade de São Paulo	SP
2013	X		Márcia Cristina do Carmo	As vogais médias pretônicas na variedade do interior paulista	São José do Rio Preto – SP
2015	X		Graziela Pigatto Bohn Casagrande	Aquisição das vogais tônicas e pretônicas do português brasileiro	São Paulo – SP
1987		X	Maria do Carmo Viegas	Alicamento das vogais médias pretônicas: uma abordagem sociolinguística	Belo Horizonte – MG

1990		X	Elzimar César de Castro	As pretônicas na variedade mineira de Juiz de Fora	Juiz de Fora – MG
2001	X		Maria do Carmo Viegas	O alçamento das vogais médias pretônicas e os itens lexicais	Belo Horizonte –MG
2007		X	Rubens V. M. Guimarães	Variação das vogais médias na posição pretônica nas regiões Norte e Sul de Minas Gerais: uma abordagem à luz da Teoria da Otimalidade	Norte e Sul de MG
2008	X		Marlúcia Maria Alves	As vogais médias em posição pretônica nos nomes no dialeto de Belo Horizonte: um estudo da variação à luz da Teoria da Otimalidade	Belo Horizonte – MG
2008		X	Vanessa Faria Viana	As vogais médias pretônicas em Pará de Minas: um caso de variação linguística	Pará de Minas – MG
2008		X	Melina Rezende Dias	A variação das vogais médias pretônicas no falar dos mineiros de Piranga e de Outro Branco	Piranga e Ouro Preto – MG
2008		X	Luciana de Fátima Almeida	A variação das vogais médias pretônicas na cidade mineira de Machacalis	Machacalis – MG
2010		X	Patrícia Goulart Tondineli	A variação fonética das vogais pré- e pós-tônicas na variedade linguística de Montes Claros – MG	Montes Claros – MG
2010		X	Aline Rabelo Assis	Apagamento de vogais pretônicas no POBH – norma culta	Belo Horizonte – MG
2011		X	Allyne Garcia Bisinotto	O alçamento das vogais médias pretônicas: um estudo do falar ituiutabano	Ituiutaba – MG
2011		X	Rúbia Dayana Carneiro	O sistema vocálico pretônico no falar araguariano: análise fonológica e variacionista	Araguari – MG
2012		X	Ana Carolina Garcia Lima Felice	Um estudo variacionista e fonológico sobre o alçamento das vogais médias pretônicas na fala uberlandense	Uberlândia – MG
2012		X	Ricardo F. Napoleão de Souza	A redução de vogais altas pretônicas no português de Belo Horizonte: uma abordagem baseada na gradiência	Belo Horizonte – MG

2013		X	Fernanda Alvarenga Resende	O processo variável do abaixamento das vogais médias pretônicas no município de Monte Carmelo – MG	Monte Carmelo – MG
2014	X		Melina Resende Dias	Estudo comparativo da variação das vogais médias pretônicas em falares mineiros	MG
2016		X	Cláudia A. Souza Santos	O alçamento das vogais médias pretônicas em hinos de Folia de Reis – Montes Claros – MG	Montes Claros – MG
2017		X	Priscila Marques Costa	As vogais médias pretônicas no falar de Uberlândia: um estudo variacionista	Uberlândia – MG
2004		X	Célia Fontis Gianni	As vogais médias pretônicas na fala culta de Nova Venéci – ES	Nova Venéci – ES
2010		X	Shirley Vieira	O comportamento das vogais médias pretônicas no Espírito Santo	ES
2014		X	Melina Leite Figueiredo	As vogais médias pretônicas na fala de Vitória	Vitória – ES
2017		X	Viviany Paula Gambarini	Análise sociofonética das vogais médias pretônicas do português de Vitória e Montanha	Vitória e Montanha – ES
1993		X	Lilian Coutinho Yacovenco	As vogais médias pretônicas no falar culto carioca	Rio de Janeiro – RJ
2010		X	Luana Maria Siqueira Machado	Análise acústica das vogais pretônicas [-bx] no falar do Rio de Janeiro	RJ
2013		X	Anna Carolina da Costa Avelheda	O alteamento das vogais médias pretônicas no município de Nova Iguaçu: análises sociolinguística e acústica	Nova Iguaçu – RJ
2017		X	Sílvia Carolina G. de Souza Guerreiro	Alteamento das vogais médias pretônicas no município do Rio de Janeiro: décadas de 1970, 1990 e 2010 – estudo de crenças e atitudes	Rio de Janeiro – RJ

REGIÃO SUL: PARANÁ, SANTA CATARINA, RIO GRANDE DO SUL

ANO	T	D	AUTOR	TÍTULO	ÁREA GEOGRÁFICA
1995		X	Luiz Carlos da Silva Schwindt	Harmonia vocálica em dialetos do Sul do país: uma análise variacionista	Curitiba – PR, Florianópolis – SC e Porto Alegre – RS
2008	X		Dircel A. Kailer	Vogais pretônicas /e/ e /o/: um estudo em tempo aparente	Presidente Nereu – SC
1980	X		Leda Bisol	Harmonização vocálica: uma regra variável	RS
1993		X	Elisa Battisti	Elevação das vogais médias pretônicas em sílaba inicial de vocábulo na fala gaúcha	RS
1996		X	Luís I. C. Amaral	O abaixamento do /i/ e /u/ no português da campanha gaúcha	RS
2007		X	Patrícia Klunck	O alçamento das vogais médias pretônicas sem motivação aparente	Porto Alegre – RS
2010		X	Marion Costa Cruz	As vogais médias pretônicas em Porto Alegre – RS: um estudo sobre o alçamento sem motivação aparente	Porto Alegre – RS
2014		X	Ana Paula C. S. Biasibeti	Elevação sem motivação aparente das vogais médias pretônicas entre os jovens porto-alegrenses	Porto Alegre – RS
2014		X	Dinar Fontoura Fernandes	Harmonia vocálica em jovens escolarizados de Porto Alegre: uma análise variacionista	Porto Alegre – RS

